

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília, 2013

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 e da Portaria – TCU nº 150, de 03 de julho de 2012.

Brasília, 2012

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	10
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SDH.....	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA SDH	15
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA SDH	16
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	20
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	21
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	25
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	29
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA SDH	29
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	29
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	32
2.4 INDICADORES.....	38
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	44
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	44
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	45
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	47
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	48
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	49
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA SDH/PR.....	49
4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos	49
4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos.....	52
4.1.3 Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos	63
4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos	105
4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.....	119
4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.....	120
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	124
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias.....	124
4.2.2 Programação de Despesas	124
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	124
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	125
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	125
4.2.2.4 Análise Crítica	126
4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	126
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	128
4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	128
4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	128

4.2.4.1.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	129
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação	129
4.2.4.2.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	129
4.2.4.2.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	129
4.2.4.2.3	Análise Crítica	130
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	131
5.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	131
5.1.1	Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	131
5.1.2	Análise Crítica	131
5.2	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	132
5.2.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	132
5.2.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	132
5.2.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes Exercício de 2013 e seguintes	133
5.2.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	135
5.2.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	137
5.2.6	Análise Crítica	138
5.3	SUPRIMENTO DE FUNDOS	141
5.3.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	141
5.3.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral	141
5.3.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	141
5.3.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	142
5.3.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo	142
5.3.1.5	Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos	142
5.3.1.6	Análise Crítica	142
5.4	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SDH	143
5.4.1	Renúncias Tributárias sob a Gestão da SDH	143
5.4.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	143
5.4.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	144
5.4.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas	147
5.4.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	150
5.4.6	Prestação de Contas de Renúncia de Receitas	150
5.4.7	Comunicações à RFB	150
5.4.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	151
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	151

6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	151
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da SDH/PR	151
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da SDH/PR.....	152
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	153
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da SDH/PR Segundo a Idade	154
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da SDH/PR Segundo a Escolaridade.....	154
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da SDH/PR	155
6.1.4	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	155
	Todavia, no exercício de 2012, não foi detectada nenhuma ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.....	155
6.1.5	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	155
6.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	156
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	160
6.2.1	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos da SDH/PR.....	160
6.2.2	Composição do Quadro de Estagiários.....	161
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	161
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	161
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	165
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	165
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	166
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	166
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	168
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	170
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	170
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	172
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	173
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	173
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	173
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	182
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	183
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	194
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	217
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	217
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	217
10.3.1.1	Análise Crítica	218

10.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	220
10.4.1	Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	220
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	220
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	220
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	220
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	221
11.2.1	Declaração Plena	221
11.2.2	Declaração com Ressalvas	222
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	223
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA SDH/PR	223
13.	DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	241
14.	INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	242
14.1	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	242
14.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	334
15.	INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA	335
15.1	AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA SDH/PR	335
15.2	VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ..	339
15.3	ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS	341
15.4	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA	343
	ANEXOS	346

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

ABC-MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ADPLAN – Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos
Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações
Ancine – Agência Nacional de Cinema
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADIN – Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT – Comitê de Ajudas Técnicas
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
CEAG/UnB – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CGAP's – Coordenadores-Gerais de Acompanhamento de Programas
CGC – Coordenação-Geral de Convênios
CGEDH – Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos
CGL – Coordenação-Geral de Logística
CGPD – Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência
CGPT – Coordenação-Geral de Proteção a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas
CGU – Controladoria-Geral da União
CIAPVI – Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa
CISSET – Secretaria de Controle Interno
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CNPCT – Comitê Nacional para a Prevenção e Combate da Tortura no Brasil
COETRAE – Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo
CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CREAS – Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura
CSJ – Conselho Social da Juventude
CT – Conselho Tutelar
DB – Documentação Básica
DFD – Diagrama de Fluxo de Dados
DN – Decisão Normativa

DNV – Declaração de Nascidos Vivos
DOU – Diário Oficial da União
EAT – Estrutura Analítica de Trabalho
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECINF – Pesquisa de Economia Informal Urbana
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FIA – Fundação para a Infância e Adolescência
Finame – Agência Especial de Financiamento Industrial
FNCA – Fundação Nacional para a Criança e o Adolescente
FNI – Fundo Nacional do Idoso
FONACRIAD – Fórum dos Gestores do Sistema Socioeducativo
FONAJUV – Fórum Nacional de Juízes
GR – Gratificação de Representação
GTA – Grupo de Trabalho Araguaia
GT-DESC – Grupo de Trabalho de Indicadores de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
GTEM – Grupo de Trabalho Executivo Multisetorial
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT – Instituições Federais de Pesquisa Científica e Tecnológica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDI – Índice de Desenvolvimento Infantil
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFET – Instituições Federais de Educação Tecnológica
IHA – Índice de Homicídios na Adolescência
IN – Instrução Normativa
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
N/A – Não se aplica
NASCE – Núcleo de Atenção Social à Cidadania e Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Mundial
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais
PL – Projeto de Lei
PlanSeQ – Planos Setoriais de Qualificação
PlanTeQ – Planos Territoriais de Qualificação

PLC – Projeto de Lei da Câmara
 PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
 PME – Pesquisa Mensal do Emprego
 PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
 PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
 PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
 PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
 PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
 PNPCDH – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
 PNQ – Plano Nacional de Qualificação
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
 PPA – Plano Plurianual
 PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
 PR – Presidência da República
 PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
 PRODOC – Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
 PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
 PRVL – Programa de Redução da Violência Letal
 RAADH – Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados
 RCN – Registro Civil de Nascimento
 RIICOTEC – Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica
 SAJ/PR – Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
 SCE – Seguro de Crédito à Exportação
 SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
 SECEX – Secretaria de Controle Externo
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
 SEPROG – Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo
 SETEC/MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
 SGPDH – Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAPE – Sistema de Administração de Recursos Humanos
 SIH – Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses
 SICORDE – Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência
 SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
 SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos
 SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
 SIPD – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
 SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
 SIRC – Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
 SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
 SNIDH – Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos
 SNPDCA – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
 SNPDDH – Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

SNPDPD – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UMA – Unidade de Monitoramento e Avaliação
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNFPA– Fundo de Populações das Nações Unidas
UNHCHR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	10
QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA SDH.....	15
QUADRO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	45
QUADRO III – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA - TEMÁTICO	49
QUADRO IV – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO	52
QUADRO V – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO	63
QUADRO VI – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO	105
QUADRO VII – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO	119
QUADRO VIII – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO..	120
QUADRO IX – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	124
QUADRO X – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	124
QUADRO XI – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	125
QUADRO XII – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	125
QUADRO XIII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA...126	
QUADRO XIV – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	128
QUADRO XVI – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	129
QUADRO XVII – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	129
QUADRO XVIII – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	131
QUADRO XX – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SDH NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	132
QUADRO XXI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	133
QUADRO XXII – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SDH NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	135
QUADRO XXIII – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	137
QUADRO XXIV – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)	141
QUADRO XXV – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”).....	141
QUADRO XXVI – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	142

QUADRO XXVII – DESPESAS REALIZADAS COM POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	142
QUADRO XXVIII – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	142
QUADRO XXIX – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA SDH.....	143
QUADRO XXX – VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	143
QUADRO XXXI – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS	144
QUADRO XXXII – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS	146
QUADRO XXXIII – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS	147
QUADRO XXXIV – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS	148
QUADRO XXXV – APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA SDH.....	150
QUADRO XXXVI – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS.....	150
QUADRO XXXVII – COMUNICAÇÕES À RFB.....	150
QUADRO XXXVIII – INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS.....	151
QUADRO XXXIX – FORÇA DE TRABALHO DA SDH/PR – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012.....	151
QUADRO XL – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SDH/PR – SITUAÇÃO EM 31/12	152
QUADRO XLI – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SDH/PR (SITUAÇÃO EM 31/12/2012)	153
QUADRO XLII – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012.....	154
QUADRO XLIII – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SDH/PR POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	154
QUADRO XLV - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	160
QUADRO XLVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	161
QUADRO XLVII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	165
QUADRO XLVIII – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SDH/PR	166
QUADRO XLIX – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	170
QUADRO L – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	172
QUADRO LI – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	173
QUADRO LII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI183	
QUADRO LIII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	194
QUADRO LIV	217

QUADRO LV – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	220
QUADRO LVI – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	242
QUADRO LXII – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	335
QUADRO LXIII – DEMOSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA.....	339
QUADRO LXIV – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA.....	340
QUADRO LXV – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA	341
QUADRO LXVI – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO.....	342
QUADRO LXVII - DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA.....	343
ANEXOS	346
QUADRO XV – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	347
QUADRO XX – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	348
QUADRO XIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2012.....	351
QUADRO XLIV – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	367

INTRODUÇÃO

O presente documento consolida informações referentes à gestão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR no ano 2012. Ele foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 do Tribunal de Contas da União e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente no tocante às prioridades e realizações das políticas públicas que coordena e ao processo de reestruturação administrativo-gerencial a que está submetida.

No que tange aos itens definidos no Anexo II da DN TCU nº 119/2012, não se aplicam à SDH/PR, no exercício, os seguintes: DN TCU Nº 119/2012 – **Parte A: item 3, subitem 3.3** – Remuneração paga a Administradores; **item 5, subitem 5.1** – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; **subitem 5.5.6** – Prestação de contas de renúncia de receitas; **subitem 5.5.7** – Comunicações à RFB; **subitem 5.5.9** – Declaração de situação de beneficiários de renúncia fiscal; **subitem 5.5.10** – Fiscalizações realizadas pela RFB; **subitem 5.6** – Gestão de Precatórios; **subitem 6.1.4** – Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas; **subitem 6.1.7** – Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação; **subitem 6.2.1** – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos da UJ; **subitem 6.2.2** – Informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público; **subitem 6.2.3** – Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados; **subitem 6.2.4** – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada (não se aplica à SDH em razão dos referidos serviços serem prestados pelo Ministério da Justiça, por força do Decreto nº 4939 de 29/12/2003); **subitem 7.2.1** – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial; **subitem 7.2.3** – Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ; **subitem 11.3** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; **subitem 11.4** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; **subitem 11.5** – Composição acionária das empresas estatais; **subitem 11.6** – Parecer da auditoria independente; **Parte B: item 13** – Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos art. 40 a 43 da Lei nº 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos; **item 14** – Informações sobre o Plano de Implantação do SIAFI nos postos diplomáticos; **item 16** – Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento; **item 17** – Operações honradas pelos fundos de aval ou garantidores de créditos, por linhas de crédito e agente financeiro; **item 18** – Desempenho operacional das instituições federais de ensino superior (IFES); **item 19** – Desempenho das instituições federais de educação tecnológica (IFET); **item 20** – Desempenho consolidado das instituições federais de pesquisa científica e tecnológica (ICT); **item 21** – Desempenho consolidado das instituições federais de ensino superior (IFES); **item 22** – Desempenho consolidado dos centros e institutos federais de educação, ciência e tecnologia; **item 23** – Desempenho econômico-financeiro da UJ (abrangência BNDES e Finame); **item 24** – Desempenho operacional da UJ relacionado à concessão de licenças ambientais (Ibama); **item 25** – Informações sobre os termos aditivos firmados entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS); **item 26** – Metas e indicadores operacionais em complemento às informações exigidas no item 2.4 da Parte A (conteúdo geral), da DN 119/2012 (Instituições federais integrantes do Sistema Financeiro Nacional); **item 27** – Tabela detalhada dos três últimos exercícios com os valores do ressarcimento pelos planos de saúde ao SUS; **item 29** – Informações sobre o cumprimento do cronograma proposto para substituição de trabalhadores terceirizados irregulares por servidores concursados (SRH/MPOG); **item 30** – Metodologia aplicada para a escolha de projetos fiscalizados pela Agência Nacional de Cinema

(Ancine); **item 31** – Informações sobre o acompanhamento e avaliação relacionada à supervisão de entidades públicas e privadas que tenham celebrado contrato de gestão; **item 32** – Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Previdência Social; **item 33** – Indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão estratégica do MAPA; **item 34** – Indicadores de desempenho desenvolvidos para aferir os resultados da gestão do Incra; **item 35** – Cronograma de levantamento relativo a documentação cartorária de imóveis rurais (Superintendências Regionais do Incra); **item 36** – Contratos firmados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e os agentes financeiros do financiamento para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café (Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira); **item 37** – Conciliação e eventuais ajustes dos valores do grupo “Patrimônio Líquido” relativo ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); **item 38** – Medidas adotadas para acompanhar e aprimorar os procedimentos de revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC); **item 39** – Informações a serem prestadas pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH) sobre as ações relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; **item 40** – Informações sobre as ações relativas ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); **item 41** – Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária, prestadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB); **item 42** – Evolução do Plano Nacional de Desmobilização do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); **item 43** – Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos; **item 44** – Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício, realizadas no âmbito de contrato de prestação de serviços firmado entre o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal; **item 45** - Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício pela Secretaria-Executiva e Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades; **item 46** – Informações sobre o acompanhamento das ações de responsabilidade da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos para operacionalização de obras prestadas pela Secretaria-Executiva do Ministério das Cidades; **item 47** – Informações acerca dos resultados da avaliação do impacto socioeconômico das operações dos fundos de investimentos; **item 48** – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar; **item 49** – Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao contrato de gestão; **item 51** – Informações sobre a execução do Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem (PNP); **item 52** – Informações complementares à análise da gestão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); **item 53** – Informações complementares à análise da gestão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); **item 54** – Informações complementares à análise da gestão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); **item 55** – Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ); **item 56** – Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional; **item 57** – Informações sobre as ações empreendidas pelo IRB-Brasil Re relacionadas à gestão da carteira em extinção (run-off) do Seguro de Crédito à Exportação (SCE); **item 58** – Relatório de acompanhamento do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas); **item 59** – Informações complementares à análise da gestão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Os demais itens são apresentados a seguir, numerados conforme a sequência estabelecida no bojo da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília, 31 de março de 2013.

Secretaria de Direitos Humanos

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SDH

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA SDH

QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA SDH

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Direitos humanos			
Denominação abreviada: SDH/PR			
Código SIORG: 001801	Código LOA: 20121		Código SIAFI: 200016
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-3703	(061) 2025-3776	(061) 2025-9414
E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br			
Página na Internet: http://www.sdh.gov.br			
Endereço Postal: SCS – B, Qd. 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º Andar			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.983, de 28/05/2003 (DOU - 29/05/2003), Lei nº 11.958, de 26/06/2009 (DOU - 29/06/2009) e Lei nº 12.314, de 19/08/2010 (DOU – 20/08/2010)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.069/1990 – Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA			
Lei nº 12.213/2010 – Institui o Fundo Nacional do Idoso - FNI			
Lei nº 11.520/2007- Comissão Interministerial de Avaliação de casos de pessoas atingidas pela hanseníase			
Lei nº 9.140/1995 - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos			
Lei nº 8.242/1991 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;			
Lei nº 4.319/1964 – Criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH;			
Decreto nº 7.256/2010 – Aprova a Estrutura Regimental da SDH/PR;			
Decreto nº 7053/2009 - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua			
Decreto nº 6.980/2009 e Decreto nº 6.998/2009 – Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão;			
Decreto de 11/10/2007 – Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC			
Decreto de 11/10/2007 – Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes			
Decreto de 13/7/2006 – Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo			
Decreto de 26/6/2006 – Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT;			
Decreto de 03/5/2006 – Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia;			
Decreto nº 5.296/2004 – Comitê de Ajudas Técnicas			
Decreto nº 5.109/2004 – Estruturação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI;			
Decreto de 31/7/2003 – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo;			
Decreto nº 3.952/2001 – Criação do Conselho Nacional de Combate á Discriminação – CNCD;			
Decreto nº 3.951/2001 – Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças			
Decreto nº 3.518/2000 – Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas			
Decreto nº 3.298/1999 – Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;			
Decreto nº 3.174/1999 – Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional de Crianças			
Decreto nº 1.196/1994 – Gestão e Administração do FNCA;			
Portaria SEDH nº 1.598/2009 – Gestão do PPA na SDH/PR			
Portaria SEDH nº 22/2005 (DOU – 23/02/2005) – Regimento Interno			
Portaria SEDH nº 98/2003 – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH			

Resolução CDDPH nº 14/2004 – Coordenação Nacional dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	
Resolução CNDI nº 14/2011 - Criação de um grupo de trabalho para elaboração de critérios para utilização do Fundo Nacional do Idoso.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro 2009)	
Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (Publicação impressa de 2005)	
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Publicação impressa de 10 de dezembro de 2006)	
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução CONANDA n.º 119, de 11 de dezembro de 2006)	
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006 (Resolução Conjunta CNAS-CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006)	
II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Portaria SDH/PR nº 643/2008)	
Programa Nacional de Acessibilidade (Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004)	
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006 (Resolução Conjunta CNAS-CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006)	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
110244	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
207001	Fundo Nacional do Idoso
110198	Secretaria de Direitos Humanos – Rec.Ext.
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110244	00001
207001	00001
110198	00001

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSITUCIONAIS DA SDH

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR é um órgão essencial da Presidência da República que tem como missão garantir que políticas públicas para a defesa e a promoção dos direitos humanos sejam formuladas e implementadas na sociedade brasileira. Seu principal escopo de atuação é na articulação de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando assegurar a transversalidade dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. As principais competências da SDH/PR são: a) formular diretrizes que orientem as políticas públicas em direitos humanos para as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência, as lésbicas, os gays, bissexuais, transexuais e travestis, idosos e para outros grupos específicos em situação de vulnerabilidade; b) articular parcerias com órgãos governamentais dos três poderes, com estados e municípios, com a sociedade civil e com organizações internacionais para a formulação e o cumprimento de políticas públicas para promoção e defesa dos direitos humanos; c) receber e encaminhar informações; d) implementar serviços de proteção a pessoas ameaçadas; e coordenar o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. A SDH/PR atua como ouvidora-geral da cidadania.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR foi criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Suas competências foram atualizadas com a edição da Lei nº 12.134/2010 e do Decreto nº 7.256/2010, apresentando atualmente a seguinte forma:

- 1) assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas:

- a. à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias; e
 - b. à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária;
- 2) coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH,
- 3) articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto por organizações da sociedade;
- 4) exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias;
- 5) atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD;
- 6) coordenar assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas com deficiência;
- 7) exercer as atribuições de Órgão Executor Federal do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas¹;
- 8) atuar como Autoridade Central Administrativa Federal, a que se refere o art. 6º da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de Haia²;
- 9) atuar como Autoridade Central Administrativa Federal, a que se refere o art. 6º da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, de Haia³;
- 10) atuar como a Autoridade Central a que se refere o art. 7º da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores, de Montevidéu⁴;
- 11) encaminhar ao Presidente da República propostas de atos necessários para o cumprimento de decisões de organismos internacionais motivadas por violações dos direitos humanos, assim como realizar eventual pagamento de valores decorrentes;
- 12) proceder ao pagamento de indenizações decorrentes de decisões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e
- 13) coordenar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, nos termos do Decreto nº 7.053/2009.

E, ainda, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com a Advocacia Geral da União, faz a representação brasileira junto aos organismos internacionais de direitos humanos da Organização das Nações Unidas – ONU (Conselho de Direitos Humanos, Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e Comitês ligados aos Pactos e Convenções Internacionais sobre direitos humanos) e da Organização dos Estados Americanos – OEA (Comissão e Corte Interamericanas de Direitos Humanos).

Por fim, registre-se que integra a estrutura da Secretaria uma série de Conselhos, Comissões e Comitês, além de outros espaços institucionais de interlocução que exemplificam os aspectos de articulação e mobilização que caracterizam a Pasta. São eles:

¹ Instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1.999.

² Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

³ Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 79, de 15 de setembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000.

⁴ Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 3, de 7 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 1.212, de 3 de agosto de 1994

Conselhos Nacionais (Decreto nº 6.980/2009, Anexo I, Art. 2º, III):

- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD

Conselhos Específicos:

- Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional de Crianças (Decreto nº 3.174/1999, Art. 5º)
- Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Decreto nº 3.518/2000, Art. 2º, I)
- Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças (Decreto 3.951/2001, Art. 3º)

Comissões:

- Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/1995, Art. 4º)
- Comissão Interministerial de Avaliação de casos de pessoas atingidas pela hanseníase (Lei nº 11.520/2007, Art. 2º; § 1º)
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Decreto de 31/7/2003)
- Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Decreto de 13/7/2006)
- Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Decreto de 11/10/2007)
- Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Decreto de 11/10/2007)

Comitês:

- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7053/2009, Art. 9º)
- Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica (Decreto nº 6.289/2007)
- Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente (Decreto nº 6.230/2007)
- Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD (Decreto nº 6.215/2007)
- Comitê de Ajudas Técnicas (Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004)
- Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT (Decreto de 26/6/2006)
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH (Portaria SDH/PR nº 98/2003, Art. 1º)
- Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 (Decreto nº 7037/2009)

Fórum:

- Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia (Decreto de 03/5/2006)

Coordenação colegiada:

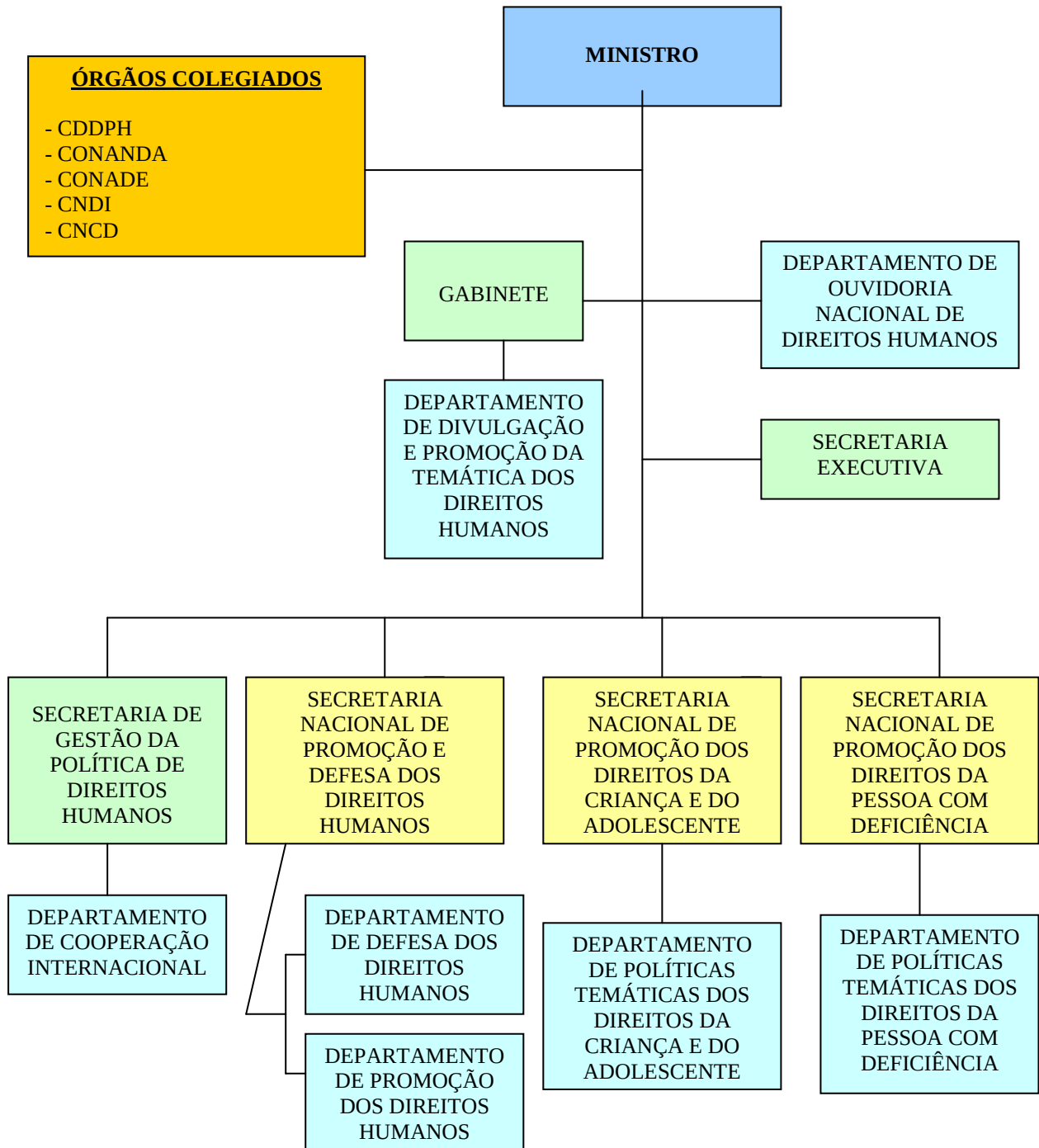
- Coordenação Nacional dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (Resolução CDDPH nº 14/2004)

No âmbito do PPA 2012-2015, ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República os seguintes Objetivos:

- 1) 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.;
- 2) 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade;
- 3) 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos;
- 4) 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação;
- 5) 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência;
- 6) 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência;
- 7) 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia;
- 8) 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica;
- 9) 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos;
- 10) 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa;
- 11) 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;
- 12) 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos;
- 13) 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua;
- 14) 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro;
- 15) 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição;
- 16) 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão;
- 17) 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR



Base Legal

Decreto nº 7.256, de 4/08/10

Lei nº 12.314, de 19/08/10

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos sob responsabilidade da SDH/PR estão ligados à implementação de três programas constantes do Plano Plurianual 2012 – 2015:

- 2062 – Programa de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes;
- 2063 – Programa de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e
- 2064 – Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

A situação desses programas em 2012 é apresentada no item 2.3 mais adiante.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

A unidade da SDH/PR responsável pelos macroprocessos de apoio ao órgão é a Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos – SGPDH. Os macroprocessos de apoio são:

- Gestão de Convênios;
- Planejamento e Orçamento;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Licitações e Contratos;
- Tecnologia da Informação;
- Serviços Gerais; e
- Gestão de Pessoas.

Em 2003, mesmo ano da criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos como órgão vinculado à Presidência da República e detentor de *status* ministerial, foi publicado o Decreto n.º 4.939, que atribuiu ao Ministério da Justiça a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças relativas à então SEDH até que o novo órgão estivesse devidamente estruturado para exercê-las.

No início de 2011, decorridos oito anos da edição do referido decreto, ainda persistia um elevado grau de dependência administrativa da Secretaria de Direitos Humanos em relação ao Ministério da Justiça, o que acarretava um duplo ônus aos dois órgãos: pelo lado do Ministério da Justiça, a manutenção, por tanto tempo, das atividades realizadas na SDH vinha comprometendo parcela significativa de sua própria estrutura de pessoal, dos recursos orçamentários disponíveis e dos recursos logísticos que ainda tinham de ser compartilhados por outros órgãos mantidos pelo MJ e pelas suas próprias unidades administrativas. Pelo da SDH, a ausência de uma linha de ação mais clara e contundente em prol de sua emancipação lhe impunha limites quase sempre muito estreitos à reorganização de seus processos administrativos.

Neste sentido, elegeu-se ainda em janeiro de 2011 a emancipação administrativa como uma das linhas de atuação prioritárias da SGPDH, com o intuito de dotar a SDH das estruturas necessárias à governança e à gestão de seus próprios meios, eliminando-se, tanto quanto possível, a realização de processos administrativos por outros órgãos ou unidades da Administração Pública Federal.

As tabelas a seguir apresentam, de forma resumida, a situação dos macroprocessos afetos a cada uma das áreas que integram a SGPDH, confrontando a situação de dezembro de 2010 com a de dezembro de 2012.

Área: Gestão de Convênios			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Elaboração e publicação de Edital de Seleção	SDH	SDH
2	Análise e seleção de projetos	SDH	SDH
3	Análise técnica e instrução processual	SDH	SDH
4	Análise jurídica do Termo de Convênio	SAJ / CC / PR	SAJ / CC / PR
5	Formalização, assinatura e publicação	SDH	SDH
6	Acompanhamento e Fiscalização	SDH	SDH
7	Análise de Prestação de Contas	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		87,5%	87,5%

Área: Planejamento e Orçamento			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Monitoramento e Gestão do PPA	SDH	SDH
2	Gestão do Orçamento	SDH	SDH
3	Gestão das arrecadações de fundos (FNCA, FNI)	SDH	SDH
4	Definição dos limites orçamentários da SDH	SG / PR	SG / PR
5	Elaboração da proposta orçamentária da SDH	SDH	SDH
6	Monitoramento da execução dos programas	SDH	SDH
7	Detalhamento da despesa	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		90,0%	90,0%

Área: Execução Orçamentária e Financeira			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Descentralização de créditos orçamentários	SDH	SDH
2	Programação Financeira	SDH	SDH
3	Detalhamento de recursos orçamentários	SDH	SDH
4	Realização de transferências voluntárias	SDH	SDH
5	Apropriação e liquidação de despesas	SDH	SDH
6	Realização de pagamentos diversos	SDH	SDH
7	Acompanhamento dos gastos com passagens	SDH	SDH
8	Conformidade de registro de gestão	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		100,0%	100,0%

Tabela 3.3 – Percentual de desvinculação da área de Execução Orçamentária e Financeira

Área: Licitações e Contratos			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Formalização da demanda	SDH	SDH
2	Elaboração do Termo de Referência	SDH	SDH
3	Realização das pesquisas de mercado	MJ	SDH
4	Elaboração da Minuta de Edital e de Contrato	MJ	SDH
5	Análise Jurídica	MJ	MJ
6	Procedimento Licitatório	MJ	SDH
7	Contratação	MJ	SDH
8	Gestão do Contrato	MJ	SDH
% de internalização de macroprocessos		25,0%	87,5%

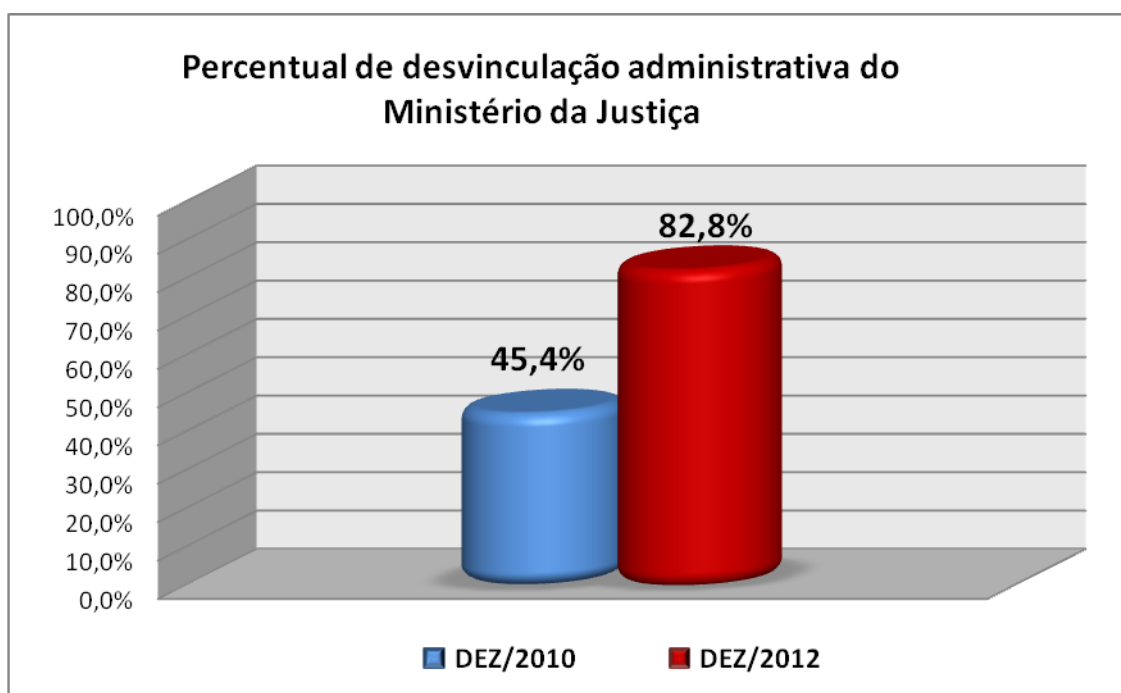
Área: Tecnologia da Informação			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Governança de TI	MJ	SDH
2	Gestão de serviços de TI	MJ	SDH
3	Gestão de segurança da informação	MJ	SDH
4	Gestão de infraestrutura de TI	MJ	SDH
5	Gestão de sistemas informatizados	MJ	SDH / MJ
6	Desenvolvimento de sistemas de informação	MJ	SDH
7	Aquisições de bens e serviços de TI	MJ	SDH
8	Gestão de contratos de TI	MJ	SDH
9	Gestão de ativos	MJ	SDH
10	Gestão da informação	MJ	SDH
% de internalização de macroprocessos		0%	95,0%

Área: Serviços Gerais			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Gestão da frota de veículos oficiais	MJ	SDH
2	Arquivo central / almoxarifado	MJ	MJ
3	Telefonia Móvel / Telefonia Fixa	MJ	SDH / MJ
4	Brigada / Segurança Patrimonial	MJ	MJ
5	Serviços Gráficos / Carimbos / Chaveiro	MJ	SDH
6	Serviços Terceirizados (Recepc. / Protocolo)	MJ	SDH
7	Serviços Terceirizados (Copa / Motoristas)	MJ	SDH
8	Limpeza / Manutenção Predial	MJ	MJ
9	Inventário / Patrimônio	MJ	MJ
10	Manutenção de redes elétrica e de dados	MJ	SDH
11	Serviços Postais	MJ	MJ
% de internalização de macroprocessos		0%	54,5%

Área: Gestão de Pessoas			
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012
1	Elaboração e execução de plano de capacitação	SDH / MJ	SDH
2	Processos de requisição de pessoal	SDH	SDH
3	Processos de nomeação, posse e exoneração	MJ	SDH / MJ
4	Benefícios (ajuda de custo, auxílio moradia, ...)	MJ	SDH
5	Gestão de folha de pagamento	MJ	MJ
6	Administração de cadastro e pastas funcionais	SDH / MJ	SDH
7	Orientações e normas relativas a pessoal	MJ	SDH
% de internalização de macroprocessos		15,0%	65,0%

Como se pode constatar, nos últimos dois anos houve significativo avanço nas áreas de Tecnologia da Informação, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoas e Serviços Gerais, que possuíam pouca ou nenhuma autonomia para a realização dos seus respectivos macroprocessos. Atualmente a SDH já conta com independência funcional para a execução das funções ligadas às áreas de Planejamento e Orçamento, Execução Orçamentária e Financeira e Governança de TI. Para as áreas de Gestão de Convênios e de Licitações e Contratos, resta tão somente internalizar a análise jurídica dos instrumentos afetos a cada uma. Na área de Gestão de Pessoas, o principal procedimento ainda executado fora da SDH é a gestão de sua folha de pagamento. Um caminho um pouco mais longo a ser percorrido está no setor de serviços gerais, nas funções de gestão do patrimônio, arquivo, almoxarifado e alguns serviços de terceirização.

Atribuindo-se às sete áreas pesquisadas o mesmo peso no processo geral de desvinculação administrativa e considerando os percentuais aferidos em 2010 e em 2012 como medidas da internalização dos respectivos macroprocessos, obtemos um valor para quantificar o *status* atual de emancipação administrativa da Secretaria de Direitos Humanos, cujos resultados estão dispostos no gráfico abaixo.



1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

No quadro abaixo estão relacionados os principais parceiros que atuam na execução dos macroprocessos da SDH. Assim, objetivando melhor entendimento e clareza, o quadro esta dividido por Programas desta pasta, bem como os Estados partícipes e valores envolvidos. Cabe esclarecer que estão listados os programas tanto do PPA 2008-2011 quanto do PPA 2012-2015 tendo em vista que algumas parcerias firmadas durante a vigência do PPA antigo ainda estavam em curso ao longo de 2012.

Programa	Esfera Administrativa	Conveniente	UF
0152 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE	ESTADUAL	FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO	PE
		SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CE
		SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	RJ
		SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA	MT
		FUND. DESENV. DA CRIANCA E DO ADOLESC ALICE DE ALMEIDA - FUNDAC	PB
		ESTADO DE SANTA CATARINA	SC
		FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARA - FASEPA	PA
		FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	RS
		FUNDACAO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	MA
		ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA	SE
		FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA-SP	SP
		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA	AP
0153 - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MG
		FUNDACAO DA CRIANCA E ADOLESCENTE	BA
	MUNICIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP
0154 - Garantia e Acesso a Direitos	ESTADUAL	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PE
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - SE	PA
		SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	TO
		SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	BA
	PRIVADA	INSTITUTO VIDA RENOVADA	RJ
		FUNDACAO SAO PAULO	SP
0670 - Proteção a Pessoas Ameaçadas	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MG
		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PE
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS	PA
		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA	ES

		SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	RJ
		SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	BA
		SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	AL
		PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS	AM
		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	PR
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA	PA
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	DF
		ESTADO DO MARANHÃO - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS	MA
		SECRETARIA DA SEGURANCA PÚBLICA	RS
		SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARA	CE
		SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	RS
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS	AM
		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E DA CIDADANIA	RN
	MUNICIPAL	MUNICIPIO DE SAO PAULO	SP
		OLINDA PREFEITURA	PE
		CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC	SP
	PRIVADA	CENTRO POPULAR DE FORMACAO DA JUVENTUDE	DF
		SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS	MA
		INSTITUTO DE ACESSO A JUSTICA	RS
		OBSERVATORIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO-OF/RJ	RJ
		CENTRO DE APOIO AOS DIREITOS HUMANOS “VALDÍCIO BARBOSA”	ES
1078 - Nacional de Acessibilidade	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSAO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PI
1086 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSAO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PI
1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	MUNICIPAL	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - PREFEITURA MUNICIPAL	SP
2062 - Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA DO DISTRITO FEDERAL	DF
		SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	MS
		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA-SEDES	BA
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH	AC
		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	PB
		SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA	AM

		SOCIAL E CIDADANIA	
		SECRETARIA DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE - GOVERNO DE PERNAMBUCO	PE
		SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	ES
		DEFENSORIA PUBLICA -GERAL DO ESTADO DO ACRE	AC
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	MG
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	CE
		ESTADO DO ACRE	AC
		DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	MS
	PRIVADA	AVANTE- EDUCACAO E MOBILIZACAO SOCIAL	BA
		CENTRO ARTISTICO CULTURAL BELEM AMAZONIA	PA
		ASSOCIACAO PARAENSE DE APOIO AS COMUNIDADES CARENTES	PA
		CENTRO DE REFERENCIA, ESTUDOS E ACOES SOBRE CRIANCAS E ADOLESCENTES - CECRIA	DF
2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSAO DA PESSOA COM DEFICIENCIA - SEID	PI
	MUNICIPAL	JOINVILLE PREFEITURA MUNICIPAL	SC
		ITUPIRANGA PREFEITURA	PA
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	ES
		SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	RJ
		SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	BA
		SECRETARIA DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	SP
		SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	AL
		SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARA	CE
		SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	RS
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS	AC
		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	PR
		SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	MS
		SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	SC
		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	PB
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA	PA
		SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES	BA
		SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADANIA E TRABALHO	GO
		SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	ES
		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PE
		SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITACAO	SC

		SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	PI
		MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ACRE	AC
		ESTADO DA PARAIBA	PB
		MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO	MT
		DISTRITO FEDERAL	DF
		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	PR
	MUNICIPAL	SAPUCAIA DO SUL PREFEITURA	RS
		PINHAIS PREFEITURA MUNICIPAL	PR
		PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS	RS
	PRIVADA	CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL	RS
		AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	DF
		CENTRO POPULAR DE FORMACAO DA JUVENTUDE	DF
		INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - INDES	CE
		COMCAUSA	RJ
		CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEM BASCARAN	MA
		CENTRO PARANAENSE DA CIDADANIA - CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA	PR
		INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICACAO SOCIAL	SP
		ANIS - INSTITUTO DE BIOETICA, DIREITOS HUMANOS E GENERO	DF
2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	RS

No quadro seguinte, estão relacionadas as Instituições da Esfera Administrativa Federal com as quais foram firmados Termos de Cooperação.

ESFERA ADMINISTRATIVA	INSTITUIÇÃO	UF
FEDERAL	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ENAP	DF
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB	DF
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AM
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL-UFMS	MS
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINESE	SC
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS	GO
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	RO
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	PA
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	PB
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PA

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA SDH

Seja pela amplitude, complexidade e diversidade de sua pauta de atribuições institucionais, seja pelo seu atual grau de amadurecimento institucional ou seja pela recomendação significativa do Tribunal de Contas da União, a SDH/PR coloca-se o desafio de implantar o Modelo de Gestão Estratégica e, para tanto, se propõe a contratar empresa de consultoria com expertise na temática para conduzir esse processo.

O próprio Tribunal de Contas da União no recente ACÓRDÃO Nº 1233/2012 – TCU – Plenário, recomendou à Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) do Conselho de Governo, em atenção Decreto-Lei 200/1967, art. 6º, inciso I, e art. 7º, que normatize a obrigatoriedade de que todos os entes sob sua jurisdição estabeleçam processo de planejamento estratégico institucional, observando as boas práticas sobre o tema.

Nessa tendência de constante aperfeiçoamento e profissionalização da gestão pública que esse órgão de controle vem estimulando na Administração Pública Federal, a SDH pretende proceder à implantação de modelo de gestão estratégica, que é uma ação mais moderna ao clássico planejamento estratégico institucional visto que os objetivos e ações transcendem à mera elaboração da missão, visão e valores da instituição, e passa a atingir a estruturação de assessorias de gestão estratégicas, modelagem de projetos estratégicos e a estruturação de escritório de projetos. Essa metodologia garantirá ao órgão a efetiva execução dos seus projetos estratégicos.

O objetivo do projeto é a modernização da gestão da SDH/PR, a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão de projetos, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas.

Relativamente à opção pela metodologia BSC – Balanced Score Card, verifica-se que esta é a mais usualmente utilizada nos diversos planejamentos estratégicos elaborados pelos órgãos da Administração Pública Federal, sendo reconhecida no meio de gestão pública como uma ferramenta aderente às especificidades de negócios públicos. Ademais, os conceitos utilizados pelas ferramentas são amplamente conhecidos pelos diversos profissionais que integram as carreiras da Administração Pública Federal, o que viabiliza o alinhamento das informações e do conhecimento entre todos os atores do órgão que atuarão no processo de construção da missão, visão, valores da SDH/PR e do seu mapa estratégico.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A SDH é um órgão essencial da Presidência da República que tem como missão garantir que políticas públicas para a defesa e a promoção dos direitos humanos sejam formuladas e implementadas na sociedade brasileira. Seu principal escopo de atuação é na articulação de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando assegurar a transversalidade dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. As principais competências da

SDH/PR são: a) formular diretrizes que orientem as políticas públicas em direitos humanos para as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência, as lésbicas, os gays, bissexuais, transexuais e travestis, idosos e para outros grupos específicos em situação de vulnerabilidade; b) articular parcerias com órgãos governamentais dos três poderes, com estados e municípios, com a sociedade civil e com organizações internacionais para a formulação e o cumprimento de políticas públicas para promoção e defesa dos direitos humanos; c) receber e encaminhar informações; d) implementar serviços de proteção a pessoas ameaçadas; e e) coordenar o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. A SDH/PR atua ainda como ouvidora-geral da cidadania.

Com uma pauta tão ampla, a articulação e a mobilização institucionais são características centrais da estratégia de atuação da SDH/PR. Uma das vertentes que justificam tais características está relacionada à compreensão de que o atendimento aos compromissos internacionais¹ e nacionais² de direitos humanos é tarefa de todo o Estado e da sociedade. Com esse entendimento, a Secretaria cumpre suas atribuições com foco na constituição e consolidação de ampla rede de parcerias que envolvem Ministérios e Secretarias, outros órgãos dos três poderes e das três esferas de Governo, além do Ministério Público Federal e dos Estados. Tal rede envolve de forma destacada a participação das organizações e movimentos sociais, além de empresas estatais e a iniciativa privada.

Ademais, a execução orçamentária do órgão é marcada pela realização de transferências voluntárias a estados, municípios, instituições de ensino superior e ao setor privado (entidades privadas sem fins lucrativos) por meio de convênios e termos de parceria. Soma-se a isso a celebração de Termos de Cooperação com outros órgãos da Administração Federal envolvendo tanto a descentralização de crédito da SDH/PR para seus parceiros, como o recebimento de recursos de outros órgãos para execução pela SDH/PR.

Na mesma linha da articulação e mobilização, a SDH/PR tem destacada atuação no cenário internacional com participação marcante no Conselho de Direitos Humanos e outros órgãos e agências da Organização das Nações Unidas – ONU, na Comissão e na Corte Interamericanas de Direitos Humanos e na reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul, além de crescente cooperação bilateral. Internamente, tal atuação é marcada pela cooperação técnica com diversas agências da ONU e de outros organismos multilaterais.

A fim de ampliar os mecanismos de controle social das políticas públicas de direitos humanos e garantir o monitoramento contínuo e a transparência das ações governamentais, o Governo comprometeu-se em instituir e manter um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos – SNIDH, de forma articulada com os demais órgãos públicos e a sociedade civil.

Esse Sistema é um projeto conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH e outras agências das Nações Unidas e tem como meta a estruturação de módulos sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. O Sistema está em desenvolvimento via Projeto de Cooperação Internacional BRA/11/003 e objetiva o desenvolvimento de um sistema que integre indicadores de modo a garantir sinergia e interconexão entre os direitos e indicadores, possibilitando uma visão completa e orgânica da realização dos direitos humanos. O marco metodológico do sistema é um documento elaborado pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU (HRI MC/2008/3), que norteia a escolha dos direitos, seus atributos e tipologias de indicadores. O sucesso do sistema depende de trabalho em rede. Os dados e indicadores irão suprir necessidades: (i) do Estado, na sua função de proponente de políticas públicas que fortaleçam as estruturas de direitos humanos, (ii) da sociedade civil, que

1 O Brasil é signatário de praticamente todos os tratados internacionais de direitos humanos tanto do sistema ONU quanto da OEA.

2 Destacam-se a Constituição Federal e o Programa Nacional de Direitos Humanos, além de outros normativos específicos sobre direitos humanos.

acompanha e avalia as ações do governo e de outros atores da sociedade e, (iii) das organizações internacionais, nos seus projetos de criação de instrumentos internacionais de direitos humanos. A construção do SNIDH envolve o governo, organismos internacionais, sociedade civil e instituições de pesquisa.

A atual gestão da SDH/PR tem como um de seus focos de atuação a definição de ações que objetivem a articulação interna rumo ao aperfeiçoamento institucional e político-gerencial, bem como rumo à implementação de políticas públicas de promoção, garantia e defesa de direitos humanos que envolvem um conjunto amplo de atores governamentais e não-governamentais.

Em favor do fortalecimento institucional a estratégia de atuação no biênio 2011-2012 tem sido na implementação de um conjunto de ações que possibilitem a efetiva desvinculação administrativa do Ministério da Justiça. Em que pese ter a qualificação de órgão essencial da Presidência da República, verificou-se que a SDH/PR ainda se deparava, em janeiro de 2011, com uma condição administrativa incompatível com o papel institucional que lhe era atribuído. Quase todos os procedimentos administrativos ainda eram exercidos pelo Ministério da Justiça, órgão ao qual a SDH/PR esteve vinculada desde sua criação em 1997 até o ano de 2003. Com amparo nas disposições do Decreto n.º 4.939, de 2003, aquela pasta vem desempenhando desde então as atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, contratos e licitações e gestão de TI, em favor da SDH/PR.

Importante frisar que o próprio Decreto n.º 4.939/2003 cuidou de conferir um caráter transitório a essa configuração de dependência administrativa, na medida em que previu que as mencionadas funções fossem desempenhadas *até* que os órgãos “tutorados” estivessem devidamente estruturados para o seu exercício autônomo, sem contudo haver fixado um prazo limite para a conclusão do processo de transição.

Para além das disposições legais, o fato é que a própria dinâmica das atividades de gestão interna da SDH/PR cuidaram de evidenciar os prejuízos provocados pela condição de dependência administrativa, sobretudo na agilidade com que se deveriam prover os serviços de apoio à execução dos programas finalísticos. Neste sentido priorizou-se a estruturação da Coordenação-Geral de Logística e Tecnologia da Informação, com particular destaque para a criação da comissão permanente de licitações, divisão de contratos e coordenação de internet e TI, o que permitiu absorver as funções de gestão de compras e contratos até então executadas pelo Ministério da Justiça, bem como preparar as condições para a migração de todos os serviços afetos à gestão de TI.

O fruto de tal gestão pode ser verificado tomando-se como indicador o levantamento de contratações e aquisições realizadas pela própria SDH/PR. Em janeiro de 2011, o órgão contava com um único contrato gerido diretamente por sua equipe. Ao final do exercício somam-se 35 (trinta e cinco) contratações efetivadas, decorrentes de procedimentos licitatórios planejados e conduzidos por equipe própria.

Tal evento traduz o prosseguimento da orientação de reestruturação administrativa alcançada com a edição da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, regulamentada pelos Decretos nºs 6.980 e 6.998, ambos de 2009, e atualizada com a publicação da Lei nº 12.314/2010 e do Decreto nº 7.256/2010, que tratam da estrutura organizacional. Dessa forma, algumas contratações imprescindíveis à efetivação dessa diretriz são destacadas a seguir:

Aluguel de sede própria – a SDH/PR, antes instalada de forma dispersa nas dependências do Ministério da Justiça e seus Anexos, passou a ocupar o Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º, 9º e 10º andares, a partir de maio de 2010.

Gestão de Pessoas – a SDH/PR atualmente tem autonomia nas ações de capacitação, nomeação, exoneração, destituição, designação, consultas SIORG e, provimentos de cargos (junto à Presidência da República), procedimentos relativos à formalização dos processos / solicitações de estagiários, requisições (via Casa Civil) auxílio moradia, substituição, férias, deslocamento para posse e retorno à origem, mudanças, solicitação de imóvel funcional e auxílio saúde. Apesar de ainda dependente do Ministério da Justiça em algumas ações de gestão de pessoas (basicamente pagamento dos auxílios moradia, mudanças, deslocamento, saúde e pagamento da folha de pessoal) pode-se concluir que a SDH/PR caminha crescentemente para sua autonomia na área de Gestão de Pessoas.

- a) Constituição de frota própria de veículos de transporte institucional – até janeiro de 2011, a SDH/PR era atendida em suas necessidades cotidianas de transporte de servidores e de documentação por 4 (quatro) veículos populares (veículos de serviço), provenientes de uma reduzida parcela de um contrato de locação celebrado pelo Ministério da Justiça. Após uma rigorosa pesquisa junto a órgãos e entidades de outros poderes com o propósito de identificar veículos em condições de uso e que pudessem ser doados, a SDH/PR logrou constituir uma frota com 20 (vinte) veículos, sendo 12 (doze) de transporte institucional e 8 (oito) de serviço, todos recebidos em doação. Em decorrência foram formalizados contratos para prover os serviços de choferagem, abastecimento e manutenção preventiva.
- b) Comunicação – merecem destaque as atividades que proporcionaram municiar a SDH/PR com fornecimento de mídia, resultado das contratações de TV por assinatura, mídia impressa e fornecimento de jornais e revistas, evidenciando que o órgão conquistou autonomia para a publicidade legal, qual seja a publicação de avisos, relatórios e outros que órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.
- c) Implementação de Sistema de Acompanhamento Contratual – com a crescente demanda de contratações e aquisições foi instalado o Sistema de Acompanhamento Contratual, o qual permite aos gestores o acesso a informações, estatísticas e relatórios sobre qualquer dado deste universo, tais como fiscalização, portarias, empresas, vigência, acompanhamento orçamentário e financeiro.
- d) Criação de uma infraestrutura de TI – que permitiu independência tecnológica em relação ao Ministério da Justiça e que proporcionou tempestividade e qualidade na prestação de serviços de TI. Tal infraestrutura, consubstanciada em um DataCenter corporativo da SDH/PR, permite o acesso aos serviços básicos de rede de dados e a conectividade com serviços externos, com níveis de disponibilidade, qualidade e segurança adequados.

Nessa esteira, a SDH vem investindo na elaboração de seu Planejamento Estratégico Institucional visando a implantação de modelo de gestão estratégica enraizando em suas estruturas a modelagem necessária a garantir sua eficácia e a evolução do órgão.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Programa: 2062 - Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Em 2012, a SDH realizou parcerias com os Estados-sede da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013, visando à expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de

Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PAIR) no contexto de grandes eventos, contemplando o objetivo 0259 do PPA.

Ainda, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas foram incluídos como público prioritário para a oferta de cursos no âmbito da bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, fortalecendo as políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, foi sancionada, em 18 de janeiro de 2012, a Lei nº 12.594, que institui o SINASE em todo o território nacional e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, o que cumpre o objetivo 0435 do PPA.

No ano de 2012, atingiu-se o número de 5.534 Municípios com Conselhos Tutelares, de um total de 5.563, o que representa o cumprimento de 99,47% da meta prevista no objetivo 0260 do PPA, referente à universalização dos citados Conselhos. No que tange à estruturação dos órgãos colegiados em questão, foram adquiridos 500 kits de equipagem, no valor aproximado de R\$ 24,5 milhões, contendo 1 carro, 5 computadores, 1 impressora multifuncional, 1 refrigerador e 1 bebedouro, com entrega prevista para 2013. Merece destaque, também, a sanção da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha. Acerca das Escolas de Conselho, elas estão presentes em 15 Estados e, em 2012, tiveram cerca de 7.500 alunos. Além disso, há processos de formalização de novas Escolas em outros 7 Estados.

Em relação à cooperação jurídica internacional nas áreas de adoção internacional, sequestro internacional de crianças e restituição internacional de menores, foi instituído um Grupo Permanente de Trabalho para revisar a proposta de projeto de lei que visa regulamentar o tema da subtração internacional de crianças. Além do acompanhamento de cerca de 400 casos de adoção internacional processados pelas Justiças Estaduais, a Autoridade Central Administrativa Federal/SDH realizou amplo trabalho de revisão e atualização de estatísticas sobre adoções internacionais de crianças brasileiras. Ainda, foi feito levantamento detalhado de casos, nos últimos dez anos, de adoção internacional considerados insatisfatórios, de acordo com o objetivo 0575 do PPA.

No tocante ao Sistema de Informações para Infância e Adolescência (SIPIA), foram organizadas 6 oficinas regionais e a edição anual da oficina de treinamento de pontos focais estaduais do SIPIA, garantindo a capacidade de implantação do projeto em 15 Estados. Atualmente, o SIPIA Módulo Conselhos Tutelares está em operação em 86 dos 273 Municípios com mais de 100 mil habitantes, o que representa 31,5% da meta prevista no PPA 2012-2015. Já o SIPIA Módulo SINASE está implantado em 7 Estados e em 16 Municípios com mais de 100 mil habitantes, conforme o objetivo 0435 do PPA.

Entre 11 e 14 de julho, realizou-se a 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema “Mobilizando, implementando e monitorando a política e o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes”. As etapas estaduais ocorreram entre fevereiro e maio de 2012. No evento, foram reunidas mais de 5.000 crianças, adolescentes, educadores e gestores envolvidos em ações e projetos locais de direitos humanos, como previsto no objetivo 0575 do PPA.

Programa: 2063 – Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

No âmbito do Plano Nacional “Viver sem Limites”, foi inaugurada, em 2012, a unidade do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Treinamento de Cães-Guia, em Camboriú/SC. Outra importante iniciativa foi a equipagem, em 2012, das Centrais de Intérpretes de LIBRAS, com a

aquisição de 37 kits contendo: 1 carro, 3 computadores, 1 impressora multifuncional, 1 webcam, 3 telefones (headset), 2 armários, 3 mesas e 3 cadeiras, no valor aproximado de R\$ 2,5 milhões, segundo objetivo 0568 do PPA.

Importante destacar também o estabelecimento da obrigatoriedade de disponibilizar legendas ocultas na programação televisiva, ampliando a acessibilidade na TV, favorecendo a legendagem de programas de grande audiência, também em relação ao objetivo 0568 do PPA.

Realizou-se, em consonância com o objetivo 0442 do PPA, a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre 3 e 6 de dezembro, com o tema “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: Novas Perspectivas e Desafios”. O evento contou com cerca de 2.000 participantes, sendo 886 delegados, dos 26 Estados brasileiros e do DF. Cerca de 10.300 representantes da sociedade civil e do governo participaram das etapas municipais e estaduais.

Na ocasião, foi lançado o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres e seu Comitê Gestor Nacional, cujo objetivo é reduzir a vulnerabilidade desses segmentos e orientar agentes estatais, sociedade civil, setor privado e agências de cooperação internacional para que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento de ações de preparação, prevenção, resposta e recuperação, nos três níveis da Federação, de acordo com o objetivo 0568 do PPA.

O programa Minha Casa, Minha Vida 2 assegurou o Desenho Universal como padrão para todas as unidades habitacionais, com o desenvolvimento de cinco “kits adaptação”, disponibilizados em pelo menos 3% das referidas unidades, conforme o objetivo 0736 do PPA. Foram feitas ações de divulgação do Viver sem Limites: Crédito acessibilidade; Minha Casa, Minha Vida; e PRONATEC para pessoas com deficiência.

Em relação à agenda internacional, prevista no objetivo 0442 do PPA, o Brasil participou da 5ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, durante a qual promoveu evento paralelo, cujo tema foi “Desenvolvimento Sustentável: Inclusivo e Acessível”. Ademais, houve fortalecimento da Comissão Permanente de Promoção e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH), com a definição de metas comuns para 2014. Finalmente, negociou-se a adoção, pela comunidade internacional, com ativa participação do Governo brasileiro, de tratado vinculante sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício das pessoas com deficiência para leitura, que teve como um dos resultados a decisão da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) de convocar, para 2013, conferência diplomática para pactuar os termos do referido tratado.

Programa: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Sobre as políticas de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica, objetivo 0254 do PPA, foi instalada, em 2012, a 218ª Unidade Interligada (UI), que implica o cumprimento de 20,7% da meta do PPA 2012-2015. A UI possibilita que a mãe saia da maternidade com o bebê já registrado e com a certidão de nascimento. Ainda, foram realizados 5 mutirões de registro civil voltados para indígenas, com cerca de 38 mil atendimentos, além de outros 2 mutirões, com mais 420 atendimentos.

Acerca da política de educação em direitos humanos, conforme objetivo 0255 do PPA, foram desenvolvidos 8 projetos nacionalmente, com ações de formação voltadas para mulheres trabalhadoras rurais, lideranças quilombolas, indígenas, dentre outros. Além disso, promoveu-se a formação de 600 atores sociais e 270 agentes para atuação em escolas do campo.

Em 2012, contemplando o objetivo 0255 do PPA, foram realizadas a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, nas 27 capitais brasileiras, com o objetivo de descentralizar e popularizar o debate sobre a temática; e a 18ª edição do Prêmio Direitos Humanos, buscando reconhecer e homenagear pessoas e entidades que tiveram destacada atuação na área, contando com 15 categorias.

No que se refere à diversidade religiosa, presente no objetivo 0255 do PPA, foram distribuídos vários materiais, dentre os quais 5.000 exemplares do livro ‘Diversidade Religiosa e Direitos Humanos – reconhecer as diferenças, superar a intolerância e promover a diversidade’. Foi realizada a campanha ‘Democracia, paz, religião – Respeite’ e capacitou-se 160 atendentes do Disque Direitos Humanos.

Na área de informações, o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos elaborou indicadores dos direitos à Saúde, à Educação, ao Trabalho, à Vida e ao Meio Ambiente. Também foi iniciado o desenvolvimento de uma matriz comum para o monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), com constituição de Grupo de Trabalho específico para tanto, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Por fim, a realização do Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares consolidou a primeira base de dados nacional sobre essa importante rede de proteção.

Acerca da promoção dos direitos da pessoa idosa, objetivo 0256 do PPA, elaborou-se o Protocolo Nacional para Proteção Integral de Pessoas Idosas em Situação de Riscos e Desastres, que, essencialmente, visa evitar ou minimizar os impactos desses eventos nas condições de vida das pessoas idosas. Ademais, foi criada a Matriz Referencial do Curso Cuidador de Idosos, em parceria com Instituto Federal de Brasília (IFB), com o objetivo de capacitar profissionais para atuarem no atendimento a esse público.

Na área de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), previsto no objetivo 0257 do PPA, foi lançado o primeiro relatório sobre violência homofóbica no Brasil. Realizou-se o 1º Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT, em Salvador/BA, que buscou alternativas para o enfrentamento dessa violência, considerando a sobreposição de agressões motivadas não só pelo racismo como também pela homofobia.

Já estão em vigor 14 Termos de Cooperação Técnica de Enfrentamento à Homofobia com os Estados, estando prevista para 2013 a implantação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia. Em relação aos Centros de Referência em Direitos Humanos, de acordo com o objetivo 0258 do PPA, foram criados, até 2012, 22 Centros, que atuaram em todas as regiões do País, em parceria com organizações não-governamentais, Prefeituras, Governos Estaduais e Universidades, atendendo a cerca de 32 mil pessoas, com auxílio à emissão de documentação civil, atendimentos jurídicos e psicossociais, recebimentos de denúncias, mediações de conflito e capacitações em direitos humanos.

A Caravana Direitos Humanos, realizada no AC e no MT, em 2012, relacionada ao objetivo 0258 do PPA, consolidou uma política nacional para a área, com a inauguração de um canal direto de diálogo com poderes locais, movimentos sociais e sociedade civil sobre a política de direitos humanos em curso no País.

No que tange às políticas para pessoas em situação de rua, previsto no objetivo 0742 do PPA, criou-se o Grupo de Trabalho para elaboração de conteúdos de direitos humanos desse segmento, visando

à formação de agentes de segurança pública de todo o País. Além disso, foi elaborado documento elencando conjunto de ações articuladas para a população de rua.

Sobre Direito à Memória e à Verdade, conforme objetivo 0972 do PPA, destaca-se a instalação da Comissão Nacional da Verdade; a implementação da Lei de Acesso à Informação; a criação de uma Política Nacional sobre Lugares de Memórias que incentiva a participação social na identificação de locais de repressão; e o início do Projeto da Não Repetição, que visa identificar mecanismos e práticas ainda vigentes em instituições do Estado que reproduzem violações aos direitos humanos.

Em referência à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, objetivo 0972 do PPA, as atividades do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) representaram avanço nas pesquisas e nas buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, especialmente no Pará. Adicionalmente, foram realizadas pesquisas para localização de desaparecidos políticos e busca de novas tecnologias para identificação humana em casos de inumações remotas.

Em 2012, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), cumprindo o objetivo 0973 do PPA, priorizou a capacitação dos agentes públicos envolvidos com o tema, sendo firmado termo de parceria com a ENAMAT/TST para a discussão do Trabalho Escravo na formação inicial dos Magistrados do Trabalho, com a realização de oficinas em 6 TRTs, para cerca de 600 juízes, procuradores e auditores do trabalho. Ainda em 2012, após 8 anos, a Câmara dos Deputados aprovou em 2º turno a PEC nº 438/01, que prevê o confisco de propriedades rurais ou urbanas onde seja constatada a exploração do trabalho escravo.

Acerca dos Serviços de Proteção a Vítimas e Testemunhas, presente em 18 Estados e no DF, foi garantida a proteção de 700 pessoas, por meio dos 18 programas estaduais, do distrital e do federal, que atende aos casos em localidades sem programas estaduais. Já o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos acompanhou 325 lideranças de direitos humanos, com 80 casos sendo avaliados para inclusão. Oito Estados possuem programas estaduais e os demais são atendidos pelo programa federal. Por último, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte foi expandido para CE, PB e SP, totalizando 13 coordenações estaduais, além do Núcleo Técnico Federal, que atende às solicitações de proteção nos Estados em que não existe o programa. Em 2012, 464 crianças e adolescentes foram protegidos, juntamente com 806 familiares. As ações de proteção contemplam o objetivo 0974 do PPA.

No ano de 2012, as ações de Direitos Humanos e Saúde Mental, referentes ao objetivo 0975 do PPA, centraram esforços na promoção e na defesa dos direitos das pessoas com transtornos mentais. Realizou-se uma intensa agenda de trabalho na região de Sorocaba/SP, deflagrada por denúncias de tortura e maus-tratos a pacientes em hospitais psiquiátricos. Ainda, com o Programa “Crack, é possível vencer”, foram incluídos conteúdos sobre direitos humanos nas capacitações referentes ao álcool e às outras drogas, realizadas pela SENAD/MJ, com a elaboração do texto orientador das oficinas de alinhamento conceitual que foram realizadas em 5 dos 12 Estados e capitais que aderiram ao Programa.

Em 2012, a Coordenação Geral de Combate à Tortura, cumprindo o objetivo 0975 do PPA, concentrou-se na elaboração do Anteprojeto de Lei sobre o procedimento de visitas em estabelecimentos penais e na uniformização do relatório de inspeções carcerárias. Ainda, em parceria com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, realizou inspeções carcerárias em AL, PA e DF, e participou da elaboração da resposta ao relatório emitido pelo Subcomitê para Prevenção da Tortura da ONU.

No âmbito do CDDPH, de acordo com o objetivo 0975 do PPA, destaca-se a atuação do Grupo de Trabalho sobre a garantia do Direito Humano à Moradia Adequada. A Comissão Especial Terra do Meio aprovou o Relatório de Impressões sobre as violações referentes à questão fundiária e violência rural da referida Comissão. Foi restabelecido o Grupo de Trabalho “Atingidos por Barragens”. A Comissão Especial Manoel Mattos desempenhou um papel importante na celeridade do julgamento dos cinco acusados de assassinar o defensor de direitos humanos Manoel Mattos, monitorando, em parceria com a sociedade civil, a atuação dos órgãos federais e estaduais, buscando a total implementação da decisão do Incidente de Deslocamento de Competência nº 02 – IDC, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça. O CDDPH promoveu, ainda, uma reunião extraordinária em Goiânia, para discutir a violência policial e as violações de direitos humanos no Estado. Finalmente, foram criadas a Comissão Especial sobre a Mercantilização do Direito Humano à Saúde e o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos profissionais de comunicação no Brasil.

No ano de 2012, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, juntamente com o Disque Direitos Humanos – Disque 100, realizaram 216.602 atendimentos. Desse total, 138.861 foram denúncias de violações de direitos humanos, um aumento de 73% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram encaminhadas 381.384 denúncias, superando em 5 vezes a meta prevista no PPA, especialmente em função de aperfeiçoamentos metodológicos no atendimento (envio on line, por exemplo), ampla divulgação e aceitação do serviço junto à população. Ademais, a Ouvidoria atuou em contextos de violações de direitos humanos coletivas, mediando conflitos de repercussão nacional, como no caso da desocupação da comunidade de Pinheirinhos, em São José dos Campos/SP, e da comunidade indígena Guarani Kaiowá. Realizou, também, visitas em presídios nos Estados do PA, PE, SC e no DF, além de atuar no caso das adoções ilegais de Monte Santo/BA e dos 15 ativistas LGBT ameaçados de morte no Paraná.

Na seara internacional, em 2012, o Brasil foi eleito para mandato de 3 anos (2013-2015) no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e apresentou relatório ao II Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal sobre a situação dos direitos humanos no País. Foi elaborada resposta ao Relatório ao Subcomitê de Prevenção à Tortura e, além disso, o Governo brasileiro também renovou seu compromisso com o monitoramento internacional para o combate à tortura e a todas as formas de tratamento cruel, desumano ou degradante, ao apoiar para ocupar novo mandato no referido Subcomitê a candidata brasileira, Sra. Margarida Pressburger, eleita em outubro. Ademais, o Brasil assinou o III Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança. No marco da visita ao Brasil da Relatora Especial para Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian, foi realizado o workshop Formas Contemporâneas de Escravidão.

No tocante ao Sistema Interamericano, contemplado no objetivo 0975 do PPA, são acompanhados 130 casos que tramitam perante aquelas instâncias, além de eventuais petições e de medidas provisórias e cautelares. Foi promovido, em 28 de novembro, o colóquio “Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos: boas práticas em soluções amistosas”, com a participação de representantes de países do MERCOSUL e da sociedade civil. Além disso, apoiou-se a eleição do Dr. Roberto Caldas para cumprir mandato 2013-2018 como juiz da Corte IDH.

No marco da presidência pro tempore do Brasil no MERCOSUL, a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL (RAADH) reuniu-se em Porto Alegre, entre 3 e 6 de setembro e, extraordinariamente, em Brasília, entre os dias 28 e 30 de novembro. Deu-se continuidade à ação coordenada com os Estados-membros em matéria de Direito à Memória, destacando-se a aprovação do documento “Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre os sítios de memória”.

No plano bilateral, realizaram-se missões técnicas ao Haiti, com o objetivo de fortalecer a capacidade institucional e as políticas públicas daquele país na área dos direitos das pessoas com deficiência, e a El Salvador, na área da promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Foram realizados o 1º Seminário “Reflexões e Propostas sobre Cooperação Técnica Internacional em Direitos Humanos” e o “Seminário Brasil-União Europeia sobre Defensores de Direitos Humanos”, que uniu o diálogo nacional à experiência internacional neste campo.

Acerca da pauta legislativa sobre temas de interesse dos direitos humanos, no âmbito do objetivo 0975 do PPA, foram aprovadas importantes legislações durante o ano de 2012, como a lei que tipifica o crime de extermínio de seres humanos; a que cria o Dia Nacional dos Direitos Humanos, em 12/08; a que assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo, dentre outras.

Finalmente, importantes projetos de lei avançaram em sua tramitação, como o que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o que proíbe uso de castigos corporais contra crianças e adolescentes, além da PEC do Trabalho Escravo, que agora aguarda apreciação pelo Senado Federal.

2.4 INDICADORES

A Secretaria de Direitos Humanos desenvolveu indicadores de desempenho de gestão a fim de medir a efetividade dos processos, permitindo a avaliação dos resultados alcançados durante o exercício.

Nesse sentido, foi elaborada a relação a seguir com os indicadores foco de monitoramento por parte da autoridade competente.

Grupo	Nome do Indicador	Forma de cálculo	Utilidade	Mensurabilidade	Periodicidade de coleta	Unidade de medida
Passagens e Diárias	Passagens emitidas por Secretaria	Quantidade de passagens emitidas por Secretaria no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	semanal	unid.

	Total de passagens emitidas - SDH	Quantidade Total de passagens emitidas no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	unid.
	Total de passagens emitidas em caráter de urgência - SDH	Somatório da quantidade de passagens emitidas em caráter de urgência no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão de passagens em caráter de urgência	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	unid.
	Despesas com passagens aéreas - SDH	Somatório das despesas com passagens aéreas	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	R\$
	Despesas com diárias - SDH	Somatório das despesas com diárias no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento de autorização para diárias	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois	mensal	R\$

				trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.		
	Despesas com passagens e diárias por Secretaria	Somatório das despesas com passagens e diárias por Secretaria no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento de autorização para diárias por Secretaria	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	R\$
Frota de veículos oficiais	Despesas com combustíveis - SDH	Somatório de despesas com combustíveis no período informado	Permite a avaliação da prestação do serviço por motorista; Relação consumo x necessidade de manutenção veicular;	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com combustíveis por Secretaria	Somatório de despesas com combustíveis por Secretaria no período informado	Permite o acompanhamento do gasto por Secretaria e avaliação do uso do recurso	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com manutenção de veículos - SDH	Somatório de Despesas com manutenção de veículos no período informado	Permite a avaliação da qualidade frota em relação ao gasto, indicando possíveis problemas de mecânica	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$

Energia Elétrica	Despesas com energia elétrica - SDH	Somatório de despesas com energia elétrica no período informado	Permite a gestão do uso da energia elétrica com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização racional dos bens da SDH	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
Telefonia	Despesas com telefonia móvel por Secretaria	Somatório de despesas com telefonia móvel por Secretaria no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia móvel por Secretaria	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com telefonia móvel - SDH	Somatório de despesas com telefonia móvel no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia móvel da SDH	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com telefonia fixa por Secretaria	Somatório de despesas com telefonia fixa por Secretaria no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia fixa por Secretaria	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com telefonia fixa - SDH	Somatório de despesas com telefonia fixa no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de	mensal	R\$

			telefonia fixa da SDH	produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.		
Orçamento	Evolução do orçamento da Secretaria - por natureza de gasto	Total do orçamento da Secretaria - por natureza de gasto no período informado	Permite o acompanhamento da evolução do orçamento por natureza de gasto subsidiando a tomada de decisão do ordenador de despesas	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	anual	%
	Evolução do orçamento da Secretaria - por área temática	Total do orçamento da Secretaria - por área temática no período informado	Permite o acompanhamento da evolução do orçamento por natureza de gasto subsidiando a tomada de decisão do ordenador de despesas e das áreas finalísticas	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	anual	R\$
	Execução orçamentária anual - por Secretaria	Total de execução orçamentária anual - por Secretaria no período informado	Permite o monitoramento das ações da Secretaria em relação ao orçamento destinado	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	%
	Execução orçamentária direta x execução orçamentária indireta	1.Total do orçamento executado diretamente / Total do orçamento (no período informado) 2.Total do orçamento executado indiretamente / Total do orçamento (no período informado)	Permite o monitoramento do comportamento da execução do orçamento da SDH em relação ao orçamento destinado	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	anual	%

Convênios	Instrumentos celebrados por tipo	Quantidade de instrumentos celebrados por tipo no período informado	Permite o monitoramento das ações das Secretaria em relação aos Convênios firmados	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.
	Instrumentos vigentes por tipo	Quantidade de instrumentos vigentes por tipo no período informado	Permite o monitoramento das ações das Secretaria em relação aos tipos de convênios firmados	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	unid.
	Conta A <i>comprovar</i> - saldo em 31 de dezembro	Quantidade da Conta A <i>comprovar</i> - saldo em 31 de dezembro	Permite o monitoramento de convênios encerrados com prestações de contas por receber	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.
	Conta A <i>analisar</i> - saldo em 31 de dezembro	Quantidade da Conta A <i>analisar</i> - saldo em 31 de dezembro	Permite o monitoramento das prestações de contas de convênios já recebidas e ainda não analisadas	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois	anual	unid.

				trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.		
	Instrumentos aprovados - SDH	Quantidade de Instrumentos aprovados - SDH no período informado	Permite o monitoramento dos convênios já aprovados ou encaminhados para TCE	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.
	TCEs instauradas - SDH	Quantidade de TCEs instauradas no período informado	Permite o monitoramento das prestações de contas dos convênios não aprovados e enviados para TCE	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.

Vale ressaltar que durante o ano de 2012, foi implementado o módulo Painel do Sistema Integrado de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos, denominado SIG-SDH. Esse sistema tem como finalidade a captação, armazenamento e gestão dos dados dos indicadores de gestão e da política de Direitos Humanos. Nele é possível extrair uma ficha completa de todos os indicadores adotados no âmbito da SDH, bem como visualizar séries históricas, carregar dados, criar novos indicadores, publicar indicadores para visualização dos usuários, criar gráficos de medição, dentre outras possibilidades.

Acrescente-se a constituição da frota da SDH em 2012 por veículos doados (mencionado nos itens 2.2 e 12.1) mas que ainda não foram formalmente incorporados ao patrimônio da SDH/PR.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Na SDH em 2012 o único comitê oficialmente instituído é o Comitê de Tecnologia da Informação – CTI sobre o qual será mais detalhado no item 8.1 deste Relatório.

No entanto é importante mencionar estruturas não formalmente instituídas, mas que têm importante papel no autocontrole da gestão do órgão. São eles:

- Comitê de Avaliação de Passagens e Diárias – coordenado pela Secretaria de Gestão é a instância que monitora todo o processo de emissão de passagens, desde a solicitação até a realização da viagem. Congrega representantes das Secretarias Nacionais finalísticas da SDH juntamente com representantes do Gabinete da Ministra, Secretaria Executiva e Secretaria de Gestão que tem a atribuição de aprovar listagem mensal de viagens a serem custeadas pelo órgão, no intuito de minimizar a emissão de passagens em caráter emergencial;

- Junta Financeira – grupo coordenado pela Secretaria Executiva e que reúne representantes de todas as unidades da SDH para, em reuniões mensais, avaliar a execução orçamentária do órgão, avaliando gargalos e empecilhos e propondo ajustes e encaminhamentos para sua resolução. É um foro de discussão político gerencial da SDH com foco no monitoramento do PPA e da LOA.

- Comitê de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Internacional – presidido pela Secretária Executiva e composto por representantes de todas as unidades da SDH. O comitê foi constituído com a atribuição de monitorar a execução de todo o portfólio de projetos de cooperação internacional, cobrando as áreas técnicas responsáveis nos casos em que seus respectivos projetos estivessem com baixa execução.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO II – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Análise Crítica:

A Secretaria de Direitos Humanos não dispõe em sua estrutura organizacional de Unidade de Auditoria Interna. Os procedimentos formais de controle interno são elaborados e propostos pela Secretaria de Controle Interno – Ciset, da Secretaria Geral da Presidência da República. Todavia, no âmbito da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos são criados procedimentos de controle internos que têm por objetivo assegurar a boa execução dos contratos administrativos, as atividades e procedimentos administrativos e as rotinas de expediente do órgão. Afora os controles das atividades rotineiras da SDH/PR, em função da realização dos eventos de grande porte no exercício de 2012, foram criados procedimentos de controle na execução dos contratos dos serviços de apoio logístico à 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e à 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Nesses eventos, as atividades de controle foram afetas ao fornecimento de material, alimentação, acesso ao evento e à hospedagem. Foram desenvolvidos sistemas de controle automatizados que permitiram a realização de auditorias das mais variadas formas de análise dos gastos. Outras informações a respeito desses controles constam no item 12 deste Relatório.

Relativamente aos resultados apurados na pesquisa sobre os sistemas de controles internos, reputa-se a grande incidência de respostas “neutras” ao fato de ter havido considerável alteração no staff estratégico do órgão e o ingresso recente de grande parte dos entrevistados não permitir uma visão integrada dos sistemas de controle interno.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válida.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A SDH/PR está vinculada, para fins de correção, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (Ciset/SG/PR), conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correção dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que em seu inciso XII do art. 21 do ANEXO I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação da estrutura específica, a Ciset/SG/PR estabeleceu por meio da portaria Ciset/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada o DOU de 24/12/2012, Seção 1, pg. 3/5, os procedimentos que seriam adotados para a condução dos trabalhos correcionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes: i) inspeções de correção; ii) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; iii) auxílio ao Gestor na tomada de decisão de procedimentos disciplinares; iv) a realização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; v) Processo Administrativo de Fornecedores etc.

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido órgão de correção no âmbito da Ciset/SG/PR, em nada se altera a competência originária desta unidade gestora junto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o art. 143 da Lei nº 8.112/90 ou legislação equivalente.

3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Como informado no item 3.4 os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República não estão vinculados, para fins de correção, ao órgão Central de correção do Poder Executivo Federal (CGU/PR). Contudo a Ciset/SG/PR está trabalhando na edição de normativo que irá permitir que os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República possam fazer uso do Sistema-PAD.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA SDH/PR

Um balanço dos principais resultados do plano de ação de 2012 será apresentado ao longo deste Relatório, especialmente na avaliação dos programas e metas físicas das ações sob a responsabilidade da Secretaria no PPA 2012-2015.

4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos

QUADRO III – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA - TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	0901			
Título	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Órgão Responsável	N/A			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	N/A	82.446,00	N/A	
b) Outras Fontes	N/A	0,00		
c) Subtotais (a + b)	N/A	0,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	N/A			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	66.000,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
N/A	N/A		N/A	

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2035		
Título	Esporte e Grandes Eventos Esportivos		
Órgão Responsável	N/A		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	N/A	3.500.000,00	N/A
b) Outras Fontes	N/A	0,00	
c) Subtotais (a + b)	N/A	0,00	
d) Valor Global Previsto no PPA	N/A		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)			
Despesa	Despesa Liquidada	Restos a Pagar	Valores Pagos

Empenhada		Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0669	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	51000 – Ministério do Esporte		

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2062			
Título	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes			
Órgão Responsável	N/A			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		c) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
g) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	N/A	141.828.660,00	N/A	
h) Outras Fontes	N/A	0,00		
i) Subtotais (a + b)	N/A	0,00		
j) Valor Global Previsto no PPA	N/A			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
49.437.990,07	5.034.300,97	44.723,24	44.403.689,10	4.989.577,73
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0259	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos		
0260	Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos		
0435	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos		
0575	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos		

Identificação do Programa de Governo		
Código Programa	2063	
Título	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	
Órgão Responsável	N/A	
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)		
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012	d) Valor Remanescente (d –

		k) Previsto no PPA	l) Fixado na LOA	e)
m)Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		N/A	13.608.997,00	N/A
n) Outras Fontes		N/A	0,00	
o) Subtotais (a + b)		N/A	0,00	
p) Valor Global Previsto no PPA		N/A		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
12.077.769,36	2.484.167,00	575.026,20	9.593.602,36	19.909.140,80
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
0442	Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	
0568	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	
0736	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2064			
Título	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos			
Órgão Responsável	N/A			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		e) Valor Remanescente (d – e)
		q) Previsto no PPA	r) Fixado na LOA	
s) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		N/A	118.994.637,00	N/A
t) Outras Fontes		N/A	0,00	
u) Subtotais (a + b)		N/A	0,00	
v) Valor Global Previsto no PPA		N/A		
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
62.019.727,66	36.493.046,88	0,00	35.903.517,21	36.493.046,88
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
0254	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	
0255	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	
0256	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	
0257	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.		20121 – Secretaria de Direitos Humanos	
0258	Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.		2000 – Presidência da República	

0742	Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos
0972	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos
0973	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos
0974	Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos
0975	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.	20121 – Secretaria de Direitos Humanos

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2102			
Título	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos			
Órgão Responsável	N/A			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		f) Valor Remanescente (d – e)	
	w) Previsto no PPA	x) Fixado na LOA		
y) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	N/A	72.922.415,00	N/A	
z) Outras Fontes	N/A	0,00		
aa) Subtotais (a + b)	N/A	0,00		
bb) Valor Global Previsto no PPA	N/A			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
60.125.866,48	41.542.831,70	628.759,21	18.583.035,28	40.914.072,49
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
N/A	N/A		N/A	

4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos

QUADRO IV – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Objetivo	
Código	0259
Descrição	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.
Programa	2062 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
75.770.000,00	75.770.000,00	1.527.707,00	185.385,00	0,00	4.975.441,00	185.385,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo	UN	-	0	N/A	N/A
2	Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial	UN	-	4	N/A	N/A
3	Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial	UN	-	0	N/A	N/A
4	Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais	UN	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0260					
Descrição	Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.					
Programa	2062 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.921.600,00	38.921.600,00	33.341.347,00	642.588,00	0,00	44.590.932,00	642.588,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares	UN	-	1	N/A	N/A
2	Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte	UN	-	195	N/A	N/A
3	Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos	UN	-	0	N/A	N/A

4	Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância	UN	-	6	N/A	N/A
5	Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares	UN	-	0	N/A	N/A
6	Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios	UN	-	5.902	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0435					
Descrição	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Programa	2062 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.595.060,00	11.595.060,00	6.657.675,00	728.421,00	0,00	10.163.483,00	681.141,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	UN	1	1	N/A	N/A
2	Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes	UN	1	0	N/A	N/A
3	Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	UN	1	0	N/A	N/A
4	Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU	UN	1	0	N/A	N/A
5	Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes	UN	-	86	N/A	N/A
6	Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa	UN	-	N/A	N/A	N/A
7	Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência	UN	-	22	N/A	N/A

	(SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes					
8	Realizar a Reforma Política do CONANDA	UN	1	0	N/A	N/A
9	Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios	UN	-	0	N/A	N/A
10	Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.	UN	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0575					
Descrição	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.					
Programa	2062 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.542.000,00	15.542.000,00	7.698.121,00	3.845.933,00	0,00	7.294.376,00	3.845.933,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos	UN	-	0	N/A	N/A
2	Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes	UN	-	0	N/A	N/A
3	Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência	UN	3	2	N/A	N/A
4	Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet	UN	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0442					
Descrição	Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.					
Programa	2063 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.208.997.00	10.208.997.00	9.779.017.00	2.446.477.00	0.00	7.907.566.00	1.871.451.00

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola	UN	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas	UN	-	0	N/A	N/A
3	Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)	UN	-	N/A	N/A	N/A
4	Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade	UN	-	N/A	N/A	N/A
5	Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência	UN	-	N/A	N/A	N/A
6	Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas	UN	-	N/A	N/A	N/A
7	Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência	UN	1	0	N/A	N/A
8	Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres	UN	1	1	N/A	N/A
9	Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade	UN	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo							
Código	0568						
Descrição	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.						
Programa	2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA						
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.400.000	3.400.000	2.298.752	37.690	0	2.261.062	37.690	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda	-	-	0	N/A	N/A	
2	Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção	-	-	7	N/A	N/A	

	das ajudas técnicas					
3	Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva	-	-	0	N/A	N/A
4	Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência	-	-	13	N/A	N/A
5	Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação	UN	-	37	N/A	N/A
6	Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia	-	-	1	N/A	N/A
7	Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0736					
Descrição	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.					
Programa	2063 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular	-	-	0	N/A	N/A
2	Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos	-	-	0	N/A	N/A
3	Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014	-	-	0	N/A	N/A
4	Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0254					
Descrição	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.100.000,00	3.100.000,00	2.718.871,00	12.000,00	0,00	2.706.871,00	12.000,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada	-	-	0	N/A	N/A
2	Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS	-	-	218	N/A	N/A
3	Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional	-	-	0	N/A	N/A
4	Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento	-	-	1	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0255					
Descrição	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.279.284,00	28.979.284,00	22.612.388,00	16.804.676,00	0,00	5.807.712,00	16.804.676,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos	-	-	-	N/A	N/A
2	Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa	-	1	0	N/A	N/A
3	Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos	-		3	N/A	N/A
4	Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos	-	2	0	N/A	N/A
5	Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã	-	100	2.040	N/A	N/A

6	Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos	-	1	1	N/A	N/A
7	Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos	-	1	1	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0256					
Descrição	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.200.000,00	11.200.000,00	2.249.442,00	0,00	0,00	3.649.008,00	
0,00						
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos	-	-	0	N/A	N/A
2	Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos	-	-	0	N/A	N/A
3	Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0257					
Descrição	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.350.000,00	2.350.000,00	1.069.641,00	3.653,00	0,00	1.065.988,00	
3.653,00						
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica	-	-	0	N/A	N/A
2	Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais	-	-	0	N/A	N/A
3	Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT	-	-	3	N/A	N/A
4	Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0258					
Descrição	Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.236.353 ,00	20.236.353,00	7.811.066,00	674.032,00	0,00	7.137.034,00	674.032,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas	-	-	21	N/A	N/A
2	Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros	-	-	21	N/A	N/A
3	Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos	-	-	0	N/A	N/A
4	Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros	-	-	3	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0742					
Descrição	Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	34.236.243,00	18.269.109,00	0,00	15.967.134,00	15.656.970,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar o censo de população em situação de rua	-	-	0	N/A	N/A
2	Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0972					
Descrição	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.680.000,00	1.680.000,00	619.999,00	0,00	0,00	619.999,00	0,00

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase	UN	-	12.000	N/A	N/A
2	Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade	-	-	1	N/A	N/A
3	Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0973					
Descrição	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins	-	-	-	N/A	N/A
2	Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo	-	-	-	N/A	N/A

Identificação do Objetivo						
Código	0974					
Descrição	Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.					
Programa	2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.449.000,00	50.449.000,00	34.735.975,00	18.269.109,00	0,00	16.466.866,00	18.269.109,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT,	-	-	2	N/A	N/A

	AM, RN, CE e AC)					
2	Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros	-	-	1	N/A	N/A
3	Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)	-	-	0	N/A	N/A
4	Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem	-	-	0	N/A	N/A

Identificação do Objetivo							
Código		0975					
Descrição		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.					
Programa		2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS					
Órgão Responsável		Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal	-	-	0	N/A	N/A	
2	Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas	-	-	0	N/A	N/A	
3	Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento	-	-	0	N/A	N/A	
4	Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)	-	-	0	N/A	N/A	
5	Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos	-	-	0	N/A	N/A	

4.1.3 Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos

QUADRO V – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA 2062

Identificação da Iniciativa						
Código	00T9					
Descrição	Acesso humanizado à Justiça (com ênfase na oitiva especial, mediação de conflitos e práticas restaurativas) e fomento à regionalização dos sistemas de segurança e justiça da infância e juventude.					
Objetivo	0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa							
Código		00TA					
Descrição		Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares.					
Objetivo		0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.					
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação			Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
70.870.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8794 - Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes		Unidade Apoiada	45	0	10.870.000,00	0,00

Identificação da Iniciativa							
Código	00TC						
Descrição	Aprimoramento de mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento de violações de direitos de crianças e adolescentes.						
Objetivo	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.						

Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa							
Código		00TE					
Descrição		Atenção a crianças e adolescentes em situação de desastre ou no contexto de grandes eventos e empreendimentos.					
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.					
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TJ				
Descrição		Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.900.000,00	4.900.000,00	3.055.413,00	185.285,00	0,00	4.975.441,00	185.385,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20JJ - Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos	Projeto Apoiado	45	3	4.900.000,00	3.055.413,00

Identificação da Iniciativa						
Código		00TK				
Descrição		Fomento à inserção escolar, profissional e sociocultural dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TL				
Descrição		Fomento a programas de atendimento aos autores de violência contra crianças e adolescentes, evitando a reincidência.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TN				
Descrição		Formulação de parâmetros para atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência e de protocolos para preparação de adotantes, para proteção integral de crianças e adolescentes em desastres e para atendimento de adolescentes com diversidade sexual.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TO				
Descrição		Implantação de mecanismos de combate à tortura e ao tratamento desumano e cruel nas instituições de atendimento de crianças e adolescentes.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TP				
Descrição		Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TQ				
Descrição		Monitoramento dos processos de extinção dos grandes abrigos e eliminação da longa permanência de crianças e adolescentes em acolhimento.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TR				
Descrição		Oferta de cooperação jurídica internacional permanente para o tema da Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes.				
Objetivo		Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TX				
Descrição		Aperfeiçoamento da matriz programática nacional e desenvolvimento de módulos temáticos para a formação de conselheiros tutelares				
Objetivo		Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00TY				
Descrição		Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares.				
Objetivo		Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.921.600,00	38.921.600,00	33.341.357,00	642.5880,00	0,00	44.590.932,00	642.588,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20HN - Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares	Conselho Apoiado	787	6	38.921.600,00	33.341.357,00

Identificação da Iniciativa						
Código	00TZ					
Descrição	Formulação de fluxos parametrizados de atendimento nos Conselhos Tutelares, incluindo o monitoramento dos encaminhamentos realizados.					
Objetivo	Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00U1				
Descrição		Regulamentação das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares.				
Objetivo		Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01FD				
Descrição		Articulação, coordenação, pactuação e monitoramento das responsabilidades intra e intergovernamental na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e nos demais planos temáticos (Violência Sexual, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Convivência Familiar e Comunitária e Primeira Infância).				
Objetivo		Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FE					
Descrição	Consolidação do Observatório Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes como ferramenta estratégica de gestão de informação dos direitos de crianças e adolescentes.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FF					
Descrição	Cooperação internacional e relações multilaterais para implementação das normativas e acordos internacionais de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FH					
Descrição	Fomento à articulação de fóruns, movimentos, comitês e redes, que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01FI				
Descrição		Fomento à criação e implementação de ouvidoria nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.				
Objetivo		Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FJ					
Descrição	Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.595.060,00	11.595.060,00	6.657.675,00	728.421,00	0,00	10.163.483,00	681.141,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	6247 - Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Projeto Apoiado	45	3	11.595.060,00	6.657.675,00

Identificação da Iniciativa						
Código		01FK				
Descrição		Formulação e aprovação de marcos legais de fortalecimento da política de direitos humanos de crianças e adolescentes.				
Objetivo		Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FL					
Descrição	Formulação e implementação de Planos Nacionais: execução de medidas socioeducativas e prevenção da morte violenta de crianças e adolescentes, com foco nos segmentos de maior vulnerabilidade: adolescentes do sexo masculino, afrodescendentes e moradores das periferias urbanas.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01FM				
Descrição		Fortalecimento e qualificação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente				
Objetivo		Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01FN				
Descrição		Implementação dos módulos temáticos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA).				
Objetivo		Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FO					
Descrição	Promoção da responsabilidade social das empresas e trabalhadores para ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nos municípios considerados de maior incidência constantes da Matriz Intersetorial.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01FP					
Descrição	Regulamentação e implantação do repasse dos fundos para criança e adolescente, na modalidade fundo a fundo, para a execução da política de direitos humanos para infância e adolescência.					
Objetivo	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	0287					
Descrição	Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação.					
Objetivo	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.142.000,00	15.142.000,00	7.298.121,00	3.845.933,00	0,00	6.594.376,00	3.845.933,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8797 - Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto Apoiado	34	9	15.142.000,00	7.298.121,00

Identificação da Iniciativa						
Código	0288					
Descrição	Disseminação de uma cultura de respeito e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nas famílias, comunidades, instituições de atendimento, mídias e redes sociais.					
Objetivo	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		0289				
Descrição		Estímulo à implantação de programas de educação em direitos humanos em estabelecimentos de cuidados à primeira infância.				
Objetivo		Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		028A				
Descrição		Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão.				
Objetivo		Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	028B					
Descrição	Fomento a ações de prevenção a mortalidade na Primeira Infância por lesões não intencionais (acidentes).					
Objetivo	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		028C				
Descrição		Implementação e monitoramento da adoção nacional e internacional, segundo Lei 12010/ 2009 e legislação correlata.				
Objetivo		Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		028D				
Descrição		Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.				
Objetivo		Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	10.163.483,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20SU - Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	Entidade Apoiada	3	0	400.000,00	400.000,00

Identificação da Iniciativa						
Código	028E					
Descrição	Promoção dos direitos e articulação de redes de atenção a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, com deficiências, indígenas e adolescentes com diversidade sexual.					
Objetivo	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

PROGRAMA 2063

Identificação da Iniciativa						
Código		01GL				
Descrição		Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos de pessoas com deficiência.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GM				
Descrição		Articulação com as entidades de classe para garantia do compromisso da empregabilidade.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01GN					
Descrição	Articulação com Ministério Público, Poderes Legislativo e Judiciário e com entes federados e entidades da sociedade civil nas ações de combate à discriminação da pessoa com deficiência.					
Objetivo	Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.					

Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GO				
Descrição		Articulação dos programas federais para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e fortalecimento do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência (Agenda Social).				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GP				
Descrição		Articulação e monitoramento junto ao Sistema S de capacitações e iniciativas de qualificação para pessoas com deficiência.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GQ				
Descrição		Articulação para implementar as ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência definidas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GR				
Descrição		Articulação para Implementar e monitorar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GS				
Descrição		Articulação para promover a empregabilidade da pessoa com deficiência, contemplando, inclusive, o jovem aprendiz..				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GV				
Descrição		Definição do modelo único de classificação e valoração de deficiências e articulação para sua implementação junto aos órgãos da administração pública federal.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01GX					
Descrição	Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100.000,00	0,00	900.000,00	100.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8801 - Apoio à Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios	Conselho Apoiado	53	1	1.000.000,00	1.000.000,00

Identificação da Iniciativa						
Código		01GY				
Descrição		Inserção de conteúdos sobre promoção da acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência nos programas de formação e capacitação.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		01GZ				
Descrição		Participação nas iniciativas de prevenção de acidentes e patologias que resultem em deficiências.				
Objetivo		Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	01H0					
Descrição	Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal					
Objetivo	Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.208.997,00	9.208.997,00	8.779.017,00	2.346.477,00	0,00	7.007.466	1.771.451,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	6246 - Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Projeto Apoiado	33	20	9.208.997,00	8.779.017,00

Identificação da Iniciativa						
Código	026T					
Descrição	Acompanhamento das ações voltadas à consolidação, ampliação e fortalecimento da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses.					
Objetivo	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	026V					
Descrição	Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal.					
Objetivo	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.400.000,00	3.400.000,00	2.298.752,00	37.690,00	0,00	2.261.062,00	37.690,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20SV - Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência	Serviço Apoiado	17	1	3.400.000,00	2.298.752,00

Identificação da Iniciativa						
Código	026W					
Descrição	Articulação junto ao SUS e ao SUAS para disponibilização de assistentes pessoais, bem como de serviços de apoio em domicílio e outros serviços comunitários de apoio.					
Objetivo	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		026X				
Descrição		Articulação para concessão de incentivos fiscais relacionados à produção e aquisição de ajudas técnicas.				
Objetivo		Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		026Z				
Descrição		Estímulo à elaboração de conteúdos da temática de direitos humanos da pessoa com deficiência junto a instituições de ensino e institutos de pesquisa.				
Objetivo		Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	0270					
Descrição	Estímulo, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, a elaboração e disponibilização de recursos didáticos, paradiáticos e pedagógicos para atender às necessidades					

	educativas específicas de cada deficiência.					
Objetivo	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa							
Código		0271					
Descrição		Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência.					
Objetivo		Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.					
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	02US					
Descrição	Apoio às iniciativas voltadas para formação de rede de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática da acessibilidade junto às instituições de ensino.					
Objetivo	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa	
Código	02UT
Descrição	Articulação para incentivar a promoção da acessibilidade na cultura, no esporte e no lazer.
Objetivo	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	02UU					
Descrição	Articulação para promoção da acessibilidade nos grandes eventos esportivos, em especial Copa 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016.					
Objetivo	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		02UV				
Descrição		Articulação para promoção da acessibilidade nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), em especial no que diz respeito ao programa Minha Casa, Minha Vida.				
Objetivo		Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		02UX				
Descrição		Articulação para que o tema da acessibilidade seja norteador das ações de governo, com ênfase na divulgação e disseminação junto à sociedade.				
Objetivo		Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	02UZ					
Descrição	Fomento à criação, atualização e divulgação de instrumentos normativos relacionados ao tema da acessibilidade de forma a garantir o seu uso na produção dos espaços na cidade e no campo.					
Objetivo	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		02V0				
Descrição		Fortalecimento da sociedade civil organizada como agente de monitoramento de iniciativas relacionadas à acessibilidade.				
Objetivo		Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		02V1				
Descrição		Identificação e divulgação de boas práticas, a fim de dar visibilidade às iniciativas de acessibilidade para que elas sejam multiplicadas e sirvam de referência para outros atores sociais.				
Objetivo		Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	02V2					
Descrição	Incentivo à promoção da acessibilidade na comunicação e informação, com ênfase nos sites oficiais, como preconizado no E-Mag.					
Objetivo	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.					

Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

PROGRAMA 2064

Identificação da Iniciativa						
Código	00RK					
Descrição	Fomento para ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica.					
Objetivo	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Órgão Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.100.000,00	3.100.000,00	2.718.871,00	12.000,00	0,00	2.706.871,00	12.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8802 - Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica	Iniciativa Apoiada	17	14	3.100.000,00	2.718.841,00

Identificação da Iniciativa						
Código	00RM					
Descrição	Construção de uma proposta de política nacional de documentação civil que garanta a emissão gratuita de documentos básicos à população em situação de pobreza e fomento de ações de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica com compartilhamento de expertise e boas práticas.					
Objetivo	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00RP					
Descrição	Fortalecimento da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) visando à padronização nacional das informações dos nascimentos realizados fora de estabelecimentos de saúde.					
Objetivo	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00RQ				
Descrição		Fortalecimento do Comitê Gestor Nacional do Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica e estímulo à implementação dos comitês estaduais.				
Objetivo		Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00RR					
Descrição	Garantia da padronização da certidão em todo o território nacional.					
Objetivo	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa							
Código		00RS					
Descrição		Monitoramento da implementação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC).					
Objetivo		Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00RT				
Descrição		Organização e integração das redes de políticas públicas relacionadas ao tema de registro civil de nascimento e documentação básica.				
Objetivo		Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00RU				
Descrição		Assegurar o acesso público, nos marcos constitucionais, à informação dos arquivos da ditadura militar.				
Objetivo		Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00RY				
Descrição		Coordenação dos esforços para promoção da memória e da verdade, promovendo o esclarecimento público e o resgate histórico dos fatos ocorridos nos contextos de repressão política.				
Objetivo		Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00S3					
Descrição	Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão.					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.565.684,00	8.656.684,00	4.141.701,00	1.148.006,00	0,00	2.993.695,00	1.148.006,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8814 - Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	Projeto Apoiado	52	5	8.565.684,00	4.141.701,00

Identificação da Iniciativa						
Código		00S4				
Descrição		Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos.				
Objetivo		Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.400.000,00	2.400.000,00	540.103,00	0,00	0,00	540.103,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8800 - Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	Órgão Apoiado	21	0	2.400.000,00	540.103,00

Identificação da Iniciativa						
Código	00S5					
Descrição	Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis.					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.013.600,00	18.013.600,00	17.930.584,00	15.656.670,00	0,00	2.273.914,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	4906 - Disque Direitos Humanos	Denúncia Encaminhada	80.000	168.690	18.013.600,00	17.930.584,00

Identificação da Iniciativa						
Código	00S6					
Descrição	Implementação e monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00S7					
Descrição	Inserção de Educação em Direitos Humanos nos sistemas e níveis de ensino.					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00S9					
Descrição	Monitoramento e atualização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SA					
Descrição	Organização de ações que promovam o respeito à tolerância e diversidade religiosa.					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa	
Código	00SB
Descrição	Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos da pessoa idosa.
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SC					
Descrição	Aprovação de marco regulatório para as Instituições de Longa Permanência e dos Centros Dia definindo padrões de funcionamento e custos para garantir a qualidade de atendimento e de infraestrutura.					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00SD				
Descrição		Articulação para garantir acessibilidade da população idosa aos serviços públicos.				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SF					
Descrição	Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores.					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.200.000,00	11.200.000,00	2.249.442,00	0,00	0,00	3.649.008,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8819 - Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa	Projeto Apoiado	59	0	11.200.000,00	2.249.442,00

Identificação da Iniciativa						
Código		00SG				
Descrição		Fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais e apoio à atuação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI).				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00SI				
Descrição		Implementação do Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável.				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00SJ				
Descrição		Instituição de mecanismos de incentivo à participação do setor privado na promoção dos direitos da pessoa idosa.				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa			
Código	00SK		
Descrição	Organização para que a política nacional de alfabetização e inclusão digital contemple a pessoa idosa.		
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.		
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos		
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SL					
Descrição	Viabilização do acesso, pela população idosa, aos materiais necessários para uma casa segura.					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00SO				
Descrição		Articular com as corregedorias de Justiça o acompanhamento do cumprimento da decisão do STF que equiparou a união estável homossexual à união estável heterossexual.				
Objetivo		Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SP					
Descrição	Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores.					
Objetivo	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.350.000,00	2.350.000,00	1.069.641,00	3.653,00	0,00	1.065.988,00	3.653,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8810 - Produção e Disseminação	Projeto	5	1	2.350.000,00	1.069.641,00

	de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Apoiado				

Identificação da Iniciativa						
Código	00SR					
Descrição	Fortalecimento da atuação do Conselho de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCDLGBT) e fomento a conselhos estaduais e municipais..					
Objetivo	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00SS				
Descrição		Implementação e monitoramento do Plano Nacional LGBT.				
Objetivo		Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SU					
Descrição	Instituição de mecanismos de combate à homofobia e de promoção dos direitos da população LGBT e aprimoramento de mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento de violações de direitos de população LGBT.					
Objetivo	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	00SV					
Descrição	Mobilização de esforços para aprovação de marcos legais para a garantia dos direitos LGBT.					
Objetivo	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		00T5				
Descrição		Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos.				
Objetivo		Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.236.353,00	20.263.353,00	7.811.066,00	674.032,00	0,00	7.137.034,00	674.032,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8799 - Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	Centro Apoiado	74	1	20.236.353,00	7.811.066,00

Identificação da Iniciativa						
Código	00T7					
Descrição	Realização das Caravanas dos Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos.					
Objetivo	Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa	
Código	02WA
Descrição	Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos de população da População em Situação de Rua.

Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		02WB				
Descrição		Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores.				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	999.182,00	529.578,00	0,00	469.604,00	529.578,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20TO - Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua	Projeto Apoiado	5	3	1.000.000,00	99.182,00

Identificação da Iniciativa						
Código		02WD				
Descrição		Implementação e monitoramento do Plano Nacional sobre População em Situação de Rua e fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento.				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	02WE					
Descrição	Integrar os Centros de Direitos Humanos e os CREAS para promover direitos da população em situação de rua.					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		02WF				
Descrição		Organização das políticas públicas para implantação de programas especializados de atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.				
Objetivo		Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	02WG					
Descrição	Organização governamental para garantir os direitos humanos das pessoas em situação de rua nos grandes eventos.					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		0451				
Descrição		Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos.				
Objetivo		Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
550.000,00	550.000,00	199.999.96	199.999.96	0	0	199.999,96
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	0083 - Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)	N/A	N/A	N/A	200.000,00	199.999.96

2	0734 - Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos	N/A	N/A	N/A	350.000,00	0

Identificação da Iniciativa						
Código	0452					
Descrição	Coordenação da Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase e que tiveram reconhecimento pelo Estado de violação de seus direitos.					
Objetivo	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	0453					
Descrição	Implementação da Comissão Nacional da Verdade com garantia de seu pleno funcionamento.					
Objetivo	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		0454				
Descrição		Localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos para entrega a seus familiares.				
Objetivo		Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.130.000,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8456 - Pesquisas sobre a Identificação de Restos Mortais de Desaparecidos em Razão de	Busca Realizada	11	5	1.130.000,00	0

	Participação em Atividades Políticas					

Identificação da Iniciativa						
Código	0455					
Descrição	Modernização das normas de acesso à informação pública, vedando que seja utilizado o sigilo de estado para ocultar violações de Direitos Humanos.					
Objetivo	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		0456				
Descrição		Reparação econômica de caráter indenizatório aos anistiados por motivação exclusivamente política.				
Objetivo		Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		0457				
Descrição		Aprovação da PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins.				
Objetivo		Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	0458					
Descrição	Articulação de ações de prevenção e erradicação do trabalho escravo com o Sistema Público de					

	Emprego, Trabalho e Renda, particularmente seguro-desemprego para trabalhadores resgatados, e intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional voltadas para o campo e atividades com ocorrência de trabalho análogo ao de escravo.					
Objetivo	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		0459				
Descrição		Coordenação de ações visando à reinserção socioeconômica dos trabalhadores resgatados em condição análoga à escravidão.				
Objetivo		Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045A				
Descrição		Coordenação e monitoramento da implementação do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.				
Objetivo		Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045B					
Descrição	Fiscalização para erradicar o trabalho análogo a de escravo.					
Objetivo	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos					

		trabalhadores submetidos a esta condição.					
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045C					
Descrição	Fortalecimento da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e promoção da articulação federativa para incentivo à criação de Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs).					
Objetivo	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045D					
Descrição	Organização de ações de prevenção ao aliciamento de trabalhadores.					
Objetivo	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa			
Código	045E		
Descrição	Prestação de assistência emergencial ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo.		
Objetivo	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.		
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos		
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045F				
Descrição		Priorização da inclusão dos trabalhadores resgatados, no Programa Bolsa Família, observados os critérios de elegibilidade do Programa.				
Objetivo		Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045G					
Descrição	Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade.					
Objetivo	Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.449.000,00	50.449.000,00	34.735.975,00	18.269.109,00	0,00	16.466.866,00	18.269.109,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	4278 - Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa Protegida	2.935	773	49.849.000,00	17.930.584,00
2	8366 - Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa Capacitada	300	0	600.000,00	499.732,00

Identificação da Iniciativa						
Código		045H				
Descrição		Fortalecimento dos colegiados nacionais e estaduais dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.				
Objetivo		Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045I				
Descrição		Organização dos programas federais e articulação das unidades federativas visando atendimento prioritário, ampliado, seguro e qualificado para os usuários dos serviços de proteção e seus familiares.				
Objetivo		Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045J				
Descrição		Apoio à atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em situações de violações de direitos humanos de especial gravidade, com abrangência nacional.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045K				
Descrição		Aprimoramento de mecanismos de denúncia e notificação de violações de direitos.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045L				
Descrição		Aprovação do marco legal que implementa o Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura das Nações Unidas e garantia de seu pleno funcionamento.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045M				
Descrição		Articulação governamental visando à construção de política de drogas calcada na redução de danos e na não criminalização do usuário, assegurado o direito irrestrito ao tratamento adequado e o acesso à justiça e implementação de protocolo de tratamento para usuários de drogas baseado na redução de danos e nos direitos humanos dos usuários.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045N				
Descrição		Articulação para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, em especial as milícias e grupos de extermínio.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	0450					
Descrição	Construção de estratégias que garantam, às pessoas com transtorno mental, os direitos, o acesso à justiça com respeito à sua autonomia e o tratamento conforme os preceitos da Lei 10.216/01, que institui a Reforma Psiquiátrica Brasileira.					
Objetivo	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045P					
Descrição	Construção do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.					
Objetivo	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045Q					
Descrição	Fortalecimento do fórum nacional de ouvidores de polícia.					
Objetivo	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045R				
Descrição		Fortalecimento dos instrumentos de defesa dos direitos humanos, buscando a erradicação das causas de violações.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código		045S				
Descrição		Fortalecimento e garantia de funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e fomento a comitês estaduais.				
Objetivo		Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045T					
Descrição	Garantir a inserção da temática dos direitos humanos na organização e ampliação do controle externo de segurança pública na União, nos estados e no Distrito Federal através da construção e aprovação de marco legal.					
Objetivo	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Iniciativa						
Código	045U					
Descrição	Implementação do Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos.					
Objetivo	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos

QUADRO VI – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação da Ação						
Código		0716				
Descrição		Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos				
Iniciativa		N/A				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 0901				
Unidade Orçamentária		20121 - SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
82.446,00	82.446,00	72.000,00	72.000,00	0,00	6.000,00	66.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Ação						
Código		208J				
Descrição		Apoio a Projetos Esportivos Sociais para Infância e Adolescência				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Ministério dos Esportes – PROGRAMA 2035				
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Ação						
Código		20HN				
Descrição		Apoio a Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares				
Iniciativa		00TY - Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2062				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH e 20928 – FNCA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.921,600,00	38.921.600,00	33.341.357,00	642.588,00	0,00	44.590.441,00	642.588,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20HN - Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares	Conselho Apoiado	787	6	38.921.600,00	33.341.357,00

Identificação da Ação							
Código		20JJ					
Descrição		Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos.					
Iniciativa		00TJ - Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa					
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2062					
Unidade Orçamentária		20121 – SDH e 20928 – FNCA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.900.000,00	4.900.000,00	3.055.413,05	185.385,07	0,00	4.975.441,00	185.385,07	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	20JJ - Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou Restritos	Projeto Apoiado	36	1	4.900.000,00	3.055.413,05

Identificação da Ação						
Código		20SU				
Descrição		Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância				
Iniciativa		028D - Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2062				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH e 20928 – FNCA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20SU - Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância	Entidade Apoiada	3	0,00	400.000,00	400.000,00

Identificação da Ação						
Código		6247				
Descrição		Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.				
Iniciativa		01FJ - Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2062				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH e 20928 – FNCA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.595.060,00	11.595.060,00	6.657.675,00	728.421,00	0,00	10.163.483,00	681.141,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	6247 - Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Projeto Apoiado	45	3	11.595.060,00	6.657.675,00

Identificação da Ação						
Código		8794				
Descrição		Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes				
Iniciativa		00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares.				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2062				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH e 20928 – FNCA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
70.870.000,00	70.870.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8794 - Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes		45	0	70.870.000,00	0,00

Identificação da Ação						
Código		8797				
Descrição		Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente				
Iniciativa		0287 - Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2062				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH e 20928 – FNCA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.142.000,00	15.142.000,00	7.298.121,26	728.421,00	0,00	6.594.376,00	728.421,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8797 - Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto Apoiado	34	9	15.142.000,00	7.298.121,26

Identificação da Ação						
Código	20SV					
Descrição	Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência					
Iniciativa	026V - Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal.					
Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2063					
Unidade Orçamentária	20121 – SDH					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.400.000,00	3.400.000,00	2.298.752,00	37.690,00	0,00	2.261.062	728.421,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20SV - Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência	Serviço Apoiado	17	1	3.400.000,00	2.298.752,00

Identificação da Ação							
Código		6246					
Descrição		Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência					
Iniciativa		01H0 - Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal					
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2063					
Unidade Orçamentária		20121 – SDH					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
9.208.997,00	9.208.997,00	8.779.017,39	2.346.477,00	575.026,20	6.432.540,39	1.771.450,80	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	6246 - Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Projeto Apoiado	33	6	9.208.997,00	8.779.017,39	

Identificação da Ação						
Código		8801				
Descrição		Apoio a Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios				
Iniciativa		01GX - Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2063				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100.000,00	0,00	900.000,00	100.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8801 - Apoio à Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios	Conselho Apoiado	53	1	1.000.000,00	1.000.000,00

Identificação da Ação						
Código		0083				
Descrição		Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)				
Iniciativa		0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	199.999,96	199.999,96	0,00	0,00	199.999,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	0083 - Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)	Indenização Paga	N/A	N/A	200.000,00	199.999,96

Identificação da Ação						
Código		0734				
Descrição		Pagamento de Indenização à Vítimas de Violação de Obrigações Contraídas pela União por meio de Adesão a Tratados Internacionais de Proteção de Direitos Humanos				
Iniciativa		0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	0734 - Pagamento de Indenização à Vítimas de Violação de Obrigações Contraídas pela União por meio de Adesão a Tratados Internacionais de Proteção de Direitos Humanos	Indenização Paga	N/A	N/A	350.000,00	0,00

Identificação da Ação						
Código		20TO				
Descrição		Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua				
Iniciativa		02WB - Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	999.181,72	529.577,92		469.503,80	529.577,92

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	20TO - Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua	Projeto Apoiado	5	3	1.000.000,00	999.181,72

Identificação da Ação						
Código		4278				
Descrição		Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas				
Iniciativa		045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Proces- sados	Não Processados	
49.949.000,00	49.849.000,00	34.236.243,29	18.269.108,81	0,00	15.967.134,48	18.269.108,81
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	4278 - Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa Protegida	2.935	168.690	49.949.000,00	34.236.243,29

Identificação da Ação						
Código		4906				
Descrição		Disque Direitos Humanos				
Iniciativa		00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Proces- sados	Não Processados	
18.013.600,00	18.013.600,00	17.930.584,03	15.656.669,57	0,00	2.273.914,46	15.656.669,57
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis	Denúncia Encaminhada	80.000	168.690	18.013.600,00	17.930.584,03

Identificação da Ação	
Código	8366
Descrição	Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas
Iniciativa	045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e

		qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
600.000,00	600.000,00	499.732,00	0,00	0,00	499.732,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8366 - Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa Capacitada	300	0	600.000,00	499.732,00

Identificação da Ação						
Código		8456				
Descrição		Pesquisas sobre a Identificação de Restos Mortais de Desaparecidos em Razão de Participação em Atividades Políticas				
Iniciativa		0454 - Localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos para entrega a seus familiares				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.130.000,00	1.130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8456 - Pesquisas sobre a Identificação de Restos Mortais de Desaparecidos em Razão de Participação em Atividades Políticas	Busca Realizada	11	5	1.130.000,00	0,00

Identificação da Ação						
Código		8799				
Descrição		Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos				
Iniciativa		00T5 - Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.236.353,00	20.236.353,00	7.811.066,03	674.032,02	0,00	7.137.034,01	674.032,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8799 - Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	Centro Apoiado	74	1	20.236.353,00	7.811.066,03

Identificação da Ação						
Código		8800				
Descrição		Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos				
Iniciativa		00S4 - Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.400.000,00	2.400.000,00	540.102,71	0,00	0,00	540.102,71	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8800 - Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	Órgão Apoiado	21	0	2.400.000,00	540.102,71

Identificação da Ação						
Código		8802				
Descrição		Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica				
Iniciativa		00RK - Fomento para ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.100.000,00	3.100.000,00	2.718.870,97	12.000,00	0,00	2.706.870,97	12.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8802 - Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica	Iniciativa Apoiada	17	1	3.100.000,00	2.718.870,97

Identificação da Ação						
Código		8810				
Descrição		Produção de Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais				
Iniciativa		00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.350.000,00	2.350.000,00	1.069.540,85	3.652,99	0,00	1.065.987,88	3.652,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8810 - Produção e Disseminação de Conhecimento para	Projeto apoiado	17	1	2.350.000,00	1.069.540,85

	Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais					

Identificação da Ação						
Código		8814				
Descrição		Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos				
Iniciativa		00S3 - Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.565.684,00	8.565.684,00	4.141.700,95	1.148.005,61	0,00	2.993.695,34	1.148.005,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8814 - Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos	Projeto Apoiado	52	5	8.565.684,00	4.141.700,95

Identificação da Ação						
Código		8819				
Descrição		Produção e Disseminação de Conhecimentos sobre os Direitos da Pessoa Idosa				
Iniciativa		00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2064				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.200.000,00	11.200.000,00	2.249.441,56	0,00	0,00	2.249.441,56	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	8819 - Produção e Disseminação de Conhecimentos sobre os Direitos da Pessoa Idosa	Projeto Apoiado	59	0	11.200.000,00	2.249.441,56

Análise Crítica

Quadros do item 4.1.1 - Informações sobre Programas Temáticos

- Na nova lógica do PPA 2012 – 2015 não há vinculação de órgão responsável a programas. Preencheu-se N/A (não se aplica) no campo específico dos quadros em que essa informação foi demanda

- Os Programas 0901 (do tipo Operações Especiais) e 2102 (do tipo Gestão e Manutenção) não possuem objetivos relacionados. Preencheu-se N/A (não se aplica) nos campos específicos em que essa informação foi demandada

Quadros do item 4.1.2 - Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos

- Ainda não houve no SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento a especificação de Unidade de Medida nem tão pouco da previsão anual das metas associadas aos objetivos;

- nem todos os objetivos sob responsabilidade da SDH possuem iniciativas com vinculações a ações orçamentárias, como é o caso dos objetivos 0736 do Programa 0263; e 0973 e 0975 do Programa 0264. Para esses objetivos preencheu-se N/A (não se aplica) nos campos específicos sobre informações a respeito da “Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo”.

- na nova lógica do PPA 2012 – 2015 não há associação de metas financeiras às metas físicas dos objetivos. Preencheu-se N/A (não se aplica) nos campos específicos em que essa informação foi solicitada.

- No objetivo 0259 – preencheu-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira o somatório das informações referentes às ações 20JJ e 8794, ambas vinculadas a iniciativas deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0260 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 20HN, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0435 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 6247, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0575 – preencheu-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira o somatório das informações referentes às ações 8797 e 20SU, ambas vinculadas a iniciativas deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0442 – preencheu-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira o somatório das informações referentes às ações 8801 e 6246, ambas vinculadas a iniciativas deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0568 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 20SV, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0254 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 8802, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0255 – preencheu-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira o somatório das informações referentes às ações 8814, 8800 e 4906, todas vinculadas a iniciativas deste objetivo na LOA 2012.

- Identificou-se na meta 5 do objetivo 0255 (*Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã*) uma inadequação do quantitativo previsto, o que ensejará revisão. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pela consecução da meta, as ações desenvolvidas em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), promoveram um amplo processo de educação popular no âmbito da parceria estabelecida para os anos 2011 e 2012, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários junto a populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outros. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, atingindo mais de 40 mil pessoas em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros

intermunicipais, que reuniram mais de 6 mil lideranças comunitárias e populares em torno de aprofundamento de temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

- No objetivo 0256 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 8819, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0257 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 8810, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0258 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 8799, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0742 – preencheram-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira as informações referentes à ação 20TO, vinculada a iniciativa deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0972 – preencheu-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira o somatório das informações referentes às ações 0083, 0734 e 8456, todas vinculadas a iniciativas deste objetivo na LOA 2012.

- No objetivo 0974 – preencheu-se nos campos referentes à execução orçamentária e financeira o somatório das informações referentes às ações 4278 e 8366, todas vinculadas a iniciativas deste objetivo na LOA 2012.

Quadros do item 4.1.3 - Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos e do item 4.1.4 – Informações sobre Ações de Programas Temáticos

- Importante inicialmente consignar que para fins de preenchimento do SIOP, por imposição dos gestores do Sistema, considera-se como cumprimento de metas físicas apenas aquelas em que houve a liquidação da despesa. Para as metas financeiras, no entanto, consideramos como meta cumprida aquelas empenhadas, o que nos parece mais adequado para fins de aferição de alcance de resultados, tendo em vista que: a) contratos de licitação finalizados no final do ano não são liquidados antes do encerramento do exercício (como a compra de veículos para Conselhos Tutelares ou a realização de uma Conferência Nacional, por exemplo); e b) Um convênio firmado ao longo de 2012 com cronograma de execução definido para 12 ou 18 meses não precisa (e não deve) ser pago integralmente no mesmo exercício.

- 00TA – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8794 - *Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes*. Não houve cumprimento das metas físicas e financeiras porque ao longo de 2012 a SDH, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, até mar/2013, esses produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (núcleos de atendimento integral - NAI, internação e semiliberdade, nas versões feminina, masculina e mista). Estrategicamente optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012 para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

- 00TJ – iniciativa vinculada à ação orçamentária 20JJ - *Apoio a Serviços de Atendimento e Proteção Jurídico-Social de Crianças e Adolescentes com Direitos Violados, Ameaçados ou*

Restritos. Convênios firmados no final do ano. Edital de chamamento público do CONANDA foi tardio. Não houve tempo hábil para formalização de alguns processos e de liquidação de outros.

- 00TY – iniciativa vinculada à ação orçamentária 20HN - *Apoio à Estruturação e Qualificação de Conselhos Tutelares*. Foram conduzidas licitações de âmbito nacional visando a equipagem de Conselhos Tutelares com kit contendo: 1 automóvel, 5 computadores, 1 impressora multifuncional, 1 bebedouro e 1 refrigerador. Kits serão entregues ao longo de 2013 tendo em vista que: a) as licitações feitas para a aquisição dos integrantes do kit somente se encerraram em dez/2012; e b) havia impedimentos da lei eleitoral quanto à realização de doações durante o exercício em que há eleições. A SDH fechou a licitação da compra de kit's para a estruturação dos Conselhos Tutelares apenas em dezembro, o que tornou inviável a liquidação dos recursos ainda no exercício de 2012.

- 01FJ – iniciativa vinculada à ação orçamentária 6247 - *Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes*. Da dotação do localizador 0001-Nacional, R\$ 1.765.000,00 referem-se a emendas parlamentares. Apenas R\$ 400.000,00 do valor de emendas foi liberado para empenho e destes somente tiveram projetos aprovados no valor de R\$ 223.997,21. Foram apoiados 9 projetos considerando o valor empenhado. A maioria dos convênios foi firmada no final do ano e não houve tempo hábil para a conclusão do processo de formalização, empenho e liquidação.

- 0287 – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8797 - *Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Houve contingenciamento de 78% dos recursos nesse localizador. Para atender a parcela de contingenciamento orçamentário destinada pela PR à SDH, foi avaliada por cada unidade desta Secretaria as ações que poderiam sofrer bloqueios de recursos. Dentre elas coube à ação 8797 a parcela de R\$ 1.286.988,00, sem prejudicar os projetos prioritários e terem sido indicados pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNPDCA pela falta de projetos a serem apoiados nesta ação.

- 028D – iniciativa vinculada à ação orçamentária 20SU - *Apoio a Entidades de Atenção à Primeira Infância*. Convênio formalizado no final do ano e não houve tempo hábil para liquidação com emissão de ordem bancária.

- 01GX – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8801 - *Apoio à Implantação e ao Fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios*. Convênios formalizados somente no final do ano e não houve tempo hábil para a liquidação com emissão da ordem bancária.

- 01H0 – iniciativa vinculada à ação orçamentária 6246 - *Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência*. Foram apoiados 20 projetos considerando o valor empenhado, entre eles Termo de Cooperação com Universidade de Brasília - UnB para capacitação de surdos e ouvintes para o domínio de habilidades necessárias para produzir filmes em softwares de animação. A maioria dos convênios foram firmados no final do ano e não houve tempo hábil para a conclusão do processo de formalização, empenho e liquidação.

- 026V – iniciativa vinculada à ação orçamentária 20SV - *Apoio a Serviços de Atendimento a Pessoas com Deficiência*. A maioria dos convênios foi firmada no final do ano e não houve tempo hábil para a conclusão do processo de formalização, empenho e liquidação. Na dotação deste localizador 0001-Nacional estão contidos R\$ 400.000,00 de emendas parlamentares que não foram liberadas pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR. Os valores empenhados foram utilizados na compra de kits para 38 Centrais de Intérpretes de Libras.

Cada Kit era composto por: 1 automóvel, 3 computadores, 1 impressora multifuncional, 3 webcam, 3 telefones fixos, 2 armários, 3 mesas de trabalho e 3 cadeiras giratórias.

- 00RK – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8802 - *Apoio a Ações e Serviços para o Fornecimento de Documentação Civil Básica*. Foram apoiados 14 iniciativas considerando o valor empenhado, entre elas: Termo de Cooperação com SEPPIR/PR visando apoio para a realização da Plenária Intergovernamental para os povos de cultura cigana; Ministério da Defesa para a realização de mutirão de registro civil e documentação básica de indígenas/AM. Convênios firmados no final do ano e não houve tempo hábil para conclusão de todo o processo de formalização do convênio, empenho e liquidação.

- 00S3 – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8814 - *Produção e Disseminação de Conhecimento em Direitos Humanos*. Para atender a parcela de contingenciamento orçamentário destinada pela PR à SDH, foi avaliada por cada unidade desta Secretaria as ações que poderiam sofrer bloqueios de recursos. Dentre elas coube à ação 8814 a parcela de R\$ 1.576.569,73, sem prejudicar os projetos prioritários e pela falta de projetos a serem apoiados nesta ação. Além disso, da dotação deste localizador 0001-Nacional, R\$ 1.000.000,00 refere-me a emendas parlamentares. Deste valor, somente R\$ 600.000,00 foram liberados para empenho, mas nenhum projeto foi apoiado. Foram apoiados 12 projetos considerando o valor empenhado. Convênios firmados no final do ano e não houve tempo hábil para conclusão de todo o processo de formalização do convênio, empenho e liquidação.

- 00S4 – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8800 - *Apoio a Órgãos Colegiados Estaduais e Municipais de Direitos Humanos*. Houve contingenciamento de 54% dos recursos neste localizador. Para atender a parcela de contingenciamento orçamentário destinada pela PR à SDH, foi avaliada por cada unidade desta Secretaria as ações que poderiam sofrer bloqueios de recursos. Dentre elas coube à ação 8800 a parcela de R\$ 457.732,29, sem prejudicar os projetos prioritários e pela falta de projetos a serem apoiados nesta ação. Foi apoiado 1 Órgão Colegiado. Convênio firmado no final do ano e não houve tempo hábil para conclusão de todo o processo de formalização do convênio, empenho e liquidação.

- 00SF – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8819 - *Produção e Disseminação de Conhecimento sobre os Direitos da Pessoa Idosa*. Estrategicamente a implementação da política do idoso pela SDH em 2012 demandou muito mais ações de articulação e de estruturação (que não demandaram o aporte de recursos) viabilizando ao órgão a priorização do limite de empenho para outras finalidades. Além disso, os convênios que foram firmados só o foram no final do ano e não houve tempo hábil para conclusão de todo o processo de formalização do convênio, empenho e liquidação.

- 00SP – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8810 - *Produção e Disseminação de Conhecimento para Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Convênios firmados para execução de projetos que visam estudos, pesquisas que objetivam consolidar e divulgar informações e conhecimentos sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e sobre formas de prevenção da violações e respeito a diversidade combatendo a homofobia. Para atender a parcela de contingenciamento orçamentário destinada pela PR à SDH, foi avaliada por cada unidade desta Secretaria as ações que poderiam sofrer bloqueios de recursos. Dentre elas coube à ação 8810 a parcela de R\$ 530.354,93, sem prejudicar os projetos prioritários e pela falta de projetos a serem apoiados nesta ação. Além disso, da dotação deste localizador 0001-Nacional, R\$ 1.250.000,00 referem-se a emendas parlamentares. Deste montante, somente R\$ 900.000,00 foram liberados para empenho e apenas R\$ 100.000,00 teve projeto aprovado. Foram apoiados 3 projetos considerando o valor empenhado.

- 00SV – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8799 - *Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos*. Foi apoiada a implantação de 14 Centros de Referências em Direitos Humanos nos estados de: GO, MG (2), PR, SE, RJ (2), DF, MT, MA (2), ES, RS e, AC. Da dotação deste localizador 0001-Nacional, R\$ 900.000,00 referem-se a emendas parlamentares. Estas emendas não foram liberadas para empenho. Para atender a parcela de contingenciamento orçamentário destinada pela PR à SDH, foi avaliada por cada unidade desta Secretaria as ações que poderiam sofrer bloqueios de recursos. Dentre elas coube à ação 8799 a parcela de R\$ 4.296.652,82, sem prejudicar os projetos prioritários apresentados.

- 02WB – iniciativa vinculada à ação orçamentária 20TO - *Produção e Disseminação de Conhecimento sobre a População em Situação de Rua*. Convênios firmados visando a execução de projetos de implementação de Centros Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclado no estado de MG e de atendimento, qualificação e multidisciplinar a pessoas em situação de rua na cidade de Salvador-BA. Termo de Cooperação firmado com a UnB, visando a execução do projeto: Observatório sobre a violência contra a população em situação de rua.

- 0451 – iniciativa vinculada às ações orçamentárias 0083 - *Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)* e 0734 - *Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos*.

- 0454 – iniciativa vinculada à ação orçamentária 8456 - *Pesquisas sobre a Identificação de Restos Mortais de Desaparecidos em Razão de Participação em Atividades Políticas*. Houve bloqueio interno de 100% dos recursos neste localizador, para atendimento de necessidades em outra ação da SDH. As despesas com a realização das expedições do GTA - Grupo de Trabalho Araguaia, coordenado pela SDH, MJ e MDefesa, que visam a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos consistem basicamente na emissão de passagens e diárias que são financiadas pela ação de administração da unidade. Essas expedições são co-financiadas pelos 3 órgãos que coordenam o GTA.

- 054G – iniciativa vinculada às ações orçamentárias 4278 - *Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas* e 8366 - *Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Proteção a Pessoas Ameaçadas*.

- as demais iniciativas não têm vinculação orçamentária.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços

QUADRO VII – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2102
Título	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos
Órgão Responsável	Presidência da República – Secretaria de Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
73.328.096,00	72.922.415,00	60.125.866,48	60.125.866,48	628.759,21	18.583.035,28	40.914.072,49

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços

QUADRO VIII – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União e suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
559.999,00	559.999,00	399.064,28	399.064,28	31.324,12	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
40.077.658,00	40.077.658,00	39.110.307,05	25.175.848,09	457.716,29	13.934.458,96	24.718.131,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependente				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
156.000,00	156.000,00	124.336,80	124.336,80	0,00	0,00	124.336,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição		Unidade de	Meta Física		Meta Financeira

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa Beneficiada	UN	137	128	156.000,00	124.336,80

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Empregados				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.200,00	21.200,00	20.776,50	20.776,50	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança Atendida	UN	17	18	19.200,00	20.776,50

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
42.000,00	42.000,00	28.846,32	28.846,32	0,00	0,00	28.846,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	UN	23	21	42.000.00	28.846.32

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
682.176,00	632.176,00	565.349,21	565.349,21	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	UN	187	184	682.176,00	565.349,21

Identificação da Ação			
Código	20CW		
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos		
Unidade Responsável	Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102		
Unidade Orçamentária	20121 – SDH		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Beneficiado	UN	400	0	72.000,00	0

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.398.544,00	16.112.863,00	15.021.880,50	15.021.880,50	139.718,80	0,00	14.882.161,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	71.861,90	56.730,00	0,00	15.131,90	56.730,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	UN	180	155	200.000.00	71.861.90

Identificação da Ação						
Código		4641				
Descrição		Publicidade de Utilidade Pública				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.166.519,00	10.166.519,00	3.577.438,54	0,00	0,00	3.577.438,54	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Identificação da Ação						
Código		4904				
Descrição		Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.534.000,00	2.534.000,00	636.005,88	150.000,00	0,00	486.005,88	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	UN	1	1	2.534.000,00	636.005,88

Identificação da Ação						
Código		8803				
Descrição		Preservação do Acervo Histórico Documental da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e Promoção do Direito à Verdade e à Memória				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
420.000,00	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto Apoiado	UN	3	1	420.000,00	420.000,00

Identificação da Ação						
Código		8820				
Descrição		Sistemas de Informação para Infância e Adolescência				
Unidade Responsável		Secretaria de Direitos Humanos – PROGRAMA 2102				
Unidade Orçamentária		20121 – SDH				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000,00	2.000.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	UN	1	1	2.000.000,00	150.000,00

Análise Crítica

- 20CW – as despesas com Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos da SDH/PR em 2012 foram custeadas pelo Ministério da Justiça;
- 4641 – as ações de Publicidade de Utilidade Pública da SDH/PR são implementadas por intermédio de descentralização dos recursos dessa ação para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR;

- 4904 e 8820 – no âmbito do Comitê de Tecnologia de Informação – CTI da SDH/PR ficou deliberado que investimentos no desenvolvimento de sistemas só ocorreriam após a padronização de linguagem de maneira à viabilizar a estruturação institucional do órgão na temática.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

QUADRO IX – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	20121	200016
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	20928	110244
FUNDO NACIONAL DO IDOSO	20929	207001

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO X – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2012		2011		2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		16.958.543	15.523.345	0	0	177.535.176	173.094.351
	PLOA		16.958.543	15.523.345	0	0	177.535.176	173.094.351
	LOA		16.958.543	15.523.345	0	0	223.991.194	222.090.391
CRÉDITOS	Suplementares		0	2.674.800	0	0	3.242.000	10.116.300
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordi-nários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		285.681	0	0	0	595.625	1.310.000
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			16.672.862	18.198.145	0	0	226.637.569	230.896.691

Fonte: SIAFI

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO XI – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		35.144.706	27.271.134	0	0	0	0
	PLOA		35.144.706	27.271.134	0	0	0	0
	LOA		110.393.099	32.108.494	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		473.625	1.284.000	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		3.240.000	280.000	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			107.626.724	33.112.494	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO XII – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		177.535.176	173.094.351	35.144.706	27.271.134	0	0
	PLOA		177.535.176	173.094.351	35.144.706	27.271.134	0	0
	LOA		223.991.194	222.090.391	110.393.099	32.108.494	0	15.000
CRÉDITOS	Suplementares		3.242.000	10.116.300	473.625	1.284.000	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraord inários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		595.625	1.310.000	3.240.000	280.000	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			226.637.569	230.896.691	107.626.724	33.112.494	0	15.000

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.2.4 Análise Crítica

- Compatibilidade das dotações com as necessidades da SDH/PR

Para o exercício 2012, a SDH/PR teve seus limites orçamentários compatíveis com as necessidades de crédito para cumprimento da sua programação de trabalho. Podemos destacar as alterações ocorridas desde a proposta orçamentária (PL) até a publicação da LOA, conforme tabela a seguir:

PROGRAMA	REDUÇÃO DO PL	ACRÉSCIMOS POR EMENDAS
2062	500.000,00	83.275.000,00
2063	0,00	2.430.000,00
2064	1.258.047,00	38.450.000,00
2102	892.542,00	200.000,00
TOTAL	2.650.589,00	124.355.000,00

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

Não houve alterações relevantes que merecessem uma análise mais aprofundada.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO XIII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedente		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200016	110319	14.131.2102.4641	0	0	3.579.848,00
	Recebidos	110352	200016	14.422.2064.8814	0	0	8.737.404,62
Movimentação Externa	Concedidos	200016	110407	14.422.2064.8802	0	0	141.581,57
		200016	114702	14.122.2102.2000	0	0	8.242,00
		200016	114702	14.128.2101.4572	0	0	15.158,00
		200016	153031	14.422.2064.8799	0	0	378.526,00
		200016	153080	14.422.5064.8800	0	0	88.692,60
		200016	153103	14.422.2064.6799	0	0	313.447,48
		200016	153103	14.422.2064.8810	0	0	100.000,00
		200016	154040	14.242.2063.6246	0	0	36.810,00
		200016	154040	14.243.2062.20HN	0	0	216.783,80
		200016	154040	14.422.2064.20TO	0	0	70.205,73
		200016	154054	14.243.2062.6247	0	0	113.243,70
		200016	158135	14.422.2064.8799	0	0	429.766,84

		200016	158148	14.243.2062.20HN	0	0	18.795,92
		200016	158153	14.243.2062.6247	0	0	500.000,00
		200016	158195	14.422.2064.8799	0	0	379.254,00
		200016	158460	14.242.2063.20SV	0	0	426.374,97
		200016	200005	14.122.2102.2000	0	0	6.074.173,16
		200016	200005	14.128.2064.8366	0	0	11.566.347,40
		200016	200005	14.128.2102.4572	0	0	3.090,00
		200016	200005	14.422.2064.8802	0	0	1.000.000,00
		200016	200006	14.122.2102.2000	0	0	905.148,16
		200016	200006	14.128.2102.4572	0	0	20.230,00
		200016	200006	14.301.2102.2004	0	0	122.632,00
		200016	200006	14.306.2102.2012	0	0	573.747,00
		200016	200006	14.331.2102.2011	0	0	31.241,00
		200016	200006	14.365.2102.2010	0	0	22.625,00
		200016	200006	14.122.2102.09HB	429.003,00	0	0
		200016	200006	14.122.2102.20TP	16.300.863,00	0	0
		200016	200006	14.301.2102.2004	0	0	10.460,00
		200016	238012	14.122.2102.2000	0	0	12.000,00
		200016	238012	14.422.2064.8802	0	0	12.000,00
		200016	240005	14.122.2102.2000	0	0	57.580,23
		110244	153052	14.243.2062.6247	0	0	112.592,95
		110244	153063	14.243.2062.20HN	0	0	114.790,00
		110244	153103	14.243.2062.6247	0	0	43.410,98
		110244	153103	14.243.2062.20HN	0	0	78.055,83
		110244	154039	14.243.2062.6247	0	0	262.842,00
		110244	154040	14.243.2062.6247	0	0	1.126.602,40
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos	200016	158135	14.422.2064.8802	20.077,01	0	0
		200016	158460	14.242.2063.20SV	67.200,00	0	0

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica:

Movimentação Externa – Créditos Concedidos:

A Secretaria de Direitos Humanos no decorrer do exercício de 2012 procedeu à descentralização de créditos orçamentários e à transferência de recursos financeiros para as Unidades Gestoras 200005/Coordenação-Geral de Logística e 200006/Coordenação-Geral de Recursos Humanos, ambas do Ministério da Justiça, visando à manutenção das atividades de administração relativas a material, patrimônio e serviços gerais e pessoal da SDH, em conformidade ao estabelecido no Decreto nº 4.939/03. Considerando as movimentações externas remetidas ao Ministério da Justiça, esta Secretaria também celebrou 09 Termos de Cooperação, com os diversos Entes Federais, que culminou na descentralização de créditos orçamentários, conforme demonstrado no quadro acima (UGs 200016 e 110244).

Ressalta-se que foram descentralizados créditos orçamentários para o Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista o suporte logístico oferecido por aquele órgão nas missões da SDH/PR realizadas no exterior no decorrer do durante o exercício de 2012.

Movimentação Interna – Créditos Concedidos:

Esta Secretaria efetuou a descentralização de crédito orçamentário para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR, órgão central do Sistema de

Comunicação de Governo do Poder Executivo (SICOM) visando à fomentação de ações de publicidade de utilidade pública de interesse da SDH/PR.

Movimentação Interna – Crédito Recebido:

No exercício de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos recebeu da Secretaria Geral da Presidência da República, crédito orçamentário correspondente ao montante de R\$ 8.737.404,62, visando à execução dos Convênios 750364/2010 e 778677/2012, celebrados com a entidade denominada Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, tendo como objetos o desenvolvimento de processos de educação popular, visando à garantia dos Direitos Humanos e Fortalecimento da Cidadania, na perspectiva da conquista, qualificação e gestão democrática das Políticas Públicas e a capacitação em Direitos Humanos através de Redes de Entidades e Movimentos Sociais para ampliar o exercício e cidadania. Projeto Educação, Cidadania e Direitos Humanos conectando a rede a saberes.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO XIV – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	29.869.465,92	4.099.189,00	28.834.964,29	4.099.189,00
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	56.190,60	0	11.467,36	0
d) Pregão	29.813.275,32	4.099.189,00	28.823.496,93	4.099.189,00
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	12.119.844,60	355.671,00	12.079.976,02	355.671,00
g) Dispensa	10.741.885,75	5.519,00	10.702.070,93	5.519,00
h) Inexigibilidade	1.377.958,85	350.152	1.377.905,09	350.152,00
3. Regime de Execução Especial	972,94	1.500,00	972,94	1.500,00
i) Suprimento de Fundos	972,94	1.500,00	972,94	1.500,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	15.905.003,75	18.205.785,31	15.765.284,95	18.192.592,77
j) Pagamento em Folha *	15.021.880,50	15.504.985,31	14.882.161,70	15.491.792,77
k) Diárias	883.123,25	2.700.800,00	883.123,25	2.700.800,00
5. Outros	27.083.373,98	0	27.074.224,70	0
6. Total (1+2+3+4+5)	84.978.661,19	22.662.145,31	83.755.422,90	22.648.952,77

Fonte: SIAFI e Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) A folha de pagamento dos servidores em exercício na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR é executada pela Coordenação Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, em face do contido no Decreto nº 4.939/2003 e suas alterações.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

O “QUADRO XV – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa – TCU nº 119/2012.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO XVI – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	0,00	0,00	0,00	0,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
8. Contratações Diretas (g+h)	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
9. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
11. Outros	5.937.404,62	0	5.937.404,62	0
12. Total (1+2+3+4+5)	5.937.404,62	0	5.937.404,62	0

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO XVII – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
335041 Contribuições	8.737.404,62		5.937.404,62		2.800.000,00		5.937.404,62	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.3 Análise Crítica

No exercício de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos recebeu da Secretaria Geral da Presidência da República, crédito orçamentário correspondente ao de R\$ 8.737.404,62, sendo R\$ 5.937.404,62 para cobrir despesas do Convênio nº 750364/2010 celebrado entre esta Secretaria e o Centro de Assessoria Multiprofissional, entidade privada sem fins lucrativos, tendo como descrição do objeto, o desenvolvimento de processos de educação popular, visando à garantia dos Direitos Humanos e Fortalecimento da Cidadania, na perspectiva da conquista, qualificação e gestão democrática das Políticas Públicas, projeto: Capacitação de Educadores, lideranças sociais e população em situação de vulnerabilidade social e vítima de violação de direitos, incentivo à participação e exercício da cidadania e ampliação de acesso às políticas públicas no Brasil e o valor de R\$ 2.800.000,00 decorrente da celebração do Convênio nº 778677/2012 firmado com o mesmo Conveniente, tendo objeto a capacitação em Direitos Humanos através de Redes de Entidades e Movimentos Sociais para ampliar o exercício e cidadania. Projeto Educação, Cidadania e Direitos Humanos conectando a rede a saberes.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.1.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO XVIII – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	123.843,35	18.307,31	31.011,02	74.525,02
2010	4.935,23	0,00	2.847,00	2.088,23
2009	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	93.898.868,84	6.310.714,18	68.256.081,81	19.332.072,65
2010	31.678.947,83	25.509.556,47	5.496.893,45	672.497,91
2009	221.811,91	107.010,05	0,00	114.801,86

5.1.2 Análise Crítica

O Créditos Orçamentários inscritos em restos a pagar nos anos anteriores a 2011 se referem às descentralizações orçamentárias efetuadas pela Secretaria de Direitos Humanos para atender diversos parceiros (Entes Federais) que celebraram Termos de Cooperação com a SDH, cujos empenhos foram inscritos em restos a pagar pelo Conveniente visando a continuidade dos projetos aprovados e custeados por esta Pasta. O Ministério da Justiça ainda mantém Contratos Administrativos de manutenção que atendem esta Secretaria e os créditos destinados a cobrir às despesas relativas a pessoal e benefícios dos servidores lotados na SDH.

O montante inscrito em restos a pagar correspondente aos exercícios de 2011 e 2012 consignados na SDH compreende os Convênios, Termos de Parceria, Termos de Cooperação e Acordos de Cooperação Técnica, celebrados com as esferas: federal, estadual, municipal e entidades privadas sem fins lucrativos, os organismos internacionais e os Contratos Administrativos firmados com a Secretaria de Direitos Humanos.

Ressalta-se que a Secretaria de Direitos Humanos mantém empenho emitido no exercício de 2011 inscrito em restos a pagar, considerando o caráter obrigatório desta Secretaria em proceder aos pagamentos de decisões relativas a indenizações a vítimas de violações de direitos humanos, em conformidade com as sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

5.2 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O “QUADRO XIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2012” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa – TCU nº 119/2012.

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO XX – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SDH NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ:	05.478.625/0001-87					
UG/GESTÃO:	200016/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	49	115	97	60.798.249,20	55.262.192,48	125.887.061,92
Contrato de Repasse	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	7	13	18	1.408.826,44	2.805.699,88	6.453.507,79
Termo de Compromisso	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Totais	56	128	115	62.207.075,64	58.067.892,36	132.340.569,71

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
CNPJ:	05.478.625/0002-68					
UG/GESTÃO:	110244/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montante Repassado em Cada Exercício, Independente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênios	30	32	29	15.435.062,31	12.126.646,38	25.831.497,43
Contrato de Repasse	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	8	4	10.811,68	2.366.138,12	2.537.889,04
Termo de Compromisso	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Totais	31	40	33	15.445.873,99	14.492.784,50	28.369.386,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL DO IDOSO					
CNPJ:	05.478.625/0003-49					
UG/GESTÃO:	207001/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montante Repassado em Cada Exercício, Independente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênios	4	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	-	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	-	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	4	0	0	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

5.2.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO XXI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 200016/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$1,00)			% do valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênios	194	247.015.865,64	165.220.202,44	81.795.663,20	66,89%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0%
Termo de Cooperação	13	3.284.410,12	2.080.172,14	1.204.237,98	63,33%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0%
Totais	207	250.300.275,76	167.300.374,58	82.999.901,18	66,84%

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE					
CNPJ: 05.478.625/0002-68		UG/GESTÃO: 110244/00001			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$1,00)			% do valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênios	68	38.991.503,29	32.774.612,26	6.216.891,03	84,05%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Cooperação	8	4.009.822,48	2.294.751,68	1.474.162,40	57,23%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	76	43.001.325,77	35.069.363,94	7.691.053,43	81,55%

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDO NACIONAL DO IDOSO					
CNPJ: 05.478.625/0003-49		UG/GESTÃO: 207001/00001			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$1,00)			% do valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênios	4	559.566,00	0,00	559.566,00	0%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0%
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0%
Totais	4	559.566,00	0,00	559.566,00	0,00%

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

5.2.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO XXII – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SDH NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 200016/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantidade e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contrato de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	97	-	N/A
		Montante Repassado	61.117.640,41	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	7	-	
		Montante Repassado	7.009.746,82	-	
2011	Contas prestadas	Quantidade	115	-	N/A
		Montante Repassado	114.531.110,77	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	4	-	
		Montante Repassado	1.393.640,00	-	
2010	Contas prestadas	Quantidade	104	-	N/A
		Montante Repassado	38.922.311,57	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	
		Montante Repassado	180.000,00	-	
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	N/A
		Montante Repassado	50.000,00	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DOS CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente					
Nome: FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE					
CNPJ: 05.478.625/0002-68			UG/GESTÃO: 110244/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantidade e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contrato de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	40	-	N/A
		Montante Repassado	27.291.011,97	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	6	-	
		Montante Repassado	4.154.012,47	-	
2011	Contas prestadas	Quantidade	60	-	N/A
		Montante Repassado	37.438.795,81	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	0,00	-	
2010	Contas prestadas	Quantidade	60	-	N/A
		Montante Repassado	28.076.064,42	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	0	-	
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	N/A
		Montante Repassado	0	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DOS CONVÊNIOS/SICONV

5.2.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO XXIII – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ: 05.478.625/0001-87			UG/GESTÃO: 200016/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			97	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	6	
			Contas Não analisadas	2	
		Montante repassado (R\$)		2.885.995,99	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	9	
			Quantidade Reprovada	2	
			Quantidade de TCE	2	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	76	
			Montante repassado (R\$)	39.143.954,49	
2011	Quantidade de contas prestadas			110	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		37	
		Quantidade Reprovada		4	
		Quantidade de TCE		6	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		63	
		Montante repassado (R\$)		32.876.215,68	
2010	Quantidade de contas prestadas			98	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		67	
		Quantidade Reprovada		5	
		Quantidade de TCE		3	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		23	
		Montante repassado		8.667.622,14	
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	N/A
		Montante repassado		488.204,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE					
CNPJ: 05.478.625/0002-68			UG/GESTÃO: 110244/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			40	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	3	
			Contas Não analisadas	1	
		Montante repassado (R\$)		1.298.750,37	
		Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	
	Quantidade Reprovada			0	
	Quantidade de TCE			2	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	31	
		Montante repassado (R\$)	15.841.399,49		
2011	Quantidade de contas prestadas			56	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		2	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		36	
		Montante repassado (R\$)		20.075.997,83	
2010	Quantidade de contas prestadas			55	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		40	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		3	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		12	
		Montante repassado		9.554.779,80	
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	N/A
		Montante repassado		0,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

5.2.6 Análise Crítica

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH, na realização das transferências voluntárias, adota o sistema de chamamento público por Edital, e visando ao aperfeiçoamento do processo seletivo das parcerias a serem firmadas, em 2012, inovou o Edital único de Chamamento Público, padronizando

os critérios objetivos de avaliação e seleção de instituições comprometidas com as políticas públicas de direitos humanos e que detivessem capacidade técnica e operacional para executar e gerir os recursos em observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade. O chamamento público alcançou entes da administração pública direta e indireta, bem como instituições privadas sem fins lucrativos.

Ressalta-se que, no exercício de 2012, o chamamento público realizado não contemplou o recebimento de propostas na modalidade Termo de Parceria, uma vez que a SDH decidiu pela não celebração de instrumentos nessa modalidade, evitando-se assim, os constantes problemas identificados nas experiências anteriores.

Cabe salientar que a unificação do Edital de Chamamento Público implementado em 2011, proporcionou a uniformidade no processo de seletivo de propostas, assegurando a igualdade de tratamento por parte das Secretarias Nacionais envolvidas. E, em 2012, com a implementação da padronização dos critérios de avaliação, todas as propostas foram apreciadas a partir das mesmas dimensões, pesos e escalas de pontuação, conforme as diretrizes do programa e suas respectivas ações.

Considerando as diretrizes e objetivos dos respectivos programas, foram realizados grupos de trabalhos com as equipes das áreas responsáveis, visando à construção de critérios objetivos para avaliação, classificação e aprovação de propostas de trabalho em função da análise técnica dos seguintes quesitos: a) adequação (grau de consonância da proposta com a política de direitos humanos); b) relevância (importância estratégica da realização do projeto para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos) e; c) consistência (demonstração da capacidade e viabilidade da consecução dos objetivos propostos).

As análises das propostas foram efetuadas pelas áreas responsáveis pela execução dos programas, que emitiram pareceres técnicos de mérito e econômico do plano de trabalho e verificaram as condições exigidas, inclusive à correlação de todas as informações necessárias, descritas na Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507/2011 e demais dispositivos legais.

A implementação dos critérios objetivos, além de auxiliar na análise das propostas, também serve de parâmetro para a própria elaboração dos projetos pelos proponentes. Com a inovação, os riscos quando da celebração de instrumentos estão sendo reduzidos, uma vez que os projetos selecionados foram melhor avaliados.

Objetivando nortear as áreas envolvidas nos procedimentos administrativos e operacionais referentes à celebração de convênios e instrumentos congêneres, a SDH solicitou fiel observância quanto à necessidade do cumprimento das exigências da legislação que rege a matéria (Decreto nº. 93.872/1986, Decreto 7.680/2012, Decreto nº. 6.170/2007 e suas alterações, e a Portaria Interministerial nº. 507/2011).

Cabe registrar que, em 2012, a parceria com o Departamento de Gestão Estratégica da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para o auxílio de registros, solução de problemas referentes à operacionalização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, foi mantida. E, em continuidade ao Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Servidores da SDH, em especial as capacitações voltadas aos procedimentos de formalização, acompanhamento, fiscalização e análise de prestações de contas de convênios, também foram mantidas durante todo o exercício.

A SDH tem se preocupado, cada vez mais, com a melhoria constante dos procedimentos internos, principalmente na realização das transferências voluntárias, e considera que todas as providências acima relatadas contribuíram de forma significativa para celebração dos instrumentos e, conseqüentemente, para alcance dos objetivos previstos nas ações do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, que constitui o principal mecanismo de implementação da política pública de Direitos Humanos.

Em cumprimento às atividades de prestação de contas, registra-se a continuidade na baixa dos estoques e consequente atualização nas contas contábeis “A Comprovar”, “Inadimplência” e “A Aprovar”, com vistas a compatibilizar as orientações dos Controles Interno e Externo, eis que desde o ano de 2009, a Coordenação-Geral de Convênios, vem trabalhando em ritmo de força-tarefa, especialmente, no que tange aos convênios regidos, ainda, pela IN nº 01/97-STN/MF.

No que se refere às transferências voluntárias, a SDH realizou a celebração de 407 instrumentos no período de 2010 a 2012, totalizando R\$ 311.483.148,67 (trezentos e onze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, cento e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos). No exercício de 2010, houve o repasse de R\$ 160.709.956,18, representando 148 instrumentos firmados, em 2011 a celebração de 168 processos, totalizando R\$ 72.560.676,86, e no ano de 2012, 91 instrumentos, no montante de R\$ 78.212.515,63.

Relativo ao estoque de prestação de contas, em 2010 a SDH apresentava na conta “A Aprovar” um passivo de 321 processos, contudo, no período de 2010 a 2012, foram recebidas 309 novas prestações de contas, o que totaliza 630 processos a serem analisados nos últimos exercícios.

No entanto, deve-se ressaltar que foram analisadas 469 prestações de contas (Aprovadas, Inadimplências e, respectivamente, TCE e CADIN), o que representa uma média de 156 processos anuais e uma redução no estoque de 74%. Isso significa que, em 31/12/2012, restaram pendentes de análise 161 prestações de contas na conta “A Aprovar”, já considerados os convênios SICONV.

Decorrente destas 469 prestações finalizadas verificou-se um aumento na conta inadimplência, condicionante à instauração de TCE e registro CADIN. Contudo, diante da possibilidade de composição de Acordo Administrativo de Parcelamento de Débito, nos termos da Portaria/SDH/PR nº 1.480, de 20/07/2011, alterada pela Portaria/SDH/PR nº 3.312, de 21/12/2011, até o momento, houve a composição de 11 parcelamentos administrativos.

Salienta-se que, em 2011, em cumprimento as atividades de fiscalização, bem como ao Decreto nº 7.592/2011, cujo objetivo era avaliar a regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, esta Secretaria intensificou as ações de fiscalização *in loco*. Entretanto, em 2012, no intuito de baixar os estoques de instrumentos na conta “A Aprovar”, houve priorização da análise de prestação de contas, razão pela qual houve uma redução na fiscalização *in loco*. Porém, o acompanhamento de execução dos instrumentos tem sido realizado por meio do Portal de Convênios - SICONV, uma vez que o módulo específico de Acompanhamento e Fiscalização já se encontra implementado pela Comissão Gestora do SICONV.

Cumprimenta-se ressaltar, que as atividades de prestação de contas e fiscalização são exercidas, cumulativamente, por equipe única, e no ano de 2010 a equipe somava um número de 12 servidores, em 2011 contava com apenas 7 servidores e em 2012 com 06 servidores, ou seja, a força de trabalho foi reduzida em 50%. Importa consignar que a SDH não dispõe de quadro efetivo de funcionários, o que implica uma rotatividade de servidores superior à média de outros órgãos que possuem quadros e carreiras próprias.

Sem prejuízo das atividades típicas prestação de contas e fiscalização há, também, em tempo hábil o atendimento de demandas das diligências formuladas por Órgãos de Controle Interno e Externo, Ministério Público, Polícia Federal, bem como demais denúncias de quaisquer outros Órgãos demandados, e ainda, o fornecimento de subsídios à Advocacia-Geral da União em ações judiciais.

Em que pese todas as dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento das atribuições de prestação e de fiscalização de contas, cada vez mais, a Coordenação-Geral de Convênios vem adotando procedimentos assecuratórios na busca da regular aplicação dos recursos públicos liberados.

5.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO XXIV – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					Valores em R\$ 1,00
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
200016	Secretaria de Direitos Humanos		0,00	972,94	972,94
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0.00	972.94	972.94

5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

QUADRO XXV – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO "B")

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200016				Nome da UG		Secretaria de Direitos Humanos	
Supri-do	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justifi-cativa para a Não Utiliza-ção do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
NÃO HOUVE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B”)								
					Total Utilizado pela UG			

Fonte: SIAFI

5.3.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO XXVI – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1	200016	Limite de Utilização da UG	6.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Celson Carlos Martins Junior	42006600320	6.000,00		972,94	972,94
Total Utilizado pela UG				972,94	972,94

Fonte: SIAFI

5.3.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO XXVII – DESPESAS REALIZADAS COM POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0,00	0	0,00	2	972,94	972,94
2011	0	0,00	1	500,00	4	1.065,80	1.565,80
2010	0	0,00	3	410,00	4	1.279,04	1.689,04

Fonte: SIAFI

5.3.1.5 Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos

QUADRO XXVIII – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	12.000,00	2	8.000,00	3	24.000,00

Fonte: SIAFI

5.3.1.6 Análise Crítica

Os supridos desta Secretaria cumpriram com todas as exigências decorrentes do suprimento de fundos, correspondentes aos prazos estabelecidos, bem como os encaminhamentos de todas as documentações comprobatórias relativas às prestações de contas do cartão corporativo do

Governo Federal, estando todas aprovadas pela SDH e os processos físicos à disposição dos órgãos de controle.

5.4 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SDH

5.4.1 Renúncias Tributárias sob a Gestão da SDH

QUADRO XXIX – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA SDH

FNCA

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IRPF	Lei nº 8.069/1990	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Doações	Indeterminado	N/A
IRPJ	Lei nº 8.069/1990	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Doações	Indeterminado	N/A

Fonte:

FNI

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IRPF	Lei nº 12.213/2010	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Doações	Indeterminado	N/A
IRPJ	Lei nº 12.213/2010	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Doações	Indeterminado	N/A

Fonte:

5.4.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO XXX – VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

FNCA

Valores	2012		2011		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	31.926.060,00	10.496.187,86	25.049.085,00	20.123.290,91	30.661.000,00	15.215.722,18
Contrapartida	31.926.060,00	10.496.187,86	25.049.085,00	20.123.290,91	30.661.000,00	15.215.722,18
Medidas de Compensação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI

Obs.: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados

FNI

Valores	2012		2011		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	1.500.000,00	191.146,40	3.000.000,00	100,00	0,00	0,00
Contrapartida	1.500.000,00	191.146,40	3.000.000,00	100,00	0,00	0,00
Medidas de Compensação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI

Obs.: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados

5.4.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

**QUADRO XXXI – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS
FNCA**

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	3	2.287,84	1	1.000,00	6	1.210,00
CE	1	790,24	0	0,00	0	0,00
DF	19	18.000,95	11	8.731,12	24	12.199,85
ES	0	0,00	0	0,00	1	150,00
GO	2	3.068,27	0	0,00	1	200,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	1	1.500,00	1	20,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	5	1.399,00
MG	3	1.533,29	0	0,00	5	5.600,00
PA	1	760,00	0	0,00	0	0,00
PB	3	1.720,00	0	0,00	1	50,00
PR	0	0,00	0	0,00	3	400,00
PE	2	1.270,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	1	100,00
RJ	10	10.965,26	10	7.360,00	9	5.450,00
RN	2	3.100,00	1	200,00	1	350,00
RS	1	500,00	0	0,00	6	397,62
RO	0	0,00	1	200,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	8	2.695,87	3	2.578,41	5	1.940,00
SP	17	9.337,43	37	2.855,00	32	8.726,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	1	80,00
Σ	73	57.529,15	65	22.944,53	101	38.252,47

FNI

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	3	1.779,45	1	100,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	2	2.000,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	1	2.000,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	2	1.500,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	1	300,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	1	700,00	0	0,00	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	10	8.279,45	1	100,00	0	0,00

Fonte: SIAFI

Obs.: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados

QUADRO XXXII – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

FNCA

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	3	5.636.723,72	3	2.128.686,55	3	8.896.378,02
ES	1	3.000,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	1	9.837,50	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	1	1.044,80
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	3	4.736.737,35	3	17.861.517,56	2	6.279.446,89
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	1	600,00
SC	2	717,21	0	0,00	0	0,00
SP	2	61.480,43	3	100.304,77	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	11	10.438.658,71	10	20.100.346,38	7	15.177.469,71

Fonte: SIAFI

Obs.: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados

FNI

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	1	134.896,42	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00

PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	1	45.116,00	0	0,00	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	2	180.012,42	0	0,00	0	0,00

Fonte: SIAFI

Obs.: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados

5.4.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas

QUADRO XXXIII – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

FNCA

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	3	2.287,84	1	1.000,00	6	1.210,00
CE	1	790,24	0	0,00	0	0,00
DF	19	18.000,95	11	8.731,12	24	12.199,85
ES	0	0,00	0	0,00	1	150,00
GO	2	3.068,27	0	0,00	1	200,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	1	1.500,00	1	20,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	5	1.399,00
MG	3	1.533,29	0	0,00	5	5.600,00
PA	1	760,00	0	0,00	0	0,00
PB	3	1.720,00	0	0,00	1	50,00
PR	0	0,00	0	0,00	3	400,00
PE	2	1.270,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	1	100,00
RJ	10	10.965,26	10	7.360,00	9	5.450,00
RN	2	3.100,00	1	200,00	1	350,00
RS	1	500,00	0	0,00	6	397,62
RO	0	0,00	1	200,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	8	2.695,87	3	2.578,41	5	1.940,00
SP	17	9.337,43	37	2.855,00	32	8.726,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	1	80,00
Σ	73	57.529,15	65	22.944,53	101	38.252,47

Fonte: SIAFI

Obs.: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados

FNI

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	3	1.779,45	1	100,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	2	2.000,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	1	2.000,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	2	1.500,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	1	300,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	1	700,00	0	0,00	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	10	8.279,45	1	100,00	0	0,00

Fonte: SIAFI

QUADRO XXXIV – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

FNCA

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	3	5.636.723,72	3	2.128.686,55	3	8.896.378,02
ES	1	3.000,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	1	9.837,50	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	1	1.044,80
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00

PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	3	4.736.737,35	3	17.861.517,56	2	6.279.446,89
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	1	600,00
SC	2	717,21	0	0,00	0	0,00
SP	2	61.480,43	3	100.304,77	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	11	10.438.658,71	10	20.100.346,38	7	15.177.469,71

Fonte: SIAFI

FNI

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	1	134.896,42	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	1	45.116,00	0	0,00	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	2	180.012,42	0	0,00	0	0,00

Fonte: SIAFI

5.4.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO XXXV – APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA SDH

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
IRPF/IRPJ	0073	0,00	0,00	4.859.891,00	0,00	0,00	1.334.691,00
IRPF/IRPJ	0152	0,00	3.744.443,68	712.790,00	0,00	400.000,00	394.140,00
IRPF/IRPJ	0153	0,00	4.912.160,86	10.446.044,27	0,00	1.700.000,00	2.128.568,24
IRPF/IRPJ	0155	0,00	3.400.000,00	0,00	0,00	3.400.000,00	0,00
IRPF/IRPJ	2062	6.426.916,62	0,00	0,00	211.580,00	0,00	0,00
IRPF/IRPJ	2102	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, SIAFI GERENCIAL

5.4.6 Prestação de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO XXXVI – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Situação	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	N/A – As renúncias decorrem de doações voluntárias.					
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Fonte:

5.4.7 Comunicações à RFB

QUADRO XXXVII – COMUNICAÇÕES À RFB

Renúncia	2012				2011				2010			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
	N/A – As renúncias decorrem de doações voluntárias.											

Fonte:

5.4.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO XXXVIII – INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2012	SEM INFORMAÇÕES				0,0002	SEM INFORMAÇÕES	
2011					0,0005		
2010					0,0004		

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Preliminarmente, registre-se que a coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR/PR são executadas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, em face do contido no Decreto nº 4.939/2003 e suas alterações.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da SDH/PR

QUADRO XXXIX – FORÇA DE TRABALHO DA SDH/PR – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	123	123	32	31
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	122	122	31	30
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	15	3	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	107	28	28
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	105	38	48
4. Total de Servidores (1+2+3)	123	228	70	79

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Autorizada:

a) Servidores de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): as vagas de cargo efetivo vinculadas ao Quadro de Pessoal do MJ não foram previamente distribuídas em face da necessidade

de avaliar o perfil do servidor ingressante por meio de concurso público versus a necessidade de cada Unidade Administrativa,

b) Demais situações: o exercício descentralizado, o exercício provisório, a requisição e a nomeação de pessoas não ocupantes de cargos efetivos são efetivados de acordo com a legislação pertinente, não havendo a definição de um número específico de pessoas por essas tipologias.

2) Lotação Efetiva:

a) Servidores de carreira em exercício descentralizado (item 1.2.2): neste item foram computados 9 (nove) servidores no exercício de DAS e 5 (cinco) no exercício de GR.

b) Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (itens 1.2.4): foram contabilizados 35 (trinta e cinco) no exercício de DAS e 46 (quarenta e seis) no exercício de GR, bem como 1 (um) anistiado no exercício de DAS.

c) Servidores sem vínculo com a Administração Pública: foi computado 1 (um) servidor aposentado da Administração Pública que exerce cargo de DAS.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da SDH/PR

QUADRO XL – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SDH/PR – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Com relação ao quadro anterior, cabe esclarecer que, em virtude da SDH, órgão integrante da Presidência da República, não possuir quadro de pessoal, não há possibilidade de ocorrer cessão ou remoção de servidores.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO XLI – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SDH/PR (SITUAÇÃO EM 31/12/2012)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	161	152	86	86
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	159	150	85	85
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	9	2	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	36	23	18
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	104	60	66
1.2.5. Aposentados	Não há	1	0	1
2. Funções Gratificadas	68	51	46	48
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	5	6	8
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	46	40	40
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	229	203	132	134

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

* Número de cargos comissionadas e funções gratificadas aprovado pelo Decreto nº 7.256/2010.

** Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada, respectivamente, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, na forma da legislação pertinente, observando o número de cargos em comissão e funções gratificadas definido na Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, para a unidade respectiva, não havendo um número pré-estabelecido (lotação autorizada) para cada tipologia.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da SDH/PR Segundo a Idade

QUADRO XLII – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	6	8	7	5	1
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	0	0	1	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	6	8	6	5	1
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	44	91	39	24	4
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	1	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	36	64	30	17	3
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	8	26	9	7	1
3. Totais (1+2)	50	99	46	29	5

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou GR não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício Na SDH, observa-se que a distribuição de pessoal dá-se da seguinte forma: 21,83%, 43,23%, 20,09%, 12,66% e 2,19% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da SDH/PR Segundo a Escolaridade

QUADRO XLIII – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SDH/PR POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	9	14	3	1	0
1.1. <i>Membros de Poder e Agentes Políticos</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	0	0	0	0	9	13	3	1	0
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	36	135	18	12	1
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	0	0	0	0	29	102	8	10	1
2.3. <i>Funções Gratificadas</i>	0	0	0	0	7	32	10	2	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	45	149	21	13	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou GR não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

De acordo com o quadro acima, 19,65%, 65,07%, 9,17%, 5,68% e 0,43% dos servidores da SDH possuem, respectivamente, “ensino médio”, “ensino superior”, “aperfeiçoamento, especialização ou pós-graduação”, “mestrado” e “Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência”.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da SDH/PR

O “**QUADRO XLIV – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**” encontra-se em anexo, em observância à Decisão Normativa – TCU nº 119/2012.

6.1.4 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por dois meios:

a) Parametrização no Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no qual é bloqueado a operação de cadastramento de um novo vínculo funcional, quando detectada a ocorrência de ocupação de um cargo público não acumulável no âmbito da Administração Pública Federal, direta e autárquica.

b) Cruzamento das bases de dados do SIAPE com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que se detectado algum possível caso, é encaminhado ao órgão de exercício do respectivo servidor para verificação.

Em ambas situações, a possível ocorrência deve ser apurada por meio de processo administrativo, no qual é assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

Destaca-se, ainda, que no âmbito interno, o servidor no momento da posse em cargo público apresenta declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, respeitando as situações previstas na Constituição Federal, que no caso de declaração inverídica pode agravar a situação do servidor, bem como se compromete a comunicar a CGRH/MJ, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional e de que está ciente de que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal.

Todavia, no exercício de 2012, não foi detectada nenhuma ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No exercício de 2012, nenhuma providência foi adotada, uma vez que não foi detectada nenhuma ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício nesta Secretaria são executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, sendo assim, foram utilizados os mesmos índices das Unidades integrantes do MJ.

- Absenteísmo;

O indicador gerencial “absenteísmo” utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, busca medir as ausências dos servidores, no qual são computados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outros.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

$$\text{ABS: } \frac{\text{nº de dias de ausências}}{\text{nº de servidores} \times \text{nº de dias de trabalho}} \times 100, \quad \text{em que:}$$

nº de dias de ausências = quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2012.

nº de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

nº de dias de trabalho = quantidade de dias no ano.

Ressalte-se, que no item “nº de dias de trabalho” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são registrados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

a) Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para o cargo efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 28,57% servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos (posição 31/12/2012). Naturalmente, essa concentração contribui para estipular um índice diferenciado, pois é comum que quando as pessoas vão envelhecendo surjam alguns problemas de saúde.

b) Com o ingresso de novos servidores empossados em cargos efetivos, em virtude de habilitação de concurso público promovido por este Ministério, houve também uma concentração de 53,65% na faixa etária abaixo de 40 anos. No caso do MJ, parte desse grupo são mulheres – 30,63%, que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribui para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo da SDH, por meio da fórmula acima mencionada, no qual chegou-se ao seguinte resultado: ABS: $[999 / (229 \times 365) \times 100] = 1,2\%$.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

Acidentes de Trabalho

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, levando em consideração os últimos 3 (três) exercícios – 2010, 2011 e 2012, em que ocorreram apenas 5 casos no total.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH formulou a seguinte fórmula:

AT: $(\frac{n^{\circ} \text{ de casos} \times 100}{n^{\circ} \text{ de servidores}})$, em que :

n° de casos = quantidade de acidentes de trabalho.

n° de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal desta Setorial, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo Central, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos, como os de carreira policial.

Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Instituição, como por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa. Considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2012, na SDH, não houve nenhum caso de acidente de trabalho.

Doenças Ocupacionais

No exercício de 2012, a análise dos possíveis casos de doenças ocupacionais no Núcleo Central do Ministério da Justiça foi aprimorada. Observando-se o Código Internacional de Doenças – CID, foram levantados os afastamentos que podem ter sido provocados por fatores relacionados com o ambiente de trabalho.

Em face da complexidade do tema e considerando que o projeto estratégico “Reorganização da Atenção à Saúde do Servidor” encontra-se em andamento (já com algumas ações implementadas), foi estipulado para o exercício de 2012, que o índice aceitável seria de até 10%.

Destaca-se que, no âmbito do Núcleo Central do Ministério, a principal causa de afastamento tem relação com doença do aparelho locomotor. Há também ocorrências de transtornos mentais e comportamentais. Todavia, por ser uma questão sigilosa tratada apenas no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, não é possível identificar os CID por Unidades, tão somente classificar como doença ocupacional ou não.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{DO: } \frac{(\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais} \times 100)}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

$\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais} = \text{quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais}$

$\text{n}^\circ \text{ de servidores} = \text{quantidade de servidores da Unidade.}$

No exercício de 2012, na SDH, não houve nenhum caso de doença ocupacional.

- Rotatividade (turnover);

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

$$\text{ROT: } \frac{(\text{ingressos} + \text{egressos})/2 \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

$\text{ingressos} = \text{quantidade de entradas na Unidade.}$

$\text{egressos} = \text{quantidade de saídas na Unidade.}$

$\text{n}^\circ \text{ de servidores} = \text{quantidade de servidores na Unidade.}$

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, devem ser considerados os seguintes aspectos:

a) Os cargos de Direção e Assessoramento e Assessoramento Superior - DAS, são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice;

b) Os cargos efetivos do Ministério estão inseridos no Plano Geral do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo. Para se ter uma noção desse impacto, no último concurso público (cujos provimentos iniciaram a partir de janeiro de 2010), 601 (seiscentos e um) servidores foram empossados. Desses, até 31/12/2012, 149 (cento e quarenta e nove) servidores (24,79%) pediram desligamento, sendo que a maioria por posse em outro cargo inacumulável.

c) Formação *versus* atribuições do cargo efetivo: As vagas do cargo efetivo de Analista Técnico-Administrativo providas no último concurso público foram de ampla concorrência, observado o quantitativo definido no Edital, exigindo-se tão somente a formação em nível superior, independentemente do curso. Todavia, no momento de alocação desses candidatos empossados, muitos encontram dificuldade de adaptações, em face do conhecimento adquirido frente à atividade ou missão da respectiva área.

Embora o ideal seja um índice de rotatividade de até 10 %, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $\{[(70+79)/2]/229 \times 100\}$, obtém-se um índice de rotatividade de 32,53%.

- Educação Continuada;

No tocante à SDH, faz-se mister consignar que esta Secretaria, vem realizando por conta própria a capacitação de seus servidores, não havendo mais a intervenção do Núcleo Central.

- Disciplina;

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional e o ideal é que não haja registro de casos.

Para medir esse índice, a CGRH utiliza a seguinte fórmula:

DISC: $\frac{\text{nº de penalidades}}{\text{nº de servidores}} \times 100$, sendo:

nº de penalidades = quantidade de penalidades disciplinares (advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras).

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

Em 2012, não houve penalidades disciplinares na SDH.

- Aposentadoria versus reposição do quadro;

A SDH não possui quadro próprio.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos da SDH/PR

QUADRO XLV - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Direitos Humanos													
UG/Gestão: SGPDH						CNPJ: 05.478.625/0001-87							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	05	O	08/2012	PH SERVIÇO E ADM LTDA CNPJ: 06.090.065/0001-51									A
2011	02	O	014/2011	Plantão Prestação de Serviço Ltda CNPJ: 11.786.359/0001-52			21	21	21				P
2012	04	O	17/2012	Lima e Silva Serviços e Transporte Ltda-ME CNPJ: 20.204.491/0001-08				17	17				A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: CGL/SDH-PR

6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XLVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	33	35	32	28	251.939,20
1.1 Área Fim	33	35	32	28	251.939,20
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
2. Nível Médio	11	16	16	16	76.940,61
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	11	16	16	16	76.940,61
3. Total (1+2)	44	51	48	44	328.879,81

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da SDH/PR:

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A constituição da frota de veículos oficiais da Secretaria é baseada no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008. A frota é constituída por veículos de transporte institucional e de serviços comuns.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A importância da utilização de veículos oficiais se dá pela necessidade de deslocamento, a serviço, de autoridades e funcionários a outros órgãos da Administração Pública, bem como atender a demanda de serviços administrativos regulares como o transporte de documentos, pequenas encomendas e serviços eventuais (eventos fora das dependências da SDH). Além disso, há a necessidade de deslocamento de pessoas com deficiência física através de um veículo do Tipo Van. Como esse veículo é adaptado, é possível oferecer transporte adequado e confortável àqueles que necessitam.

Ainda sobre a o impacto da frota de veículos, é importante ressaltar que em janeiro de 2011, os veículos oficiais da Secretaria de Direitos Humanos era apenas 4 (quatro). Esses carros eram populares (veículos de serviço), provenientes de um contrato de locação firmado pelo Ministério da Justiça. Havia ainda, 1 (um) veículo executivo, pertencente à frota da Presidência da República, e 1 (um) veículo de carga, adaptado para o transporte de pessoas com deficiência física.

Àquela época, a SDH já contava com um quadro de pessoal de aproximadamente 400 pessoas entre servidores efetivos e funcionários terceirizados, de modo que dirigentes, técnicos e colaboradores tinham de se revezar para a utilização das cinco viaturas

disponíveis, o que acarretava constantes atrasos no cumprimento das agendas de trabalho realizadas fora da Secretaria. Para agravar o quadro, era comum que os veículos de serviço, que não possuíam ar-condicionado, circulassem com lotação máxima, acentuando o desconforto de seus usuários, notadamente no período da seca em Brasília, em que são registradas as temperaturas mais elevadas.

Em vista dos transtornos decorrentes de uma frota subdimensionada às necessidades da Secretaria, ficou evidente a necessidade de aquisição ou locação de veículos para cumprimento de três finalidades que se encontravam comprometidas: transporte institucional de dirigentes para o cumprimento de agendas externas, transporte de servidores e colaboradores que atuam em atividades operacionais e transporte de documentação e outros materiais de expediente.

Neste sentido, a Coordenação-Geral de Logística da SGPDH instruiu processo de licitação com vistas à contratação de serviço de locação de veículos. No entanto, quando o procedimento já se encontrava em fase adiantada, houve a publicação do Decreto n.º 7.446, de 1º/03/2011, que impunha aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal limites para a realização de despesas destinadas, entre outras finalidades, à aquisição ou locação de veículos, medida que acabou inviabilizando o prosseguimento da contratação pleiteada pela SDH.

Excluídas as opções de compra ou locação de veículos, elaborou-se um plano de contingência que deveria, a um só tempo, encontrar uma solução de contorno para a situação-problema e ainda assegurar o cumprimento do Decreto n.º 7.446/2011. Por meio de uma busca realizada em todo o território nacional, foram prospectados, ao longo de dois meses, cerca de 30 veículos passíveis de doação, provenientes dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, sediados nas diversas Unidades da Federação. Para a seleção dos veículos em melhores condições de uso, foram designados servidores para a realização de vistorias, em que se constatou que, a despeito do tempo de uso – 5 a 6 anos em média –, a maioria dos veículos apresentava excelente estado de conservação e baixa quilometragem.

Após as ações de gestão junto aos órgãos, a frota de veículos próprios da SDH/PR foi constituída, observando-se a padronização dos automóveis quanto à marca/modelo, para facilitar e garantir eficiência nos serviços de manutenção. Ao final, foram recebidos 20 veículos seminovos, com tempo de uso médio de 6 anos e quilometragem média de 40.000 km. A frota está composta, basicamente, por veículos da marca Fiat, modelos Marea e Palio Weekend, o que viabilizou a contratação de serviços de manutenção especializado da marca. A constituição da frota exigiu a organização de uma logística de busca dos veículos nos estados de Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina, além das doações efetivadas no próprio Distrito Federal.

A partir daí, a SDH compôs sua frota própria de veículos, juntamente com a Van adaptada já existente, o que tornou a prestação do serviço de transporte dos servidores e colaboradores muito mais eficiente e de qualidade, tendo em vista o crescimento significativo no quadro de servidores desta Secretaria.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Lista de veículos em uso na Classificação: Veículos de Transporte Institucional

Marca	Modelo	Placa
Volkswagen (VW)	Polo	JKH-7771
Fiat	Marea	JKH-7661
Fiat	Marea	MCM-6831
Fiat	Marea	MCO-0361
Fiat	Marea	MFB-5562
Fiat	Marea	INQ-4317

Lista de veículos em uso na Classificação: Veículos de Serviços Comuns

Marca	Modelo	Placa
Fiat	Palio Weekend	LOV - 4283
Fiat	Palio Weekend	LOV - 4287
Fiat	Palio Weekend	LOV - 4273
Fiat	Palio Weekend	KEK - 7710
Fiat	Palio Weekend	AMY - 1574
Fiat	Palio Weekend	MCY - 4195
Fiat	Palio Weekend	MDO-6118
Fiat	Palio Weekend	INQ - 4206
Fiat	Marea	JKH - 7661
Fiat	Marea	JKH-7591
Fiat	Marea	MCM-6831
Fiat	Marea	MCO-0361
Fiat	Marea	MCN - 7961
Fiat	Marea	LOT - 5386
Veículo Adaptado para Pessoa com Deficiência		
Iveco	Daily	JGC - 5881

Resumo		
Tipo de Veículo	Quantidade	Total Geral
Veículos de Transporte Institucional	06	21
Veículos de Serviços Comuns	15	

- d) Média anual de quilômetros rodados, “por grupo” de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

Veículos de Transporte Institucional – Média Anual de Quilômetros Rodados
11.329 (Onze mil trezentos e vinte e nove)

Veículos de Serviços Comuns– Média Anual de Quilômetros Rodados
8.630 (Oito mil seiscentos e trinta)

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Veículos de Transporte Institucional – Idade Média da Frota
6 Anos
Veículos de Serviços Comuns – Idade Média da Frota
7,6 Anos

f) Custos associados à manutenção da frota

Manutenção
R\$ 117.724,00 (Cento e dezessete mil Setecentos e vinte e quatro reais)
Abastecimento
R\$ 60.125,89 (Sessenta Mil Cento e vinte cinco reais e oitenta e nove centavos)

g) Plano de substituição da frota

No ano de 2012 foi elaborado um plano anual de aquisição por meio do processo 00005.008.222/2012-72.

Nesse sentido, propôs-se a aquisição de 6 (seis) veículos de transporte institucional com vistas à recomposição da frota. Ressalte-se que a aquisição foi feita no âmbito do processo 00005.005138/2012-05, Pregão nº 10/2012, contrato 24/2012 celebrado com a Ford Motor Company Brasil LTDA.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Como já informado, o Decreto n.º 7.446, publicado em 1º/03/2011, impôs aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal limites para a realização de despesas destinadas, entre outras finalidades, à aquisição ou locação de veículos.

Dessa forma, a frota de veículos da SDH foi composta essencialmente de veículos doados. Somente após a aprovação do plano de aquisição anual de veículos, processo 00005.008.222/2012-72, foi realizada a primeira aquisição de veículos em substituição aos 6 (seis) que apresentaram gastos excessivos com manutenção.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A gestão de utilização da frota foi definida com base de controles internos de uso dos veículos. Foram feitas análises de utilização por cada Secretaria da SDH e restou constatado que a forma de uso mais eficiente do serviço de transporte, com vistas a celeridade e também do ponto de vista do controle, foi a distribuição por unidade conforme demonstrado na tabela abaixo. É importante salientar que cada veículo possui controle de rodagem individual preenchido pelo motorista, conferido pelo Supervisor responsável da área, bem como validado pelo Coordenador de Serviços Gerais.

Veículos Oficiais Divididos por Secretarias para utilização			
Unidade	Uso exclusivo (NE / DAS-6)	Uso compartilhado (DAS-5 e DAS-4)	Uso compartilhado – (demais servidores)
GM	Marea INQ-4317	Marea SX LOT-5386	Palio Weekend MDO-6118
SE	Polo JKH-7771	Marea JKH-7591	Palio Weekend LOV-4283
SGPDH	Marea MFB-5562	Palio W. ADV. KEK-7710	Palio Weekend LOV-4273
SNPDDH	Marea COM-0361	Santana JFP-4705	Palio Weekend INQ-4206
SNPDCA	Marea MCM-6831	Santana JFP-4715	Palio Weekend MCY-4195
SNPPDP	Marea JKH 7661	Ômega JFO-4950	Palio Weekend AMY-1574

Veículos Reservas	
Marea	MCN-7961
Palio Weekend	LOV-4287
Iveco Daily-VAN	JGC-5881

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros:

A SDH/PR não dispõe de veículos contratados de terceiros.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO XLVII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA SDH/PR	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	2	1
	Brasília	2	1
Subtotal Brasil		2	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	1
Fonte:			

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO XLVIII – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SDH/PR

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
☐	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
☐	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
☐	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
☐	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
☐	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
☒	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
☒	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
☒	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
☒	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☒	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
☒	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
☒	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
☒	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
☐	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
☐	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
☐	Auditoria de governança de TI.
☐	Auditoria de sistemas de informação.
☐	Auditoria de segurança da informação.
☐	Auditoria de contratos de TI.
☐	Auditoria de dados.
☐	Outra(s). Qual(is)? _____
☐	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
☐	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

☒	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
☒	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
☒	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
☒	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
☐	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
☒	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
☒	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
☐	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
☒	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
☐	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
☒	WWW.SDH.GOV.BR/PDTI.PDF _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
☐	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☐	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
☐	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
☐	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
☐	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
☐	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
☐	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
☐	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
☐	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
☐	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
☐	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
☐	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☒	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☒	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Item 7 – A SDH não possuía contrato de fábrica de softwares em 2012.	

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

Por força do Decreto n.º 4.939, de 29 de dezembro de 2003, os serviços de Tecnologia da Informação – TI da Secretaria de Direitos Humanos eram atendidos pelo Ministério da Justiça. Esse quadro causava, de um lado, evidente sobrecarga ao Ministério da Justiça, *vis a vis* sua estrutura meio, quantidade e magnitude de órgãos e unidades vinculadas e, de outro, dependência da SDH, cujas demandas de bens ou serviços de TI eram colocadas em escala de prioridade em relação àquele órgão. Em decorrência disso, a despeito dos esforços do MJ, não se tinha governabilidade quanto ao tempo de tramitação de cada uma dessas demandas gerando recorrentes e indesejáveis atrasos no seu atendimento.

Visando à gradual desvinculação do MJ, a SDH modernizou sua infraestrutura de bens de TI e procedeu à contratação de serviços de suporte, de modo a autonomamente assegurar as entregas mínimas que uma área de Tecnologia da Informação deve oferecer.

Essa modernização concretizou-se no investimento de 7,5 milhões de reais em 2011 e 2012, incluindo-se a estruturação de um *datacenter* próprio, estratégia amplamente discutida e pactuada com o Comitê de TI, que aprovou o planejamento das contratações. Tal discussão baseou-se em estudos de contratações de soluções de TI realizadas por outros órgãos da Administração Pública e em aspectos como agregação de valor, gestão de riscos e conformidade com as disposições legais.

Recurso	Descrição	Quantidade	
		2011	2012
Servidor de rede	Fabricante HP, Modelo DL980 G7, 8 Processadores Intel Xeon 2.40 GHZ (80 Núcleos), Memória 1024 TB, 8 HD 450 GB = 3.6 TB, Sistema Operacional, Windows Server 2008 R2 Data Center Hyper-V x64 Core SP1	-	1
Servidor de rede	Fabricante HP, modelo DL380 G7, 2 Processadores Intel Xeon 2.53 GHZ (8 Núcleos), 4 HD 146,8 GB = 584GB, 192 GB memória	4	4
Servidor de rede	Fabricante Dell, Modelo PowerEdge 2950, 2 Processadores Intel Xeon 2.0 GHZ (4 Núcleos), 3 HD 36 GB, 2 Gb memória, 1 Disco 500 GB	-	2
Switch central de rede	Fabricante Cisco, modelo 4506E	-	2
Switch de acesso	Fabricante Cisco, modelo 2960S	-	20
Solução de armazenamento de dados corporativos	Storage, Fabricante NetApp, modelo FAS 3240AE	1	1
Solução de estabilização elétrica	UPS marca APC, modelo Symetra, no-break modular de 20Kw de potência	-	7
Solução de climatização	Ar-condicionado de precisão 7,5 TR (90.000 BTU/h), marca APC, modelo ACRD100	-	3
Racks	Racks de piso, padrão 19”, 44 U	1	7
Solução de segurança	Antivírus para estações de trabalho; Módulo para Segurança de Email - Antivírus e Antispam; Módulo para Filtragem de Conteúdo Web; Módulo de Análise de Risco e Gerenciamento de Vulnerabilidades; Módulo de Prevenção e Detecção de Intrusão de Rede – IPS; Módulo de Prevenção Contra Perda e Roubo de Informação	1	1
Solução de backup	Tape Library e Software de backup	-	1

Em 2011, os investimentos tiveram como foco a criação de infraestrutura básica, cujos propósitos foram atingidos. No ano seguinte, os investimentos estiveram concentrados em melhoria da gestão, aprimoramento de serviços e independência tecnológica do MJ, de forma que os serviços de atendimento ao usuário, suporte à infraestrutura e desenvolvimento de sistemas foram priorizados.

No que se refere ao atendimento de demandas dos usuários de TI, foram consolidados parâmetros para aferição da qualidade dos serviços prestados, submetidos a ações periódicas de monitoramento e avaliação, tendo por base os critérios estabelecidos em contrato.

Com o grande volume de aquisições de equipamentos de infraestrutura, adveio a necessidade de contratação de serviços de suporte aos equipamentos e serviços disponibilizados na rede de dados da Secretaria. O contrato formalizado permitiu independência tecnológica em gerência de rede, segurança da informação e administração de bases de dados bem como serviu de base e pré-requisito para a continuidade dos serviços de TI, inclusive para a sustentação do desenvolvimento e suporte aos sistemas de informação preexistentes da Secretaria.

Nessa linha, foi possível definir as diretrizes de contratação do serviço de desenvolvimento e manutenção de *softwares*, bem como a priorização de desenvolvimento de novos sistemas e suporte aos existentes, culminando com a finalização do termo de referência para a contratação do serviço de Fábrica de *Software*. O processo, instruído ainda em 2012, tem previsão de contratação para fevereiro de 2013.

Como benefício direto dessa contratação, a Secretaria alcançará autonomia na construção e manutenção de sistemas de informação, bem como obterá a solução dos seguintes problemas: a) falta de continuidade de projetos de TI; b) contratações dispersas para desenvolvimento de sistemas; c) falta de integração (interoperabilidade) entre sistemas; d) diversidade de tecnologias utilizadas; e e) dispersão na aplicação de recursos financeiros.

Além dos investimentos em modernização de infraestrutura e contratação de serviços técnicos especializados, a SDH passou a contar com duas estruturas estratégicas para a governança de TI: a constituição do Comitê de Tecnologia da Informação – CTI e a elaboração e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

O Comitê de Tecnologia da Informação – CTI, instituído pela Portaria Ministerial n.º 1.517, de 4 de agosto de 2011, tem por objetivo a promoção do alinhamento da área de TI com as atribuições institucionais da SDH, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal – EGTI e com o que determinam os Acórdãos n.º 1.603/2008 e 2.308/2010, do Tribunal de Contas da União.

O CTI reúne-se regularmente desde sua instituição. Por sua atuação decisiva na elaboração, execução, monitoramento e aperfeiçoamento do PDTI vem se consolidando na organização como foro institucional por excelência de gestão e governança de TI.

Composto por 26 servidores designados pelas Secretarias Nacionais, bem como pela Secretaria de Gestão, Secretaria-Executiva e Gabinete da Ministra, o CTI teve como principais resultados a aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC, Plano de Renovação do Parque Tecnológico, Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, Plano de Sistemas e Plano de Aquisições. Todas as deliberações, atas, normas e planos aprovados podem ser obtidos por meio do sítio institucional do Comitê de TI da SDH/PR, pelo endereço <http://cti.sdh.gov.br/>.

Além do sítio do CTI, dispensou-se tratamento específico à segurança da informação por meio da criação de outro sítio para divulgação de boas práticas e cuidados a serem observados pelos usuários de serviços de TI na SDH, podendo ser acesso através do endereço: <http://seguranca.sdh.gov.br/>.

Desde 2007, o Tribunal de Contas da União – TCU avalia a situação de Governança de TI na Administração Pública Federal, cujos resultados compõem o Índice de Governança de TI – iGovTI,

medida que permite acompanhar o desempenho e a evolução da governança de TI nas organizações públicas. O índice contempla as seguintes dimensões do processo de governança de TI: liderança da alta administração; estratégias e planos; informações e conhecimento; pessoas; processos; resultados; serviços ao cidadão; e serviços à sociedade.

Os valores que o iGovTI pode assumir variam de 0 a 1, indicando os níveis de maturidade do órgão na governança de TI, de acordo com as seguintes escalas: 0 a 0,39 – inicial; 0,4 a 0,59 – intermediário; e 0,6 a 1 – avançado.

A SDH não participou do primeiro levantamento realizado em 2007, que englobou 255 instituições. No segundo levantamento, de 2010, a análise da distribuição do iGovTI mostrava que 57% das 301 instituições pesquisadas encontravam-se em estágio inicial de gestão e governança de TI, 38% em estágio intermediário e apenas 5% em estágio aprimorado. Naquele ano, a SDH obteve o índice de 8% (iGovTI = 0,08), o que lhe conferiu o segundo resultado mais baixo entre todos os 301 órgãos e entidades avaliados.

O resultado negativo alcançado em 2010 pode ser em parte creditado à falta de autonomia que a SDH possuía na gestão de TI, à época do levantamento, com reflexos diretos sobre sua capacidade de prover as estratégias de governança avaliadas pelo Tribunal de Contas da União. Não obstante, o posicionamento da SDH neste estágio de governança de TI (inicial) lhe atribuía o perfil de órgão em que a alta administração tem menor envolvimento nas diretrizes de TI, os controles internos são menos rigorosos e menos estruturados, aumentando o risco de ocorrência de falhas que costumam resultar em ineficiência, ineficácia, e antieconomicidade.

Todas as ações descritas anteriormente — ampliação e modernização da infraestrutura de TI, contratação de serviços especializados de suporte, ampliação dos investimentos, constituição do Comitê de TI, elaboração e revisão do PDTI, elaboração de planos e programas de governança de TI alinhados ao planejamento do órgão e ao PPA — permitiram à SDH registrar uma evolução significativa no ciclo de avaliação do iGovTI realizado em 2012.

Nesta terceira edição, da qual participaram de 337 organizações, a SDH obteve o índice de 49% (iGovTI = 0,49), atingindo o nível intermediário de maturidade e alcançando um novo posicionamento entre os órgãos avaliados.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO XLIX – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	- Certificação de Manejo Florestal FSC ou CERFLOR				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
	- PROCONVE; - Resoluções do CONAMA/MMA; - Certificação EPEAT GOLD; - Certificação RoHS; - Certificações FSC ou CERFLOR				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
	- Papéis reciclados				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
Considerações Gerais: A Secretaria de Direitos Humanos vêm buscando em seus processos licitatórios, incluir a Gestão Ambiental na elaboração de seus editais, executando licitações sustentáveis quando é possível aplicá-lo. LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO L – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						1,00
Nome do Programa			Ano de Adesão		Resultados	
NÃO HOUVE ADESÃO						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	3.594 resmas			30.405,24		
Água						
Energia Elétrica	753.519 kw			316.478,24		
			Total	346.883,48		

Fonte:

Obs.: Nos exercícios de 2010 e 2011 o Ministério da Justiça forneceu materiais de consumo tais como papel e arcou com as despesas de água e energia elétrica.

Água: No exercício de 2012, por não existir hidrômetro individualizado, a água potável era rateada entre os condôminos e cobrada no aporte condominial.

Sobre a adesão a programas de sustentabilidade, a SDH não aderiu formalmente a nenhum programa. Entretanto, iniciou o projeto de coleta seletiva através da seleção pública de cooperativa de catadores de material reciclável. O processo da seleção em questão foi enviada em fevereiro de 2013 ao Departamento Jurídico para a obtenção de parecer. Atualmente, o processo aguarda as aplicações das recomendações apontadas no referido parecer, tendo o mês de abril de 2013 como meta para a conclusão da seleção da cooperativa que irá atender a SDH.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO LI – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.323/2010-0	Acórdão nº 780/2012-TCU – 1ª Câmara	9.1 e 9.2	TC	Ofício nº 124/2012-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em decorrência da aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 108/2006 – SNPDDH/SEDH/PR – SIAFI nº 573227, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em: 9.1. julgar as presentes contas regulares com ressalva, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação; 9.2. encaminhar cópia desta deliberação bem como do relatório e voto que a fundamentam aos responsáveis e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Considerando a deliberação do Acórdão nº 780/2012-TCU – 1ª Câmara, que julgou as contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 017/2013, propondo a exclusão da Conveniente do registro de inadimplentes e a baixa na conta A Aprovar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 31/01/2013 houve a atualização das contas contábeis no SIAFI e consequente aprovação da prestação de contas. Ainda em cumprimento ao citado Acórdão, em 01/03/2013, houve a baixa da responsabilidade do Srª. Simone Valência Kochanowski na Conta “Diversos Responsáveis”.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH	001801

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	033.711/2010-0	Acórdão nº 3.448/2012-TCU – 1ª Câmara	9.1 e 9.2	TC	Ofício nº 836/2012-TCU/SECEX-PR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em decorrência da aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 071/2005 – SNPDDH/SEDH/PR, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:					
9.1. julgar as presentes contas regulares com ressalva, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;					
9.2. encaminhar cópia desta deliberação bem como do relatório e voto que a fundamentam aos responsáveis e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Considerando a deliberação do Acórdão nº 3.448/2012-TCU – 1ª Câmara, que jugou as contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 015/2013, propondo a exclusão da Conveniente do registro de inadimplentes e a baixa na conta A Aprovar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 31/01/2013 houve a atualização das contas contábeis no SIAFI e consequente aprovação da prestação de contas. Ainda em cumprimento ao citado Acórdão, em 01/03/2013, houve a baixa da responsabilidade do Sr. Antônio Luiz Martins dos Reis e da Srª. Simone Valência Kochanowski na Conta “Diversos Responsáveis”.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	032.419/2010-4	Acórdão nº 645/2012-TCU – 1ª Câmara	9.1 e 9.2	TC	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em decorrência da aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 194/2006 – SNPDDH/SEDH/PR – SIAFI nº 577461, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:					
9.1. julgar as presentes contas regulares com ressalva, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;					
9.2. encaminhar cópia desta deliberação bem como do relatório e voto que a fundamentam aos responsáveis e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código

	SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH	001801
Síntese da providência adotada:	
Considerando a deliberação do Acórdão nº 645/2012-TCU – 1ª Câmara, que jugou as contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 016/2013, propondo a exclusão da Conveniente do registro de inadimplentes e a baixa na conta A Aprovar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em 31/01/2013 houve a atualização das contas contábeis no SIAFI e consequente aprovação da prestação de contas. Ainda em cumprimento ao citado Acórdão, em 01/04/2013, houve a baixa da responsabilidade da Simone Valência Kochanowski na Conta “Diversos Responsáveis”.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
N/A	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	012.566/2011-0	Acórdão nº 4639/2012-TCU – 1ª Câmara	9.1 e 9.2	TC	Aviso nº 99- Seses-TCU-1ª Câmara
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em decorrência da não aprovação da prestação de contas do Convênio 128/2007 –SDH/PR – SIAFI nº 517367, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:					
9.1. arquivar o presente processo;					
9.2. dar ciência deste acórdão à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Considerando a deliberação do Acórdão nº 4639/2012-TCU – 1ª Câmara, e em conformidade com o item 20 em que a Relatora Ana Arraes discorre que: “dada a existência de fortes indícios da execução dos objetos pactuados no convênio, entendo que não houve no processo a devida apuração de débitos, a justificar sua instauração, comprometendo, dessa forma, o atendimento dos requisitos de constituição e de desenvolvimento válido e regular deste processo, entendo ainda, no item 21, ser aplicável ao caso a regra inserta no art. 212 do Regimento Interno daquela Casa, com o consequente arquivamento dos autos, sem julgamento do mérito, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 018/2013, propondo a exclusão da Conveniente do registro de inadimplentes e a baixa na conta A Aprovar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 31/01/2013 houve a atualização das contas contábeis no SIAFI e consequente aprovação da prestação de contas. Ainda em cumprimento ao citado Acórdão, em 01/03/2013, houve a baixa da responsabilidade do Sr. Antônio Luiz Martins dos Reis na Conta “Diversos Responsáveis”.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	000.773/2011-5	883/2012 – TCU – 1ª Câmara	-	TC	Ofício nº 0294/2012-TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Por meio do Ofício nº 0294/2012-TCU/SECEX-PB, foi encaminhado a SDH cópia do Acórdão nº 883/2012 – 1ª Câmara, de 6.3.2012, relativo ao processo de Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 700264/2008, firmado com a ASTRAPA (Associação dos Travestis da Paraíba). Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea “a”, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Ronaldo da Silva Damázio (010.334.304-04), dando-lhe quitação, de acordo com os pareceres nos autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Considerando a deliberação do Acórdão nº 883/2012-TCU – 1ª Câmara, que jugou as contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 048/2012, propondo a exclusão da Conveniente do registro de inadimplentes e a baixa na conta A Aprovar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 15/05/2012 houve a atualização das contas contábeis no SIAFI e consequente aprovação da prestação de contas. Ainda em cumprimento ao citado Acórdão, em 24/05/2012, houve a baixa da responsabilidade do Sr. Ronaldo da Silva Damázio na Conta “Diversos Responsáveis”.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	003.765/2004-0	7011/2010 – TCU – 2ª Câmara	-	Comunicação/CADIN	Ofício nº 909/2011-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em cumprimento ao disposto no art. 3º da Decisão Normativa TCU 45, de 15/05/2002, alterada pela Decisão Normativa 52, de 03/12/2003, envio a Vossa Senhoria as informações abaixo para fins de registro dos devedores listados na tabela anexa no CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH	001801
Síntese da providência adotada:	
Considerando a deliberação, esta SDH expediu comunicação à Senhora Jussara de Goiás Nascimento Viana, aos Senhores Alessandro Victor Gama da Silva e Ademar de Oliveira Marques (atual Presidente do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR), quanto à inscrição no CADIN, por determinação do Tribunal de Contas da União, decorrente de processo de Tomada de Contas Especial, a ocorrer em 23/07/2012, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário do valor atualizado de R\$ 477.957,66 (quatrocentos e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos) imputado à Senhora Jussara de Goiás Nascimento Viana, e do valor de R\$ 179.504,16 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e quatro reais e dezesseis centavos), devidamente atualizado ao Senhor Alessandro Victor Gama da Silva; bem como a restituição dos valores da condenação solidária com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, no valor atualizado de R\$ 53.714,74 (cinquenta e três mil, setecentos e quatorze reais e setenta e quatro centavos). Em 22/02/2013, por meio do Ofício nº 402/2013/SGPDH/SDH/PR a SDH informou à Secretaria de Controle Externo –TCU/SECEX-GO, o cumprimento da determinação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Indicação de registro Senhora Jussara de Goiás Nascimento Viana, do Senhor Alessandro Victor Gama da Silva e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR no CADIN. Os procedimentos internos para a inscrição no CADIN foram adotados, sendo o registro efetivado em 06/08/2012, haja vista o decurso do prazo procedimental estabelecido em lei.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
N/A	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	026.526/2011-5	-	1	Diligência	OFÍCIO 1131/2012-TCU/SECEX-SP; OFÍCIO 1245/2012-TCU/SECEX-SP; OFÍCIO 1778/2012-TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A Secretaria de Controle Externo – SECEX / SP com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/92, visando o saneamento do processo de Relatório de Auditoria (TC nº 026.526/2011-5), solicitou a esta Secretaria, no prazo de 15 (quinze) dias, o encaminhamento do termo do Convênio, plano de trabalho, relatório final de prestação de contas e rol dos produtos realizados pela conveniente com recursos do convênio, relativos aos instrumentos de nºs SIAFI: 452008, 480628 e 510188, firmados entre esta Secretaria de Direitos Humanos e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Em resposta a esse Ofício, a SDH/PR manifestou-se através do Ofício nº 873/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, solicitando dilação de prazo por 30 dias para o atendimento desta diligência, devido à fase de mudanças do arquivo de processos desta Secretaria, impossibilitando, à época, a localização dos volumes de processos dos referidos					

instrumentos. Em 22 de junho de 2012, a SECEX-SP encaminhou o OFÍCIO 1245/2012-TCU/SECEX-SP, comunicando a prorrogação da diligência por 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido, Sendo assim, o novo prazo se encerraria em 30/07/2012. Em 08 de agosto de 2013, a SDH/PR encaminhou àquela Secretaria de Controle Externo o Ofício nº 1109/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, solicitando nova dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, tendo em vista que a mudança de arquivos não havia sido finalizada por motivos burocráticos e de força maior. Desta forma, através do OFÍCIO 1778/2012-TCU/SECEX-SP, a SECEX-SP concedeu nova prorrogação de prazo até 29/09/2012.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 24.09.2012, por meio do Ofício nº 1360/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, esta Secretaria atendeu à diligência contida no OFÍCIO 1131/2012-TCU/SECEX-SP, encaminhando à SECEX/SP – TCU as cópias integrais dos processos relativos aos Convênios nºs 105/2002 (SIAFI 452008), 013/2003 (SIAFI 480628) e 085/2004 (SIAFI 510188).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em que pese os entraves ocasionados pela mudança do arquivo de processos, retardando o envio dos processos, esta Secretaria buscou o atendimento da diligência, conforme dilação de prazo concedida pela Corte de Contas.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	007.260/2009-5	3758/2011 – 1ª Câmara		Comunicação CADIN	OFÍCIO 442/2012-TCU/SECEX-PE –
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
A Secretaria de Controle Externo – SECEX / PE encaminhou o OFÍCIO 442/2012-TCU/SECEX-PE, relativo ao Convênio nº 144/2006, firmado entre a SDH/PR e a entidade SATYRICON – Grupo de Apoio e Defesa da Orientação Sexual/PE, para fins de registro do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, em decorrência de não apresentação da prestação de contas do referido instrumento.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
A SDH expediu os Ofícios nºs 917, 918 e 919/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, comunicando ao Senhor Edvaldo José de Souza quanto à inscrição no CADIN, por determinação do Tribunal de Contas da União, decorrente de processo de Tomada de Contas Especial, a ocorrer em 10/09/2012, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário do valor atualizado de R\$ 154.472,54 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Em 23/02/2012, por meio do Ofício nº 922/2012/ CGC/SGPDH/SDH/PR, a SDH informou à Secretaria de Controle Externo –TCU/SECEX-PE, o cumprimento da determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro do Senhor Edvaldo José de Souza no CADIN. Os procedimentos internos para efetivação da inscrição no CADIN foram adotados no âmbito desta Secretaria, e em razão do decurso do prazo procedimental estabelecido em lei, a efetivação do registro da inscrição foi concretizada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código

					SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	-	-	1,2		Ofício de Requisição 20-336/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 24 de julho de 2012, por meio do Ofício de Requisição 20-336/2012, foi solicitado a SDH informações acerca do Convênio 744032/2010, firmado entre esta Secretaria de Direitos Humanos e a Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
A SDH providenciou a cópia integral do processo de concessão, bem como apresentou esclarecimentos quanto aos questionamentos acerca do Convênio.					
Síntese dos resultados obtidos					
Conforme Ofício nº 1084/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, de 06/08/2012, houve o cumprimento da diligência por parte da SDH.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
N/A					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	019.707/2011-8	-		Diligência	OFÍCIO 1164/2012-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Em 11 de setembro de 2012, a 6ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, por meio do OFÍCIO 1164/2012-TCU/SECEX-6, solicitou no prazo de 15 (quinze) dias: a) especificação dos responsáveis, titulares e substitutos, pela gestão do Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente – FNCA, gerido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, enquanto membros de órgão colegiado da unidade; b) identificar os atos de nomeação, designação ou exoneração dos responsáveis arrolados, incluindo a data de publicação no D.O.U. ou em documento de divulgação pertinente; indicação dos períodos de gestão; endereço residencial completo; e endereço de correio eletrônico.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					

Foi encaminhado à Corte de Contas o Rol dos responsáveis no exercício de 2010, bem como a relação os Conselheiros e Suplentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA eleitos para o biênio 2009 e 2010.

Síntese dos resultados obtidos

Assim sendo, o citado expediente foi atendido pelo Ofício nº 190/2012-SE/SDH-PR, em 20.9.2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

N/A

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	020.976/2011-9	Acórdão nº 4080/2012-TCU – 2ª Câmara	1.6.1	TC	Ofício nº 1715/2012-TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Descrição da Deliberação:					
Por meio do Ofício 1715/2011-TCU/SECEX-BA, foi encaminhado para conhecimento e cumprimento da determinação constante do subitem 1.6.1, cópia do Acórdão nº 4080/2012 proferido pela 2ª Câmara daquela Corte, na Sessão de 12.06.2012, acompanhado de cópia integral digitalizada do processo. Item 1.6.1. À Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República a emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, de parecer conclusivo sobre a aprovação ou não das contas do Convênio nº 137/2006 (SIAFI nº 576356), firmado com a União e o grupo Palavras de Mulher – GPM/BA, cujo objetivo era a estruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – GLBT, em Salvador/BA, informando imediatamente a este TCU;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					001801
Síntese da providência adotada:					
Observadas as determinações do Acórdão, a SDH emitiu Nota Técnica esclarecendo que da análise da documentação complementar apresentada àquela Corte de Contas, pela Senhora Valquíria da Silva Costa, constatou-se tratar dos mesmos documentos constantes do processo original de prestação de contas já apresentado. Nesse sentido, por meio do Ofício nº 1.431/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, de 11.10.2012, comunicando sobre a conclusão da análise, bem como elencando as providências que deveriam ser adotadas para sanar as pendências no âmbito desta SDH. Mediante Ofício s/nº, de 21/10/2012, a Conveniente solicitou dilação de prazo para encaminhar os respectivos documentos, o qual foi prontamente atendido pelo Ofício nº 1525/2012 – CGC/SGPDH/SDH/PR, de 07/11/2012. Entretanto, até a emissão da Nota esta Secretaria não acusou retorno por parte da Conveniente.					
Síntese dos resultados obtidos:					
Diante da inércia da Conveniente em adotar as providências solicitadas, por meio Ofício nº 134/2012–CGC/SGPDH/SDH/PR, de 24/01/2013, foi encaminhado à Secretaria de Controle Externo - BA, cópia da citada Nota Técnica e do ofício diligência encaminhado à Conveniente, ao tempo em que foi solicitado o prosseguimento do Processo de Tomada de Contas Especial – TCE nº 020.976/2011-9, objetivando a quantificação do dano decorrente das irregularidades apuradas da análise da prestação de contas e a devida identificação dos responsáveis.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Tendo em vista a não apresentação dos documentos complementares necessários ao prosseguimento da análise financeira, a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos liberados tornou-se prejudicada, razão pela qual houve a solicitação do prosseguimento da instauração da Tomada de Contas Especial.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos – SDH					001801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	015.443/2009-0	2417/2010 – TCU – Plenário	1.4.1, 1.4.1.1, 1.4.1.2, 1.4.1.3, 1.4.1.4, 1.4.1.5, 1.4.1.6, 1.4.1.7, 1.4.1.8, 1.4.1.9, 1.4.1.10, 1.4.1.11, 1.4.1.12, 1.4.1.13	RE	Ofício nº 1079/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Providências Adotadas
Secretaria de Direitos Humanos - SDH					
Descrição da Deliberação:					
Em 20 de setembro de 2010, a 6ª Secretaria de Controle Externo – SECEX/DF, por meio do Ofício nº 1079/2010-TCU/SECEX-6, encaminhou cópia do Acórdão nº 2417/2010–TCU-Plenário, solicitando atenção quanto às recomendações contidas nos itens: 1.4 Determinações: 1.4.1 À Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; 1.4.1.1 Efetue nova análise da prestação de contas do Convênio nº 133/2003 (SIAFI 487489), apurando as impropriedades apontadas no presente relatório, e adotando as medidas administrativas necessárias para reaver os valores indevidamente pagos a título de despesas com o pagamento de dirigentes e despesas administrativas da conveniente, em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997 e com a jurisprudência deste tribunal, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.1 do relatório); 1.4.1.2 Apure as impropriedades apontadas no âmbito do convênio 50/2005 (SIAFI nº 527801), adotando as medidas administrativas necessárias para reaver os valores indevidamente pagos a título de despesa com o pagamento de dirigentes e despesas administrativas da conveniente, em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997 e com a jurisprudência deste tribunal, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser efetuada, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.2 do relatório); 1.4.1.3 Efetue nova análise da prestação de contas do Convênio nº 124/2006 (SIAFI 575669), apurando as impropriedades apontadas, e adote as medidas administrativas necessárias para reaver os valores que não foram devidamente comprovados, bem como aqueles efetuados em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser efetuada, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, em observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.3 do relatório); 1.4.1.4 Em relação ao Convênio 123/2006 (SIAFI nº 576937), continue adotando os procedimentos administrativos para cobrança dos valores indevidamente aplicados pela entidade conveniente, em desacordo com o art. 8º, inciso I, da IN/STN nº 1/1997, instaurando-se tomada de contas especial em caso de insucesso da exigência a ser efetuada, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.4 do relatório); 1.4.1.5 Com relação ao Convênio 37/2005 (SIAFI nº 540625), caso as pendências apontadas não sejam solucionadas, instaure a devida tomada de contas especial para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.5 do relatório); 1.4.1.6 Em relação ao Convênio 38/2006 (SIAFI nº 572675), caso as pendências apontadas não sejam solucionadas, instaure a devida tomada de contas especial, para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.6 do relatório); 1.4.1.10 Caso as pendências verificadas quando da análise da prestação de contas do Convênio 29/2005 (SIAFI 533641) não tenham sido solucionadas, instaure a devida tomada de contas especial para identificação das responsabilidades solidárias pela reparação do dano ao erário, observância ao §4º do art. 31 do referido normativo (item 3.9 do relatório); e 1.4.1.12 Proceda à tempestiva atualização no SIAFI quando à situação dos convênios de forma a evitar inconsistências nos saldos das contas “a comprovar” e “a aprovar”, como observado nos convênios SIAFI nº 567598, 591110 e 577495, nos termos do art. 31, § 2º, da IN/STN nº 1/1997 e do art. 60, § 1º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008 (item 3.11 do relatório).					
Providências adotada					
Setor responsável pela implementação					Código

	SIORG
Secretaria de Direitos Humanos - SDH	001801
Síntese da providência adotada:	
Conforme determinado no referido Acórdão, a SDH procedeu à nova análise da prestação de contas dos convênios relacionados, sendo expedidas diversas diligências à Entidade na tentativa de regularizar as pendências. Esgotadas as medidas administrativas cabíveis, em cumprimento à determinação desse Corte de Contas, os procedimentos para instauração da devida Tomada de Contas Especial foram adotados recebendo os processos as seguintes numerações: a) Convênio nº 133/2003 (SIAFI 487489), instaurada TCE numeração 00005.000829/2011-23; b) Convênio 50/2005 (SIAFI nº 527801), instaurada TCE numeração 00005.000606/20125-47; c) Convênio nº 124/2006 (SIAFI 575669), instaurada TCE numeração 00005.000625/2012-73; d) Convênio 123/2006 (SIAFI nº 576937), instaurada TCE numeração 00005.000805/2011-74; e) Convênio 37/2005 (SIAFI nº 540625), instaurada TCE numeração 00005.006943/2011-67; f) Convênio 38/2006 (SIAFI nº 572675), instaurada TCE numeração 00005.000818/2011-43; e g) Convênio 29/2005 (SIAFI 533641), instaurada TCE numeração 00005.000847/2011-13;	
Síntese dos resultados obtidos:	
No que se referem a determinação do TCU constante do Acórdão em referência, as instaurações das Tomadas de Conta Especial foram cumpridas pela SDH.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
N/A.	

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não foram verificadas pendências.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO LII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Diligência nº 050/2012 – COAVA/CISSET/SG/PR	Item 7	Ofício nº 181/2012/COAVA-CISSET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 7: Solicitamos que sejam apresentadas justificativas para liberação os valores em CNPJ diferente do Cadastro de Convênios do SIAFI			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Em atendimento à solicitação da referida diligência, por meio do Ofício nº 635/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, a SDH prestou esclarecimento à CISSET/PR, conforme disposto na NOTA – CGEOF/SGPDHSDH/PR.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Os pontos elucidados na Diligência nº 050/2012 foram, de forma satisfatória, atendidos por esta SDH, na medida em que não houve nova diligência pela CISSET abordando o tema em questão.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
N/A.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Diligência COAUD nº 2012/076	Item 1	Ofício nº 250/2012/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 1: O posicionamento dessa Unidade a respeito da Tomada de Contas Especial, referente ao processo nº 00005.003168/2010-15, instaurado contra o Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, Convênio nº 700368/2008 – SIAFI nº 638535.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da providência adotada:	
Em atendimento à solicitação da referida diligência, por meio do Ofício nº 639/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, a SDH informou que em razão do recebimento da documentação complementar da prestação de contas durante os trâmites de envio do processo ao Egrégio Tribunal de Contas da União, a TCE foi suspensa até a análise conclusiva dos autos. Da análise da documentação, o processo foi encaminhado à área finalística – SNPDDH - para emissão de Parecer Técnico e manifestação quanto às disfunções detectadas no decorrer da análise financeira da Prestação de Contas. Nesse sentido, foi emitido o Parecer Técnico nº 118/2012/CGAP/SNPDDG/PR, sugerindo a “Reprovação da Prestação de Contas de índole técnica”. A Conveniente foi diligenciada a recolher o valor total de recursos repassados, devidamente corrigidos, sendo o valor recolhido à Conta única do Tesouro Nacional, em 29/10/2012.	
Síntese dos resultados obtidos:	
Considerando a reprovação da prestação de contas quanto ao aspecto técnico, e consequentemente, a devolução dos recursos recebidos, devidamente atualizados, foi proposta a aprovação da prestação de contas do convênio, conforme exposto no Parecer Financeiro nº 161/2012. Por meio do Ofício nº 1651/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, a Secretaria de Controle Interno foi comunicada da aprovação das contas, visando o arquivamento do processo de Tomada de Contas Especial e providências quanto à baixa do registro de Responsabilidade no SIAFI, na conta “Diversos Responsáveis”, realizado em 27/10/2010, em desfavor do Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará- SEJDH/PA.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
N/A.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Diligência nº 085/2012- COAVA/CISET/SG/PR	Item 4	Ofício nº 287/2012/ COAVA/CISET/SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 4:... O Ministro de Estado ou dirigente máximo da entidade administrativa federal deverá informar à Controladoria –Geral da União, conforme disposto no § 2º, do artigo 3º do Decreto nº 7.592/2011, os dados da(s) entidade (s) para inclusão no CEPIM, enviando também cópia do comunicado a esta Secretaria de Controle Interno para conhecimento, até o dia 04/05/2012.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Em atendimento a SDH encaminhou à CGU o AVISO Nº 40/2012-GM/SDH-PR, disponibilizando a relação das entidades privadas sem fins lucrativos impedidas nos termos do Decreto nº 7.592/2011.			
Síntese dos resultados obtidos:			
Houve o cumprimento da diligência pela SDH, sendo enviado o Ofício nº 708/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR à CISET para conhecimento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
N/A.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR e Nota Técnica (ACC) Nº 006/2010 COFIP/CISET/CC-PR	Item 2 e 5	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Nota Técnica (ACC) Nº 006/2010 COFIP/CISET/CC-PR: Fragilidade no processo de prestação de contas no que se refere à pesquisa para verificar a compatibilidade entre os preços orçados e os de mercado, fato que acarretou prejuízo ao Erário. Nota Técnica (CS) Nº 26/2012: Item 2 : Tratou de apuração de denúncia em desfavor de funcionária comissionada da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que possivelmente teria beneficiado com transferência de recursos as ONG's Alafía e Jardim Mirim Arte Clube JAMAC; e Item 5: Fragilidade no processo de prestação de contas, corroboradas pelos Técnicos desta CISET/PR, acerca dos elementos certificadores da efetividade do gasto, fato que acarretou prejuízo ao Erário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Objetivando o atendimento, por intermédio do Ofício nº 452/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR esta Secretaria esclareceu que “Esgotadas todas as medidas administrativas cabíveis, houve a instauração da Tomada de Contas Especial – TCE, recebendo o processo de TCE a numeração 00005.000433/2010-03”.			
Síntese dos resultados obtidos:			
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, concluindo “que não há necessidade de posterior acompanhamento por parte desta CISET/PR”.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
N/A.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR e Nota Técnica (IB) Nº 09/2010 COFIP/CISET/CC-PR	Item 9 e 10	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			

Nota Técnica (CS) Nº 26/2012: Item 9 : Tratou de apuração de denúncia sobre supostas irregularidades em convênio firmado entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República –SEDH/PR e a ONG ASTRAPA – Associação das Travestis da Paraíba. Item 10: Foi recomendado à SDH/PR que, por ocasião da avaliação da prestação de contas, fosse levado em consideração o teor da denúncia.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da providência adotada:	
Objetivando o atendimento, por intermédio do Ofício nº 452/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR esta Secretaria esclareceu que relativo ao Convênio nº 700264/2009 houve a aprovação parcial da Prestação de Contas Final, e instauração da Tomada de Contas Especial – TCE, recebendo o processo a numeração - 00005.003248/2010-62, estando no aguardo da decisão final junto a Corte de Contas - TCU. No que se refere ao Convênio nº 079/2007 – SIAFI nº 59460, em razão da emissão do Parecer Técnico nº 003/2010 – SNPDDH/SEDH/PR, que sugeriu a aprovação do convênio quanto ao aspecto técnico, bem como do Parecer GTEM nº 045/2010, sugerindo a aprovação da prestação de contas final pela regular aplicação dos recursos, o convênio já se encontra aprovado junto ao SIAFI.	
Síntese dos resultados obtidos:	
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, concluindo “que não há necessidade de posterior verificação por parte desta CISET/PR”.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
N/A.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR e Nota Técnica (IB) Nº119/2010 COFIP/CISET/CC-PR	Item 20 e 21	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Nota Técnica (CS) Nº 26/2012: Item 20: Tratou de denúncia sobre supostas irregularidades no Convênio 626266 (SIAFI), firmado entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR e o Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas/MG. Item 21: De acordo com as conclusões do trabalho, foi recomendado à SDH/PR que, por ocasião da avaliação da prestação de contas, fosse levado em consideração o teor da denúncia.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Objetivando o atendimento, por intermédio do Ofício nº 452/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR esta Secretaria esclareceu que houve uma nova análise da prestação de contas pela área técnica, e conformem Parecer Técnico nº 0002/2012 - SNPDDH/SDH/PR, de 14/02/2012, houve a aprovação da prestação de contas quanto à execução física do convênio. Relativa à análise financeira, por meio do Ofício nº 431/2012 – CGC/SGPDH/SDH/PR, de 24/02/2012, houve a			

solicitação de devolução no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), que devidamente atualizado totalizou R\$ 2.536,31 (dois mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos). Tendo em vista a restituição ao Erário, o convênio foi aprovado também quanto ao aspecto financeiro.
Síntese dos resultados obtidos:
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, concluindo “que o assunto não necessita mais de monitoramento”.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
N/A.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Nota Técnica (PL) nº 04/2011 COFIP/CISET/CC/PR. Nota Técnica (IB) nº 24/2011/COFIP/CISET/SG/PR Relatório de Fiscalização nº 35/2010.	Constatação nº 1, 2, 3	Ofício nº 326/2012 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 362/2010/COFIP-CISET-CC-PR Ofício nº 114 e 388/2011/COFIP/CISET/PR,
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Relatório de Fiscalização nº 35/2010: Constatação 1 – Atraso na execução físico-financeira do convênio; Constatação 2 – Ausência de aplicação dos recursos em caderneta de poupança; Constatação 3 – Ausência de consonância entre o cronograma de desembolso dos recursos financeiros do convênio e a execução do seu objeto;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
A SDH encaminhou à CISET/PR a Nota Técnica Nº 09/2012 – ENG/SNPDCA/SDH/PR informando que, apesar da morosidade ocorrida por entraves administrativos, a licitação da obra está programada para 30/03/2012. Esclarece ainda que, os recursos conveniados foram depositados e aplicados na poupança, e que, em 01/02/2012, o saldo disponível era de R\$ 7.502.098,19 (sete milhões, quinhentos e dois mil, noventa e oito reais e dezenove centavos), o que não isenta a Conveniente da responsabilidade de recomposição ao Erário de qualquer diferença que venha a ser apurada posteriormente em análise de prestação de contas. Quanto à constatação 3, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDCA, informa que em 2011 firmou convênios de obras com repasses previstos em três parcelas e os recursos referentes aos Convênios de 2010 foram repassados parcialmente.			
Síntese dos resultados obtidos:			
A Secretaria de Controle Interno ao emitir a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, acatando as justificativas e considerando adequadas as providências relatadas, não persistindo a necessidade de acompanhamento de pendências do relatório em comento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
N/A.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Nota Técnica nº 32/2011/COFIP/CISET/SG e Relatório de Fiscalização nº 008/2011 e 11/2011 – COFIP-CISET-SG-PR COFIP/CISET/SG/PR	Itens 8, 9 e 10	Ofício nº 326/2012 , Ofício nº 18/2012, Ofício nº 814/2011 e Ofício nº 451/2011/ COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
*Relatório de Fiscalização nº 11/2011: Item 76 – Fica evidenciada a fragilidade nos controles internos da Entidade Executora do Programa, as quais contribuíram para a ocorrência de várias irregularidades que causaram dano ao Erário no montante de R\$ 1.033.909,26 (hum milhão, trinta e três mil, novecentos e nove reais e vinte e seis centavos). Item 110 – Sugerimos o encaminhamento à Secretaria de direitos Humanos SDH/PR responsável pelo convênio objeto da fiscalização, para conhecimento e adoção das medidas saneadoras e apuratórias necessárias à correção das irregularidades apontadas. *Nota Técnica nº 32/2011/COFIP/CISET/SG Da análise das justificativas apresentadas pela SDH, a Secretaria de Controle Interno emitiu a Nota Técnica nº 01/2012: Item 8: Entendemos que os argumentos apresentados pela SSP/GO não alteram o posicionamento desta CISET/PR no sentido que os desembolsos relativos a pagamentos sem respaldo contratual, e não demonstrados à fiscalização, que totalizam R\$ 134.843,62 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos), sejam objeto de glosa por parte da SDH. Por outro lado, caso a SDH entenda adequado ratificar sua interpretação inicial de aprovação daquelas despesas, estará se solidarizando com a Conveniente no que tange à regularidade dos gastos; Item 9: Compete-nos alertar, também, que mediante esclarecimentos contidos no capítulo VII – DA METODOLOGIA, do Relatório de Fiscalização nº 11/2011/COFIP/CISET/SG-PR, a abrangência da análise da documentação do convênio em referência, realizada pela Equipe de Fiscalização, alcançou o período compreendido entre julho de 2007 – ocasião do início das atividades do Programa PROVITA/GO, até o mês de fevereiro de 2011, a partir do qual se aplicaria o método da amostragem, que definiu como amostra dos valores examinados o montante de R\$ 1.066.043,89 (um milhão, sessenta e seis mil e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos) equivalente a 33,65% do total dos recursos repassados àquela Entidade, motivo pelo qual torna-se imprescindível uma minuciosa reavaliação da prestação de contas do convênio por parte da SDH/PR com vistas a alcançar a totalidade dos recursos descentralizados; Item 10: Sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à SDH/PR, para conhecimento e adoção das providências complementares que o caso requer, dando ciência a esta Secretaria de Controle Interno, no prazo estabelecido no ofício de encaminhamento deste documento, acerca das ações implementadas (15 dias).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Nesse sentido, por meio do Ofício nº 1157/2011/CGC/SGPDH/SDH/PR a solicitação foi redirecionada à Secretaria de Controle Interno, por ser ela a demandante a responsável pela determinação da citada glosa. Da análise das informações oriundas da Secretaria de Segurança Pública do Goiás – SSP/GO houve a emissão da Nota Técnica (IB/WN) nº 32/2011 COFIP-CISET-SG-PR mantendo o posicionamento constata do referido Relatório de Fiscalização. Por meio do Ofício nº 378/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento à CISET/PR das medidas adotadas no âmbito desta Secretaria. A Secretaria de Controle Interno ao emitir a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, entende que <i>o assunto permanece</i>			

<i>pendente de conclusão, necessitando de monitoramento.</i>
Síntese dos resultados obtidos:
Em 29/06/2012, a Conveniente procedeu ao recolhimento dos valores glosados, no montante de R\$ R\$ 1.839.551,25 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos).
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
N/A.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 15/2011 – COFIP-CISET-SG-PR	Constatação 1	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 732/2011 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 20: Anexo I – “Constatação de Caráter Formal”: Constatação 1 – Utilização inadequada de crédito orçamentário no Convênio 717467/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Por meio de Nota Técnica nº 02/2012/PROSINASE/SNPDC/SDH, foram encaminhados ao Órgão de Controle Interno esclarecimentos e providências adotadas no âmbito desta Secretaria.			
Síntese dos resultados obtidos:			
A Secretaria de Controle Interno ao analisar as informações prestadas, emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012 acatando as justificativas apresentadas, considerando a pendência sanada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
N/A.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Fiscalização nº 12/2012 - COFIP-CISET-SG-PR. Nota Técnica (RSM) nº 121/2012 COFIP/CISET-SG-PR	Item 13: Constatações 1 e 2. Anexo II – alíneas “a” e “b”;	Ofícios nºs 428/2012, 611/2012 e 1005/2012/COFIP-CISET-SG
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR		1801
Descrição da Recomendação:		
Item 13: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Fragilidade na definição do Cronograma Físico; Constatação 2 – Ausência de elementos de avaliação de custos. Anexo III - Sugestões de medidas a serem adotadas pela SDH/PR - “Carta de Recomendações”: a) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade; b) Implementar mecanismos de monitoramento dos registros do SICONV com vistas a manter atualizadas as informações das transferências voluntárias pelos convenientes e pela SDH/PR;		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR		1801
Síntese da providência adotada:		
Em atenção à solicitação do Ofício nº 428/2012/COFIP-CISET-SG-PR e versão preliminar do relatório, disponibilizados à SDH para conhecimento e prestação de informações adicionais, foi encaminhado à CISET/PR o Ofício nº 911/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 260/2012-SNPDDH/SDH/PR, informando que: Relativo à Constatação nº 1, para dirimir a falha ora apontada, foi solicitado à conveniente por meio de e-mail a inclusão do novo Termo de referência no SICONV com as devidas alterações. No que se refere à Constatação nº 2, esclareceu que “... a conveniente passou por todas as etapas de seleção do Edital/2011, que tinha como parte das exigências a apresentação de Declaração de Compatibilidade de Preços assinada pelo Proponente Responsável do órgão...”. Diante da conclusão do relatório de fiscalização encaminhado, por meio do Ofício nº 611/2012/COFIP-CISET-SG-PR, a CISET no item 15, entende que se faz necessário a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH. Nesse sentido, faz algumas recomendações. Da análise dos esclarecimentos apresentados pela SDH, conforme Anexo I, relativo à Constatação 1, a CISET acata a manifestação da Unidade sobre o assunto, lembrando que se torna necessário o monitoramento das ações corretivas a serem implementadas pelo Conveniente. Por meio do Ofício nº 1220/2012, encaminhou à CISET o Memorando nº 338/2012/ SNPDDH/SDH/PR, informando no item 4, em que pese os motivos da ocorrência da Constatação 2 não tenham sido acatados nos esclarecimentos prestados em versão preliminar, todas as medidas cabíveis vêm sendo tomada para a análise dos custos para a concessão de transferências voluntárias, ressaltando, ainda, que a conveniente participou do edital público o qual determinava os parâmetros de concorrência para o mesmo e que a declaração de preços eram um dos quesitos exigidos pelo edital. Da análise das justificativas apresentadas pela SDH, houve a emissão da Nota Técnica (RSM) nº 121/2012/COFIP/CISET/SG/PR, concluindo que os esclarecimentos apresentados foram acatados. Entretanto, as ações adotadas somente poderão ser avaliadas em futuras ações de controle a serem realizadas.		
Síntese dos resultados obtidos:		
No intuito de atender as recomendações do Órgão de Controle Interno, os esclarecimentos oferecidos foram acatados. Ressalta-se que, de forma a evitar a ocorrência em futuros instrumentos a serem firmados, a SDH vem promovendo diversas mudanças para que as convenientes sejam instruídas, criando mecanismos de acompanhamento trimestral dos instrumentos de convênios.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
N/A		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Nota Técnica nº 132/2012 COFIP/CISET/SG-PR e Nota Técnica nº 102/2012/COFIP/CISET/SG-PR – Convênio nº 750364/2010	Itens 4, 5, 6, 7 e 8	Ofício nº 1134/2012 e Ofício nº 890/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR		1801
Descrição da Recomendação:		
Nota Técnica (ACAS) nº 102/2012/COFIP/CISSET/SG-PR - Denúncia sobre as supostas irregularidades praticadas em convênio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Item 19 – Considerando que a denúncia em comento desta Nota Técnica é de conhecimento da SDH/PR, entendemos que a Concedente deverá providenciar a Instauração da competente Tomada de Contas Especial – TCE, caso permaneça pendente a prestação de contas dos recursos transferidos a título de convênio, alertando aquela Unidade quanto aos prazos estipulados pela Instrução Normativa nº 56/2007 do Tribunal de Contas da União; Item 20 – Entretanto, caso a Conveniente apresente as informações relativas à prestação de contas, deverá a SDH/PR manifestar-se acerca das supostas irregularidades que constituem o teor da denúncia objeto desta Nota Técnica; Item 21 – Sugere-se o envio desta Nota à SDH/PR, para conhecimento, comunicando a esta CISSET/PR, no prazo de trinta dias, contados do recebimento naquela Secretaria, quanto às ações adotadas. Nota Técnica nº 132/2012 COFIP/CISSET/SG-PR: Item 4 – As informações enviadas e os procedimentos a serem adotados pela SDH/PR correspondem ao atendimento às providências sugeridas pela CISSET/PR; Item 8 – Diante do exposto, ao tempo em que concluímos que as observações elencadas por esta CISSET/PR acerca dos fatos denunciados foram devidamente acatados e providências estão sendo tomadas para saneamento dos mesmos por parte da SDH/PR, entendemos que torna-se necessário, em futuras ações de controle a serem realizadas por esta CISSET/PR naquela Unidade, que seja promovida uma avaliação nos critérios de concessões de convênios e como também nos procedimentos de acompanhamento, fiscalização e prestações de contas das transferências voluntárias.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR		1801
Síntese da providência adotada:		
Por intermédio do Ofício nº 725/2012/COFIP-CISSET/SG-PR, foi encaminhada a Diligência COFIP/CISSET/SG/PR nº 276, ocasião em que foi solicitada as informações elencadas nos itens 1, 2 e 3. Em resposta a SDH encaminhou o Ofício nº 1201/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR. Salienta-se que, a SDH efetuou o registro no SICONV, “Notificação de Irregularidade nº 30”, de 18/05/2012, pela não apresentação da Prestação de Contas por parte da Conveniente. Por meio do Ofício nº 1453/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, a SDH comunicou à CISSET sobre o registro de inadimplência da Conveniente, bem como sobre o prazo, improrrogável, até 17/09/2012, para recomposição ao Erário do recurso liberado pela União, devidamente atualizado. Diante do descumprimento pela Conveniente, os procedimentos para instrução e instauração da Tomada de Contas Especial estavam sendo adotados no âmbito da SDH. Da análise dos esclarecimentos prestados pela SDH foi emitida a Nota Técnica nº 132/2012 COFIP/CISSET/SG-PR concluindo que os procedimentos adotados pela SDH/PR correspondem ao atendimento às providências sugeridas pela CISSET/PR.		
Síntese dos resultados obtidos:		
Diante do exposto, a SDH tem envidado esforços no sentido de atender as recomendações, e por meio do Ofício nº 1659/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento à CISSET sobre a instauração da Tomada de Contas Especial, recebendo o processo a numeração 00005.007712/2012-51.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
N/A.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Nota Técnica nº 109/2012/COFIP/CISSET/SG-PR. Nota Técnica nº (ACAS) Nº 164/2012 COFIP/CISSET/SG-PR.	Itens 22, 23 e 24	Ofício nº 965/2012 e Ofício nº 1217/2012/COFIP- CISSET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR		1801
Descrição da Recomendação:		
Nota Técnica nº 109/2012/COFIP/CISSET/SG-PR - Denúncia sobre as supostas irregularidades praticadas em convênio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR: Item 22 – Considerando o escopo definido nesta Nota Técnica, verificamos que as irregularidades na gestão de recursos oriundos de convênios federais foram confirmadas por intermédio da NOTA TÉCNICA (AL) Nº 06/2009 COFIP-CISSET-CC-PR, que avaliou a apuração realizada no âmbito do Relatório de Demandas Especiais nº 00217.000.002-2007-48/CGU/PR; Item 23 – Por outro lado, em decorrência da impossibilidade de identificar a denúncia como procedente no que se referem aos convênios cujos dados não estão disponíveis no SICONV, torna-se necessário que a SDH/PR tome conhecimento da denúncia acerca de supostas irregularidades praticadas na execução dos recursos transferidos às ONGs citadas nesta Nota, providencie a Instauração de Tomada de Contas Especial, relativa ao Convênio nº 718571/2009, caso permaneça pendente a prestação de contas dos recursos transferidos. Alertamos à SDH/PR quanto aos prazos estipulados pela Instrução Normativa nº 56/2007 do Tribunal de Contas da União, a fim de que se manifeste quanto às prestações de contas dos Convênios nºs 637300 (700935/2008), e 637298 (700783/2008); Item 24 – Sugere-se o envio desta Nota à SDH/PR, para conhecimento, recomendando que comunique a esta CISSET/PR, no prazo de trinta dias quanto às ações adotadas e os resultados obtidos.		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR		1801
Síntese da providência adotada:		
Objetivando apresentar esclarecimentos sobre as supostas irregularidades apuradas pela CISSET/PR, a SDH encaminhou o Ofício nº 1538/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, apresentando as seguintes informações: a) Convênio nº 718571/2009 – Tendo em vista que o módulo de prestação e contas foi implantado somente em julho/2011, a prestação de contas foi apresentada em meio físico, sendo o processo encaminhado à área técnica para emissão de Parecer de Cumprimento do Objeto, porém não concluído até a presente data. b) Convênio nº 700783/2008 – O presente convênio foi aprovado, em 16/08/2012, devido análise técnica e financeira terem sido favoráveis. Ressaltando que, foram adotadas as recomendações feitas através da NOTA TÉCNICA (AL) Nº 06/2009 COFIP-CISSET-CC-PR. c) Convênio nº 700935/2008 – Conforme Parecer Técnico Final nº 012/2012 – CGAP/SNPDDH/SDH/PR, de 30/03/2012, houve o cumprimento na integralidade de todas as etapas, concluindo pela aprovação da prestação de contas quanto à execução física do convênio. Da análise financeira, a Conveniente foi inicialmente diligenciada, por meio do Ofício nº 750/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, a encaminhar documentações faltantes, justificativas, bem como a devolução aos Cofres Públicos no valor de R\$ 2.900,19 (dois mil, novecentos reais e dezenove reais), que devidamente atualizado passou a somar R\$ 4.853,90 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos). Da análise dos esclarecimentos apresentados pela Conveniente, o débito foi reduzido para R\$ 2.202,41 (dois mil, duzentos e dois reais e quarenta e um centavos). A Conveniente manifestou interesse em compor Acordo Administrativo de Parcelamento de Débito, nos termos da Portaria SDH nº 1.480/2011, alterada pela Portaria SDH nº 3.312/2011. O Acordo Administrativo de Débito no valor de R\$ 3.700,59 (três mil, setecentos reais e cinquenta e nove centavos), foi proposto em 04 (quatro) vezes. Em 20/09/2012, a SDH acusou o recolhimento da primeira parcela, e, em 26/09/2012, foi autorizada a concessão de parcelamento de débito pelo Ordenador de Despesa, bem como o registro no SIAFI na conta “Créditos Administrativos Decorrentes de Dano ao Patrimônio”, conforme previsto no art. 12 da citada Portaria. A análise conclusiva com emissão do parecer financeiro de aprovação fica condicionada a quitação das duas parcelas restantes.		
Síntese dos resultados obtidos:		
Da análise de manifestação da SDH, houve a emissão da Nota Técnica nº (ACAS) Nº 164/2012 COFIP/CISSET/SG-PR, pela Secretaria de Controle Interno, concluindo que as observações elencadas acerca dos fatos denunciados foram acatados e providências estão sendo tomadas para saneamento dos mesmos por parte da SDH.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
N/A.		

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria nº 3/2011 COAUD/CISSET/SG-PR -	Constatação 3, Anexo I	Ofício nº 571/2011/COAUD- CISSET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 3: Falhas na análise da prestação de contas parcial do convênio nº 29/2008 (SIAFI 626563).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese da providência adotada:			
Observada a conclusão do Relatório de Auditoria nº 3/2011 COAUD/CISSET/PR, que apresenta fatos relevantes quanto à seleção de fornecedores de bens e serviços, podendo ficar caracterizado possíveis indícios de fraude (simulação), nas cotações de preços, porquanto 2 (duas) das 3 (três) empresas participantes possuem o mesmo sócio, o Sr. Ezequiel Lima de Matos, esta SDH por meio do Ofício nº 1092/2011-CGC/SGPDH/SDH/PR diligência solicitou à Conveniente o envio dos contratos sociais das empresas participantes do processo seletivo, com prazo de cumprimento até 30/09/2011. Em outubro de 2011, esta Secretaria acusa o recebimento de informações e documentações pela Conveniente, restando confirmada as disfunções já detectadas pela CISSET/PR, bem como relativa à aquisição de passagens aéreas. A SDH tem se empenhado na apuração dos fatos levantados pela CISSET/PR, assim, vem adotando as providências necessárias à correção das falhas apontadas na análise da prestação de contas do referido instrumento. Comprovada a malversação de recursos públicos pela Conveniente, foi solicitada a recomposição ao Erário do montante no valor de R\$ 242.685,14 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos), que devidamente atualizados totalizaram R\$ 402.271,22 (quatrocentos e dois mil, duzentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos), com prazo de atendimento até 11/04/2012.			
Síntese dos resultados obtidos:			
A análise conclusiva de prestação de contas encontrava-se condicionada ao decurso do prazo estabelecido no Ofício nº 483/2012- CGC/SGPDH/SDH/PR, todavia, diante do descumprimento da diligência pela Conveniente no prazo estabelecido as providências administrativas cabíveis foram adotadas no âmbito desta SDH. Nesse sentido, houve a instauração do Processo de Tomada de Contas Especial – TCE, recebendo a numeração 00005.006129/2012-23, e, por meio do Ofício nº 1044/2012/COAUD/CISSET/SG-PR, de 16/10/2012, foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União – TCU para julgamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
N/A.			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO LIII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Fiscalização nº 01/2012 - COFIP-CISET-SG-PR – Convênio nº 705716/2009	Item 73	Ofício nº 254/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item73: Cabe a SDH/PR orientar o conveniente a comprovar documentalmente, de forma satisfatória, a boa aplicação dos recursos públicos. Como a prestação de contas encontra-se em análise pela Concedente, recomenda-se a verificação detalhada da comprovação dos gastos no que se refere aos quantitativos subcontratados, que devem ser adequadamente explicitados para possibilitar o juízo sobre o nexo de causalidade do gasto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Observadas as recomendações da equipe de fiscalização, foi solicitada a Conveniente a complementação da prestação de contas no SICONV.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As esclarecimentos e documentações disponibilizados estão em análise pelas equipes técnica e financeira desta SDH, razão pela qual ainda não houve a emissão de pareceres conclusivos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Fiscalização nº 04/2012 - COFIP-CISET-SG-PR	Item 9: Anexo I - Constatações 1, 2, 3 e 4; Anexo II – Constatações 1 e 2	Ofício nº 293/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 493/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			

Item 9: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Indícios de conluio para simular procedimentos licitatórios; Constatação 2 – Incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos da Poupança; Constatação 3 – Falta de comprovação de despesa de viagem; e Constatação 4 – Ausência de elementos de avaliação de custos. Anexo II – “Constatações de Caráter Formal”: Constatação 1 – Falta de atualização dos registros no SICONV; e Constatação 2 – Ausência de atesto nas notas fiscais quanto ao recebimento dos bens.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em atenção à solicitação do Ofício nº 293/2012/COFIP-CISET-SG-PR e versão preliminar do relatório, disponibilizada à SDH para conhecimento e prestação de informações adicionais, foi encaminhado à CISET/PR o Ofício nº 921/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 327/2012/GAB-SNPDCA/SDH/PR, apresentando esclarecimentos acerca das constatações elencadas. A versão definitiva do citado relatório de fiscalização foi encaminhada à SDH, por meio do Ofício nº 493/2012/COFIP-CISET-SG-PR, concluindo que se faz necessária à implementação de ações preventivas e corretivas pro parte da SDH, de modo a permitir a correta continuidade de sua aplicação de recursos por intermédio de transferências voluntárias e o aperfeiçoamento de sua gestão. Nesse sentido, foram apresentadas algumas recomendações à SDH, Anexo III – Carta de Recomendações.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Observadas as recomendações, por meio do Ofício nº 1191/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi encaminhado à CISET o Memorando nº 450/2012/GAB-SNPDCA/SDH/PR, informando que, por meio do Ofício nº 668/2012-GAB/SNPDCA/SDH/PR, o Conveniente foi oficiado a implementar mecanismo de controle interno relativo às constatações apuradas pelo órgão de Controle Interno. Quanto às providências adotadas, a SDH aguarda manifestação por parte da CISET/PR.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Fiscalização nº 06/2012 - COFIP-CISET-SG-PR	Item 14: Anexo I – Constatação 1; Anexo II – Constatação 1	Ofício nº 293/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 473/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 14: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Ausência de elementos de avaliação de custos. Anexo II – “Constatações de Caráter Formal”: Constatação 1 – Ausência de atesto nas notas fiscais quanto ao recebimento dos bens. Anexo III – Sugestões de medidas a serem adotadas pela SDH/PR– Carta de Recomendações: a) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade; b) promover orientações junto aos convenientes no sentido de implementarem mecanismos de controle interno com vista ao atesto das despesas realizadas.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em atenção à versão preliminar disponibilizada à SDH, por meio do Ofício nº 293/2012/COFIP-CISET-SG-PR, para conhecimento e prestação de informações adicionais. Por meio do Ofício nº 473/2012/COFIP-CISET-SG-PR, esta Secretaria foi informada sobre os resultados final da fiscalização. Observadas as recomendações constantes do Anexo III do relatório final, foi encaminhado à CISET/PR o Ofício nº 921/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 327/2012/GAB-SNPDC/SDH/PR, apresentando esclarecimentos acerca das constatações elencadas: Relativo à Constatação 1 informou que, “a avaliação dos custos dos projetos aprovados pela SNPDC é feita baseada no orçamento detalhado constante do respectivo termo de referência/projeto técnico de forma descritiva e justificada, e, ainda, conforme a declaração de compatibilidade de preços praticados no mercado, ratificada pelos gestores públicos, em observância aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade administrativa, economicidade e razoabilidade”. No que se refere à Constatação 2, informa que “foi oficiado o conveniente no sentido de implementarem mecanismos de controle interno com vista ao atesto das despesas realizadas”.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Relativo aos esclarecimentos prestados após o recebimento do relatório definitivo, não houve pronunciamento pela Secretaria de Controle Interno.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Fiscalização nº 08/2012 - COFIP-CISET-SG-PR	Item 23: Anexo I - Constatações 1, 2, 3 e 4; Anexo II – Constatações 1 e 2	Ofício nº 357/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 661/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 23: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Ausência de retenção de INSS e de IRRF de Pessoas Físicas; Constatação 2 – Pagamento de Imposto de Renda e Tarifas Bancárias; Constatação 3 – Ausência de elementos de avaliação de custos; Constatação 4 – Ausência de Metas Quantificadas no Plano de Trabalho. Anexo II – “Constatações de Caráter Formal”: Constatação 1 – Ausência de atesto nas notas fiscais e de identificação do carimbo do Convênio; Constatação 2 – Ausência de informações no preenchimento do formulário de Conciliação Bancária.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em atenção à solicitação contida na versão preliminar do Relatório de Fiscalização, encaminhado por meio do Ofício nº 357/2012, foi disponibilizado o Ofício nº 732/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 222/2012 – PPCAAM/SNPDC/SDH/PR, apresentando esclarecimentos relativos às constatações 3 e 4 do Convênio nº 007/2009 - SIAFI nº 654257 – PPCAAM. Quanto aos Convênios nºs 653153 e 668476, no intuito de apurar as constatações elencadas pela CISET, a conveniente foi diligenciada, Ofício nº 181/2012 – SNPPDH/SDH/PR, a prestar esclarecimentos, bem como a adotar medidas pertinentes para sanar as constatações levantadas pela CISET. Nesse			

sentido, por meio do Ofício nº 788/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi solicitado prorrogação de prazo à Ciset porquanto o fiel cumprimento das determinações constantes no relatório encontrava-se condicionado ao pronunciamento da Conveniente. Em junho de 2012, por meio do Ofício nº 925/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 011/2012-CGAP/DPDDH/SDH/PR, foram encaminhadas novas e atualizadas informações relativas às constatações. Diante da conclusão do relatório de fiscalização encaminhado a esta SDH por meio do Ofício nº 661/2012-COFIP-Ciset-SG-PR, a Ciset no item 25, entende que se faz necessário a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH. Nesse sentido, faz algumas recomendações. Importa registrar que, acerca das fragilidades identificadas nas constatações de caráter formal, os esclarecimentos apresentados pela SDH e Conveniente foram acatados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Observa-se que a SDH vem envidando esforços no sentido de atender as recomendações. Considerando que as constatações de caráter relevante merecem a adoção de medidas corretivas, por meio do Ofício nº 1190/2012-CGC-SGPDH/SDH/PR, foram enviadas à Ciset novas e atualizadas informações. Nesse sentido, relativo ao Convênio nº 007/2009 - SIAFI nº 654257 – PPCAAM, foi apresentado o Memorando nº 451/2012/GAB-SNPDC/SDH/PR e Ofício nº 114/2012-VJ, contendo manifestação da Conveniente, ao tempo em que foi informado pela SDH que as recomendações inseridas no relatório conclusivo já se encontravam em plena efetividade no PPCAM. Quanto aos Convênios nºs 653153 e 668476, a área técnica competente emitiu o Memorando nº 012/2012 - CGAP/SNPDDH/SDH/PR. Quanto às medidas adotadas, a SDH aguarda pronunciamento por parte da Secretaria de Controle Interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Fiscalização nº 11/2012 - COFIP-Ciset-SG-PR – Convênio nº 749158/2010 e 753293/2010	Item 13: Anexo I - Constatações 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; Anexo II – Constatação 1	Ofício nº 512/2012-COFIP-Ciset-SG-PR e 769/2012-COFIP-Ciset-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 13: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Indícios de simulação de procedimento licitatório; Constatação 2 – Execução de serviços fora da atividade econômica da empresa contratada; Constatação 3 – Pagamento antecipado; Constatação 4 – Inexistência de procedimentos de Cotação de Preços; Constatação 5 – Ausência de elementos de avaliação de custos; Constatação 6 – Ausência de aplicação dos recursos do convênio em caderneta de poupança; Constatação 7 – Falta de atualização dos registros no SICONV; Constatação 8 – Morosidade na execução do Convênio. Anexo II – “Constatações de Caráter Formal”: Constatação 1 – Ausência de atesto nas notas fiscais e de identificação do carimbo do Convênio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em atenção à solicitação do Ofício nº 512/2012-COFIP-Ciset-SG-PR e versão preliminar do relatório, disponibilizados à SDH para conhecimento e prestação de informações adicionais, foi encaminhado à Ciset/PR o Ofício nº 1089/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 15/2012-PDMV/GAB/SDH/PR, com esclarecimentos			

colhidos junto ao Conveniente. Diante da conclusão do relatório de fiscalização encaminhado, por meio do Ofício nº 769/2012/COFIP-CISET-SG-PR, a CISET no item 15, entende que se faz necessário a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH. Nesse sentido, faz algumas recomendações. Da análise da manifestação apresentada em versão preliminar, a justificativa relativa à Constatação 6, foi acatada, haja vista a apresentação e documentação comprobatória do depósito em conta de caderneta de poupança. Quanto à Constatação 7, a informação que a conveniente está lançando no SICONV nº 749158 a documentação pertinente à execução, foi confirmada. Relativo ao Convênio nº 753293, restaram ausência de registros, todavia, em razão da declaração da conveniente de que efetuará os devidos lançamentos, os esclarecimentos da entidade foram acatados. No que tange à Constatação 8, da mesma forma foi acatada, considerando as informações prestadas pelo Coordenador do Projeto da SDH.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Observadas as constatações ainda pendentes, por meio do Ofício nº 1371/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi encaminhado à CISET o Despacho interno nº 13/2012, Relatório de Fiscalização <i>in loco</i> – relativo ao Convênio nº 753293/2010, bem como OF. AL. 013/2012, de 09/09/2012, proveniente da Conveniente. A SDH aguarda manifestação da análise da CISET quanto aos novos esclarecimentos prestados.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Fiscalização nº 13/2012 - COFIP-CISET-SG-PR - Nota Técnica (RSM) nº 123/2012 COFIP/CISET/SG-PR	Item 15: Constatações 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7	Ofício nº 472/2012/COFIP-CISET-SG-PR. Ofício nº 611/2012/COFIP-CISET-SG-PR. Ofício nº 1135/2012/ COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 15: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Pagamentos de notas fiscais sem a respectiva comprovação dos gastos; Constatação 2 – Inexistência de análises detalhadas de custos; Constatação 3 – Atraso na execução de oficinas; Constatação 4 – Ausência de comprovantes de embarques; Constatação 5 – Falta de atualização dos registros no SICONV; Constatação 6 – Pagamento indevido de Tarifas Bancárias; e Constatação 7 – Aplicação dos recursos do convênio no mercado financeiro, quando deveriam ser aplicados em caderneta de poupança. Anexo II – Carta de Recomendações: a) Solicitar a comprovação dos serviços ou produtos que efetivamente foram prestados ou adquiridos por meio dos valores constantes nas Notas Fiscais genéricas emitidas pela Fundação Santa Ângela, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável e Instituto Hexágono no montante de R\$ 43.785,91 (quarenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos), promovendo, caso não atendida, a glosa dos valores e se necessário, a instauração da competente Tomada de Contas Especial; b) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade; c) promover orientações junto aos convenientes no sentido de implementarem mecanismos de controle interno com vista ao atesto das despesas realizadas. d) Informar a a conveniente que em não obtendo êxito em relação à solicitação de reembolso dos bilhetes junto à Empresa União Alternativa, deverá efetuar a devolução dos recursos no valor de R\$ 6.378,94 (seis mil, trezentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos); e) Atentar para que os partícipes mantenham as informações registradas no SICONV atualizadas, com a maior			

celeridade possível, de modo a permitir o acompanhamento pelas áreas pertinentes, como também, o cumprimento do que fora estabelecido no instrumento pactuado; e	
f) Determinar ao Conveniente o recebimento à conta do Convênio, o valor de R\$ 1.095,07 (um mil e noventa e cinco reais e sete centavos), devidamente corrigido, relativo ao pagamento indevido de tarifas bancárias.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em atenção à versão preliminar disponibilizada à SDH, por meio do Ofício nº 472/2012/COFIP-CISET-SG-PR, para conhecimento e prestação de informações adicionais, foi encaminhado à CISET/PR o Ofício nº 912/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR e Memorando nº 09/2012-CGAP/DPDDH/SDH/PR, informando que nos termos do Ofício diligência nº 252/2012/SNPDDH/SDH/PR, a Conveniente foi diligenciada a prestar esclarecimentos acerca das constatações elencadas. Diante da conclusão do relatório de fiscalização encaminhado, por meio do Ofício nº 611/2012/COFIP-CISET-SG-PR, a CISET no item 17, entende que se faz necessário a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH. Nesse sentido, faz algumas recomendações. Cumpre esclarecer que, as justificativas apresentadas pela Concedente relativa à Constatação 5 foram acatadas, todavia, merecendo celeridade na implementação das informações decorrentes do cumprimento do objeto pactuado, uma vez que o convênio já se encontrava na situação “Em execução”. Também foram acatados os esclarecimentos prestados a respeito da Constatação 7. Objetivando encaminhar informações atualizadas relativas às constatações pendentes de implementações, por meio do Ofício nº 1220/2012, a SDH encaminhou à CISET o Memorando nº 338/2012/SNPDDH/SDH/PR, acompanhado de esclarecimentos e documentação disponibilizado pela Conveniente (Doc. s/nº datado de 12/07/2012). Da análise dos esclarecimentos prestados pela SDH foi emitida a Nota Técnica (RSM) nº 123/2012 COFIP/CISET/SG-PR, concluindo: a) Quanto à Constatação 1, item “a”: Entendemos que o CAMP adotou as medidas necessárias com vista ao saneamento das fragilidades identificadas, motivo pelo qual, concluímos por acatar as informações apresentadas no que se refere ao Estado do Piauí. Entretanto, restou pendente a comprovação documental do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, foi reiterada a recomendação de que, caso não atendida a comprovação do saldo acumulado no valor de R\$ 25.193,95 (vinte e cinco mil, cento e noventa e três reais e noventa e cinco centavos), o CAMP proceda a glosa dos valores e, se necessário, a instauração da competente Tomada de Contas Especial. b) Relativo à Constatação 6, as explicações apresentadas através de documentação pela Concedente, de que solicitaram estorno de valores relativas às cobranças indevidas de tarifas bancárias, foram acatadas. Quanto às demais constatações as pendências foram mantidas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A SDH tem envidado esforços no sentido atender as recomendações do Órgão de Controle Interno, assim, foi solicitado ao corpo técnico dessa Secretaria a adoção de medidas saneadoras junto à Conveniente. Por meio do Ofício nº 135/2013-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi encaminhado à CISET o Memorando nº 001/2013 e expediente do CAMP, acompanhado de 04 (quatro) volumes de documentos, contendo novas e atualizadas informações acerca das recomendações acima elencadas. A SDH aguarda manifestação quanto aos novos esclarecimentos prestados.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Fiscalização nº 14/2012 - COFIP-CISET-SG-PR – Convênios nºs 715448/2009 e 750573/2010	Item 14: Anexo I – Constatações 1, 2 e 3; Anexo II – alíneas “a”, “b” e “c”	Ofício nº 757/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 913/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801

Descrição da Recomendação:	
Item 14: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Ausência de elementos de avaliação de custos; e Constatação 2 – Morosidade na execução do Convênio; Constatação 3 – Falta de atualização dos registros no SICONV. Anexo II – “Carta de Recomendações”, sugestões de medidas a serem adotadas: a) Promover orientações junto ao conveniente no sentido de implementarem mecanismos que possam oferecer maior celeridade no cumprimento da execução do objeto; b) Implementar mecanismos de monitoramento dos registros do SICONV com vistas a manter atualizadas as informações das transferências voluntárias pelos convenientes e pela SDH/PR; c) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Por meio do Ofício nº 757/2012/COFIP-CISET-SG-PR, foi disponibilizado à SDH a versão preliminar do referido relatório de fiscalização, solicitando a prestação de esclarecimentos e informações adicionais. Objetivando prestar as informações solicitadas, por meio do Ofício nº 208/2012-SE/SDH/PR e Memo nº 520/2012 - GAB-SNPDC/SDH/PR, esta SDH apresentou esclarecimentos à CISET/PR. A versão definitiva do relatório de fiscalização foi encaminhada à SDH, por meio do Ofício nº 913/2012/COFIP-CISET-SG-PR, fazendo algumas recomendações, e no item 18 solicita esclarecimentos e informações adicionais, no prazo de trinta dias.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Objetivando o atendimento, a SDH encaminhou à CISET o Ofício nº 1618/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR e o Memorando nº 636/2012/GAB/SNPDC/SDH/PR, apresentando informações adicionais, ao tempo em que esclareceu sobre a pertinência em acatar as recomendações constantes do Anexo II, motivo pelo qual as redirecionou ao Conveniente, por meio do Ofício nº 892/2012-GAB/SNPDC/SDH/PR, solicitando a adoção de medidas urgentes.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório de Fiscalização nº 15/2012 - COFIP-CISET-SG-PR – Convênio nº 750592/2010 -	Item 11: Anexo I - Constatações 1, 2 e 3; Anexo II – alíneas “a”, “b” e “c”	Ofício nº 566/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 757/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 11: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Falta de comprovação de despesa de viagem; Constatação 2 – Ausência de elementos de avaliação de custos; Constatação 3 – Falta de atualização dos registros no SICONV. Sugestões de medidas a serem adotadas pela SDH/PR: Anexo II – “Carta de Recomendações”: a) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade; b) Implementar mecanismos de monitoramento dos registros do SICONV com vistas a manter atualizadas as			

informações das transferências voluntárias pelos convenientes e pela SDH/PR; c) Alertar a Concedente quando à necessidade da apresentação dos comprovantes de embarque, quando da prestação de contas final do Convênio.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em atendimento a versão preliminar do relatório, disponibilizados à SDH, por meio do Ofício nº 566/2012/COFIP-CISET-SG-PR, para conhecimento e prestação de informações adicionais, foi encaminhado à CISET/PR o Ofício nº 1022/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, por meio do qual pediu dilação e prazo para se manifestar, haja vista o Ofício nº 295/SNPDDH/SDH/PR solicitando a Conveniente a adoção de medidas pertinentes para sanar as constatações identificadas em ação de controle. Tendo em vista que a conveniente não se manifestou, a diligência foi reiterada, por meio do Ofício nº 348/2012/SNPDDH/SDH/PR. Por intermédio de mensagem eletrônica de 03/08/2012, a Conveniente apresentou esclarecimentos acerca das fragilidades identificadas na presente ação de controle. Considerando a conclusão do relatório de fiscalização encaminhado, por meio do Ofício nº 757/2012/COFIP-CISET-SG-PR, a CISET no item 13, entende que se faz necessário a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH. Nesse sentido, faz algumas recomendações.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Por meio do Ofício nº 1535/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR foi encaminhado o Memorando nº 412/2012/SNPDDH/SDH/PR. No que se refere à Constatação 1, a conveniente encaminhou arquivos em <i>PDF</i> contendo cópia de comprovantes de embarque de passagens aéreas, restando apenas a pendência de cinco comprovantes de embarque, mesmo tendo sido envidado todos os esforços para tal. Diante dos esclarecimentos apresentados pela Conveniente, a CISET manifesta favorável a apresentação da complementação dos comprovantes de embarques até a data da prestação de contas final do convênio ao Órgão Concedente. Quanto às demais constatações a conveniente não apresentou manifestação específica sobre o assunto. Objetivando prestar as informações atualizadas, por meio do Ofício nº 208/2012-SE/SDH/PR e Memorando nº 353/2012-SNPDDH/SDH/PR, esta SDH apresentou novos esclarecimentos, estando no aguardo da análise e manifestação pela CISET/PR.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório de Fiscalização nº 16/2012 - COFIP-CISET-SG-PR – Convênio nº 750674/2010 -	Item 8: Constatações 1, 2, 3 e 4; Vide Anexo II – <i>alíneas</i> “a”, “b”, “c” e “d”	Ofício nº 667/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 988/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 10: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Ausência de elementos de avaliação de custos; Constatação 2 – Falta de atualização dos registros no SICONV; Constatação 3 – Ausência de atesto nas notas fiscais quanto ao recebimento dos bens; Constatação 4 – Pagamento indevido de tarifas bancárias. Anexo II: Carta de Recomendações: a) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade. b) Atentar para que os partícipes mantenham as informações registradas no SICONV atualizadas, com a maior celeridade possível, de modo a permitir o acompanhamento pelas áreas pertinentes, como também, o cumprimento do			

que fora estabelecido no instrumento pactuado; c) Determinar ao Conveniente o atesto nas notas fiscais quando do recebimento dos bens/serviços/objetos; e d) Determinar ao Conveniente o recolhimento à conta do Convênio, o valor de R\$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais), devidamente corrigido, relativo ao pagamento indevido de tarifas bancárias.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Por meio do Ofício nº 667/2012/COFIP-CISET-SG-PR, foi disponibilizado à SDH a versão preliminar do referido relatório de fiscalização, solicitando a prestação de esclarecimentos e informações adicionais. Em atenção à solicitação, esta SDH encaminhou à CISET o Ofício nº 1223/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, para dar conhecimento sobre a diligência encaminhada à Conveniente, por meio do Ofício nº 353/2012-SNPDDH/SDH/PR. Por intermédio do Ofício nº 988/2012/COFIP-CISET-SG-PR, esta Secretaria teve ciência do resultado final do relatório de fiscalização, onde a CISET no item 10, manifesta que faz necessária a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH/PR, ao tempo em que faz algumas recomendações. No item 12, solicita manifestação conclusiva quanto aos fatos apontados, no prazo de trinta dias.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Objetivando o atendimento a SDH encaminhou à CISET o Ofício nº 1578/2012/CGCG/SGPDH/SDH/PR, acompanhado do Ofício proveniente da Conveniente, de 19/10/2012, estando no aguardo da análise pela CISET/PR.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Fiscalização nº 19/2012 - COFIP-CISET-SG-PR – Convênio nº 715342/2009	Item 11: Anexo I - Constatações 1, 2 e 3; Vide Anexo II – alíneas “a”, “b” e “c”	Ofício nº 757/2012/COFIP-CISET-SG-PR e Ofício nº 975/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 11: Correção das falhas apontadas: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”, foram identificadas as seguintes situações: Constatação 1 – Falta de atualização dos registros no SICONV; Constatação 2 – Ausência de Registro de Acompanhamento e Fiscalização pela Concedente; e Constatação 3 – Ausência de elementos de avaliação de custos. Anexo II: “Carta de Recomendações”, sugestões de medidas a serem adotadas: a) Implementar mecanismos de monitoramento dos registros do SICONV com vistas a manter atualizadas as informações das transferências voluntárias pelos convenientes e pela SDH/PR; b) Instituir mecanismos de acompanhamento e fiscalização de forma a acompanhar a aplicação dos recursos públicos e a plena execução do objeto pela Conveniente em cumprimento com as disposições contidas na legislação vigente e o estabelecido na Cláusula Segunda – Das Obrigações da Concedente do Termo de Convênio celebrado entre as partes. c) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Por meio do Ofício nº 757/2012/COFIP-CISET-SG-PR, foi disponibilizado à SDH a versão preliminar do referido relatório de fiscalização, solicitando a prestação de informações adicionais pertinentes. Objetivando prestar as informações atualizadas, por meio do Ofício nº 208/2012-SE/SDH/PR e Memorando nº 353/2012–SNPDDH/SDH/PR, esta SDH apresentou esclarecimentos à CISET/PR, ao tempo em que deu conhecimento do Ofício nº 386/2012-SNPDDH/SDH/PR solicitando manifestação pela Conveniente. Por intermédio do Ofício nº 975/2012/COFIP-CISET-SG-PR, esta Secretaria teve ciência do resultado final do relatório de fiscalização, onde a CISET, no item 14, faz algumas recomendações, ao tempo em solicita esclarecimentos e informações adicionais, no prazo de trinta dias.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Por meio do Ofício nº 1458/2012, CGC/SGPDH/SDH/PR de 19/10/2012 a SDH encaminhou o Memo.383/2012 - SNPDDH e Memo. 019/2012 - CGAP/SNPDDH. No que se refere à Constatação 1, esclarece que a Conveniente foi notificada por meio do Ofício nº 386/SNPDDH, que em atendimento informou sobre as dificuldades enfrentadas para o registro de execução no Portal de Convênios – SICONV, contudo, até a data da emissão da resposta à SDH os lançamentos no SICONV (aba pagamentos) somavam R\$ 1.096.754,48 (um milhão, noventa e seis reais, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), e de acordo com o relatório, durante a fiscalização a conveniente apresentou relatório de despesas no valor de R\$ 1.527.575,06 (um milhão, quinhentos e vinte e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e seis centavos). Portanto, até o momento da diligência havia registro de 71% de execução no SICONV. Quanto à Constatação 2, observada que o módulo de acompanhamento e fiscalização só foi liberado pelo gestor do SICONV em janeiro de 2012, a coordenação da área específica vem implementando o acompanhamento via sistema, contudo, na aba Parecer do Plano de Trabalho o técnico responsável pelo acompanhamento orientava, bem como solicitava o registro na medida de execução. Relativo à Constatação 3, esclarece que desde o início de 2012, a SDH vem adotando diversas medidas relativas à formalização dos instrumentos, inclusive quanto aos critérios de custos, através de orçamentos, planilhas de custos, etc. Salienta-se que relativo às informações prestadas, a SDH aguarda pronunciamento por parte da CISET/PR.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Fiscalização nº 24/2012 - COFIP-CISET-SG-PR – Convênio nº 756580/2011 -	Item 9: Constatações 1, 2, 3 e 4; Vide Anexo II – alíneas “a”, “b” e “c”	Ofício nº 888/2012/COFIP-CISET-SG-PR e 1081/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 10: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Ausência de elementos de avaliação de custos; Constatação 2 – Atraso na execução do Convênio nº 756580/2011; Constatação 3 – Aplicação dos recursos do convênio no mercado financeiro, quando deveriam ser aplicados em caderneta de poupança; Constatação 4 – Ausência de Acompanhamento e Fiscalização da Concedente. Anexo II: Carta de Recomendações: a) Instituir mecanismos de mensuração dos custos dos projetos e atividades descentralizados a título de transferências voluntárias, como atividade essencial ao cumprimento do princípio da economicidade. b) Orientar o Conveniente a aplicar os recursos do Convênio SICONV Nº 756580 em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, conforme estabelecido nos itens I e II, do § 1º, do art. 42, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008; c) Registrar no SICONV as ações de controle prévio que evidenciem o exercício da função gerencial fiscalizadora exercida pela Concedente, conforme estabelece o contido nos artigos 51 a 53 da Portaria nº 127/2008.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Por meio do Ofício nº 888/2012/COFIP-CISET-SG-PR, foi disponibilizado à SDH a versão preliminar do referido relatório de fiscalização, solicitando a prestação de informações adicionais pertinentes. Assim, através do Memo. 017/2012, esta Secretaria notificou a Conveniente por meio do Ofício nº 421/SNPDDH/SDH/PR, para que a entidade tomasse as medidas cabíveis quanto às constatações do relatório. Por intermédio do Ofício nº 1081/2012/COFIP-CISET-SG-PR, esta Secretaria teve ciência do resultado final do relatório de fiscalização, onde a CISET no item 11 entende que se faz necessária a implementação de ações preventivas e corretivas por parte da SDH/PR, e no item 12, faz algumas recomendações, ao tempo em solicita manifestação conclusiva quanto aos fatos apontados, no prazo de trinta dias.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Diante do exposto, a SDH objetivando o atendimento encaminhou à CISET o Ofício nº 1535/2012/CGCG/SGPDH/SDH/PR e o Memorando nº 411/2012/SNPDDH/SDH/PR, acompanhado pelo Ofício nº 813/2012/GAB/SDHSC proveniente da Conveniente, estando no aguardo da análise pela CISET.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Diligências COFIP/PG n.ºs. 12, 14/2011 e 39/2012	Alíneas: a, b, c e d	Ofício nº 209/2011/COFIP-CISET-SG-PR e 109/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
a) Informar se essa Secretaria de Direitos Humanos/PR tomou conhecimento acerca da denúncia publicada na Revista ISTO É, de supostas irregularidades na execução do Programa PROVITA no Estado do Amazonas; b) em caso positivo, apresentar informações acerca da instauração de procedimento de averiguação; c) apresentar os relatórios de supervisão da Coordenação Geral de Proteção e Testemunha da Secretaria de Direitos Humanos CGPT/SDH/PR relativo ao Convênio 073/2004; e d) apresentar as avaliações conclusivas das prestações de contas do Convênio 073/2004.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em atendimento à solicitação das referidas diligências, a SDH via Ofício nº 470/2012 - CGC/SGPDH/SDH/PR, prestou esclarecimentos quanto às questões suscitadas. A Área Técnica competente, por meio de Memorandos n.ºs. 25/2012-CGPT/DDDH/SNPDDH/SDH/PR e 53/2012-SNPDDH/SDH-PR, esclareceu que, de 08 a 10/11/2011, foi realizado monitoramento do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, e que a Coordenação, “não vê, após realização de monitoramento da política estadual, fundamento nas denúncias de maus-tratos de ex-usuário do programa, publicadas pela imprensa.”			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Diante do exposto, a SDH apresentou informações relativas às alíneas “a, b e c”, todavia, restou prejudicado o envio de informações conclusivas da análise de prestação de contas, porquanto ainda não finalizada. Por meio do Memorando nº 15/2012- CGC/SGPDH/SDH/PR, foi solicitada a área técnica competente a adoção de providências para conclusão da análise.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Nota Técnica nº 124/2012 COAUD/CISET/SG-PR Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR, Nota Técnica (ACC) Nº 10/2010 COFIP/CISET/CC-PR e Nota Técnica (PL) 3/2011 COFIP/CISET/SG-PR -	Item 12 e 13	Ofício nº 1047/2012/COAUD/CISE T-SG-PR. Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 333/2010 e 175/2011/COFIP/CISET/CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Nota Técnica (ACC) Nº 10/2010 COFIP/CISET/CC-PR: Item12: Diante das irregularidades verificadas nas análises documentais, apontadas nos itens 6, 7 e 8, conclui-se pela procedência da denúncia no que se refere aos aspectos relacionados ao ITS, bem como à designação, pela servidora Adeyde Maria Viana, assessora do Gabinete da SDH, de pessoas para atuar na execução dos termos. Item13: Cabendo à SDH adotar as medidas necessárias à reposição do Erário e a busca de esclarecimentos junto ao ITS para as questões ainda pendentes quanto às prestações de constas (itens 6, 7 e 8). Nota Técnica nº 124/2012 COAUD/CISET/SG-PR – Versão Preliminar: Item 27: Denúncia sobre desvio de recursos de projetos de conferências promovidas pela Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR e de fraude na concessão do Prêmio Direitos Humanos 2008, categoria “Enfrentamento à Violência”: Item 27 – Diante dos fatos apurados contidos nesta Nota Técnica, concluímos que a denúncia é parcialmente procedente, pois procede com relação aos Fatos 3 e 4, parcialmente procede quanto ao 2 e é improcedente quanto aos Fatos 1 e 5. Assim, propomos o encaminhamento da presente Nota à SDH/PR, como também cópia à Controladoria Geral da União, em resposta aos Ofícios nº 42067/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR, de 24.12.2009, e nº 2829/DCOPE/DC/SFC/CGU-PR, de 2.2.2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Objetivando o cumprimento da determinação constante dos itens 7 e 8, em 15/02/2012, houve a publicação da Portaria SDH nº 79/2012, constituindo nova Comissão de Avaliação de Desempenho para analisar e reavaliar as prestações de contas dos referidos instrumentos, quais sejam: Termos de Parceiras nºs 08/2008 – SIAFI nº 594602 e 10/2008 – SIAFI nº 637458. Relativo ao item 8, Convênio nº 087/2007 – SIAFI nº 594602, a SDH emitiu Nota Técnica nº 004/2011 – CGC/SGPDH versando as justificativas de contratações diretas apresentadas pelo Instituto de Tecnologia Social - ITS, que submetida à análise da Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ, aguarda pronunciamento. Objetivando concluir a análise da prestação de contas do Convênio nº 087/2007 – SIAFI nº 594602, foi reiterada àquela Subchefia a solicitação de manifestação o mais breve possível, Ofício nº 377/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR. Quanto aos Termos de Parcerias 08/2008 e 010/2008, ficou estabelecido o prazo 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão. A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifesta no sentido de que não foram apresentadas pela SDH/PR informações conclusivas acerca do deslinde de tais pendências, motivo porque entendemos que o assunto continua pendente de solução.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Tendo em vista que a Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ ainda não se manifestou sobre a consulta relativa ao			

Convênio nº 087/2007 – SIAFI nº 594602, por meio do Ofício nº 1501/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, de 30/10/2012, houve a solicitação de informações pertinentes à demanda ora submetida à análise. No que tange aos Instrumentos nºs 08/2008 e 010/2008, os trabalhos da Comissão Interna constituída para reavaliar a prestação de contas foi finalizado e submetido ao gestor, que ao apreciá-lo solicitou esclarecimentos quanto a alguns pontos abordados no parecer final.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Nota Técnica nº 01/2012/COFIP/CISET/SG-PR e Relatório de Fiscalização nº 10/2011-COFIP/CISET/SG/PR	Item 12	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 002/2012/COFIP-CISET-SG-PR. Ofício nº 463/2011 COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
*Relatório de Fiscalização nº 10/2011-COFIP/CISET/SG/PR: Item 55: Em decorrência das situações relatadas, notadamente em razão da ausência de acompanhamento por parte da SSP/SC da execução do objeto, a inexistência de mecanismos de controle e organização na documentação, pelas despesas irregulares entendemos que da amostra dos valores examinados de R\$ 980.418,61 (novecentos e oitenta mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e um centavos), houve dano ao erário, no valor de R\$ 376.305,65 (trezentos e setenta e seis mil, trezentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos). - Item 58: Sugerimos o encaminhamento à Secretaria de Direitos Humanos SDH/PR responsável pelo convênio objeto da fiscalização, para conhecimento e adoção das medidas saneadoras e apuratórias necessárias à correção das irregularidades apontadas. * Nota Técnica nº 01/2012/COFIP/CISET/SG-PR: Item 12: Da análise das justificativas apresentadas pela SDH, a Secretaria de Controle Interno emitiu a Nota Técnica nº 01/2012 manifestando que as irregularidades que resultaram na apuração de dano ao erário, no valor original de R\$ 376.305,65 (trezentos e setenta e seis mil, trezentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos), identificados em análise amostral, permanecem pendentes de recolhimento pelos responsáveis, razão pela qual recomendamos à SDH a adoção das medidas cabíveis que o caso requer, comunicando a esta CISET/PR, no prazo de quinze dias, as ações adotadas. * Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR: Item 61: A Secretaria de Controle Interno ao emitir a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, entendo que o assunto permanece pendente de conclusão, necessitando continuidade de monitoramento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Por meio do Ofício nº 276/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR esta Secretaria deu conhecimento à CISET/PR das medidas adotadas objetivando a recomposição ao Erário dos valores apurados. Em outubro de 2011, por meio dos Ofícios nºs 268 e 232/GABSA a Conveniente solicitou reconsideração do valor apontado como dano ao Erário, ao tempo em que deu conhecimento a esta Secretaria da publicação de Portarias no Diário Oficial do Estado no intuito de apurar as irregularidades apontadas no referido Relatório. Nesse sentido, por meio do Ofício nº 1214/2011/CGC/SGPDH/SDH/PR, esta SDH redirecionou toda documentação à CISET/PR, ficando o prazo de ressarcimento ao Erário sobrestado até a manifestação daquele órgão de Controle Interno. Da análise da documentação houve a emissão da Nota Técnica (IB) nº 01/2012 COFIP/CISET/SG-PR considerando não haver fatos novos que modificassem os entendimentos expressos no citado Relatório de Fiscalização. A SDH adotou todos os			

procedimentos cabíveis no intuito de cumprir a determinação imposta pelo órgão de Controle Interno, e por meio dos Ofícios nºs. 440 e 441/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, solicitou a Conveniente restituição ao Erário do valor atualizado, com prazo de atendimento até 10/04/2012, sob pena de inscrição do registro de inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em 16/04/2012, nos termos do Ofício nº 021/2012 – PGESC –BSB, esta SDH teve conhecimento da Ação Cível Originária nº 1934, impetrada pela Conveniente em face da União, e diante do deferimento da liminar pelo Supremo Tribunal Federal - STF, determinando que a “ré se abstenha de aplicar as sanções previstas no art. 23, § 3º, da LRF, os” procedimentos para inscrição de inadimplência foram suspensos. Cumpre registrar que, por meio do Ofício nº 655/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, a SDH deu conhecimento à Ciset/PR da determinação exarada pelo STF. Conforme se extrai pelo Portal do STF, em 18/06/2012, a União apresentou contestação às alegações apresentadas pela Conveniente, estando no aguardo do julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/Ciset/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 12/2011 – COFIP-Ciset-SG-PR – Nota Técnica (WB) nº 37/2011 -	Constatação 1 e 2	Ofício nº 326/2012 e Ofício nº 18/2012/COFIP-Ciset-SG-PR. Ofício nº 611/2011, Ofício nº 933/2011/COFIP-Ciset-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Constatação 1 – Restrição do caráter competitivo do certame; e Constatação 2 – Ausência de consonância entre o cronograma de desembolso dos recursos financeiros do convênio e a execução do objeto do convênio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
No que se refere ao Relatório de Fiscalização nº 012/2011, observadas as medidas adotadas no âmbito desta Secretaria, restaram pendentes as constatações 1 e 2. Da análise da documentação e justificativas apresentadas por meio da Nota Técnica nº 17/2011, houve a emissão da Nota Técnica (WB) nº 37/2011 pela Ciset concluindo que a Constatação nº 1 permanece pendente de implementação. Quanto à Constatação 2, entendeu que o resultado sobre as medidas adotadas pelo gestor somente poderão ser avaliadas em futuros trabalhos a serem realizados nesta SDH, por meio de fiscalização e auditorias.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Por meio do Ofício nº 526/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, a SDH encaminhou à Ciset/PR a Nota Técnica Nº 10/2012-ENG/SNPDCA/SDH/PR, contendo novas e atualizadas informações relativas às Constatações, que ao analisar emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, entende ser “correto a manter a constatação, e recomenda à SDH que oriente as Convenientes para evitar a restrição de competitividade nos futuros convênios.” Objetivando o atendimento, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR foi solicitado à competente área finalística que observasse a recomendação da Ciset/PR, de foram a adotar as providências necessárias para implementação junto ao parceiro.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 14/2011 – COFIP-CISET-SG-PR	Constatação 1, 2, 3, 4 e 5	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 732/2011, Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 23: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Ausência de exigência de apresentação, pelas empresas licitantes, da composição analítica da taxa de BDI; Constatação 2 – Ausência de Licença Ambiental Prévia e Licença de Instalação; Constatação 3 – Ausência de recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART para algumas atividades; Constatação 4 – Ausência de consonância entre o cronograma de desembolso dos recursos financeiros do convênio e a execução do objeto do convênio; Constatação 5 – Incorreções na demonstração de cálculo de aditivo ao Contrato nº 82/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Conforme Ofício 526/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, a área técnica competente encaminhou ao Controle Interno a Nota Técnica Nº 11/2012- ENG/SNPDCA/SDH/PR contendo informações atualizadas das providências adotadas. Relativo à Constatação 4, a citada Nota Técnica informa que de modo a ajustar o cronograma de desembolso financeiros à execução do objeto do convênio, a liberação dos recursos dos convênios celebrados, a partir de 2011, ocorrerão em maior número de parcelas. Esclarece ainda, que foram apresentadas as ART's dos projetos, orçamentos e fiscalização, conforme recomendação contida na Constatação 3. Quanto às demais constatações, embora a Conveniente tenha apresentado informações das medidas adotadas, na medida em que as respostas encaminhadas não demonstraram as devidas correções, esta SDH estará reiterando a solicitação de um melhor detalhamento das respostas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestando em seu item 82 que permanecem pendentes todas as constatações. Objetivando o saneamento das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-	Item 19: Constatações	Ofício nº 326/2012 e

	PR. Relatório de Fiscalização nº 16/2011-COFIP-CISET-SG-PR	1, 2 e 3	18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 732/2011 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 19: Anexo I – “Constatações de Caráter Formal”: Constatação 1 – Fragilidades na elaboração e na análise do Termo de Referência; Constatação 2 – Ausência de consonância entre o cronograma de desembolso dos recursos financeiros do convênio e a execução do objeto do convênio; Constatação 3 – Ausência de registro de informações obrigatórias no SICONV.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Por meio do Ofício nº 452/2012 /CGC/SGPDH/SDH/PR foi disponibilizada à CISET a Nota Técnica 02/2012 – PROSINASE/SNPDC/SDH apresentando informações das providências já adotadas, bem como daquelas encontram em implementação. A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestando em seu item 94 que, relativo à Constatação 1, o gestor não se manifestou sobre as providências adotadas para que a situação não se repita em outros convênios. No que tange à Constatação 2, conforme exposto no item 96, reiterou o entendimento de que a liberação de recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento, conforme legislação vigente. Relativo à Constatação 3, manifestou no item 98 que uma consulta ao SICONV demonstrou que o problema foi sanado conforme afirmado pelo gestor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Objetivando o saneamento das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 18/2011-COFIP-CISET-SG-PR	Item 34: Constatações 1, 2 e 3	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 922/2011 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 34: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Fragilidades na composição da taxa de BDI nos orçamentos das contratadas para execução das obras objetos dos Convênios nºs 700030/2008 e 709121/2009; Constatação 2 – Fragilidades na elaboração e avaliação do Plano de Trabalho do Convênio 708926/2009; Constatação 3 - Fragilidades na execução e nos mecanismos de acompanhamento e monitoramento do Convênio			

708926/2009.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Conforme Ofício 526/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, por meio da Nota Técnica Nº 12/2012- ENG/SNPDCA/SDH/PR, foi dado conhecimento à Ciset/PR que em 24/02/2012, por meio eletrônico a SDH acusou as justificativas e providências adotadas pela Conveniente referente à Constatação 1. Quanto às constatações 2 e 3, o Convênio nº 708926/2009 encontrava-se em análise pela área técnica competente para averiguação das citadas constatações.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestando em seu item 103 que permanecem as pendências. Objetivando o saneamento das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/Ciset/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 19/2011-COFIP-Ciset-SG-PR – Termo de Cooperação Técnica nº 14/2010	Item 18: Constatação 1	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-Ciset-SG-PR Ofício nº 922/2011 e Ofício nº 18/2012/COFIP-Ciset-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 18: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Pagamento antecipado de despesas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Objetivando a adoção de medidas apuratórias e saneadoras necessárias à correção das falhas apontadas, foi encaminhado Ofício a Conveniente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestando em seu item 106 que permanece a pendência. Objetivando a correção das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 20/2011-COFIP-CISET-SG-PR – Convênio nº 719971/2009	Item 18: Constatações 1, 2 e 3	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 922/2011 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 18- Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante”: Constatação 1 – Conflito de interesses na Contratação da empresa para execução da obra; Constatação 2 – Regime de execução divergente do contratado; Constatação 3 – Ausência de consonância entre o cronograma de desembolso dos recursos financeiros do convênio e a execução do objeto do convênio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A área técnica competente diligenciou a Conveniente que, em atendimento encaminhou justificativas/esclarecimentos. Relativa à Constatação 1, “alegou que todos os trâmites processuais para execução do convênio foram cercados de lisura e correção legal”. No que tange à Constatação 2, a justificativa apresentada não foi acatada, razão pela qual houve a reiteração da demanda pela respectiva área técnica. Quanto à Constatação 3, em atenção à recomendação dos Órgãos de Controle Interno e Externo, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente-SNPDCA informa que em 2011 firmou convênios de obras com repasses previstos em três parcelas. Diante dos questionamentos apresentados pela Conveniente no Ofício nº 50/GAB/SETRABES, de 12/01/2012, a SNPDCA sugeriu o encaminhamento à Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ solicitando a análise sob o crivo jurídico de forma a orientar esta SDH quanto aos procedimentos a serem adotados. Por meio do Ofício nº 514/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, os questionamentos foram submetidos à SAJ que ao se pronunciar o PARECER SAJ Nº 0178/2012-CZ, entendeu não caber qualquer posicionamento quanto à questão posta a exame por absoluta inexistência de competência legal, uma vez se tratar de problema levantado pelo órgão de controle da Presidência da República, no uso de suas atribuições regimentais e legais. Assim, segundo o Ofício nº 599/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR, o assunto foi redirecionado à CISET/PR que ao analisar a manifestação da Conveniente emitiu o Parecer COFIP/CISET/SG/PR nº 206/2012. Por meio do Memorando nº 146/2012 CGC/SGPDH/SDH/PR, o citado parecer foi encaminhado à respectiva área técnica para conhecimento e adoção das providências cabíveis.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Secretaria de Controle Interno emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestando em seu item 109 que permanece a pendência. Objetivando o saneamento das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno. Objetivando a correção das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 21/2011 – COFIP-CISET-SG-PR	Constatação 1 e 2	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 961/2011 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Item 35: Anexo I – “Constatações de Caráter Relevante: Constatação 1 – Obras executadas sem os respectivos Alvarás de Construção – SICONV nºs 700455/2008, 700616/2008 e 719970/2009; Constatação 2 – Devolução irregular de saldo remanescente – Convênio SICONV nº 700616/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Observadas as constatações de caráter relevantes que merecem providências por parte desta Secretaria, por meio do Ofício 526/2012/CGC/SGPDH/SDH/PR foi dado conhecimento à CISET/PR do ofício diligência nº 113/2012/SNPDCA/SDH/PR solicitando a Conveniente a apresentação da documentação, até 30 de março de 2012, a fim de se evitar a denúncia dos convênios. Quanto à Constatação 2, encontra-se em implementação, uma vez que não houve análise conclusiva de prestação de contas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestando em seu item 114 que permanece a pendência. Objetivando a correção das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR/Relatório de Fiscalização nº 11/2010 e Nota Técnica nº (AF) 33/2010/COFIP/CISET/CC/PR	Constatações 1, 2 e 3	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 362/2010/COFIP-CISET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			

Relatório de Fiscalização nº 11/2010 e Nota Técnica nº (AF) 33/2010/COFIP/CISSET/CC/PR Constatação 01 - Ausência de critérios para avaliação da capacidade técnica e operacional da conveniente; Constatação 02 - Ausência de análise de custos e projeto antieconômico; Constatação 03- Falha na definição dos valores da contrapartida; contratação de serviço não previsto no Plano de Trabalho; Constatação 04- Atraso na execução do objeto.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Objetivando a conclusão da análise final da Prestação de Contas, foi encaminhado a CISSET/PR o Ofício nº 452/2012 /CGC/SGPDH/SDH/PR e Memo. 61/2012 - CGAP/DPDDH, informando que a Conveniente foi diligenciada a apresentação de novos documentos, além de esclarecimentos que saneiem as dúvidas surgidas durante a análise. Nesse sentido, houve necessidade da dilação de prazo para finalização dos procedimentos de análise e emissão de parecer final de cunho técnico e financeiro. A Secretaria de Controle Interno ao emitir a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestou que “permanece a pendência da emissão, pela SDH/PR, de parecer técnico quanto à execução física e o atingimento dos objetivos da celebração, e parecer financeiro quanto à correta e regular execução das despesas. Além disso, não foram apresentadas informações atinentes aos critérios de seleção e de custos da proposta de convênio”. Por meio do Ofício nº 927/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi encaminhado o Memorando nº 10/2012-CGAP/DPDDH/SDH/PR, apresentando novas e atualizadas informações relativas às constatações.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Esta Secretaria acusou o recebimento da prestação de contas em meio físico 14 (quatorze) volumes, todavia, considerando ser o instrumento formalizado sob a égide da Portaria Interministerial nº 127/2008, foi reiterado à Conveniente a necessidade se prestar contas no SICONV. A Secretaria de Controle Interno ao analisar os esclarecimentos prestados emitiu a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, e objetivando a correção das pendências, por meio do Memorando nº 15/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, solicitando a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISSET/SG-PR/Relatório de Fiscalização nº 12/2010 e Nota Técnica nº (AF) 34/2010/COFIP/CISSET/CC/PR –	Constatação 1, 2 e 3	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-CISSET-SG-PR Ofício nº 362/2010/COFIP-CISSET-CC-PR.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Relatório de Fiscalização nº 12/2010 e Nota Técnica nº (AF) 34/2010/COFIP/CISSET/CC/PR: Constatação 01 - Contratações com descumprimento do Princípio da Impessoalidade; Constatação 02- Não identificação dos procedimentos de contratação e produtos de prestadores de serviços; Constatação 03 - Celebração dos Termos de Parceria com o prazo do certificado de regularidade da OSCIP expirado.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801

Justificativa para o seu não cumprimento:
Em razão de representação oferecida, em 22/03/2010, pelo Ministério Público em desfavor do NASCE, processo nº TC 010.015/2010-8 em trâmite junto a essa Corte de Contas, esta SDH encaminhou ao Órgão de Controle Nota Técnica nº 03/2012 – PROSINASE/SNPDC/SDH, solicitando a suspensão do prazo para manifestação quanto aos questionamentos do referido Relatório de Fiscalização.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A Secretaria de Controle Interno ao emitir a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestou permanece a pendência. Em consulta ao sítio eletrônico do TCU, em 22/03/2012, foi confirmada a inexistência de deliberação até a data.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/CISET/SG-PR. Relatório de Fiscalização nº 038/2010 COFIP/CISET/CC/PR - Nota Técnica (IB) nº 16/2011 e Nota Técnica (WB) nº 33/2011	Item 13, alíneas: “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”.	Ofício nº 326/2012 e Ofício nº 18/2012/COFIP-CISET-SG-PR Ofício nº 892/2010, Ofício nº 296 e 904/2011/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
*Relatório de Fiscalização nº 038/2010 - Item 13: Da análise realizada pela Equipe de Fiscalização foram identificadas as seguintes situações: a) Não comparecimento de 43 participantes ao embarque aéreo, gerando necessidade de reembolso no valor de R\$ 40.402,21; b) Cobrança em duplicidade de passagem aérea para o mesmo trecho; c) Fragilidade das informações constantes dos pareceres técnicos de análise da proposta de convênio; d) Insuficiência de elementos de convicção na avaliação de custos; e) Fragilidades no Plano de Trabalho do Convênio; f) Objeto do convênio executado por meio do “XVI – Encontro Nacional dos Direitos Humanos”, evento de caráter político institucional, promovido por instituição distinta ao convênio; Diante das situações identificadas, em especial as fragilidades nas peças básicas para concessão do convênio, notadamente o Plano de Trabalho e o Parecer Técnico, que inviabilizaram a avaliação dos critérios utilizados pela SDH para a escolha da conveniente e a certificação dos custos aprovados para o projeto, foi sugerido à SDH a adoção de medidas saneadoras pertinentes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Observadas as informações apresentadas pela SDH, houve a emissão da Nota Técnica (IB) nº 16/2011, recomendando a SDH no item 19 que adotasse providências no sentido de: a) Garantir, tempestivamente, a devolução, pela conveniente dos recursos gastos indevidamente relativos ao Convênio nº 001/2010 (SICONV 723244), com a devida atualização, conforme descrito nesta Nota; b) Implemente ações que objetivem o aprimoramento de seus procedimentos internos, no que se refere à análise e acompanhamento de processos de transferência de recursos por meio de convênios, de forma a evitar prejuízos ao erário e a diminuir a exposição da Administração a riscos desnecessários. Da análise das justificativas apresentadas pela SDH, a Secretaria de Controle Interno emitiu a Nota Técnica (WB) nº 33/2011, concluindo que as constatações 1 e 2, versando sobre a recomposição ao Erário constantes do Relatório de Fiscalização de Demanda Externa nº 38/2010 foram atendidas. No que tange aos procedimentos internos da Unidade, entendeu que os resultados das medidas adotadas pelo gestor, somente poderão ser avaliadas em futuros trabalhos a serem realizados pro meio de fiscalizações ou auditorias.			

Relativo a aliena “I” – concessão de convênio destinado a evento de caráter político institucional, promovido por instituição distinta ao convênio, identificado no Relatório de Fiscalização nº 38/2011, entendeu necessária a remessa de informações complementares que justifique tal situação, além de pareceres com a análise definitiva da prestação de contas do Convênio. Nesse sentido esta SDH solicitou ao corpo técnico a adoção de medidas pertinentes. A Ciset ao emitir a Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/Ciset/SG-PR, manifesta no item 55 que “permanece a pendência relativa aos procedimentos de controle internos da SDH.”
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Por meio do Ofício nº 927/2012-CGC/SGPDH/SDH/PR foi encaminhado o Memo. nº 10/2012 – CGAP/DPDDH/SDH/PR contendo informações atualizadas das providências adotadas, contudo, não houve pronunciamento por parte da Ciset.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	Nota Técnica (CS) Nº 26/2012 COFIP/Ciset/SG-PR, e Nota Técnica (AF) Nº 40/2010 COFIP/Ciset/CC-PR	Constatação 4, 5, e 7	Ofício nº 326/2012 e 18/2012/COFIP-Ciset-SG-PR e Ofício nº 417/2010/COAUD-Ciset-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
Nota Técnica (AF) Nº 40/2010 COFIP/Ciset/CC-PR: Constatação 4 - Não atendimento às orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 23/2009, de 23 de setembro de 2009. Constatação 5 - Não atendimento às orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 22/2009, de 23 de setembro de 2009. Constatação 7 - Atendimento parcial das orientações emanadas do controle interno, relativas ao: Relatório de Fiscalização nº 29/2009, de 10 de novembro de 2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Relativo à Constatação 4, Convênio nº 700029/2008, por meio da Nota Técnica Nº 08/2012, houve manifestação pela área técnica competente, esclarecendo que o depósito da contrapartida no valor de R\$ 1.862.436,61 (hum milhão oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos), ocorreu em 1º/03/2011. No que tange a Constatação 5, Convênio nº 700032/2008, em 21/12/2011, houve a autorização da concessão de Parcelamento de Débito pelo Ordenador de Despesa, bem como a autorização de registro no Sistema SIAFI na conta Créditos Administrativos Decorrentes de Dano ao Patrimônio, conforme previsto no art. 12 da citada Portaria. Quanto à Constatação 7, tendo em vista a intensa demanda de atividades na área técnica – SNPDCA/SDH/PR, não foi possível a conclusão das irregularidades apontadas. Após a conclusão da revisão da prestação de contas, a área técnica vai efetuar gestões junto ao Governo do Amapá para sanear as irregularidades.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Secretaria de Controle Interno ao emitir a Nota Técnica nº (CS) nº 26/2012, manifestou no sentido de que, relativo à Constatação 5, o assunto necessita de monitoramento quanto à adimplência do parcelamento. Para as demais constatações, continua o assunto pendente de manifestação da SDH/PR. Entretanto, em razão do cumprimento integral do acordo administrativo pela Conveniente, em 27/11/2012, houve a emissão do parecer Financeiro nº 134/2012 propondo a aprovação do instrumento, que se encontra concluído junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira –			

SIAFI. Objetivando a correção das pendências, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi dado conhecimento da referida Nota Técnica à Área Técnica, ao tempo em que foi solicitada a adoção de providências para correção das constatações apresentadas pela Secretaria de Controle Interno.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	Diligência TCU – Ofício nº 141-TCU/SECEX –PA	Alíneas “a”, “b” e “c”	Ofício nº 211/ASSES-CISET-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
a) Se essa SDH/PR, no curso de suas atividades de acompanhamento da execução do Convênio nº 019/2007 – SIAFI nº 505304, tomou conhecimento do Relatório de Auditoria nº 14/2007 – Auditora-Geral do Estado do Pará – AGE/PA; b) Em caso positivo, quais medidas foram adotadas; c) Em não tendo tido conhecimento daquela peça técnica da AGE/PA, quais medidas, agora, pretende adotar;			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em atenção ao solicitado, esta SDH encaminhou informações e documentos, Memo. nº 276/2011 – GAB/SNPDC/SDH, acerca da execução do Convênio, esclarecendo o seu desconhecimento quanto ao Relatório de Auditoria nº 14/2007. Todavia, informou que mesmo não tendo ciência do referido Relatório, diversas providências foram adotadas no âmbito deste Convênio. Destaca-se que, em 06/03/2009, reuniram-se nesta SDH para tratar da execução do Convênio, a Presidente da FUNCAP/PA, Srª Euníciana Peloso e a Srª Eutália Barbosa, da Secretária de Estado do Pará (SEDES/PA). Também, estava presente à reunião a Srª Tereza Regina Cordovil Corrêa, Auditora-Geral do Estado, que na ocasião, solicitou cópia da instrução processual do Convênio. Em 05/05/2009, houve a emissão de Nota Técnica nº 13/2009/AGE, versando sobre a análise da prestação de contas por parte daquele Órgão.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Convênio encontra-se em análise final de prestação de contas, e por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, foi solicitada a adoção de providências para conclusão da análise, e sendo o caso a adoção das medidas administrativas cabíveis.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	Nota Técnica (AC) nº 22/2011 COFIP/CISET/SG-PR	Item 13	Ofício nº 232/2011/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Descrição da Recomendação:	
Denúncia sobre suposta irregularidade na assinatura do Convênio 717543/2009. A Secretaria de Controle Interno concluiu pela improcedência da denúncia por falta de evidências que comprovassem irregularidade nos atos praticados. Item 13: “... não há necessidade de ação fiscalizatória por parte desta Secretaria, considerando os fatos apontados na análise documental, cabendo à SDH a manifestação quando da apresentação da prestação de contas pela Conveniente.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Objetivando o cumprimento do item 13, por meio do Memorando 142/2011 – CGC/SGPDH/SDH/PR foi dado conhecimento à Área Técnica da referida Nota Técnica, solicitando fiel observância da recomendação da Secretaria de Controle Interno quando da análise da Prestação de Contas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A SDH tem se empenhado na apuração dos fatos levantados pela Ciset/PR, assim, vem adotando as providências necessárias à correção das falhas apontadas, contudo, o Convênio encontra-se em análise de prestação de contas ainda não finalizada, nesse sentido, por meio do Memorando nº 17/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, a adoção de providências para finalização da análise de prestação de contas.	

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República não dispõe em sua estrutura de Unidade de Auditoria Interna. Os procedimentos de controle e auditoria interna são executados pela Secretaria de Controle Interno – Ciset, órgão vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República. O tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão está descrito no item 11.1 deste relatório de gestão.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

QUADRO LIV – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA SDH/PR, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	1
	Entregaram a DBR	0	0	1
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	132	134	203
	Entregaram a DBR	132	134	203
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CGRH/MJ

10.3.1.1 Análise Crítica

- **Providências adotadas pela SDH em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;**

No primeiro momento, ou seja, no início do exercício do cargo em comissão ou função, o empossado é informado acerca da necessidade de preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Rendias, sendo permitido fornecer o termo de autorização de acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Caso o empossado se recuse a uma das alternativas apresentadas supra é informado da impossibilidade de ser investido no cargo ou função, em face do contido nas Leis nº 8.112/90 e 8.730/93.

Já no segundo momento, ou seja, no final do exercício do cargo ou função, em razão dos atos (exoneração ou dispensa) publicados em Diário Oficial da União, não impulsionados especificamente pela CGRH/MJ, em que algumas situações se operam com retroatividade, o ex-ocupante é notificado para que proceda à regularidade exigida por lei e normativos decorrentes.

- **Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;**

No âmbito da Sede do Ministério da Justiça, a Unidade responsável pelo recebimento das Declarações de Bens e Rendias, por força da competência regimental, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

- **Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;**

Não há sistema informatizado específico para esse fim. Todavia, a Unidade mantém controle de quem está quite ou não com a obrigação de apresentar a Declaração de Bens e Rendias, bem como o tipo de documento apresentado (Declaração em papel ou Autorização de Acesso, por meio eletrônico, às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil).

- **Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;**

No Governo Federal, considerando a política de modernização dos processos de trabalho na área de gestão de pessoas, com a eliminação do excesso de papéis constantes dos arquivos funcionais dos órgãos e entidades e aumento da segurança da informação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência, resolvendo que todo agente público, como forma de atender o disposto

nas Leis nº 8.429/92 e 8.730/93, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou apresentar anualmente, em papel, Declarações de Bens e Rendias que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

No caso da Sede deste Ministério, a grande maioria dos servidores entregou o formulário de acesso, que na forma do normativo supra citado, não há necessidade de renovação anual da autorização, o que contribuiu muito para a desburocratização do processo de apresentação da Declaração de Bens e Rendias.

- **Realização ou não de algum tipo de análise, pela SDH/PR, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;**

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério não realiza acesso à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, nem analisa as Declarações de Bens e Rendias, em papel, recebidas, em obediência ao disposto no art. 5º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, considerando que as informações apresentadas ou constantes na base da SRF serão acessadas somente pelos servidores dos órgãos de controle interno e externo para fins de análise da evolução patrimonial do agente público.

- **Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.**

Visando preservar o sigilo fiscal das informações recebidas, as Declarações de Bens e Rendias, em papel, são colocadas, individualmente, em envelope e posteriormente lacradas e guardados em local com acesso restrito. Já os formulários de autorizações de acesso são guardados em pastas, que também são arquivadas nesse local.

10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

10.4.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO LV – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, Gleisson Cardoso Rubin, CPF nº 605.814.921-53, Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, exercido na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, 28 de março de 2013. Gleisson Cardoso Rubin 605.814.921-53 Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Por força do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, foi atribuída ao Ministério da Justiça a execução das atividades de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças, relativas à manutenção da SDH/PR, até que a mesma estivesse devidamente estruturada para assumi-las. As despesas, no entanto, seriam custeadas pelas dotações orçamentárias da Secretaria de Direitos Humanos, por meio de descentralização de crédito ao Ministério da Justiça.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
FUNDO NACIONAL DO IDOSO		207001	
Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's nºs 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da FUNDO NACIONAL DO IDOSO que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	18.02.2013
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – RECURSOS EXTERNOS		110198	
Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's nºs 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – RECURSOS EXTERNOS que apresenta Relatório de Gestão. No tocante especificamente à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, a unidade jurisdicionada realizou a depreciação de acordo com as orientações contidas na Macrofunção do SIAFI nº. 02.03.30, utilizando-se o método linear, em referência ao prazo estimado de vida útil econômica dos bens, e atribuído àqueles sujeitos a depreciação, o valor residual, que representa o valor líquido que a unidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	18.02.2013
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF

11.2.2 Declaração com Ressalvas

DECLARAÇÃO DO CONTADOR																											
Denominação Completa (UJ)		Código da UG																									
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS		200016																									
Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's nºs 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: <table border="0"> <tr> <td>106</td> <td>FALTA DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES</td> </tr> <tr> <td>107</td> <td>FALTA DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES</td> </tr> <tr> <td>170</td> <td>CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</td> </tr> <tr> <td>169</td> <td>CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA</td> </tr> <tr> <td>172</td> <td>CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS</td> </tr> <tr> <td>180</td> <td>TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA</td> </tr> <tr> <td>179</td> <td>TERMO DE PARCERIA A COMPROVAR COM VIG. EXPIR.</td> </tr> <tr> <td>163</td> <td>SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</td> </tr> <tr> <td>203</td> <td>SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.</td> </tr> <tr> <td>203</td> <td>SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.</td> </tr> <tr> <td>458</td> <td>FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO</td> </tr> <tr> <td>458</td> <td>FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO</td> </tr> </table> Em relação especificamente à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, a unidade jurisdicionada realizou a depreciação de acordo com as orientações contidas na Macrofunção do SIAFI nº. 02.03.30, utilizando-se o método linear, em referência ao prazo estimado de vida útil econômica dos bens, e atribuído àqueles sujeitos a depreciação, o valor residual, que representa o valor líquido que a unidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.				106	FALTA DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES	107	FALTA DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES	170	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	169	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	172	CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS	180	TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA	179	TERMO DE PARCERIA A COMPROVAR COM VIG. EXPIR.	163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.	203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.	203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.	458	FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO	458	FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO
106	FALTA DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES																										
107	FALTA DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES																										
170	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA																										
169	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA																										
172	CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS																										
180	TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA																										
179	TERMO DE PARCERIA A COMPROVAR COM VIG. EXPIR.																										
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.																										
203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.																										
203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.																										
458	FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO																										
458	FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO																										
Local	Brasília-DF	Data	18.02.2013																								
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF																								

DECLARAÇÃO DO CONTADOR																	
Denominação Completa (UJ)		Código da UG															
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA		110244															
Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, NBC T's nºs 16.6, 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.133, 1.136 e 1.137/2008, respectivamente, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – FNCA que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: <table border="0"> <tr> <td>170</td> <td>CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</td> </tr> <tr> <td>169</td> <td>CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA</td> </tr> <tr> <td>172</td> <td>CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS</td> </tr> <tr> <td>951</td> <td>FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</td> </tr> <tr> <td>180</td> <td>TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA</td> </tr> <tr> <td>179</td> <td>TERMO DE PARCERIA A COMPROVAR COM VIG. EXPIR.</td> </tr> <tr> <td>178</td> <td>TERMO DE PARCERIA A LIBERAR COM VIG EXPIRADA</td> </tr> </table> Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.				170	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	169	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	172	CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS	951	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO	180	TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA	179	TERMO DE PARCERIA A COMPROVAR COM VIG. EXPIR.	178	TERMO DE PARCERIA A LIBERAR COM VIG EXPIRADA
170	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA																
169	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA																
172	CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS																
951	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO																
180	TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA																
179	TERMO DE PARCERIA A COMPROVAR COM VIG. EXPIR.																
178	TERMO DE PARCERIA A LIBERAR COM VIG EXPIRADA																
Local	Brasília-DF	Data	18.02.2013														
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF														

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA SDH/PR

Complementando o que já foi mencionado, consideramos relevante informar e detalhar melhor alguns avanços no que se refere ao fortalecimento a governança e da gestão de meios e da melhoria da eficiência no gasto público da SDH nas seguintes frentes:

- Estruturação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos;
- Gestão de convênios;
- Gestão de eventos;
- Gestão de pessoas;
- Redução nos gastos com passagens e diárias;
- Constituição da frota de veículos;
- Condução de processos de licitação de compras nacionais;
- Modernização do auditório e das salas de reunião plenárias;
- Recursos de acessibilidade nas instalações e nos serviços prestados pela SDH
- Planejamento dos serviços oferecidos nas conferências

a) Estruturação da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

Historicamente, a execução orçamentária da Secretaria de Direitos Humanos dependeu quase que exclusivamente de uma única modalidade de gasto: a realização de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios, termos de cooperação e aportes de recursos em projetos de

cooperação internacional. Em todas essas estratégias, a execução do orçamento se realiza de forma indireta, cabendo à SDH o papel de mero intermediário no percurso que vai da aprovação do orçamento até o seu efetivo comprometimento, a cargo de outros atores, seja integrantes do poder público seja organizações da sociedade civil.

Como se poderá observar mais adiante, a execução indireta dos recursos orçamentários da SDH representou, em 2010, 89 % do orçamento comprometido. Nesse montante, somam-se ainda os valores aplicados em contratos firmados por outros órgãos públicos, nos quais a Secretaria de Direitos Humanos tomava parte, tanto para a contratação de serviços, quanto para a aquisição de bens.

A execução direta do orçamento pressupõe a constituição de estrutura que planeje e realize as contratações, de modo que todo o processo esteja sob sua coordenação, e está vinculada ao domínio dos meios necessários à execução das ações previstas, notadamente os recursos logísticos e de tecnologia da informação, que ganham cada vez mais relevância na estratégia das organizações.

A falta de equipe qualificada para o desempenho das funções de planejamento de compras e aquisições, instrução de processos administrativos e realização de procedimentos licitatórios vinha impondo à SDH o ônus de aguardar tempo sempre muito superior ao desejado para contar com o bem ou serviço necessário ao seu funcionamento como também, à execução de suas atividades finalísticas.

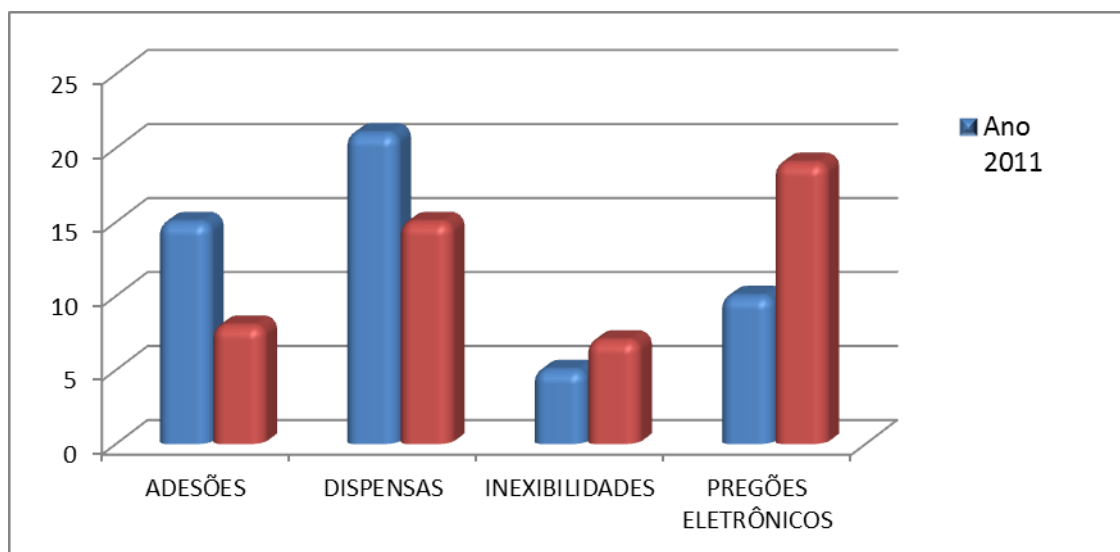
Com a publicação do Decreto n.º 7.256, de 4 de agosto de 2010, a Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos – SGPDH passou a contar com uma Coordenação-Geral de Logística, que acumulava as funções de gestão de TI, serviços gerais e licitações e contratos, funções até então desempenhadas pelo Ministério da Justiça. No início de 2011, foi constituída a primeira equipe destinada à realização de procedimentos licitatórios e à gestão dos contratos firmados, o que modificou de forma substancial a proporção entre execução direta e execução indireta de recursos orçamentários, como será demonstrado mais adiante.

De fevereiro de 2011 a dezembro de 2012, foram concluídos 100 procedimentos licitatórios entre pregões eletrônicos, dispensas, adesões a atas de registro de preços e inexigibilidades, perfazendo a exata média de 1 procedimento licitatório finalizado por semana.

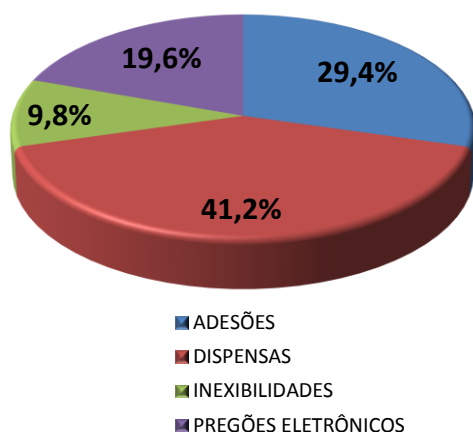
A tabela e os gráficos abaixo apresentam a distribuição dos procedimentos licitatórios realizados, por modalidade, nos anos de 2011 e 2012.

Total de procedimentos realizados por exercício X modalidade de licitação

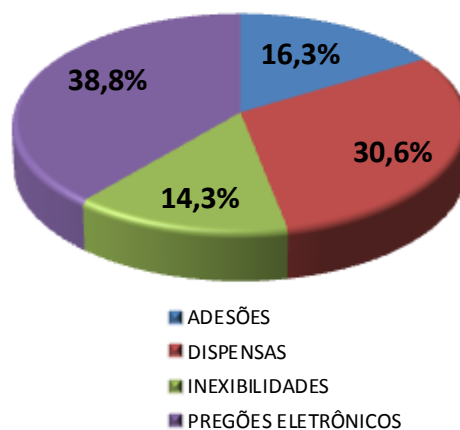
ANO	ADESÕES	DISPENSAS	INEXIGIBILIDADES	PREGÕES ELETRÔNICOS	TOTAL DO EXERCÍCIO
2011	15	21	5	10	51
2012	8	15	7	19	49



Ano 2011



Ano 2012

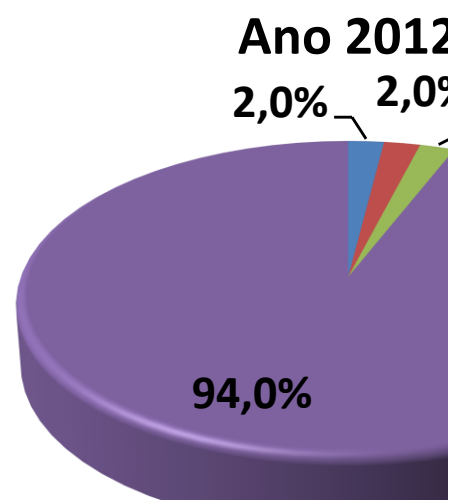
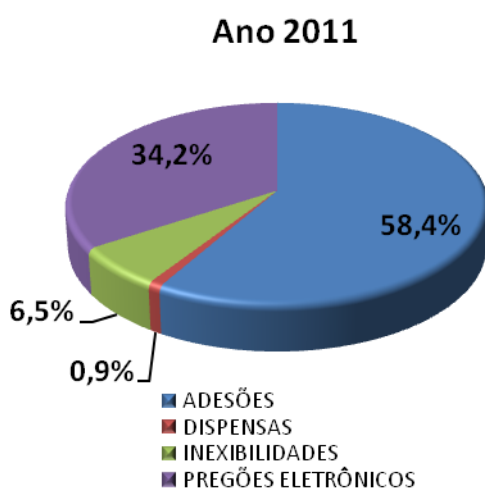
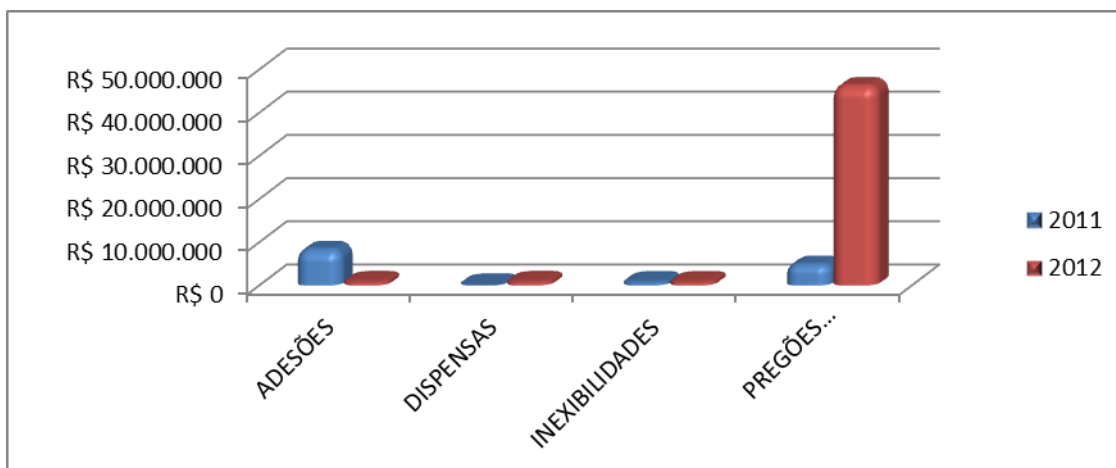


A comparação entre os exercícios de 2011 e 2012 evidencia o ganho de autonomia na realização dos procedimentos licitatórios, na medida em que as adesões a atas de registro de preços são reduzidas quase pela metade (8 em 2012 contra 15 em 2011), ao passo que o quantitativo de pregões eletrônicos quase duplica (19 em 2012, 10 em 2011). Além disso, em 2012 verifica-se uma distribuição mais equilibrada das contratações em função das diferentes modalidades de licitação.

A predominância de pregões eletrônicos sobre as demais formas de licitação é ainda mais evidente quando comparamos os valores decorrentes de cada ajuste, por modalidade de contratação.

Valores comprometidos por ano X modalidade de licitação

ANO	ADESÕES	DISPENSAS	INEXIBILIDADES	PREGÕES ELETRÔNICOS	TOTAL DO EXERCÍCIO
2011	R\$ 8.275.403	R\$ 127.580	R\$ 925.138	R\$ 4.844.705	R\$ 14.172.826
2012	R\$ 982.466	R\$ 994.186	R\$ 960.823	R\$ 46.216.038	R\$ 49.153.513



Também no que diz respeito à análise dos valores comprometidos em cada modalidade de licitação, há, em 2012, uma forte predominância da modalidade pregão eletrônico, respondendo por 94% do valor total licitado, ao passo que as demais modalidades representaram comprometimentos residuais, com 2% para cada categoria.

Os dados corroboram a afirmação de que a área de licitações e contratos alcançou, no último ano, maior grau de maturidade na condução dos processos que lhe são afetos, o que repercute na capacidade do órgão de planejar e conduzir com maior propriedade seus processos de contratação de bens e serviços.

Essa característica reflete diretamente na proporção entre execução orçamentária direta e execução orçamentária indireta verificada em cada exercício, como abordaremos em seguida.

b) Gestão de Convênios

Em vista da elevada concentração de recursos destinados à celebração de convênios, termos de cooperação e termos de parceria, seria natural presumir que a SDH contasse com um instrumento bastante elaborado para a seleção de convenientes e análise de suas propostas.

Todavia, até pouco tempo atrás a SDH ainda não dispunha de um modelo de edital de seleção de projetos que assegurasse tratamento homogêneo por parte de suas secretarias nacionais e que ao mesmo tempo fosse capaz de fornecer diretrizes claras para nortear o processo de avaliação das propostas apresentadas.

Até o ano de 2010, cada secretaria nacional gozava de autonomia para a elaboração de seu próprio instrumento de seleção, incluindo-se independência no estabelecimento de critérios, pesos e escalas de pontuação para a escolha dos projetos a serem atendidos. A vantagem desse modelo é permitir que cada secretaria nacional vincule seu instrumento de seleção às prioridades e especificidades da agenda pela qual responde.

Em termos de governança, entretanto, as desvantagens nos parecem bem maiores. Em primeiro lugar, há temas que são de interesse comum a todas as secretarias finalísticas, como educação em direitos humanos, por exemplo. Havia casos em que projetos similares eram avaliados por critérios distintos, dependendo do edital a que estivessem concorrendo. Além disso, cada edital possuía um calendário e um ritmo próprio de execução de suas etapas, o que comprometia o monitoramento do processo como um todo. Por fim, não se valorizava a cultura de trabalho cooperativo entre as áreas, na medida em que cada equipe mergulhava em seu próprio processo seletivo, ainda que as necessidades fossem praticamente as mesmas.

Em 2011, com a publicação do Edital n.º 001/2011 – SDH/PR, todas as secretarias nacionais passaram a seguir um mesmo cronograma para a seleção de projetos com vistas à celebração de convênios, termos de cooperação e termos de parceria. As especificidades de cada área foram contempladas mediante a inclusão de anexos ao edital, que possuía, entretanto, um corpo único de regras aplicáveis a todas as ações e programas da SDH. Com isso, assegurou-se um calendário unificado para guiar as etapas de apresentação de propostas, avaliação e seleção de projetos, divulgação de resultados parciais e final, bem como para a celebração dos instrumentos.

No ano seguinte, foram padronizados também os critérios de avaliação, de modo que todas as propostas, independentemente da área de interesse para a qual estivessem concorrendo, fossem avaliadas pelas mesmas dimensões, pesos e escalas de pontuação. Critérios como adequação (grau de consonância da proposta com a política de direitos humanos), relevância (importância estratégica da realização do projeto para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos) e consistência (demonstração da capacidade e viabilidade da consecução dos objetivos propostos) pautaram a análise dos projetos e serviram de parâmetro para a própria elaboração dos projetos.

As medidas adotadas estão inseridas em um contexto de redução de riscos na atividade de celebração dos convênios, uma vez que contribuem para a seleção de projetos que apresentam solidez e capacidade de tornar perene a política pública para a qual contribuem; e ainda, para que sejam selecionadas instituições que detenham capacidade técnica e operacional para executar o plano de trabalho proposto e gerir adequadamente os recursos previstos.

Na esteira das ações descritas, a SDH deverá constituir em 2013 o seu Comitê de Convênios, seguindo os passos das experiências bem sucedidas dos comitês de Avaliação de Passagens e Diárias e de Tecnologia da Informação, cujos resultados também são apresentados neste trabalho. Composto por membros de todas as secretarias nacionais, o referido comitê terá o papel de

desenvolver e aprimorar as práticas para celebração, monitoramento, fiscalização e prestação de contas de convênios e congêneres.

c) Gestão de eventos

Em função de sua natureza transversal, os eventos temáticos se configuraram como meio de disseminação da política de Direitos Humanos pela SDH. Entre 2011 e 2012, foram realizados 2.251 eventos, classificados como de pequeno, médio, ou grande porte. Para fazer face à demanda pelos serviços de forma profissional, foram estabelecidos parâmetros de contratação e execução dos serviços de apoio logístico a eventos pela área especializada na programação, execução e prestação de contas de cada atividade realizada.

Em 2011, entre outros eventos de grande porte, foram realizadas a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a II Conferência Nacional dos Direitos LGBT. Juntos, os eventos contaram com aproximadamente 3 mil pessoas entre delegados, convidados, colaboradores e prestadores de serviço. Atenta às orientações dos órgãos de controle interno e externo, a SGPDH procedeu às contratações dos serviços de apoio logístico por meio de pregão eletrônico, as quais foram concluídas sem intercorrências e aprovadas pela Auditoria da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Para o acompanhamento da execução dessas conferências, foram estabelecidos critérios de controle e fiscalização dos contratos, de modo a garantir a transparência, a legalidade, a eficiência e o zelo no gasto dos recursos públicos. Em 2011, foi instituída, por meio da Portaria Ministerial n.º 11, de 20 de outubro de 2012, uma comissão de servidores para acompanhar e orientar os fiscais dos contratos quanto às formalidades nas solicitações e às providências de fiscalização dos serviços prestados pelas empresas contratadas para a realização dos eventos, com o objetivo de evitar o desperdício de recursos e garantir a prestação dos serviços com a qualidade e em conformidade com as especificações constantes do edital de licitação. A comissão atuou em parceria com a área temática promotora do evento, e os resultados obtidos foram considerados satisfatórios, tendo sido atendidas todas as formalidades da execução, com qualidade e conformidade documental.

Em 2012 foram realizadas a IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Assim como no ano anterior, os serviços de apoio logístico, hospedagem, sistemas eletrônicos de controle de acesso e de inscrição foram contratados por pregão (Pregão n.º 3/2012). Ressalte-se que os critérios de aceitação das propostas e de controle de execução dos serviços estabelecidos pela SDH criaram novo padrão na relação contratante x contratado, que consiste na descentralização da fiscalização por ambas as partes. Para cada um dos segmentos-chaves dos grandes eventos – hospedagem, alimentação, transporte, montagem, tecnologia da informação e credenciamento, entre outros – foram designados um coordenador da SDH, selecionado entre os servidores de seu quadro que possuíam perfil para exercer a atividade, e um coordenador por parte da empresa fornecedora do serviço, estabelecendo-se a gestão compartilhada do contrato. Com isso, as atividades foram executadas com mais celeridade e qualidade: a Administração pôde estar mais presente no acompanhamento detalhado da execução do contrato, intervindo pontual e imediatamente, enquanto as empresas contratadas obtiveram respostas mais rápidas e exatas quanto à especificação do serviço requerido.

Afora as contratações para a realização das conferências nacionais, no período foram realizadas licitações para contratação de apoio a eventos em Brasília e em outras localidades do país. Por meio de participação de licitação realizada pela Procuradoria-Geral da República, órgão com expertise em contratações nesse segmento, foram contratadas empresas para prestação de serviço de apoio logístico nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com esse ato, a SDH/PR está amparada logisticamente para realizar seus eventos em qualquer cidade brasileira.

Contratações de serviços na área de eventos

Modalidade	Objeto
ADESÃO	Prestação de serviços de planejamento operacional, organização, execução e acompanhamento de eventos internos e externos, tais como seminários, cursos, oficinas de trabalho, coletivas, lançamentos e <i>workshops</i> .
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 5/2011	Contratação de empresa especializada para a realização da II Conferência Nacional LGBT
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 5/2011	Contratação de empresa especializada para a realização da III Conferência Nacional da Pessoa Idosa
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	Locação do Centro de Eventos e Treinamentos – CET da Conferência Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC, com fornecimento de toda a infraestrutura — sala/auditório, <i>foyer</i> , salas <i>vips</i> , montagens e desmontagens — para a realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e da II Conferência Nacional LGBT
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2012	Serviço de hospedagem, com fornecimento de alimentação para 2.604 pessoas, participantes da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 a 15 de julho de 2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3/2012	Contratação de serviço de apoio logístico e operacional para a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 11 a 14 de julho de 2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3/2012	Serviço de credenciamento e controle de acesso para realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 11 a 14 de julho de 2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9/2012	Contratação de serviço de agenciamento de hospedagem, serviço de assistência pessoal e transporte local, com fornecimento de alimentação e mão de obra, para participantes da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 05/2012	Locação do Centro de Convenções Brasil 21, para realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
PARTICIPANTE REGISTRO DE PREÇO	Prestação de serviços de agenciamento de hospedagem, organização de eventos e serviços correlatos, a serem realizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na região Nordeste, compreendendo o planejamento operacional, organização, execução e acompanhamento
PARTICIPANTE REGISTRO DE PREÇO (PGR)	Serviços de agenciamento de hospedagem, organização de eventos e serviços correlatos para a região Nordeste (participante PGR)
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2012	Contratação de serviços gráficos de impressão e encadernação para a realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2012	Serviços de desenvolvimento de <i>hotsite</i> e serviços de <i>design</i> gráfico para a realização da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 11/2012	Desenvolvimento de sistema de captação de dados, credenciamento e controle de acesso da III CNDPD
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2012	Serviço de apoio logístico e operacional para a realização da III CNDPD
ADESÃO (Eletronorte)	Serviços de organização de eventos e correlatos, sob demanda, na cidade de Brasília
ADESÃO (IPEA)	Serviço de hospedagens para atender os eventos da SDH na cidade de Brasília

Seguindo as diretrizes para contratação de serviços de eventos estabelecidas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que publicou a obra intitulada *Série Orientações – Volume 1: Aspectos importantes da contratação de eventos*, a SDH/PR estabeleceu critérios de aceitação dos serviços prestados que garantissem à Administração, além da melhor contratação/aquisição, o fiel cumprimento das cláusulas contratuais. Em função dessa postura, foram abertos três processos de

aplicação de penalidade contra empresas de eventos que, no curso da licitação, infringiram a legislação de compras da Administração Pública ou deixaram de cumprir cláusulas contratuais.

Hoje, a SDH/PR é reconhecida entre as empresas prestadoras de serviço na área de logística de eventos como órgão preparado para a execução de contratos de grande porte com destaque para a forma de acompanhamento e fiscalização, tanto pela atuação firme na prestação de contas dos contratos, quanto pelo emprego de sistemas de informação que asseguram com exatidão as comprovações de custos de despesas unitárias como, por exemplo, alimentação e hospedagem, para as quais foram desenvolvidas metodologias de contagem e de conferência nominal dos beneficiados.

d) Gestão de pessoas

Evolução do orçamento de capacitação de servidores

Com o objetivo de ampliar a capacidade institucional de suas equipes para implementação e o monitoramento das ações integrantes do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3), bem como de valorizar e estimular o aperfeiçoamento de seus servidores, a SDH vem investindo na formação continuada de sua força de trabalho.

Embasando e evidenciando esse esforço institucional, destaca-se o incremento da parcela orçamentária destinada a essa iniciativa, que no PLOA 2010 foi de R\$ 100 mil e passou para R\$ 1,25 milhão no PLOA 2013.



Esses recursos viabilizaram em 2012 a oferta de cursos teóricos e práticos de operacionalização de sistemas de governo (SIGSDH, SICONV, SIAFI), curso de revisão gramatical, DGOS – Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores, além da participação em congressos e seminários. Foram capacitados 155 funcionários em 2012, sendo 50 deles em curso com duração superior a 140 horas.

O significativo aumento dos recursos para 2013 permite a continuidade e ampliação desse investimento. Avalia-se que os profissionais atuantes nas políticas de direitos humanos devem ter como habilidades capacidade de atuar como articulador, de trabalhar com política de curto e longo prazo, de realizar diagnóstico e avaliação das ações, construir indicadores e medir mudanças de comportamento, além de ser criativo e proativo. É justamente a busca pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas habilidades nos servidores da SDH que norteará os investimentos dos seus recursos orçamentários destinados a esse fim.

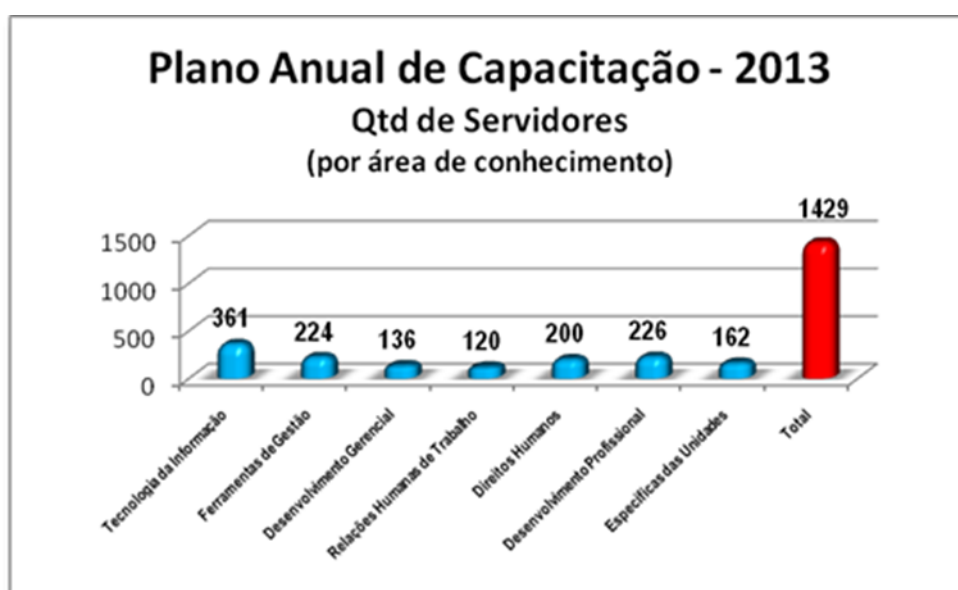
Elaboração do Plano Anual de Capacitação

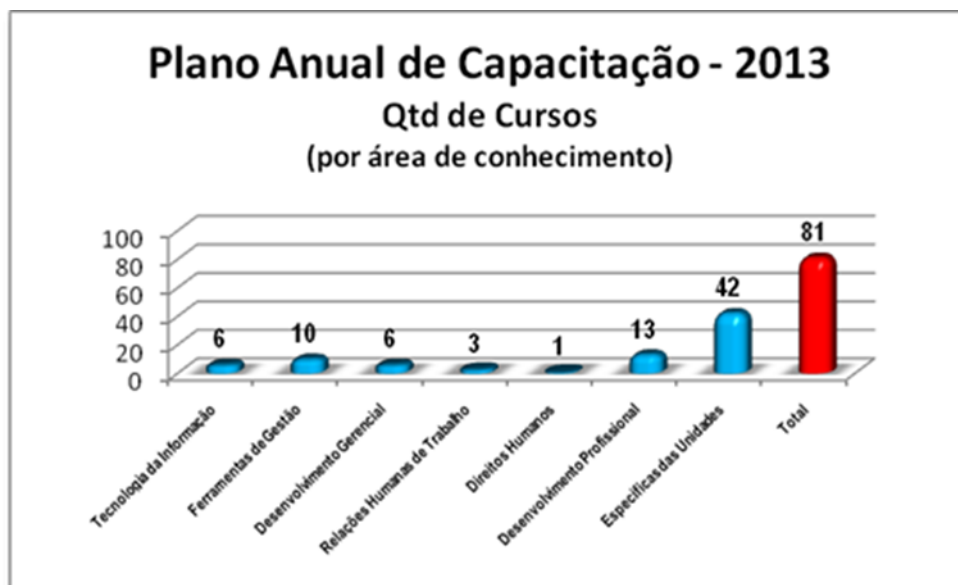
Em 2012 fortaleceu-se na SDH a percepção de que a educação/formação profissional deve fazer parte da cultura da instituição. O Plano de Capacitação de 2013 foi elaborado de maneira mais participativa, com a criação de um Grupo de Trabalho (Portaria n.º 1.294, de 4 de outubro de 2012) para discussões sobre as demandas de treinamento do órgão.

Contando com representantes de todas as unidades da SDH, o GT evidenciou de maneira coletiva as dificuldades comuns às áreas, propondo melhorias nos processos de trabalho, superando os insulamentos e considerando o órgão como um todo. Simultaneamente, reconheceram-se as especificidades de cada área na demanda por formações as quais foram igualmente contempladas, já que também impactam no desenvolvimento das suas atribuições.

No intuito de valorizar o saber institucional bem como as necessidades reais do órgão, muitas ações de capacitação previstas no Plano serão ministradas pela chamada “prata da casa”, ou seja, por servidores do órgão que detêm o conhecimento e que o repassarão para os demais.

Os cursos previstos no Plano foram distribuídos em áreas de conhecimento que contemplam, além de direitos humanos em abordagem mais ampla e temas específicos de cada unidade, assuntos de enfoque gerencial como tecnologia de informação, ferramentas de gestão, desenvolvimento gerencial, relações humanas no trabalho e desenvolvimento profissional. Está prevista a capacitação de mais de 1.400 servidores em mais de 80 cursos diferentes. Os resultados estão tabelados por setor demandante, nome do curso/capacitação, público-alvo, total de servidores da unidade, estratégia de capacitação e valor aproximado, evidenciando que as ações de treinamento são valorizadas e percebidas como necessárias para a eficácia e eficiência da Instituição.





e) Estabelecimento de metas de redução nos gastos com passagens e diárias;

Em consonância com as medidas de racionalização das despesas correntes nos órgãos e entidades da administração pública federal, disciplinadas por meio dos Decretos n.º 7.446/2011 e n.º 7.689/2012, a Secretaria de Direitos Humanos adotou algumas medidas de contenção de gastos em diversas frentes — serviços telefônicos, publicações, remessas postais e, com particular atenção, despesas com passagens e diárias.

Desde janeiro de 2011, todos os servidores da SDH recebem diariamente em seus e-mails mensagens alertando a data limite para solicitação de passagens e diárias, respeitando os prazos definidos no sistema SCDP. Com o maior rigor na autorização de passagens emitidas em caráter de urgência, a SDH logrou reduzir em mais de 40% o número de bilhetes emitidos com antecedência inferior a 10 dias, conforme demonstram os dados da Tabela e do Gráfico abaixo.

Total de passagens urgentes por mês (2010 a 2012)			
MÊS	2010	2011	2012
JAN	94	100	72
FEV	64	65	161
MAR	152	49	208
ABR	218	67	111
MAI	301	127	93
JUN	144	121	57
JUL	138	70	148
AGO	166	108	74
SET	189	131	87
OUT	195	134	48
NOV	258	294	122
DEZ	377	252	149
TOTAIS	2.296	1.518	1.330
FONTE: SCDP/SOLICITAÇÕES CRIADAS			
Período de apuração: 01/01/10 a 31/12/12			



A partir de maio de 2012, todas as solicitações de emissão de passagens aéreas e de diárias passaram a ser previamente analisadas pelo Comitê de Avaliação de Passagens e Diárias, instância que monitora todo o processo de emissão de passagens, desde a solicitação até a realização da viagem. Como resultado desse controle mais efetivo, houve redução de 22% no total de passagens emitidas, quando comparados os anos de 2010 e 2012.

Total de passagens emitidas por mês (2010 a 2012)			
MÊS	2010	2011	2012
JAN	139	132	206
FEV	210	275	490
MAR	362	191	450
ABR	372	299	317
MAI	524	397	281
JUN	362	343	230
JUL	330	246	378
AGO	410	481	246
SET	415	445	223
OUT	393	421	174
NOV	534	712	279
DEZ	586	528	326
TOTAIS	4.637	4.470	3.600
FONTE: SCDP/SOLICITAÇÕES CRIADAS Período de apuração: 01/01/10 a 31/12/12			



A redução no número de passagens emitidas em 2012 na comparação com os dois anos anteriores torna-se ainda mais significativa se levarmos em consideração que o ano de 2012 marcou a realização de duas conferências nacionais de grande porte — a 9ª Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes e a 3ª Conferência Nacional dos Direitos de Pessoas com

Deficiência — para as quais foram destinadas cerca de 400 passagens ao longo das etapas estaduais e nacional. Ainda assim, em 2012, a SDH alcançou uma economia de R\$ 870 mil no grupo passagens e diárias, em comparação com o ano anterior.

f) Constituição da frota de veículos

Em janeiro de 2011, a frota de veículos oficiais da Secretaria de Direitos Humanos constituía-se basicamente de quatro carros populares (veículos de serviço), provenientes de um contrato de locação firmado pelo Ministério da Justiça; de um veículo executivo, pertencente à frota da Presidência da República, e de um veículo de carga, adaptado para o transporte de pessoas com deficiência física.

Àquela época, a SDH já contava com um quadro de pessoal de aproximadamente 400 pessoas entre servidores efetivos e funcionários terceirizados, de modo que dirigentes, técnicos e colaboradores tinham de se revezar para a utilização das cinco viaturas disponíveis, o que acarretava constantes atrasos no cumprimento das agendas de trabalho realizadas fora da Secretaria. Para agravar o quadro, era comum que os veículos de serviço, que não possuíam ar-condicionado, circulassem com lotação máxima, acentuando o desconforto de seus usuários, notadamente no período da seca em Brasília, em que são registradas as temperaturas mais elevadas.

Em vista dos transtornos decorrentes de uma frota subdimensionada às necessidades da Secretaria, ficou evidente a necessidade de aquisição ou locação de veículos para cumprimento de três finalidades que se encontravam comprometidas: transporte institucional de dirigentes para o cumprimento de agendas externas, transporte de servidores e colaboradores que atuam em atividades operacionais e transporte de documentação e outros materiais de expediente.

Neste sentido, a Coordenação-Geral de Logística da SGPDH instruiu processo de licitação com vistas à contratação de serviço de locação de veículos. No entanto, quando o procedimento já se encontrava em fase adiantada, houve a publicação do Decreto n.º 7.446, de 1º/03/2011, que impunha aos órgãos e às entidades da Administração Pública Federal limites para a realização de despesas destinadas, entre outras finalidades, à aquisição ou locação de veículos, medida que acabou inviabilizando o prosseguimento da contratação pleiteada pela SDH.

Excluídas as opções de compra ou locação de veículos, elaborou-se um plano de contingência que deveria, a um só tempo, encontrar uma solução de contorno para a situação-problema e ainda assegurar o cumprimento do Decreto n.º 7.446/2011. Por meio de uma busca realizada em todo o território nacional, foram prospectados, ao longo de dois meses, cerca de 30 veículos passíveis de doação, provenientes dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, sediados nas diversas Unidades da Federação. Para a seleção dos veículos em melhores condições de uso, foram designados servidores para a realização de vistorias, em que se constatou que, a despeito do tempo de uso — 5 a 6 anos em média —, a maioria dos veículos apresentava excelente estado de conservação e baixa quilometragem.

Após as ações de gestão junto aos órgãos, a frota de veículos próprios da SDH/PR foi constituída, observando-se a padronização dos automóveis quanto à marca/modelo, para facilitar e garantir eficiência nos serviços de manutenção. Ao final, foram recebidos 20 veículos seminovos, com tempo de uso médio de 6 anos e quilometragem média de 40.000 km. A frota está composta, basicamente, por veículos da marca Fiat, modelos Marea e Palio Weekend, o que viabilizou a contratação de serviços de manutenção especializado da marca. A constituição da frota exigiu a organização de uma logística de busca dos veículos nos estados de Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina, além das doações efetivadas no próprio Distrito Federal.

Aportados os custos decorrentes do transporte dos veículos para Brasília, quando necessário, e das revisões iniciais, os valores não chegaram a R\$ 18 mil, perfazendo um custo médio de R\$ 844,00 por veículo recebido. A título de comparação, a compra de 12 veículos executivos e de 8 veículos populares resultaria em uma despesa aproximada de R\$ 1.120.000,00.

Evidentemente, o recebimento dos veículos em doação induziu a necessidade de outras três contratações: a de serviços de choferagem (motoristas), a de abastecimento e a de manutenção preventiva. Somadas as despesas anuais com os contratos decorrentes, o custo anual projetado para a manutenção da atual frota da SDH está estimado em R\$ 821 mil. A tabela a seguir apresenta os custos estimados para a manutenção de uma frota similar, levando-se em consideração os valores praticados no contrato de locação vigente no Ministério da Justiça e a pesquisa de mercado que balizava a licitação que teve de ser interrompida por ocasião da publicação do Decreto n.º 7.446/2011.

Memória de custo anual – projeção para uma frota de 20 veículos

VR Transporte (Ministério da Justiça)	Locação por meio de licitação (estimativa)	Aquisição por meio de doação
R\$ 2.319.000,00	R\$ 1.588.320,00	R\$ 821.466,00

g) Condução de processos de licitação de compras nacionais

Como mais uma medida de racionalização e economicidade do investimento de recursos públicos, a Secretaria de Direitos Humanos conduziu, em 2012, processos licitatórios de abrangência nacional para a aquisição de kits para a equipagem de Conselhos Tutelares – CTs de Centrais de Intérpretes de Libras – CILs em todo o Brasil.

Os CTs são unidades integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, presentes em quase 100% dos mais de 5.000 municípios brasileiros e têm, em geral, carências estruturais diversas que impõem dificuldades ao cumprimento de suas atribuições. A meta da SDH é, até 2015, equipar 100% dos Conselhos existentes no Brasil.

As CILs são serviços ainda inéditos no Brasil e voltados para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência auditiva, por meio da formação de profissionais com domínio da Língua Brasileira de Sinais – Libras. A meta da SDH é, até 2014, implantar Centrais em todas as 27 capitais e em pelo menos mais 17 localidades.

Os kits de equipagem dos CTs contêm 1 automóvel, 5 computadores, 1 impressora multifuncional, 1 refrigerador e 1 bebedouro, enquanto os kits para as CILs contêm 1 automóvel, 2 armários, 3 mesas, 3 cadeiras, 3 computadores, 3 webcams, 3 telefones e 1 impressora multifuncional.

A estratégia adotada pela SDH foi a de centralizar os processos licitatórios de aquisição dos itens que integram cada um dos kits no intuito de obter ganhos em escala, economicidade na logística de distribuição e padronização nacional dos equipamentos adquiridos. Os procedimentos licitatórios concluídos em 2012 deram origem a atas de registro de preço com volume total de kits suficientes para equipar 1.000 CTs e 44 CILs, com o investimento estimado em R\$ 60 milhões. Com recursos do orçamento de 2012, serão adquiridos 453 kits para Conselhos Tutelares e 37 para Centrais de Intérpretes de Libras. O quantitativo restante deverá ser adquirido com o orçamento de 2013, ano em que novos processos licitatórios serão abertos para a continuidade das equipagens previstas para cumprimento da meta até 2015.

A complexidade dessa estratégia diante da diversidade de itens a serem adquiridos e do volume de recursos a serem investidos requereu extremo cuidado desde a condução dos vários processos licitatórios de registro de preço até a concepção e montagem da logística de distribuição dos kits. Dada a dimensão do país, a dificuldade de acesso a algumas localidades e a burocracia envolvida no processo de doação dos bens (para os veículos salienta-se o trâmite envolvido no emplacamento dos veículos com transferência da propriedade para os parceiros beneficiários da doação), foi necessário, especialmente no caso dos Conselhos Tutelares, pela sua grande capilaridade, o desenvolvimento de um sistema informatizado para coleta de dados e documentos das prefeituras, tendo por base a plataforma SIGSDH.

Esse sistema deverá instruir todo o processo de doação, racionalizando o volume de processos em papel, uma vez que permite download e upload de documentos (cópias de RG, CPF, termo de posse, termo de vistoria e recebimento provisório, termo de doação, emissão de ordens de serviço, notas fiscais etc.). Além disso, o sistema viabiliza o controle minucioso e transparente da distribuição, informando a qualquer tempo as localidades já contempladas, quantitativos distribuídos e localização de cada um dos bens doados.

h) Modernização do auditório e das salas de reunião plenárias

A natureza das atividades desenvolvidas na Secretaria de Direitos Humanos impõe um ritmo de reuniões, seminários e outros eventos de pequeno e médio porte que se realizam com frequência quase diária, demandando a constituição de espaços físicos capazes de contemplar quantitativa e qualitativamente as necessidades apresentadas pelas unidades que integram a estrutura organizacional da SDH e pelos órgãos colegiados vinculados.

Entre conselhos nacionais, comissões e comitês, são 11 os órgãos colegiados que se revezam na utilização do auditório e das salas de reunião disponíveis na sede da Secretaria de Direitos Humanos. Após alguns estudos de avaliação da demanda e dos custos que a SDH vinha assumindo com a locação de salas e equipamentos para as reuniões, constatou-se a necessidade de investir na modernização dos espaços próprios da Secretaria.

Com este fito, procedeu-se à contratação de empresa especializada para a modernização dos ambientes selecionados (auditório, sala de reuniões plenárias, sala de reunião do Gabinete da Ministra, sala de reunião do 9º andar e Ambiente de Educação Corporativa), contemplando o fornecimento, montagem, instalação, configuração, ativação e integração do sistema de automação audiovisual para cada espaço.

Exigiu-se da empresa contratada a elaboração prévia de projeto de execução com descritivo de implantação da solução, o tempo previsto para cada fase, as tecnologias e cenários envolvidos, os pré-requisitos necessários à entrega do objeto e a indicação do responsável técnico pelo projeto proposto, de forma clara e conclusiva. Todas as instalações e serviços obedeceram às normas vigentes estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ao final, os ambientes incorporaram soluções multimídia que proporcionam: sonorização homogênea pelo ambiente; captura de áudio sem fio; captura, digitalização e distribuição de sinal de áudio e vídeo; videoconferência; automação de tarefas; e controle do ambiente.

Devido à escassez de ambientes apropriados, optou-se por um auditório que pudesse ser segmentado para eventos que não utilizassem a capacidade máxima do ambiente. Desta forma, o Auditório Multifuncional pode ser dividido em três ambientes independentes. A operação dos equipamentos é realizada por painéis de controle de iluminação, som e projeção, sem fio, sensíveis

ao toque, que funcionam independentes um do outro, tanto para a automação do “auditório em formato único” como em “formato tripartido”.

O Auditório Multifuncional possui sistema de processamento de áudio digital programado para controlar toda a sonorização do ambiente. O sistema controla o ganho, realiza cancelamento de eco acústico (AEC), equaliza a sonorização no ambiente, suprime ruídos e possui outros tratamentos necessários a um sistema de sonorização profissional. As caixas acústicas foram fixadas no teto, tendo sido distribuídas de forma a permitir perfeita audição em qualquer ponto do auditório. Essas medidas, em conjunto com os ajustes do sistema de sonorização digital, visaram diminuir as deficiências acústicas do ambiente que não poderiam ter a sua arquitetura modificada com técnicas convencionais.

O ambiente dispõe ainda de sistema de vídeo que integra os sinais captados pelas câmeras com as imagens do serviço de legendagem, mediante exibição simultânea em formato PIP. Há, também, telas de projeção e vídeo-walls que transmitem e/ou captam imagens do evento. A integração do sistema permite a conexão de computadores pessoais (desktop ou notebook) às mesas disponíveis no auditório. Para os principais eventos, há a possibilidade de digitalização de áudio e vídeo, constituindo-se um acervo a ser disponibilizado na Intranet e/ou Internet.

As salas de reunião plenárias também compuseram este projeto de modernização. Seu mobiliário foi concebido com ênfase na acessibilidade, permitindo a expansão da capacidade com o acréscimo de módulos, conforme eventual necessidade.

Tais salas dispõem de recursos tecnológicos como: sistema de áudio com processamento digital; caixas acústicas fixadas no teto do ambiente; painéis de controle de iluminação, som e projeção, sem fio e sensíveis ao toque; sistema de vídeo que permite a integração dos sinais de vídeo das câmeras com sistema de legendagem e exibição em formato simultâneo em PIP.

O sistema de automação das salas de reunião plenárias possibilita, a um toque de botão, alterar entre diversas fontes de vídeo e áudio, acionando projetores e telas, videoconferência, teleconferência, tradução simultânea e audiodescrição.

i) Recursos de acessibilidade nas instalações e nos serviços prestados pela SDH

Em agosto de 2012 foi publicado o Acórdão n.º 2.170/2012/TCU – Plenário, contendo conjunto de determinações dirigidas aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a fim de assegurar condições apropriadas de acesso das pessoas com deficiência, ou mobilidade reduzida, aos edifícios onde estão instalados os órgãos públicos, bem como aos serviços prestados no atendimento aos cidadãos. As medidas a serem adotadas incluem a adequação de ambientes (banheiros acessíveis, balcões de atendimento adequados para utilização pelos cadeirantes, rampas ou elevadores, etc), a capacitação de profissionais para atendimento em Língua Brasileira de Sinais – Libras e a implantação de sinalização tátil direcional para pessoas com deficiência visual.

Segundo dados do Censo 2010, há no Brasil 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, representando 23,8% da população brasileira. A legislação brasileira estabelece obrigações aos órgãos e entidades públicas, bem como às empresas privadas, no que diz respeito à necessidade de assegurar a acessibilidade em suas instalações e nos serviços prestados. No âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, que responde pela temática de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, a garantia de acessibilidade em suas instalações e no atendimento prestado ao público impõe-se com maior prioridade.

Nos últimos dois anos, algumas intervenções foram realizadas sob a perspectiva de contemplar o conceito de acessibilidade como elemento essencial do planejamento de cada ação, priorizando, sempre que possível, a adoção de desenhos universais cujo resultado final atendesse às necessidades de todas as pessoas, independentemente de serem ou não pessoas com deficiência.

As medidas adotadas incluíram a adequação de ambientes, a incorporação de soluções de acessibilidade providas por recursos de tecnologia de informação e comunicação e a capacitação de servidores e funcionários que prestam atendimento ao público. Cada uma das intervenções a seguir descritas contou com o trabalho integrado das equipes técnicas da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos e da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a quem cabia verificar a aderência de cada medida às disposições da NBR 9050 (norma técnica da ABNT sobre acessibilidade).

Alteração de leiaute dos ambientes administrativos da SDH

Em 2011, cerca de 60% das estações de trabalho foram reposicionadas com o propósito de constituir corredores de livre circulação nas áreas internas das diretorias e coordenações-gerais. A alteração de leiaute alcançou todas as unidades administrativas da SDH: Gabinete da Ministra, Secretaria-Executiva, Secretarias Nacionais e Secretaria de Gestão.

Para viabilizar a constituição dos corredores, foram adquiridos aproximadamente 112 armários e 91 estações de trabalho, alocados nos ambientes com base em estudo prévio de acessibilidade. Assim, otimizaram-se os espaços para guarda de documentos, liberando área útil para a circulação de cadeiras de rodas.

Para as recepções localizadas nos halls de elevadores e nos gabinetes, foram projetadas bancadas de atendimento com aderência total às especificações da NBR 9050, cabendo à SNPD a validação dos protótipos.

Deve-se registrar que, por ocasião da mudança da Secretaria de Direitos Humanos para o edifício Parque Cidade Corporate, em 2010, já haviam sido contempladas várias outras soluções de acessibilidade arquitetônica, como largura mínima de portas, disponibilidade de banheiros adaptados, de elevadores preferenciais e de piso tátil direcional.

Desenho universal no leiaute do Ambiente de Educação Corporativa

Trata-se de intervenção que ilustra bem os benefícios alcançados quando o conceito de acessibilidade é considerado desde as etapas iniciais de planejamento da ação que se pretende realizar. O Ambiente de Educação Corporativa, espaço cuja concepção será relatada mais adiante, incorpora uma inovação no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência física.

O espaço onde se desenvolvem as atividades de capacitação de servidores e colaboradores da SDH possui capacidade para 35 pessoas, distribuídas em quatro fileiras de estações de aprendizagem. A distância que separa uma fileira da outra foi calculada de forma a permitir que o cadeirante, como qualquer outro participante, possa escolher onde se posicionar. O desenho universal do Ambiente de Educação Corporativa supera a compreensão partilhada pelo senso comum de que o espaço acessível é aquele que estabelece um lugar, seja mais à frente, seja mais ao fundo para o cadeirante. Da mesma forma, não há quantitativos de lugares predefinidos para cadeirantes, visto que todo o espaço pode ser ocupado por pessoas com deficiência, tornando sem sentido a discussão sobre percentuais de lugares acessíveis.

Recursos de audiodescrição e de legenda em tempo real

Os recursos de audiodescrição para pessoas com deficiência visual e de legenda em tempo real para apoio às pessoas com deficiência auditiva foram implementados no Auditório da SDH e na Sala de Reuniões Plenárias, assim como no recém-inaugurado Ambiente de Educação Corporativa, de forma integrada aos novos sistemas de projeção de imagem e som.

Até o primeiro semestre de 2012, a SDH contratava prestadores de serviço para assegurar a disponibilidade dessas duas tecnologias assistivas, o que representava grande comprometimento de tempo e de força de trabalho, além do transtorno decorrente da montagem e desmontagem dos equipamentos a cada solicitação de serviço.

Além dessas tecnologias, destacamos a possibilidade de incorporar a imagem do intérprete de LIBRAS nas transmissões pela internet dos eventos que ocorrem nos três espaços mencionados, através de janela do tipo PIP (*picture in picture*), cuja edição de imagem ocorre em tempo real, nas salas técnicas que comandam cada ambiente.

Sinalização universal

De caráter inovador, o projeto de comunicação visual da Secretaria de Direitos Humanos incorpora os conceitos de acessibilidade e de desenho universal. Em síntese, o resultado desse projeto assegura que 100% dos ambientes da SDH estejam sinalizados em formato convencional e em formato Braille, possibilitando à pessoa com deficiência visual locomover-se com autonomia pelos ambientes do órgão.

Para tanto, foram contratadas empresas especializadas para a elaboração do projeto de comunicação visual e para a execução do projeto aprovado, que contém oito tipos de placas de informação, com sinalização de elevadores, unidades administrativas, banheiros, salas de reunião, copas e brigada de incêndio. Em cada placa, as informações exibidas em formato convencional estão acompanhadas da transcrição em Braille. Além disso, em cada porta, à altura da maçaneta, foram afixadas plaquetas em Braille com o número da sala.

Cada unidade da SDH encontra-se identificada por uma cor predominante nas placas de identificação do setor. Essa estratégia amplia o conceito de acessibilidade, uma vez que permite às pessoas não alfabetizadas ou que tenham baixa visão guiarem-se pelas cores.

j) Planejamento dos serviços oferecidos nas conferências

As conferências nacionais representam para a SDH os maiores eventos de seu calendário de atividades, demandando total dedicação de seu corpo funcional e significativo aporte de recursos orçamentários. Esse espaço de discussão de políticas públicas entre governo e sociedade civil constitui oportunidade de debates, proposições, oficinas e grupos de trabalho que, periodicamente, avaliam os avanços das políticas dos segmentos e propõem novos desafios para o Estado.

O evento nacional é precedido por conferências municipais e/ou macrorregionais e conferências estaduais nas quais são eleitos os delegados nacionais para representar seu estado de origem.

No exercício de 2011 foram realizadas as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa e de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT. No exercício de 2012 ocorreram as Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Mais de 7 mil pessoas participaram dessas conferências e a todas elas foram prestados os serviços de transporte local, hospedagem e alimentação.

Tendo como objetivos a oferta de melhores serviços de suporte aos participantes das conferências e o cumprimento das diretrizes e determinações dos órgãos de controle, a SGPDH desenvolveu novas metodologias de organização e execução desses eventos. Essa estratégia de atuação pretende, de um lado, viabilizar um ambiente de organização do evento no qual as discussões essenciais dos delegados e convidados estejam efetivamente concentradas no seu propósito último — o aperfeiçoamento da política pública temática —, e, de outro, ter os devidos cuidados com o responsável emprego dos recursos públicos para tornar o processo de contratação, execução e prestação de contas mais eficiente e transparente.

Entre as principais ferramentas de organização e logística desenvolvidas nesses quatro eventos nacionais, destacam-se as seguintes:

Captação de dados pré-inscrição – banco de dados unificado com captação de informações via link no hotsite do evento. Os participantes inserem dados pessoais, horário e número de voo, telefone de contato e aqueles afetos à participação no evento, como categoria, UF que representa, segmento, grupo de trabalho do qual participará, entre outros. Esses dados são utilizados para o credenciamento, controle de hospedagem, controle de transporte, fornecimento de alimentação e expedição de certificados e declarações.

Sistema de credenciamento on-line – solução em plataforma web que facilita e agiliza o credenciamento e entrega de material do participante no início e durante o evento. O sistema permite a extração de relatórios por meio de várias entradas como nome, nome social, CPF, UF etc. A ferramenta viabilizou a realização das conferências sem a formação de filas na retirada da credencial, tendo sido aferido um tempo de permanência de cada participante no guichê inferior a 1 minuto.

Controle eletrônico de acesso – módulo do sistema de captação de dados e de credenciamento que verifica, por meio de leitura de código de barras, a autenticidade da credencial apresentada pelo participante, seu nível de acesso a palestras, grupos de trabalho e plenárias, as autorizações para realização de refeições e para retirada de materiais. Entre outras funcionalidades, o sistema permite a extração de relatórios de presença, que auxiliam as mesas diretoras das conferências nas votações que exigem quórum qualificado de delegados. O sistema de controle de acesso mostrou-se uma ferramenta eficaz para o controle dos gastos das conferências, pois permitiu quantificar com acuidade o número de pessoas que efetivamente realizaram refeições durante o evento, embasando o processo posterior de liquidação de faturas.

Sistema de mensageria eletrônica – Inovação introduzida na 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o sistema de mensageria eletrônica foi umas das principais ferramentas de comunicação instantânea com todos os participantes. Pelo número de telefone celular informado na captação prévia de dados, os participantes recebem SMS (Short Messenger Send), conhecidos popularmente como “torpedos”, permitindo à coordenação do evento o envio de informações que exigem uma rápida mobilização. O sistema possibilita ainda direcionar as mensagens a diferentes grupos, cujos recortes podem ser obtidos por meio das informações cadastradas (participantes por UF, faixa etária, segmento específico, como, por exemplo, pessoa com deficiência, chefes de delegação etc.).

Sistema de check-in e check-out hoteleiro – entre os procedimentos operacionais dos grandes eventos, o check-in e o check-out têm-se mostrado o maior desafio para o controle de custos. A impossibilidade de assegurar o horário exato de chegada e saída de cada participante tornava árduo o controle de pagamento de hospedagem, mais especificamente em relação ao no show e late check-out. Normalmente, o controle realizado pela fiscalização do contrato se restringia à coleta de assinatura do participante nas faturas de hospedagem emitidas pelos hotéis.

Considerando a realização de grandes eventos (principalmente a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tinha como um ponto de atenção o fato de vários participantes serem deficientes visuais), a Secretaria de Gestão desenvolveu um sistema de controle de hospedagem por meio do qual o check-in e o check-out foram automatizados, dispensando-se o controle manual, tal como era feito anteriormente. Esse sistema tornou possível à fiscalização do contrato e à organização do evento o acesso a informações on-line a respeito da quantidade de pessoas presentes na cidade, da quantidade de hotéis utilizados e da localização (hospedagem) exata de cada participante – inclusive o número do quarto. Além de facilitar o controle de gastos pela Administração, o sistema proporcionou aos participantes uma comodidade no momento do check-in, pois ao se apresentar no hotel sua ficha de hospedagem já estava preenchida com todos os dados pessoais e o seu quarto já definido. Isso evitou a aglomeração de pessoas e a longa espera pelo atendimento no balcão.

Elaboração de script de funcionamento do evento – consiste na formulação de matrizes de ações de cada uma das coordenações estratégicas do evento (captação de dados, credenciamento, alimentação, transporte, hospedagem, montagem e presidência de mesas plenárias) com a descrição de cada uma das etapas/tarefas, resultados esperados, possíveis problemas com a respectiva solução de contorno e os responsáveis por cada tarefa. Por meio dessa metodologia, foi possível realizar todos os eventos, descentralizando-se as atividades entre os coordenadores sem perder a unidade na informação e na tomada de decisões.

Afora essas ferramentas desenvolvidas para atendimento aos participantes de grandes eventos, cabe destacar os investimentos feitos no sentido de assegurar a participação de todas as pessoas em igualdade de condições. Na III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 1/3 dos recursos financeiros aportados no evento foram para fazer face aos serviços técnicos especializados em acessibilidade. Entre os serviços/ações, destacam-se:

- Ônibus adaptados para pessoa com deficiência
- Tenda de credenciamento com 100% de acessibilidade
- Legenda em tempo real
- Intérpretes de Libras
- Guia intérprete
- Assistentes pessoais
- Distribuição de regletes para deficientes visuais
- Oficina de cadeira de rodas
- Distribuição de material em braile

13. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Em 2012, todo o recurso de Publicidade de Utilidade Pública, no valor de R\$ 3.577.438,54, foi descentralizado à Secretaria de Comunicação Social do Governo – SECOM/PR – com o intuito de promover, junto à área de comunicação da Presidência, estratégias de divulgação e promoção dos direitos humanos nos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, foram desenvolvidas três campanhas publicitárias: Campanha de Mobilização pela Certidão de Nascimento; Campanha de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente; e Campanha de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente no Carnaval, esta com foco na proteção contra a violência sexual.

As campanhas mencionadas consistiram na criação, produção e divulgação, por meio da compra de mídia e de peças eletrônicas, tais como: televisão, rádio e internet em âmbito nacional, assim como a impressão de peças gráficas.

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

14.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

QUADRO LVI – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 61104434172					
Objetivo da Consultoria: Elaborar a síntese sobre a política recente de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente bem como produzir relatório sobre a implementação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Pornografia e Prostituição Infantil adequado às normativas e diretrizes internacionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/08/2012	05/02/2013	18.000,00	18.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Texto introdutório síntese sobre a política recente de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, a ser anexado ao relatório brasileiro sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança.			05/09/2012	8.000,00	
Produto 2 – Relatório sobre a implementação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Pornografia e Prostituição Infantil adequado às normativas e diretrizes internacionais.			05/11/2012	10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANINHO MUCUNDRAMO IRACHANDE				CPF: 61104434172	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato teve seu prazo estendido para entrega do último produto, que está em atraso em relação ao cronograma original.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 04822048853					
Objetivo da Consultoria: Elaborar critérios de seleção para o Premio Nacional de Educação em Direitos Humanos sob a região de sua responsabilidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/09/2012	15/02/2013	14.000,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento com critérios de seleção e estrutura dos relatórios individuais(ficha técnica, resumo, pontos fortes e fracos, avaliação geral) das categorias 3 – A formação, a pesquisa e a extensão universitária em Educação em Direitos humanos e 4- A sociedade na Educação em Direitos Humanos.			22/10/2012	4.500,00	
Produto 2: Relatório individual de cada trabalho inscrito nas categorias 3 e 4, que deverá conter informações que possibilitem avaliação do trabalho. Seleção de dez trabalhos por categoria, com o sumário executivo das ações desenvolvidas.			11/11/2012	4.000,00	
Produto 3: Relatório geral do processo de seleção, incluindo relatório do total de inscrições(inscritos por região, por categoria, por tema) e recomendações para melhorar o processo relativos a categoria 3 e 4.			15/01/2013	5.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANTONIO CARLOS RIBEIRO FESTER				CPF: 04822048853	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 91382726600					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.				14/08/2012	3.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Azarias Almir Martins	CPF: 91382726600
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 95315764672					
Objetivo da Consultoria: Elaborar propostas de ações a serem realizadas pelas coordenações da Diretoria de Defesa Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para a implementação do PNEDH					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2012	13/12/2013	112.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento técnico contendo propostas de ações a serem realizadas pelas coordenações da Diretoria de Defesa Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para a implementação do PNEDH			02/12/2012	13.000,00	
2. Levantamento das práticas educativas e formativas realizadas pelos Centros de Referencia em Direitos Humanos, com enfoque sobre a intencionalidade pedagógica das referidas capacitações.			16/01/2013	17.000,00	
3. Documento técnico contendo relatório analítico sobre a implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, apontando aspectos de gestão e organização do Centro de Referência; composição das equipes; articulação em rede; condições de funcionamento das unidades.			02/03/2013	16.000,00	
4. Documento técnico contendo propostas de diretrizes nacionais para a capacitação dos profissionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos, observando as diversidades regionais do Brasil.			17/03/2013	15.000,00	
5. Documento técnico contendo levantamento das publicações da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos passíveis de reedição e revisão, assim como levantamento das demandas por novas publicações.			01/05/2013	9.000,00	
6. Documento técnico contendo levantamento e sistematização das propostas das coordenações da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos 6. Documento técnico contendo levantamento e sistematização das propostas das coordenações da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos			23/09/2013	11.000,00	
7. Documento técnico contendo mapeamento e análise sobre os Planos Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos e seus respectivos processos de elaboração e implantação.			07/11/2013	17.000,00	

8. Documento técnico contendo mapeamento e análise sobre iniciativas de pesquisa e extensão em educação em direitos humanos realizadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e pelas universidades públicas brasileiras.	12/12/2013	14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CARLOS ALBERTO RICARDO JUNIOR	CPF: 95315764672	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento sem atrasos na execução.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 05008426630					
Objetivo da Consultoria: Elaborar Relatório sobre a implementação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, contendo todas as respostas às perguntas demandadas conforme modelo da ONU					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/09/2012	12/05/2013	55.000,00	22.000,00	11.000,00	11.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento síntese contendo as respostas às questões de número 1 a 15, na formatação documental exigida pelo Comitê.			08/11/2012	11.000,00	
2. Documento síntese contendo as respostas às questões de número 16 a 30, na formatação documental exigida pelo Comitê.			24/12/2012	11.000,00	
3. Documento síntese contendo as respostas às questões de número 31 a 45, na formatação documental exigida pelo Comitê.			09/02/2013	11.000,00	
4. Relatório sobre a implementação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, contendo todas as respostas às perguntas demandadas conforme modelo da ONU			13/03/2013	12.000,00	
5. Relatório revisado contendo as informações fornecidas pela sociedade civil no ato da consulta e da audiência pública			12/05/2013	10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CAROLINA COSTA FERREIRA				CPF: 05008426630	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O atraso na entrega do segundo produto é a razão da diferença entre o valor previsto e pago em 2012. O produto 2 foi pago em 2013.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BR 08/006

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 64117421387					
Objetivo da Consultoria: Sistematização de diagnóstico situacional das experiências e ações das Escolas de Conselhos instaladas no Brasil					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/07/2012	21/11/2013	132.000,00	56.000,00	19.000,00	19.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Proposta técnica de articulação institucional nacional com as equipes estaduais das Escolas de Conselhos, para construção da agenda anual de relacionamento e ações colaborativas de integração de experiências institucionais e metodológicas de projeto.				18/07/2012	6.000,00
2. Sistematização de diagnóstico situacional das experiências e ações das Escolas de Conselhos instaladas no Brasil				01/09/2012	13.000,00
3. Documento contendo análise de 02 (duas) reuniões nacionais de articulação federativa para integração das experiências estaduais das Escolas de Conselhos.				01/10/2012	16.000,00
4. Documento técnico contendo análise de impacto de mudança e proposta de adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao projeto nacional integrado de capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente.				31/10/2012	10.000,00
5. Sistematização do Projeto Político-pedagógico Nacional das Escolas de Conselhos				30/12/2012	5.500,00
6. Sistematização da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos.				30/12/2012	5.500,00
7. Documento técnico contendo KIT Pedagógico Individual de capacitação, contendo protótipos de Cadernos de Estudos e Guia do Participante para apoio a conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente durante as ações de capacitação previstas na agenda nacional das Escolas de Conselhos.				28/02/2013	12.000,00
8. Relatório de 02 (dois) workshops de treinamento das UF da região norte para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos				28/06/2013	8.000,00
9. Relatório de 02 (dois) workshops de treinamento das UF da região nordeste para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos.				28/06/2013	8.000,00
10. Relatório de 02 (dois) workshops de treinamento das UF da região centro-oeste para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos				28/06/2013	8.000,00
11. Documento contendo análise de 02 (dois) workshops de treinamento das UF das regiões sudeste e sul para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos.				28/06/2013	8.000,00
12. Relatório de monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do				07/08/2013	6.000,00

projeto na região norte.		
13. Monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto na região nordeste.	07/08/2013	8.000,00
14. Monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto na região centro-oeste.	07/08/2013	5.000,00
15. Monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto nas regiões sudeste e sul.	16/10/2013	9.000,00
16. Avaliação nacional da implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos no Brasil.	15/11/2013	4.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CAROLINE SOARES SANTOS		CPF: 64117421387
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Produtos 3, 4, 5 e 6 sofreram atrasos em sua produção, tendo sido três deles (3, 4 e 5) entregues e pagos em 2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 69222207149					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.			14/08/2012	3.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CATARINA CORRÊA VON SPERLING			CPF: 69222207149		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 93266324668					

Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.				14/08/2012	3.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CLEUZA PEREIRA DOS SANTOS				CPF: 93266324668	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 03057951635					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.				14/08/2012	3.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FABIANA NUNES SILVA GONÇALVES RIOS				CPF: 03057951635	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 82685436120					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.				14/08/2012	3.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marcelo Reges Pereira				CPF: 82685436120	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 82685436120					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.			14/08/2012	3.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ROSILENE APARECIDA DE BRITO				CPF: 82685436120	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BR 08/006
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 69355690100	
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.				14/08/2012	3.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SIMONE FLORINDO COSTA				CPF: 69355690100	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 37304496134					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.			14/08/2012	3.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Márcia Nogueira Ribas				CPF: 37304496134	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 12111740187					
Objetivo da Consultoria: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total Previsto no	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

		Contrato	Exercício		
10/07/2012	31/08/2012	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório com a consolidação das discussões das Mini – Plenárias do Eixo sob sua responsabilidade para apreciação e votação na Plenária por Eixo e Plenária Final.			14/08/2012	3.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARCUS MARCONI PALMEIRA GUIMARÃES				CPF: 12111740187	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 22246896835					
Objetivo da Consultoria: Formular estratégias de integração entre organizações públicas, não-governamentais e privadas no desenvolvimento interativo de ações relacionadas à capacitação de profissionais das áreas de Direitos Humanos, cidadania e educação					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2012	15/04/2013	45.500,00	20.000,00	11.500,00	11.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Roteiro de entrevista e indicação de atores a serem entrevistados dentre especialistas em Direitos Humanos, incluindo ex-Ministros, conselheiros e outros atores da sociedade civil..			17/11/2012	11.500,00	
Produto II: Relatório analítico das entrevistas e áudio com a íntegra de cada entrevista.			15/12/2012	8.500,00	
Produto III: Mapeamento dos arranjos institucionais e modelo de gestão envolvidos no programa Centros de Referência em DH, da Secretaria de Direitos Humanos.			12/01/2013	8.500,00	
Produto IV: Mapeamento dos arranjos institucionais e modelo de gestão envolvidos no programa Sinase, da Secretaria de Direitos Humanos.			25/03/2013	8.500,00	
Produto V: Mapeamento dos arranjos institucionais e modelo de gestão envolvidos no programa Combate à Tortura, da Secretaria de Direitos Humanos			15/04/2013	8.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Ribeiro Rosa				CPF: 22246896835	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos. Um aditivo de prazo está sendo elaborado para garantia da execução do contrato em sua totalidade.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 68242247900					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de Matriz de referência sobre os principais marcos normativos e institucionais, nacionais e internacionais, relacionados à promoção e ao direito à participação cidadã de crianças e adolescentes, constituída e disponibilizada como base de dados sistemática no portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/07/2012	06/05/2013	92.000,00	55.000,00	9.000,00	9.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Matriz de referência sobre os principais marcos normativos e institucionais, nacionais e internacionais, relacionados à promoção e ao direito à participação cidadã de crianças e adolescentes, constituída e disponibilizada como base de dados sistemática no portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.			13/08/2012	9.000,00	
Produto 02: Relatório de diagnóstico da atuação das universidades representadas na rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo propostas metodológicas de animação e gestão de redes com foco na disseminação de boas práticas e projetos inovadores em direitos da criança e do adolescente por meio do portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.			21/09/2012	12.000,00	
Produto 03: Relatório de diagnóstico da situação dos Núcleos de Participação Cidadã dos Adolescentes/Observatórios de Adolescentes instalados no Brasil, identificados na rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo análise de cenário e considerações acerca das oportunidades de aprimoramento do projeto.			21/09/2012	12.000,00	
Produto 04: Documento técnico com proposta metodológica de fomento, articulação e gestão de redes de participação cidadã de adolescentes para promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Educação em Direitos Humanos, via portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e apoio a gestores implicados em projetos nesse segmento.			08/11/2012	14.000,00	
Produto 05: Relatório de sistematização de experiência de mobilização de adolescentes em atividades programadas no marco das Caravanas de Direitos Humanos promovidas pela SDH/PR nos estados do Mato Grosso, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.			24/12/2012	8.000,00	
Produto 06: Documento técnico de referência contendo orientações para construção de interfaces de cooperação internacional às ações do Observatório Nacional dos			16/02/2013	16.000,00	

Direitos da Criança e do Adolescente, em especial no marco da cooperação sul-sul, acompanhado de diretório de organizações governamentais, internacionais e da sociedade civil mapeadas para participação nas plataformas de ação conjunta.		
Produto 07: Relatório de 03 (três) reuniões de articulação intersectorial com gestores de direitos da criança e do adolescente e de projetos de educação em direitos humanos, para mapeamento e intercâmbio de experiências de participação cidadã dos adolescentes em ações relacionadas a educação em direitos humanos, promoção da igualdade de gênero ou enfrentamento da violência	16/02/2013	8.500,00
Produto 08: Relatório de 05 (cinco) oficinas de formação de adolescentes multiplicadores em metodologias de promoção da participação cidadã, envolvendo gestores de direitos da infância e adolescência, com formato e conteúdo contextualizado nas diretrizes da educação em direitos humanos, a serem realizadas em uma UF de cada região brasileira.	05/05/2013	12.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: GILBERT SCHARNIK		CPF: 68242247900
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos. Um aditivo de prazo está sendo elaborado para garantia da execução do contrato em sua totalidade		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 82722056020					
Objetivo da Consultoria: Elaboração, aplicação e análise de instrumental de coleta de dados sobre os Conselhos Deliberativos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/08/2012	05/08/2013	84.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Instrumental de coleta de dados sobre os Conselhos Deliberativos			09/09/2012	14.000,00	
Produto II: Documento contendo a metodologia de aplicação do instrumental de coleta de dados.			08/11/2012	12.000,00	
Produto III: Documento contendo análise dos dados coletados sobre os Conselhos Deliberativos			07/01/2013	11.000,00	
Produto IV: Documento contendo proposta metodológica de capacitação dos conselheiros dos Conselhos Deliberativos e proposta de calendário de execução da ação de capacitação			08/03/2013	14.000,00	
Produto V: Documento prévio contendo relatoria das ações de capacitações dos conselheiros dos dezenove CONDELS			07/05/2013	10.000,00	
Produto VI: Relatório final de avaliação sobre as ações de capacitação dos CONDELS			06/07/2013	11.000,00	
Produto VII: Documento contendo a sistematização da ação			05/08/2013	12.000,00	

de capacitação dos CONDELS			
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: JAMES BATISTA VIEIRA		CPF: 82722056020	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em execução dentro do cronograma previsto.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 36873580899					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de Relatório síntese relacionando experiências nacionais relevantes na capacitação em Direitos Humanos, sobretudo aquelas voltadas à gestão de políticas e programas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/09/2012	03/03/2013	46.000,00	35.000,00	25.000,00	25.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Relatório síntese relacionando experiências nacionais relevantes na capacitação em Direitos Humanos, sobretudo aquelas voltadas à gestão de políticas e programas.			04/10/2012	9.000,00	
Produto II: Relatório síntese relacionando experiências estrangeiras e internacionais relevantes na capacitação em Direitos Humanos, sobretudo aquelas voltadas à gestão de políticas e programas.			01/11/2012	8.000,00	
Produto III: Relatório descritivo de casos de sucesso nacionais na gestão de políticas e programas de direitos humanos.			29/11/2012	8.000,00	
Produto IV: Relatório descritivo de casos de sucesso estrangeiros e internacionais na gestão de políticas e programas de direitos humanos			31/12/2012	8.000,00	
Produto V: Relatório global analítico das experiências nacionais, internacionais e estrangeiras relevantes na capacitação em Direitos Humanos e dos casos de sucesso nacionais, estrangeiros e internacionais na gestão de políticas e programas de direitos humanos.			03/03/2013	13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JOARA MARCHEZINI				CPF: 36873580899	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega do quarto produto. Um aditivo de prazo está sendo elaborado para garantia da execução do contrato em sua totalidade.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BR 08/006
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 16663998846					
Objetivo da Consultoria: Elaborar critérios de seleção para o Premio Nacional de Educação em Direitos Humanos sob a região de sua responsabilidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/09/2012	15/02/2013	14.000,00	8.500,00	4.500,00	4.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto I: Documento com critérios de seleção e estrutura dos relatórios individuais(ficha técnica, resumo, pontos fortes e fracos, avaliação geral) das categorias 1 – Secretarias de Educação na construção da Educação em Direitos Humanos e 2 – A Educação em Direitos Humanos na Escola.				22/10/2012	4.500,00
Produto II: Relatório individual de cada trabalho inscrito nas categorias 1 e 2, que deverá conter informações que possibilitem avaliação do trabalho. Seleção de dez trabalhos por categoria, com o sumário executivo das ações desenvolvidas.				11/11/2012	4.000,00
Produto III: Relatório geral do processo de seleção, incluindo relatório do total de inscrições(inscritos por região, por categoria, por tema) e recomendações para melhorar o processo relativos a categoria 1 e 2.				15/01/2013	5.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: KÁTIA REGINA GONÇALVES MORI				CPF: 16663998846	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Atraso na entrega do segundo produto, que foi pago em 2013. Contrato finalizado, com todos os demais produtos pagos em 2013.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 54084440078					
Objetivo da Consultoria: Elaborar processos e instrumentos para a identificação e avaliação de programas e atividades de educação não-formal em Direitos Humanos da região de sua responsabilidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	31/01/2013	30.000,00	30.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto I: Catalogação e classificação das iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos, incluindo os objetivos propostos em cada uma delas, realizadas nas regiões Sul e Nordeste.				03/06/2012	10.000,00
Produto II: Relatório de análise qualitativa sobre o levantamento das iniciativas catalogadas e classificadas.				18/07/2012	9.000,00

Produto III: Proposta de orientação político-pedagógica para o desenvolvimento de ações voltadas à educação não-formal em Direitos Humanos, e de estratégias e mecanismos de avaliação dos produtos existentes nessa área.	01/09/2012	11.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: LISÂNIA DE GIACOMETTI	CPF: 54084440078	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Segundo produto entregue e pago em 2013. Contrato estendido até final de março de 2013, para garantia da entrega do último produto que está em atraso.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BR 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 68818920120					
Objetivo da Consultoria: Elaborar processos e instrumentos para a identificação e avaliação de programas e atividades de educação não-formal em Direitos Humanos da região de sua responsabilidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/04/2012	31/01/2013	30.000,00	30.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Catalogação e classificação das iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos, incluindo os objetivos propostos em cada uma delas, realizadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste.			17/07/2012	10.000,00	
Produto II: Relatório de análise qualitativa sobre o levantamento das iniciativas catalogadas e classificadas.			31/08/2012	9.000,00	
Produto III: Proposta de orientação político-pedagógica para o desenvolvimento de ações voltadas à educação não-formal em Direitos Humanos, e de estratégias e mecanismos de avaliação dos produtos existentes nessa área.			15/10/2012	11.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA ALEJANDRA SCHULMEYER				CPF: 68818920120	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Segundo produto entregue e pago em 2013. Contrato estendido até final de março de 2013, para garantia da entrega do último produto que está em atraso.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BR 08/006
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 80064442772	
Objetivo da Consultoria: Elaborar documento técnico contendo especificações, objetivos, justificativa, metodologia, estratégia de monitoramento, cronograma e produtos para identificar as concepções, ações.	

metodologias e materiais de formação de profissionais utilizados na Secretaria de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/04/2012	21/01/2014	114.000,00	14.000,00	6.000,00	6.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo especificações, objetivos, justificativa, metodologia, estratégia de monitoramento, cronograma e produtos para identificar as concepções, ações, metodologias e materiais de formação de profissionais utilizados na Secretaria de Direitos Humanos.				22/10/2012	6.000,00
Documento técnico contendo a Matriz de Referência para a formação de educadores sociais e lideranças populares, subsídio para a atuação e monitoramento cidadão, no âmbito do Plano CracK.				26/11/2012	8.000,00
Documento técnico contendo Proposta de Formação em Direitos Humanos segundo o referencial teórico-metodológico da SDH/PR, contemplando diferentes modalidades (curta duração – 40h e longa duração 120h) e diferentes públicos (profissionais e comunidades).				05/01/2013	8.000,00
Documento técnico contendo a Matriz de Referência, correspondente à proposta de Formação em Direitos Humanos.				09/02/2013	8.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (1), Cadernos de Formação, referentes a 1 temática a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.				21/03/2013	7.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos				10/05/2013	14.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos..				24/06/2013	14.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.				03/08/2013	14.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.				12/09/2013	14.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.				22/10/2013	14.000,00
Documento Técnico contendo o conteúdo de (1), Cadernos de Formação, referentes a 1 temática a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.				21/11/2013	14.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA				CPF: 80064442772	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Atraso na entrega do segundo produto ocasionou a diferença entre o previsto e o pago no ano de 2012. Produto foi pago em 2013 e contrato segue dentro de seu cronograma de execução.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BR 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 29728498845					
Objetivo da Consultor: Realizar análise dos avanços das políticas públicas, no período de 2006 a 2012, relacionadas às pessoas com deficiência, com destaque para os resultados das Conferências Nacionais e regionais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/08/2012	31/12/2012	22.000,00	22.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico sobre a I Conferência Nacional sobre Pessoas com Deficiência no Brasil, ocorrida em 2006, com destaque para as discussões realizadas e os resultados obtidos.			04/09/2012	5.000,00	
Documento técnico sobre a II Conferência Nacional sobre Pessoas com Deficiência no Brasil, ocorrida em 2008, com destaque para as discussões realizadas e os resultados obtidos.			24/09/2012	5.000,00	
Documento técnico sobre os avanços na política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência, com enfoque na promoção de direitos, incluindo pareamento do marco regulatório editado após a realização das I e II Conferências Nacionais sobre Pessoas com Deficiência			03/11/2012	6.000,00	
Relatório consolidado das informações levantadas acompanhado de matrizes (5 unidades originais) de CD com o conteúdo da obra nas versões .doc, opendoc, pdf texto e txt, o qual integrará o produto (o CD deve ter qualidade suficiente para reproduções sucessivas sem perda de atributos).			13/12/2012	6.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANA ELISA DE CARLI DOS SANTOS				CPF: 29728498845	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido da consultora em 21/11/2012. Os demais produtos não entregues pela consultora, que possuíam relevância como preparação para a Conferencia Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em dezembro de 2012, deixaram de ser necessários e, portanto, não serão recontratados pela área demandante.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil	BR 08/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 08340397885	
Objetivo da Consultoria: Realizar levantamento da situação socio-econômica das pessoas com deficiência no	

Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/01/2012	05/03/2012	20.000,00	0,00	8.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico contendo levantamento bibliográfico e pesquisa sobre com relação à empregabilidade e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, reserva de cotas, legislação vigente, jurisprudências e boas práticas;				25/01/2011	4.000,00
Documento Técnico contendo levantamento bibliográfico e pesquisa sobre com relação à empregabilidade e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, reserva de cotas, legislação vigente, jurisprudências e boas práticas;				07/02/2011	4.000,00
Documento Técnico contendo levantamento bibliográfico e pesquisa sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, incluindo um levantamento das ações de acessibilidade nas escolas (obras de adaptação), implementação de sala de recursos multifuncionais, capacitação de professores, transporte escolar e livro didático acessível;				18/02/2011	4.000,00
Documento Técnico contendo levantamento bibliográfico e pesquisa sobre moradias de longa permanência, residências inclusivas, além de normas e procedimentos da política de cuidadores para pessoas com deficiência;				01/03/2011	4.000,00
Documento Técnico contendo levantamento bibliográfico e pesquisa sobre a Política de Concessão de Benefícios de Assistência a Pessoas com Deficiência – O Benefício de Prestação Continuada (BPC), o BPC na Escola, entre outras iniciativas;				15/03/2011	4.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Rita de Paula				CPF: 08340397885	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O contrato, cuja vigência original abarcava apenas o ano de 2011, teve seu prazo estendido em 2012 para que a consultora pudesse entregar os dois últimos produtos, os quais foram pagos no exercício 2012.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BR 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 41362756415					
Objetivo da Consultoria: Elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em cordel					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/09/2012	10/06/2013	96.000,00	21.000,00	76.000,00	76.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo texto adaptado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em cordel do capítulo 1º ao 17º	23/10/2012	7.000,00
Documento técnico contendo texto adaptado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em cordel do capítulo 18º ao 34º	02/12/2012	7.000,00
Documento técnico contendo texto adaptado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em cordel do capítulo 35º ao 50º	22/12/2012	7.000,00
Projeto artístico das ilustrações típicas de literatura de cordel que comporão a publicação	11/01/2013	21.000,00
Projeto gráfico com diagramação da cartilha composta de textos em versos e ilustrações com arte final para publicação	31/01/2013	8.000,00
Projeto de acompanhamento da versão declamada da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em cordel	12/03/2013	10.000,00
Projeto musical de acompanhamento da versão cantada com arranjos instrumentais (violões, violões e percussões) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em cordel	01/04/2013	16.000,00
Matriz final e original do CD (5 unidades) com o texto declamado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mixado e autorado.	11/05/2013	8.000,00
Matriz final e original do CD (5 unidades) com o texto cantado com arranjos musicais (violões, violões e percussões) da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mixado e autorado.	31/05/2013	10.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: FRANCISCO DE ASSIS SILVA		CPF: 41362756415
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Em função da realização da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a SDH solicitou ao consultor que antecipasse alguns produtos, a fim de que se pudesse utilizá-los durante a Conferência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BR 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 59394137068					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do projeto museográfico da exposição PARA TODOS com suas devidas especificações técnicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2011	25/02/2013	121.425,00	15.000,00	50.000,00	90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Documento contendo os desenhos do projeto museográfico da exposição com suas devidas especificações técnicas.			11/12/2011	40.000,00	

Produto 2 – Projeto elétrico para iluminação do espaço museográfico	11/12/2011	15.000,00
Produto 3 – Maquete eletrônica da exposição.	21/12/2011	35.000,00
Produto 4 – Avaliação dos espaços que receberam a montagem da exposição, considerando os condicionantes físicos, espaciais, técnicos e de segurança.	31/12/2011	10.000,00
Produto 5 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – projeto arquitetônico da museografia.	29/02/2012	5.000,00
Produto 6 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da quinta, sexta, sétima e oitava montagem da exposição.	07/08/2012	5.000,00
Produto 7 – Relatório de supervisão e avaliação dos elementos arquitetônicos da quinta, sexta, sétima e oitava montagens.	16/09/2012	5.000,00
Produto 8 – Relatório Final de supervisão e avaliação dos elementos arquitetônicos da museografia.	23/02/2013	6.425,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: LUCIANO DE TOPIN RIBEIRO		CPF: 59394137068
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Em razão de atrasos na entrega dos produtos previstos para 2011, o valor pago em 2012 ficou acima do previsto em contrato. Em 2012 foram entregues os produtos 2 e 3. Os produtos 4, 5, 6, 7 e 8 foram entregues e pagos em 2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BR 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 44765401987					
Objetivo da Consultoria: Levantamento das necessidades de recursos de acessibilidade na área de comunicação para o ambiente da exposição PARA TODOS bem como a elaboração do projeto de comunicação visual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/10/2011	20/02/2013	155.000,00	112.500,00	47.500,00	147.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Levantamento das necessidades de recursos de acessibilidade na área de comunicação para o ambiente da exposição			04/12/2011	40.000,00	
Produto 2 – Projeto de comunicação visual da exposição com recursos de acessibilidade			28/01/2012	60.000,00	
Produto 3 – Pesquisa e tratamento de imagens para utilização na exposição			08/03/2012	20.000,00	
Produto 4 – Projeto gráfico e diagramação do catálogo e peças da exposição com recursos de acessibilidade			07/05/2012	25.000,00	
Produto 5 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a primeira e a segunda exposições realizadas			26/07/2012	2.500,00	
Produto 6 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a terceira e a quarta exposições realizadas			24/09/2012	2.500,00	
Produto 7 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a quinta e a sexta			23/11/2012	2.500,00	

exposições realizadas		
Produto 8 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a sétima e a oitava exposições realizadas	22/01/2013	2.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARIA JOSÉ HESSEINE COELHO		CPF: 44765401987
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O segundo produto previsto para pagamento em 2012 foi entregue e pago com antecedência no ano de 2011. Os produtos 3, 4 e 5 foram entregues em 2012. Os seguintes produtos foram já entregues e pagos em 2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BR 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 96744146068					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do conceito arquitetônico da Exposição PARA TODOS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2011	25/02/2013	185.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento contendo o conceito arquitetônico da exposição			21/11/2011	70.000,00	
Produto 2 – Projeto expográfico da exposição definindo o espaço onde ela será realizada, com painéis, bases e outros tipos de suportes para apresentação de materiais			11/12/2011	60.000,00	
Produto 3 – Memorial descritivo do espaço a ser utilizado pela exposição com especificações de materiais a serem utilizados			21/12/2011	20.000,00	
Produto 4 – Maquete física da exposição			31/12/2011	15.000,00	
Produto 5 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da primeira e da segunda exposições, com vistas à realização de eventuais ajustes			29/02/2012	5.000,00	
Produto 6 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da terceira e da quarta exposições, com vistas à realização de eventuais ajustes			07/08/2012	5.000,00	
Produto 7 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da quinta e da sexta exposições, com vistas à realização de eventuais ajustes			16/09/2012	5.000,00	
Produto 8 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – final com avaliação das oito exposições			23/02/2013	5.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: TIAGO BALEM				CPF: 96744146068	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Em razão de atrasos na entrega dos produtos previstos para 2011, o valor pago em 2012 ficou acima do previsto em contrato. Contrato teve seu prazo estendido para entrega dos últimos produtos pendentes.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BR 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 07751957824					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do Projeto de exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, com a definição do conceito, projeção de abordagens e enfoques relativos à deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2011	25/02/2013	173.000,00	115.500,00	45.500,00	150.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Projeto de exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, com a definição do conceito, projeção de abordagens e enfoques relativos à deficiência				04/12/2011	50.000,00
Produto 2 – Documento técnico contendo resultado de pesquisa e levantamento do conteúdo de apoio para desenvolvimento e elaboração das abordagens realizadas nas exposições				18/01/2012	30.000,00
Produto 3 – Coleção de textos a serem trabalhados na exposição sobre a história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil				08/03/2012	25.000,00
Produto 4 – Projeto de comunicação para divulgar a exposição				17/04/2012	10.000,00
Produto 5 – Documento técnico contendo concepção, conteúdo e programação de oficina e capacitação dos monitores que acompanharão as exposições				06/06/2012	20.500,00
Produto 6 - Relatório de avaliação da primeira e da segunda exposições realizadas, com vistas a identificar necessidade de ajustes e apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada				16/07/2012	7.500,00
Produto 7 - Relatório de avaliação da terceira e quarta exposições realizadas, com vistas a identificar necessidade de ajustes e apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada				04/09/2012	7.500,00
Produto 8 - Relatório de avaliação da quinta e sexta exposições realizadas, com vistas a identificar necessidade de ajustes e apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada				24/10/2012	7.500,00
Produto 9 - Relatório de avaliação da sétima e oitava exposições realizadas, com vistas a apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada				03/12/2012	7.500,00
Produto 10 – Relatório de mídia, com levantamento de inserções e repercussões durante o período				22/01/2013	7.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: VERA REGINA ROTTA				CPF: 07751957824	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: O segundo e o terceiro produto previstos para pagamento em 2012 foram entregues e pago com antecedência no ano de 2011.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					

Título do Projeto:				Código	
Inclusão de Pessoas com Deficiência: Ampliando conhecimentos e aperfeiçoando mecanismos de promoção, formulação e implantação de políticas públicas de acessibilidade				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: Contrato: SHS00675/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissional especializado para realização de estudos sobre acessibilidade arquitetônica e urbanística a fim de fornecer subsídios técnicos ao desenho e planejamento de políticas públicas de acessibilidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	30/08/2012	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico e arquivo digital contendo proposta de estrutura de um banco de dados de profissionais atuantes na área da política para pessoas com deficiência, em especial na área de acessibilidade. Questionário a ser utilizado na busca ativa de profissionais.			01/05/2012	5.000,00	
Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade na sinalização e comunicação urbana;Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 30 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade arquitetônica e urbanística,Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade nos serviços de transporte público e coletivo, em todos os seus modais - terrestre -rodoviário, metroferroviário, ferroviário e circulação de pedestre, aquaviário e aéreo, Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade nos serviços oferecidos à população -serviços de saúde, educação, cultura, turismo, trabalho, assistência social, desporto e lazer- e; Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade na comunicação e informação. Documento técnico com a análise sobre os perfis, localização e disponibilidade desses profissionais.			10/06/2012	R\$ 10.000,00	
Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à gestão de informações e modelos de sistemas informatizados acessíveis, arquivo eletrônico com os dados dos profissionais identificados para trabalhos relacionados a processos artísticos e culturais com recursos de acessibilidade, Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 30 pesquisadores que trabalhem com a temática da pessoa com deficiência e arquivo eletrônico com os dados dos profissionais identificados para trabalhos relacionados à Tecnologia Assistiva -Ajudas Técnicas. Documento técnico com a análise sobre o perfil, localização e disponibilidade desses profissionais.			01/07/2012	R\$ 8.000,00	

Documento técnico, em meio magnético, contendo todas as informações sistematizadas em base de dados, em formato claro, de fácil manuseio, com possibilidade de ser alimentado com novas informações sempre que necessário, e com acessibilidade.	30/08/2012	R\$ 7.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alex Wagner Dias	CPF: 223.550.358-65	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido. Havendo sido pago somente o primeiro produto. A área considerou que o consultor selecionado não conseguiu cumprir os objetivos da consultoria. Não foi lançado novo edital para a realização dos trabalhos, tendo em vista que essa atividade foi absorvida por servidores da SDH.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
Inclusão de Pessoas com Deficiência: Ampliando conhecimentos e aperfeiçoando mecanismos de promoção, formulação e implantação de políticas públicas de acessibilidade				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00904/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissional especializado para o desenvolvimento de um modelo conceitual, metodológico e operacional para reestruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/09/2011	10/05/2012	R\$ 30.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo levantamento de informações completas acerca dos núcleos SICORDE existentes, com discriminação por núcleo (contatos, estrutura física e de pessoal, funcionamento, coleta de dados etc);			20/10/2011	R\$ 7.000,00	
Proposta de modelo conceitual, metodológica e operacional para efetivo funcionamento dos núcleos SICORDE, inclusive com indicação das demandas para adequação de cada unidade ao padrão proposto;			10/12/2011	R\$ 7.000,00	
Documento técnico contendo a orientação e padronização das informações desejáveis para um novo modelo do sistema;			25/01/2012	R\$ 5.000,00	
Manual para orientação acerca do funcionamento do SICORDE reestruturado e documento com concepção de estrutura de capacitação e execução de treinamento;			28/02/2012	R\$ 5.000,00	
Relatório de acompanhamento, análise e ajustamento da aplicação do modelo proposto.			10/05/2012	R\$ 6.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alexandre Hamilton Oliveira Santos				CPF: 477.994.631-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código

Inclusão de Pessoas com Deficiência: Ampliando conhecimentos e aperfeiçoando mecanismos de promoção, formulação e implantação de políticas públicas de acessibilidade				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SHS00638/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissional especializado para realização de estudos sobre acessibilidade arquitetônica e urbanística a fim de fornecer subsídios técnicos ao desenho e planejamento de políticas públicas de acessibilidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	14/12/2012	R\$ 55.500,00	R\$ 55.500,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo subsídios sobre acessibilidade em unidades básicas de saúde, identificando requisitos mínimos de acessibilidade ao meio físico e ao mobiliário para unidades do Sistema Único de Saúde.			01/05/2012	R\$ 10.500,00	
Documento técnico descritivo contendo proposta de metodologia para a realização de cursos de capacitação em acessibilidade e direitos humanos.			15/06/2012	R\$ 9.500,00	
Documento técnico contendo subsídios sobre acessibilidade em políticas públicas de desenvolvimento turístico, identificando exigências de acessibilidade e requisitos mínimos em equipamentos e serviços turísticos para atender a diversidade da população, especialmente de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.			01/08/2012	R\$ 12.500,00	
Documento técnico contendo subsídios sobre acessibilidade em políticas públicas de esporte, identificando as exigências de acessibilidade e requisitos mínimos para as arenas esportivas, para os entornos e na relação com modais de transporte, conforme legislação e normas técnicas em vigor, especialmente das relacionadas aos eventos esportivos COPA FIFA 2014, Olimpíadas 2016 e Paraolimpíadas 2016.			25/10/2012	R\$ 11.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ângela Carneiro da Cunha				CPF: 143.030.514-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido, havendo sido pago somente os dois primeiros produtos. Ainda não foi solicitado que o edital seja publicado novamente pela área.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: Contrato: SHS00952/2011	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para análise e proposição de ferramentas multimeios que integrem as informações sobre as ações e programas da SDH. Essas ferramentas devem ser subsidiadas por elementos de sustentação conceitual que possibilitem a ampliação da produção e a difusão de informações em Direitos Humanos viabilizando uma experiência eficiente no acesso aos seus usuários.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/09/2011	09/05/2012	R\$ 70.000,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00	R\$ 45.900,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo texto referencial (teórico e metodológico) que subsidie as ações de integração das informações			12/12/2011	R\$ 9.800,00	
Documento técnico contendo propostas de ferramentas multimeios (documento que explora os diferentes usos das tecnologias de informação e comunicação) e interfaces de integração das informações dos programas e ações de competência da SDH em articulação com as principais ferramentas tecnológicas para o acompanhamento e a gestão de programas do Governo Federal (SIMEC);			28/01/2012	R\$ 12.600,00	
Documento multimeios em formato de publicação web com a descrição do processo de integração das informações dos programas e ações de competência da SDH possibilitando a multiplicação das ações realizadas;			09/03/2012	R\$ 10.500,00	
Documento multimeios com interface de acesso às apresentações e documentos institucionais elaborados pela SDH durante o período de vigência do contrato.			09/05/2012	R\$ 13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Adriana Parada				CPF: 565.499.461-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00496/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para elaborar estudos acerca das organizações sem fins lucrativos na perspectiva da interação entre Estado e Sociedade Civil, do direito humano à liberdade de associação e à participação social na gestão democrática (artigo XX e XXI da Declaração Universal de Direitos Humanos), com foco na avaliação do marco regulatório das organizações da sociedade civil vigente no âmbito federal, incluindo os compromissos internacionais assumidos pelo Estado.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/03/2012	14/11/2012	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 41.000,00	R\$ 41.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo sistematização e análise de normas federais referentes ao fomento de organizações da sociedade civil e o repasse de recursos públicos;				30/03/2012	R\$ 12.000,00
Documento técnico contendo sistematização e análise de dados referentes às organizações da sociedade civil, suas				15/06/2012	R\$ 13.000,00

qualificações, fontes de financiamento e sustentabilidade;		
Documento técnico contendo sistematização e análise de leis e políticas existentes em 20 países a serem selecionados que promovam o fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil, regulem repasse de recursos públicos e questões tributárias;	20/07/2012	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo sistematização e análise de projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional e anteprojotos de lei elaborados referentes às organizações da sociedade civil;	15/09/2012	R\$ 14.000,00
Documento técnico contendo sistematização e análise de propostas referentes à discussão sobre marco regulatório das organizações da sociedade civil travadas no âmbito do Governo Federal.	14/11/2012	R\$ 15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Aline Goncalves de Souza		CPF: 316.273.278-60
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00950/2011					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do relatório do segundo ciclo do mecanismo de Revisão Periódica Universal no Brasil, o relatório para a Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/09/2011	30/06/2012	R\$ 76.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ 76.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento de sistematização e análise dos dados recebidos dos órgãos do poder executivo federal e dos poderes executivos estaduais.			25/09/2011	R\$ 12.000,00	
Primeira versão do Relatório do segundo ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal no Brasil.			15/10/2011	R\$ 15.000,00	
Relatório da Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis.			01/12/2011	15.000,00	
Proposta de curso de capacitação sobre o mecanismo RPU para cooperação entre o Brasil e outros países.			01/02/2012	10.000,00	
Documento de sistematização e análise das recomendações internacionais recebidas pelo Brasil, desde 2008, no âmbito dos instrumentos treaty-based e do primeiro RPU.			15/04/2012	11.000,00	
Documento de sistematização das discussões e recomendações apresentadas ao relatório brasileiro na 13 Sessão do Segundo Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal			30/06/2012	12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Laura Becker de Aguiar				CPF: 034.056.899-29	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00500/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores para proporem diretrizes para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Voluntariado, Consultor 2 para o Grupo de Trabalho 2 “Sistema de Cadastro de Voluntários”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/03/2012	14/05/2012	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo proposta, metodologia e perfil dos participantes do grupo de trabalho quanto ao seu conteúdo, dinâmica e resultados esperados, elaborado em conjunto com o Coordenador do projeto;			30/03/2012	4.000,00	
Documento preliminar de relatoria dos trabalhos do GT que subsidie o consultor que elaborará as diretrizes para um Sistema Nacional de Voluntariado e na elaboração da publicação final do seminário			14/05/2012	6.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Luisa Alves Cordeiro				CPF: 003.878.380-07	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00776/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para produzir documentos de fomento à Educação em Direitos Humanos (materiais educativos) no âmbito de atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos bem como da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2012	15/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	8.800,00	8.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Guia estratégico sobre Educação e Direitos Humanos para Mídia Digital -internet,				26/11/2012	R\$ 8.800,00

redes sociais, cyberativismo-, visando o fortalecimento e a divulgação do projeto das relatorias;		
Documento técnico contendo Roteiro de programa de vídeo para promoção dos Dhesca, contendo explicação didática sobre o tema e a atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos como um instrumento inovador de exigibilidade e monitoramento dos direitos humanos no Brasil;	18/01/2013	10.100,00
Documento técnico contendo folheto informativo-educativo sobre as principais causas de violações dos direitos humanos no Brasil, a partir de estudos e análises realizados pelas Relatorias Nacionais de Direitos Humanos Elaborado, editado e revisto;	29/03/2013	R\$ 9.200,00
Documento contendo texto para Material informativo e educativo sobre Direitos Humanos no Brasil a partir da experiência das Relatorias Nacionais frente às violações por elas investigadas.	15/05/2013	R\$ 9.900,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Anderson Luiz Moreira		CPF: 026.460.459-80
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato em andamento		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: Contrato: SHS00497/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores para proporem diretrizes para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Voluntariado. Grupo de Trabalho 4 “Formação dos voluntários”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/03/2012	14/05/2012	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo proposta, metodologia e perfil dos participantes do grupo de trabalho quanto ao seu conteúdo, dinâmica e resultados esperados, elaborado em conjunto com o Coordenador do projeto;			30/03/2012	4.000,00	
Documento preliminar de relatoria dos trabalhos do GT que subsidie o consultor que elaborará as diretrizes para um Sistema Nacional de Voluntariado e na elaboração da publicação final do seminário			14/05/2012	6.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Anderson Regner dos Santos Fogo				CPF: 586.982.800-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01331/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para efetuar o levantamento de programas e materiais existentes para uso nas ações de educação e direitos humanos a fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/11/2011	17/10/2012	R\$ 60.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de metodologia para realização de pesquisa e mapeamento, por meio de estudo tipológico, do acervo de documentos produzidos e acumulados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;			12/12/2011	R\$ 12.000,00	
Documento analítico contendo pesquisa e mapeamento, por meio de estudo tipológico, do acervo de documentos produzidos e acumulados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;			17/02/2012	R\$ 13.000,00	
Documento técnico contendo banco de dados contendo informações acerca de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil			18/04/2012	R\$ 16.000,00	
Documento técnico contendo catalogação dos processos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, considerando a natureza dos arquivos e as necessidades de acesso;			20/06/2012	R\$ 11.000,00	
Documento técnico contendo estudo que relacione o arquivo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com outros acervos existentes no Brasil e, eventualmente, exterior, a eles relacionados.			17/10/2012	R\$ 8.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Andrea Valentim Alves Ferreira				CPF: 935.303.071-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS01366/2011	
Objetivo da Consultoria: contratação de consultor especializado para desenvolver proposta de instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação da implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/12/2011	14/11/2012	R\$ 53.000,00	R\$ 53.000,00	R\$ 53.000,00	R\$ 53.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo levantamento do atual funcionamento dos Balcões de Direito/Centros de Referência que não mais recebem, mediante Convênios, recursos da SDH/PR, bem como levantamento de todos os profissionais que atuam nos Centros de Referência/Balcões de Direitos do país e avaliação sobre a suficiência de recursos humanos, levantando informações sobre o estado da arte nas matérias descritas e que permitam formular/aperfeiçoar políticas públicas estruturantes da atuação dos Centros de Referência.			15/01/2012	R\$ 8.500,00	
Relatório contendo levantamento quantitativo de todos os produtos/serviços prestados pelos projetos desenvolvidos durante o ano de 2011 pelos parceiros da Coordenação Geral dos Centros de Referência em Direitos Humanos, tais como número de atendimentos jurídicos, sociais e psicológicos, de encaminhamentos para expedição de documentos básicos, de mediações de conflitos, de ações judiciais ajuizadas/acompanhadas, dentre outros.			28/02/2012	R\$ 10.500,00	
Produto 3. Documento descritivo contendo Projeto piloto Político Pedagógico para a atuação dos Centros de Referência em Direitos Humanos em todo o território nacional bem como de estratégias de ações conjuntas entre eles.			15/05/2012	R\$ 7.500,00	
Documento técnico contendo planejamento e proposta pedagógica de capacitações que qualifiquem os Centros de Referência em Direitos Humanos a atender com precisão às demandas sociais. E proposta de temas e programação para um encontro que una as equipes de todos os Centros de Referência em Direitos Humanos visando o compartilhamento de experiências.			30/07/2012	R\$ 9.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Atahualpa Fidel Perez Blanchet Coelho				CPF: 002.790.930-12	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00034/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para desenvolver metodologia de capacitação no Haiti para agentes governamentais, que terá como objetivo promover o conhecimento sobre a realidade das pessoas com deficiência e sobre os principais instrumentos internacionais que tratam de seus direitos, bem como compartilhar a experiência prática que o Brasil tem na construção de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total Previsto no	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

		Contrato	Exercício		
10/01/2012	14/10/2012	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta metodológica de pesquisa técnica sobre a realidade da pessoa com deficiência no Haiti, com definição das fontes e instrumentos de coleta de dados, com ênfase na atuação governamental e Documento técnico contendo proposta de currículo e programação para o curso.			30/01/2012	R\$ 9.000,00	
Documento técnico contendo relatório de pesquisa técnica no Haiti, com a apresentação da sistematização e análise dos dados coletados.			28/02/2012	R\$ 10.000,00	
Documento técnico com o conteúdo das cartilhas dos cursos para agentes governamentais em formato acessível (.doc, .txt e PDF)			14/06/2012	R\$ 13.000,00	
Documento técnico contendo a sistematização do curso ministrado no Haiti. O relatório deve conter: número de participantes; informações sobre cada participante, principalmente no que se refere a sua atuação profissional; atividades realizadas durante a capacitação; relato sobre o andamento da capacitação, com destaque para as intervenções feitas pelos participantes, dificuldades apresentadas por ele e discussões desenvolvidas com o grupo.			14/10/2012	R\$ 12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Bruna Bellinato Scrivanti Santana				CPF: 022.286.239-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido. Havendo sido pago somente o primeiro produto. A área considerou que o consultor selecionado não conseguiu cumprir os objetivos da consultoria. Não foi lançado novo edital para a realização dos trabalhos, tendo em vista que essa atividade foi absorvida por servidores da SDH.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01208/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para realizar análise teórica e avaliar o impacto das “Caravanas: Direitos Humanos pelo Brasil”, bem como realizar levantamento sobre as principais violações de direitos humanos ocorridas em alguns estados da federação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/10/2011	13/10/2012	R\$ 84.000,00	R\$ 71.000,00	R\$ 71.000,00	R\$ 84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo Artigo acadêmico que aborde o tema As Caravanas como instrumento de educação em			30/12/2011	R\$ 10.000,00	

direitos humanos, a partir da experiência da primeira Caravana.		
Documento técnico contendo Artigo acadêmico que aborde o tema As Caravanas como instrumento de promoção e realização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), a partir da experiência da Primeira e da segunda Caravana.	04/02/2012	R\$ 11.000,00
Documento técnico contendo Artigo academico que aborde o tema As Caravanas como instrumento de promoção e cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil a partir da experiencia da primeira e da segunda Caravana.	25/03/2012	R\$ 12.000,00
Documento técnico contendo a sistematização e análise dos dados coletados durante a 2 ou 3 Caravana a partir do uso dos instrumentos desenvolvidos nos produtos 1 e 2.	24/06/2012	R\$ 14.000,00
Documento técnico contendo modelo de Instrumento de coleta de dados junto às organizações da sociedade civil para levantamento das principais violações de direitos humanos que ocorrem em cada estado da federação. Documento técnico contendo mapeamento das organizações da sociedade civil às quais a coleta de dados deve ser realizada.	24/08/2012	R\$ 9.000,00
Documento de sistematização dos dados coletados e a identificação das principais violações de direitos humanos apontadas em cada estado da federação.	13/10/2012	R\$ 15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Carla Miranda		CPF: 011.755.401-45
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01267/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado por produto para a elaboração de proposta metodológica para pesquisa e sistematização de informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Tocantins – GTT, a fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/12/2011	01/11/2012	R\$ 84.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta metodológica para pesquisa e sistematização de informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Tocantins GTT, criado pela portaria n 567 MD, de 29 de abril de 2009, finalizando suas atividades após publicação da portaria que instituiu o Grupo de Trabalho Araguaia- GTA; criado pela Portaria Interministerial n 1 MD.MJ.SDHPR. de 05 de maio de 2011				10/12/2011	R\$ 14.000,00

Documento técnico analítico contendo a triagem e sistematização de informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Tocantins GTT, criado pela portaria n 567MD, de 29 de abril de 2009	25/01/2012	R\$ 10.000,00
Documento técnico contendo Banco de dados contendo as informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Tocantins GTT, criado pela portaria n 567MD, de 29 de abril de 2009;	10/04/2012	R\$ 13.000,00
Documento técnico analítico contendo resultados da pesquisa in loco na região denominada como bico do papagaio situado na confluência dos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão, visando o levantamento e dados e coleta de informações versando sobre a Guerrilha do Araguaia.	10/06/2012	R\$ 12.000,00
Documento técnico analítico contendo sistematização das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Tocantins GTT, criado pela portaria n 567MD, de 29 de abril de 2009, finalizando suas atividades em 2011 após publicação da portaria que instituiu o Grupo de Trabalho Araguaia GTA, criado pela Portaria Interministerial n 1 MD,MJ,SDHPR, de 05 de maio de 2011	10/07/2012	R\$ 21.000,00
Documento técnico analítico contendo sistematização das atividades de reconhecimento do Grupo de Trabalho Araguaia em locais de possível inumação de participantes da Guerrilha do Araguaia.	01/11/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Caroline Silveira Bauer		CPF: 001.454.740-62
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00855/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada, na modalidade produto, para a elaboração de ementa de curso, material didático e conteúdos para Curso de Ensino à Distância destinado à capacitação de profissionais de segurança pública na prevenção e combate à tortura.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
1/07/2012	01/11/2012	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo resultados de pesquisa de material didático e elenco da bibliografia de referência que deverá ser disponibilizada no Curso EAD em Prevenção e Combate à Tortura;			25/07/2012	R\$ 6.000,00	
Documento técnico contendo proposta de ementa dividida para Curso EAD em Prevenção e Combate a Tortura. Os conteúdo deverá ser dividido em 4 módulos.Módulo 1- Normas no Combate à Tortura. Legislação Nacional e			10/08/2012	R\$ 4.000,00	

Internacional; Módulo 2- A Tortura como Crime de Oportunidade: Violência Institucional no Sistema de Justiça Criminal, Segurança Pública e Sistema Socioeducacional; Módulo 3-Grupos Vulneráveis à Tortura: Aspectos Sociológicos, Econômicos e Experiências e Módulo 4- Análise de Casos e Estratégias Institucionais para o Enfrentamento da Tortura		
Documento técnico contendo proposta de conteúdo para o modulo 1 e 2 do curso EAD em Prevenção e Combate a Tortura.	01/09/2012	R\$ 8.000,00
Documento técnico contendo proposta de conteúdo para o Módulo 3 e 4 do Curso EAD em Prevenção e Combate à Tortura;	10/09/2012	R\$ 8.000,00
Documento técnico contendo a proposta final do conteudo para o curso de Educação a Distancia em Prevenção e combate a tortura.	01/11/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Carolyne Reis Barros	CPF: 060.628.936-40	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato rescindido. A área considerou que o consultor selecionado não conseguiu cumprir os objetivos da consultoria. Até o presente momento não foi lançado novo edital para a realização dos trabalhos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00375/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissional especializado, para sistematização das sugestões ao Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública que serão fornecidas por meio de um link na página da Secretaria de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/02/2012	14/11/2012	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,0	R\$ 0,0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo reflexão teórica com foco nos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública de forma a justificar a necessidade de construção/elaboração do Plano nacional de Promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança pública;			24/04/2012	R\$ 12.000,00	
Documento técnico analítico com as contribuições postadas no Link da página da Secretaria de Direitos Humanos referente aos temas: DIREITOS CONSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ; VALORIZAÇÃO DA VIDA e DIREITO À DIVERSIDADE.			29/06/2012	R\$ 14.000,00	
Documento técnico analítico com as contribuições postadas no Link da página da Secretaria de Direitos Humanos referente aos temas: REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO, DIGNIDADE E SEGURANÇA NO TRABALHO. SEGUROS E AUXÍLIOS: ASSISTÊNCIA			15/08/2012	R\$ 14.000,00	

JURÍDICA, HABITAÇÃO, CULTURA E LAZER		
Documento técnico analítico com as contribuições postadas no Link da página da Secretaria de Direitos Humanos referente aos temas: EDUCAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, ESTRUTURAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	01/10/2012	R\$ 14.000,00
Minuta do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.	14/11/2012	R\$ 16.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cassia Maria Rosato		CPF: 257.694.278-41
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido. Não foi lançado novo edital para essa consultoria.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00053/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor para avaliação do conteúdo, da dinâmica e dos resultados de aprendizagem de quatro cursos de capacitação desenvolvidos pela SDH e pela UNESCO para agentes públicos e representantes da sociedade civil no Haiti. E avaliação da efetividade desses cursos quanto ao alcance dos resultados almejados pelo projeto de cooperação sul-sul intitulado “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais do Haiti para Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/01/2012	14/11/2012	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Documento técnico contendo proposta metodológica de monitoramento e avaliação de cada um dos quatro cursos quanto ao seu conteúdo, dinâmica e resultados de aprendizagem;			28/02/2012		R\$ 12.000,00
Documento técnico contendo proposta metodológica de avaliação da efetividade das capacitações no alcance dos objetivos do projeto de cooperação sul-sul			15/06/2012		R\$ 13.000,00
Documento técnico avaliativo das capacitações quanto ao seu conteúdo, dinâmica e resultados de aprendizagem;			15/09/2012		R\$ 20.000,00
Documento técnico de avaliação da efetividade das atividades de capacitação, . incluindo a análise comparativa das atividades executadas versus produtos e metas propostas pelo Projeto, a partir de indicadores de eficácia e eficiência a serem definidos em conjunto entre o consultor contratado e a equipe do Projeto.			14/11/2012		R\$ 15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Consuelo Teresa Fernandez				CPF: 116.720.057-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00795/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/05/2012	17/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 11.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;			15/12/2012	R\$ 7.000,00	
Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			28/12/2012	R\$ 4.500,00	
Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			31/01/2013	R\$ 6.500,00	
Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			20/04/2013	R\$ 4.500,00	
Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			01/05/2013	R\$ 6.500,00	
Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementadas pelo Poder Público.			17/05/2013	R\$ 9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cristiano Muller				CPF: 701.760.940-91	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01074/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado na modalidade produto, para a elaboração de metodologia de formação continuada em mídia para multiplicadores governamentais e não governamentais, com a finalidade de propor estratégias de comunicação através de campanhas de conscientização e mobilização para a defesa, proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Haiti, além de estratégias de campanhas publicitárias de promoção da imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/09/2012	17/04/2013	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de currículo e Plano (programa) de Curso de formação continuada para a formulação de campanhas publicitárias de promoção da imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana.			17/10/2012	R\$ 15.000,00	
Documento técnico com o conteúdo das cartilhas da formação continuada para a formulação de campanhas publicitárias que promovam uma imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana em formato acessível (doc, txt e PDF).			17/02/2013	R\$ 13.000,00	
Documento técnico contendo relatório sobre as atividades desenvolvidas e materiais produzidos durante a formação continuada realizada no Haiti. O relatório deve conter: número de participantes; informações sobre cada participante, principalmente no que se refere à sua atuação profissional; atividades realizadas durante a formação; relato sobre o andamento da formação, com destaque para as intervenções feitas pelos participantes, dificuldades apresentadas por eles, discussões desenvolvidas e documentos produzidos pelo grupo.			17/04/2013	R\$ 12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Daniela Lobo D’Avila				CPF: 969.057.000-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: CONTRATO EM ANDAMENTO					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS01380/2011	

Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a realização de pesquisa de campo e coleta de informações sobre a Guerrilha do Araguaia a fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/12/2011	14/11/2012	R\$ 84.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta metodológica para levantamento de informações contidas em livros, dissertações, teses, artigos, documentos, arquivos públicos, matérias jornalísticas e demais fontes, versando sobre a Guerrilha do Araguaia.				14/01/2012	R\$ 10.000,00
Documento técnico contendo levantamento de informações contidas em livros, dissertações, teses, artigos, documentos, arquivos públicos, matérias jornalísticas e demais fontes, versando sobre a Guerrilha do Araguaia;				20/03/2012	R\$ 14.000,00
Banco de dados contendo informações versando sobre a Guerrilha do Araguaia, tais como aquelas obtidas através do levantamento em livros, dissertações, teses, artigos, documentos, arquivos públicos, matérias jornalísticas e demais fontes, como história da guerrilha, locais de conflito, etc,				15/06/2012	R\$ 15.000,00
Documento analítico contendo relatório de triagem, sistematização e hierarquização de informações contidas em livros, dissertações, teses, artigos, documentos, arquivos públicos, matérias jornalísticas e demais fontes, versando sobre a Guerrilha do Araguaia;				30/08/2012	R\$ 8.000,00
Banco de dados para armazenamento de relatos orais e entrevistas junto à população atingida, envolvida ou participante da Guerrilha do Araguaia, ou residente na região onde foi conflagrada a guerrilha;				15/09/2012	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo degravação dos relatos orais e entrevistas junto à população atingida, envolvida ou participante da Guerrilha do Araguaia, ou residente na região onde foi conflagrada a guerrilha.				14/11/2012	R\$ 21.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Deusa Maria de Sousa				CPF: 473.864.283-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS00782/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes:	

1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	16/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios.			15/06/2012	R\$ 7.000,00	
Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			20/12/2012	R\$ 4.500,00	
Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			28/12/2012	R\$ 6.500,00	
Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			10/04/2013	R\$ 4.500,00	
Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			17/04/2013	R\$ 6.500,00	
Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			16/05/2013	R\$ 9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Erica Lobato de Oliveira				CPF: 477.744.101-63	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: Contrato: SHS00793/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) areas seguintes:	

1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	15/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios.				15/06/2012	R\$ 7.000,00
Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				20/12/2012	R\$ 4.500,00
Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				04/02/2013	R\$ 6.500,00
Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				25/02/2013	R\$ 4.500,00
Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				05/04/2013	R\$ 6.500,00
Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.				15/05/2013	R\$ 9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fabrina Pontes Furtado				CPF: 777.861.733-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS00661/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Nordeste (consultor 2). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	01/03/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Nordeste, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado.				17/04/2012	R\$ 15.000,00
documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.				28/12/2012	R\$ 13.000,00
Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;				01/09/2012	R\$ 18.000,00
documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.				14/11/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Meira de Souza				CPF: 039.272.064-74	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato encerrado em 2013					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00345/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de Profissional especializado no desenvolvimento de competências para proposição de técnicas e dinâmicas participativas estimuladoras do diálogo e facilitadoras da obtenção de produtos; elaboração de materiais e sistematização de resultados visando a construção de um Projeto Político Pedagógico junto à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da SDH, em consonância com o Projeto Básico orientador dos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/02/2012	14/11/2012	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo síntese com textos, dinâmicas e materiais a serem utilizados no I Encontro Nacional dos Centros de Referência em Direitos Humanos.				30/03/2012	R\$ 12.000,00
Documento técnico contendo a análise dos resultados do I Encontro Nacional dos Centros de Referência em Direitos				25/05/2012	R\$ 8.000,00

Humanos.		
Documento técnico contendo proposta metodológica do Projeto Político Pedagógico dos Centros de Referência em Direitos Humanos.	20/07/2012	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo cartilha com técnicas, jogos e dinâmicas participativas que atenderão aos Centros de Referência em Direitos Humanos.	10/09/2012	R\$ 9.000,00
Documento técnico apresentando toda a temática implementada através de ações da Secretaria de Direitos Humanos (Crianças e adolescentes, Pessoa Idosa, LGBT, Pessoas com Deficiência, Diversidade Religiosa, População de Rua e Educação em Direitos Humanos) e o processo de interação, dessas temáticas, junto aos Centros de Referência.	20/10/2012	R\$ 13.000,00
Documento síntese com textos, dinâmicas e materiais a serem utilizados no II Encontro Nacional dos Centros de Referência em Direitos Humanos, voltado à avaliação das ações implementadas pelos CRDHs em 2012.	14/11/2012	R\$ 10.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Geraldo Britto Lopes		CPF: 010.995.627-32
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido, somente foram pagos os dois primeiros produtos. Em 2013 foi lançado novo edital para a contratação de consultoria para dar seguimento das atividades		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01223/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a elaboração do relatório de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Documento Principal Comum.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/11/2012	19/11/2013	R\$ 85.000,00	R\$ 0,00	R\$,00	R\$ 00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento de sistematização e análise dos dados recebidos dos órgãos do poder executivo, do Ministério Público Federal, da OAB, das universidades e dos Conselhos Nacionais setoriais; e das informações recebidas dos poderes Legislativo e Judiciário acerca do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.			20/01/2013	R\$ 13.000,00	
Documento Técnico contendo Proposta de Relatório de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.			22/02/2013	R\$ 16.000,00	
Documento técnico contendo Informações Gerais sobre o Estado: Características demográficas, econômicas, sociais e culturais do Estado; e, Estrutura Constitucional, política e jurídica do Estado.			30/03/2013	R\$ 11.000,00	
Documento técnico contendo a incorporação das informações fornecidas pela sociedade civil no ato da			15/04/2013	R\$ 10.000,00	

consulta e da audiência pública sobre o Relatório do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos		
Documento técnico abordando a Estrutura Geral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos: Aceitação das Normas Internacionais de Direitos Humanos; e, Estrutura Legal para a Proteção dos Direitos Humanos em Nível Nacional.	18/04/2013	R\$ 9.000,00
Documento técnico abordando a Estrutura Geral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos Processo de Informe e Elaboração de Relatórios em Nível Nacional; e, Outras Informações de Direitos Humanos Relevantes. Documento técnico contendo Informação sobre Não Discriminação e Igualdade e Medidas de Proteção (Effective remedies)	30/08/2013	R\$ 12.000,00
Documento Principal Comum consolidado e revisado.	19/11/2013	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Giovanna Maria Frisso		CPF:708.007.401-06
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: CONTRATO EM ANDAMENTO		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00781/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saude; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/05/2012	21/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sistematizando as diretrizes de atuação das relatorias nacionais de direitos humanos, incluindo a metodologia de trabalho dos relatores/as e assessores/as da Relatoria;				26/11/2012	R\$ 8.400,00
Documento técnico de análise sobre a situação dos defensores de direitos humanos e a criminalização dos movimentos sociais, a partir das missões realizadas pelas Relatorias de Direitos Humanos;				01/02/2013	R\$ 10.000,00
Estudo sobre o impacto de mecanismos financeiros ao desenvolvimento na efetivação dos Direitos Humanos no Brasil;				30/03/2013	R\$ 10.300,00
Documento técnico de sistematização e unificação das tipologias de violações de direitos humanos verificadas pelas Relatorias de Direitos Humanos.				21/05/2013	R\$ 9.300,00

Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Helena de Souza Rocha		CPF: 006.605.709-47
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: Contrato: SHS00783/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saude; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/05/2012	16/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;			15/06/2012	R\$ 7.000,00	
Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			20/12/2012	R\$ 4.500,00	
Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			05/01/2013	R\$ 6.500,00	
Documento técnico descritivo da segunda visita in loco - missões- para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			01/03/2013	R\$ 4.500,00	
Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			15/03/2013	R\$ 6.500,00	
Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas			16/05/2013	R\$ 9.000,00	

implementas pelo Poder Público.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Jandira Queiroz e Cavalcanti	CPF: 778.719.101-59	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01334/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para análise e proposição de uma nova presença digital em Direitos Humanos, refletindo a integração das informações sobre as ações e programas da SDH, possibilitando a ampliação da produção e difusão de informações em Direitos Humanos e viabilizando uma experiência de acesso eficiente e amigável para seus usuários.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/12/2011	14/11/2012	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o mapeamento, organograma e hierarquia dos canais digitais internos e externos de comunicação e informação, utilizados pelos Departamentos, Conselhos, Comitês e Ouvidorias ligadas à SDH			15/01/2012	R\$ 15.000,00	
Documento técnico contendo as métricas e mensuração de relevância e interação dos canais digitais atuais e o workflow (fluxo de trabalho) enfatizando a gestão dos mesmos;			28/02/2012	R\$ 16.000,00	
Documento técnico contendo a avaliação da arquitetura da informação dos canais digitais			21/03/2012	R\$ 14.000,00	
Documento técnico contendo a avaliação da comunicação visual dos canais digitais, enfatizando a identidade, padrão, recursos visuais e interface gráfica			10/05/2012	R\$ 12.000,00	
Documento técnico contendo avaliação da forma da informação (padrões de consistência física e semântica) dos canais digitais			25/06/2012	R\$ 11.500,00	
Documento técnico contendo prognóstico da presença digital da SDH que subsidie as ações de integração das informações e a elaboração do novo organograma dos canais digitais internos e externos de comunicação e informação, utilizados pelos Departamentos, Conselhos, Comitês e Ouvidorias ligadas à SDH;			15/08/2012	R\$ 17.000,00	
Documento técnico contendo proposta de novo fluxo de gestão da informação e comunicação digital e de nova arquitetura da informação e recursos visuais possibilitando a multiplicação e memória das ações realizadas; dos programas e ações de competência da SDH.			14/11/2012	R\$ 10.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Leticia Tagliassuchi				CPF:900.155.250-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00792/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saude; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2012	15/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a Sistematização das principais ações, diretrizes e metas contidas no III Programa Nacional de Direitos Humanos, relacionadas com o direito humano: à terra, território e alimentação; educação; cidade, meio ambiente e saúde -direitos sexuais e reprodutivos.			15/06/2012	R\$ 8.000,00	
Documento técnico de formação e educação em direitos humanos contendo os principais órgãos e instituições estatais para a proteção e defesa dos direitos humanos			31/01/2013	R\$ 9.100,00	
Documento técnico que sistematize, organize e analise as discriminações de raça e gênero presentes nas violações de Direitos Humanos detectadas pelas Relatorias;			22/03/2013	R\$ 9.900,00	
Documento técnico contendo a análise da implementação por meio de políticas publicas das principais ações, diretrizes e metas contidas no III Programa Nacional de Direitos Humanos e Recomendações do Comitê Desc, relacionadas preferencialmente com o direito humano: à terra, território e alimentação; educação; cidade, meio ambiente e saúde -direitos sexuais e reprodutivos.			15/05/2013	R\$ 11.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lucas Alves Amaral				CPF: 069.698.116-54	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS01268/2011	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para elaboração de proposta metodológica,	

pesquisa de campo e sistematização de informações sobre o Grupo de Trabalho Araguaia – GTA, a fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/11/2011	15/10/2012	R\$ 84.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 29.500,00	R\$ 29.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta metodológica para pesquisa e sistematização de informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, criado pela Portaria Interministerial n 1 MD/MJ/SDH-PR, de 05 de maio de 2011;				15/12/2011	R\$ 9.000,00
Banco de dados contendo as informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Araguaia GTA.				25/01/2012	R\$ 8.500,00
Documento analítico contendo triagem e sistematização de informações obtidas no âmbito do Grupo de Trabalho Araguaia GTA;				15/03/2012	R\$ 12.000,00
Documento técnico analítico contendo resultados da pesquisa in loco no Estado do Pará, visando o levantamento de dados e coleta de informações versando sobre a Guerrilha do Araguaia				30/04/2012	R\$ 10.500,00
Documento técnico analítico contendo sistematização das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Araguaia GTA, criado pela Portaria Interministerial n 1 MD/MJ/SDH-PR, de 05 de maio de 2011, até 31/10/2012;				20/09/2012	R\$ 25.000,00
Documento técnico analítico contendo sistematização das atividades de busca e localização do Grupo de Trabalho Araguaia em locais indicados nas atividades de reconhecimento (potencial inumação de participantes da Guerrilha do Araguaia).				15/10/2012	R\$ 19.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Luciana de Souza Ramos				CPF:647.640.362-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Foram pagos os 3 primeiros produtos. Contrato rescindido por solicitação da área					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00676/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores para proporem diretrizes para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Voluntariado. Grupo de Trabalho 4 “Formação dos voluntários”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/03/2012	14/05/2012	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta, metodologia e perfil dos participantes do grupo de trabalho quanto ao seu conteúdo, dinâmica e resultados esperados, elaborado em conjunto com o Coordenador do projeto;	30/03/2012	4.000,00
Documento preliminar de relatoria dos trabalhos do GT que subsidie o consultor que elaborará as diretrizes para um Sistema Nacional de Voluntariado e na elaboração da publicação final do seminário	14/05/2012	6.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marcelo Guedes Nonohay		CPF: 943.192.600-82
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00794/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saude; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/05/2012	17/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;				15/06/2012	R\$ 7.000,00
Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				17/12/2012	R\$ 4.500,00
Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				28/12/2012	R\$ 6.500,00
Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas				08/03/2013	R\$ 4.500,00

por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.		
Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.	30/04/2013	R\$ 6.500,00
Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.	17/05/2013	R\$ 9.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marcio Alan Menezes Moreira		CPF: 898.878.083-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00665/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor para sistematização das discussões dos cinco Grupos de Trabalho do Seminário “Perspectivas para um Sistema Nacional de Voluntariado”, e elaboração de documento final contendo panorama das discussões do Seminário e as diretrizes para o Sistema Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/03/2012	14/06/2012	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo as diretrizes propostas para a formação de um sistema nacional de voluntariado, em estreita coordenação com os consultores de grupo;			30/05/2012	R\$ 7.000,00	
Documento técnico, em formato de publicação digital, apresentando panorama detalhado das discussões do evento e as diretrizes para um Sistema Nacional de Voluntariado.			14/06/2012	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria Cecilia de Azevedo Sodre				CPF:092.317.758-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS00777/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade produto, de consultoria especializado para elaborar a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, tendo em vista a interação entre governo e sociedade civil no processo de construção de políticas públicas de direitos humanos para crianças e adolescentes,	

com foco no desenvolvimento de mecanismos efetivos para sua implementação, avaliação e monitoramento					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/06/2012]	14/11/2012	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo sistematização do marco regulatório internacional e nacional com base no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes				11/07/2012	R\$ 6.000,00
Relatório contendo sistematização e análise das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no orçamento previsto no PPA 2012-2015;				20/07/2012	R\$ 6.500,00
Documento final contendo proposta do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual incorporada as contribuições da consulta pública				20/09/2012	R\$ 10.500,00
Documento técnico com os indicadores de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.				14/11/2012	R\$ 7.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria das Graças Sa Gadelha				CPF: 023.105.703-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00663/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Sul, no Estado de Goiás e no Distrito Federal (consultor 1). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas de trabalho de acordo com as diferentes atividades policiais, condições de trabalho, número e tipos de licenças para tratamento de saúde, óbitos e demais ocorrências.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	01/03/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Sul, o Estado de Goiás e o Distrito Federal, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em			17/04/2012	R\$ 15.000,00	

programas gerais do Estado.		
documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.	21/12/2012	R\$ 13.000,00
documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;	0/01/2013	R\$ 18.000,00
documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem sequelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.	01/03/2013	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria das Neves Rodrigues de Araujo		CPF: 141.788.424-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00052/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para desenvolver metodologia de curso de capacitação no Haiti para representantes da sociedade civil organizada, com o objetivo de formar cidadãos que atuem como agentes sociais, na qualidade de difusores, promotores e defensores dos direitos humanos, com foco na pessoa com deficiência, fomentando e desenvolvendo ações voltadas para a efetivação da sua cidadania, na perspectiva de constituir redes de alcance local e nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/01/2012	14/10/2012	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta metodológica de pesquisa técnica sobre a realidade da pessoa com deficiência no Haiti, com definição das fontes e instrumentos de coleta de dados, com ênfase na atuação não-governamental.Documento técnico contendo proposta de currículo e programação para o curso.			30/01/2012	R\$ 9.000,00	
Documento técnico contendo relatório de pesquisa técnica no Haiti, com a apresentação da sistematização e análise dos dados coletados.			28/02/2012	R\$ 10.000,00	
Documento técnico com o conteúdo das cartilhas do curso para agentes sociais não-governamentais em formato acessível (.doc, .txt e PDF)			14/06/2012	R\$ 13.000,00	
Documento técnico contendo sistematização do curso ministrado no Haiti. O relatório deve conter: número de participantes; informações sobre cada participante, principalmente no que se refere a sua atuação profissional; atividades realizadas durante a capacitação; relato sobre o andamento da capacitação, com destaque para as intervenções feitas pelos participantes, dificuldades apresentadas por ele e discussões desenvolvidas com o			14/10/2012	R\$ 12.000,00	

grupo.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria de Fatima e Silva	CPF: 097.167.318-76	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS01333/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para proceder análise, e propor o aperfeiçoamento/ajuste para acompanhamento e atualização do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, bem como desenvolver proposta de implementação e monitoramentos dessas atualizações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/11/2011	14/11/2012	R\$ 72.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 43.200,00	R\$ 43.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo revisão de marco conceitual e da metodologia do monitoramento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (II PNETE);			17/01/2012	R\$ 18.000,00	
Documento técnico contendo sistematização dos dados atualizados sobre a implementação de todas as ações de prevenção, enfrentamento e repressão do trabalho escravo constantes do II PNETE			20/05/2012	R\$ 25.200,00	
Documento técnico contendo a sistematização de casos de iniciativas independentes/pontuais dos atores envolvidos nas ações do Plano, sejam eles da sociedade civil, iniciativa privada ou governo, que fortaleçam, por intermédio de diferentes mecanismos e estratégias, a prevenção e proteção do trabalhador frente ao trabalho escravo			29/07/2012	R\$ 7.200,00	
Documento técnico contendo análise das iniciativas independentes/pontuais dos atores envolvidos no II PNETE, critérios para a seleção de boas práticas e identificação de boas práticas da sociedade civil por meio do uso de tais critérios;			15/09/2012	R\$ 10.080,00	
Documento técnico contendo proposta de estratégias para acompanhamento e atualização do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.			14/11/2012	R\$ 11.520,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Mariana Wiecko Volkmer de Castilho				705.801.110-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato finalizado em 2013					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00662/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Norte e nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (consultor 3). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas de trabalho de acordo com as diferentes atividades policiais, condições de trabalho, número e tipos de licenças para tratamento de saúde, óbitos e demais ocorrências.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	01/03/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Norte e os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado			17/04/2012	R\$ 15.000,00	
Documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.			21/12/2012	R\$ 13.000,00	
Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;			20/01/2013	R\$ 18.000,00	
documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.			01/03/2013	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Paulo Cesar da Silva Goettems				CPF: 384.597.870-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato finalizado em 2013					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto:	Código
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: Contrato: SHS01155/2011	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para elaborar estratégias de aprimoramento da “Caravana: Direitos Humanos pelo Brasil”, e elaborar metodologia de aplicação do projeto Caravana: Direitos Humanos internacional.	
Período de Vigência	
Início	Término
14/10/2011	13/10/2012
Remuneração	
Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
R\$ 96.000,00	R\$ 57.000,00
Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
R\$ 25.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos	

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico contendo o balanço da 1 Caravana Direitos Humanos pelo Brasil, incluindo: levantamento dos parceiros envolvidos; público mobilizado durante as atividades; custos desembolsados pela SDH-PR; atividades realizadas e resultados alcançados.	14/11/2011	R\$ 15.000,00
Proposta metodológica contendo: etapas fundamentais na organização de uma Caravana, compreendendo a descrição dos passos necessários ao desenvolvimento de cada uma delas.	30/12/2011	R\$ 10.000,00
Proposta de projeto piloto de Caravana Internacional, incluindo a identificação de potenciais países, das principais violações de direitos humanos nos mesmos e das atividades a serem promovidas.	04/02/2012	R\$ 13.000,00
Projeto anual para as Caravanas: Direitos Humanos pelo Brasil.	25/03/2012	R\$ 12.000,00
Documento analítico contendo o balanço da 2 Caravana Direitos Humanos pelo Brasil, incluindo: levantamento dos parceiros envolvidos; público mobilizado durante as atividades; custos desembolsados pela SDH PR; atividades realizadas e resultados alcançados. Documento técnico contendo descrição de visita institucional e a sistematização das discussões entre a Secretaria de Direitos Humanos e a Sociedade Civil durante a 2 Caravana.	24/06/2012	R\$ 16.000,00
Documento Analítico contendo o balanço da 3 Caravana Direitos Humanos pelo Brasil, incluindo: levantamento dos parceiros envolvidos; público mobilizado durante as atividades; custos desembolsados pela SDH PR; atividades realizadas e resultados alcançados. Documento técnico contendo descrição de visita institucional e a sistematização das discussões entre a Secretaria de Direitos Humanos e a Sociedade Civil durante a 3 Caravana.	24/08/2012	R\$ 16.000,00
Documento técnico de sistematização e avaliação do primeiro ano de Caravanas: Direitos Humanos pelo Brasil, com vistas a posterior publicação.	13/10/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Roberta Vieira Alvarenga		CPF: 989.366.036-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: CONTRATO RESCINDIDO POR SOLICITAÇÃO DA CONSULTORA. Foram pagos os quatro primeiros produtos		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00498/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores para proporem diretrizes para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Voluntariado. Consultor 5 para o Grupo de Trabalho 5 “Financiamento”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/03/2012	14/05/2012	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta, metodologia e perfil dos participantes do grupo de trabalho quanto ao seu conteúdo, dinâmica e resultados esperados, elaborado em conjunto com o relator geral do projeto;	30/03/2012	R\$ 4.000,00
Documento preliminar de relatoria dos trabalhos do GT que subsidie o consultor que elaborará as diretrizes para um Sistema Nacional de Voluntariado e na elaboração da publicação final do seminário	14/05/2012	R\$ 6.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Tânia Mara Serzanink de Oliveira		CPF: 308.218.941-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido tendo em vista a consultora não ter atendido as expectativas do edital, como tratava-se de uma consultoria para elaboração de um conteúdo específico para o Seminário, não houve tempo hábil para a contratação de substituto, os serviços dessa consultoria foram absorvidos pelos elaboradores do próprio seminário.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:				Código	
“ Educação em Direitos Humanos Construindo uma Cultura de Respeito à Democracia e à Justiça”				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Contrato: SHS00945/2011					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do relatório do segundo ciclo do mecanismo de Revisão Periódica Universal no Brasil, o relatório para a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/09/2011	30/06/2012	R\$ 75.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 75.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório brasileiro para a Convenção sobre direitos da pessoa com deficiência.			25/09/2011	R\$ 12.000,00	
Documento de sistematização e análise dos dados recebidos do poder judiciário, do Ministério Público Federal, da OAB, das universidades e dos Conselhos Nacionais setoriais; e das informações recebidas do poder legislativo e da sociedade civil.			15/10/2011	R\$ 15.000,00	
Documento de sistematização e incorporação ao Relatório RPU das recomendações resultantes da consulta pública, da audiência pública no Congresso e da avaliação feita pelo Ministério das Relações Exteriores quanto à primeira versão do relatório.			12/01/2012	R\$ 14.000,00	
Documento de sistematização e análise das recomendações internacionais recebidas pelo Brasil, desde 2008, no âmbito dos instrumentos chart-based			01/02/2012	R\$ 10.000,00	
Documento técnico avaliativo do processo de elaboração do segundo relatório do mecanismo de Revisão Periódica Universal.			15/04/2012	R\$ 11.000,00	
Documento técnico informativo à sociedade civil e poderes do Estado sobre os resultados do segundo ciclo do			30/06/2012	R\$ 13.000,00	

Mecanismo RPU no Brasil (relatório final e recomendações).		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Tatiana Leite Lopes	CPF: 006.090.461-52	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000277					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de documentos que subsidiem a discussão da reforma política do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/08/2011	17/12/2012	75.000,00	47.000,00	47.000,00	75.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.1. Plano de Trabalho contendo ações, metas, prazos e estratégias para desenvolvimento dos produtos. 1.2. Relatório com análise das legislações e procedimentos de gestão dos seguintes conselhos nacionais e respectivos fundos, quando houver: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional de Juventude; Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Saúde; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho Nacional de Turismo; Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Conselho Nacional de Segurança Pública; Conselho Nacional do Esporte; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.			26/09/2011	13.000,00	
2. Relatório com análise das legislações e procedimentos de gestão dos conselhos e fundos estaduais e distrital de direitos de crianças e adolescentes, bem como dos conselhos e fundos municipais de direitos de crianças e adolescentes das capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes.			28/11/2011	15.000,00	
3. Relatório com análise de textos, trabalhos, artigos e dissertações acadêmicas acerca dos conselhos de direitos e experiências e práticas inovadoras nesses espaços.			23/01/2012	11.000,00	
4. Documento preliminar contendo propostas quanto às principais diretrizes da reforma política do CONANDA, a partir dos relatórios dos produtos 1, 2 e 3, de reuniões da Comissão da Reforma Política do CONANDA e de reuniões com especialistas no tema, a ser disponibilizado			23/03/2012	11.000,00	

para consulta pública.		
5. Documento com análise e compilação das proposições provenientes da consulta pública.	28/05/2012	10.000,00
6.1 Documento contendo minutas de projetos legislativos, a ser submetido ao Plenário do Conselho. 6.2 Documento final da reforma política, contendo minutas de projetos legislativos, de resoluções e de decretos.	30/07/2012	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Anderson Rafael Nascimento		CPF: 285.561.568-27
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000530					
Objetivo da Consultoria: Compilação e consolidação das propostas das conferências estaduais LGBT - Região Norte.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/09/2011	29/02/2012	10.000,00	0,00	6.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Levantamento das propostas das conferências estaduais LGBT da região norte.			30/09/2011	2.000,00	
2. Compilação e consolidação das propostas e elaboração de relatório referente à região sob sua responsabilidade.			31/10/2011	2.000,00	
3. Elaboração de texto resumo das conferências estaduais, no que diz respeito à região sob sua responsabilidade.			30/11/2011	2.000,00	
4. Relatório detalhado de sistematização da Plenária Inicial da II Conferência.			20/12/2011	2.000,00	
5. Texto-resumo preparado a partir da sistematização das discussões da II Conferência, no que diz respeito à plenária inicial, que servirá de subsídio para a produção dos anais do encontro.			15/02/2011	2.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Astir Fernandes Valle				CPF: 380.030.231-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000345					
Objetivo da Consultoria: Elaborar diagnóstico sobre a organização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de responsabilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenar a sistematização das propostas oriundas das Conferências Locais e da Conferência Nacional e desenvolver instrumentos de monitoramento e avaliação da implementação dos resultados da 9ª Conferência Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/09/2011	27/08/2012	75.000,00	55.000,00	55.000,00	75.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Plano de Trabalho contendo proposta conceitual e metodológica com ações, metas, prazos e estratégias para o desenvolvimento dos produtos.				30/09/2011	8.000,00
2. Relatório para o CONANDA contendo diagnóstico sobre a organização e metodologia das anteriores Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente.				14/11/2011	12.000,00
3. Relatório para o CONANDA propondo nova metodologia de estrutura e funcionamento da Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.				09/01/2012	12.000,00
4. Relatório para o CONANDA sistematizando as propostas oriundas das conferências livres, estaduais e municipais.				12/03/2012	13.000,00
5.1. Relatório para o CONANDA sobre o processo de organização e compilação dos dados pelos relatores antes da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 5.2. Relatório para o CONANDA sobre o processo de organização e compilação dos dados durante a 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.				21/05/2012	15.000,00
6. Relatório pós-conferência para o CONANDA com propostas de monitoramento e avaliação dos resultados da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.				27/08/2012	15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FABIANA ARANTES CAMPOS GADELHA				CPF: 253.497.828-43	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000345					
Objetivo da Consultoria: Realizar estudos voltados a aprimorar os mecanismos de participação popular nas atividades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

31/08/2012	31/12/2012	63.500,00	56.500,00	56.500,00	63.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
1. Documento de avaliação dos instrumentos utilizados pelo CNCD/LGBT para fomento da participação popular.		31/12/2011	7.000,00		
2. Documento técnico contendo proposta de estratégia de aperfeiçoamento dos instrumentos de participação popular utilizados pelo CNCD/LGBT com base na avaliação apresentada anteriormente.		20/01/2012	7.000,00		
3. Documento técnico contendo proposta de curso para formação continuada dos conselheiros e das conselheiras do CNCD/LGBT e Conselhos LGBT Municipais e Estaduais na área de participação social, cidadania e direitos humanos da população LGBT. A proposta deve conter a matriz de conteúdos do curso, a metodologia a ser utilizada, a carga horária de cada módulo e as referências bibliográficas do material a ser utilizado.		09/02/2012	9.000,00		
4. Documento técnico contendo proposta de agenda a ser executada no ano de 2012, considerando a atuação de todos os demais Conselhos de Direitos do Governo Federal em 2011.		10/03/2012	6.000,00		
5. Guia Orientador para conselheiros, conselheiras e população LGBT, com objetivo de aperfeiçoar suas participações nos processos do CNCD/LGBT.		24/03/2012	7.500,00		
6. Documento técnico contendo diagnóstico da atual conjuntura de Conselhos LGBT ou outros colegiados similares em âmbitos municipal, estadual e distrital.		10/04/2012	7.000,00		
7. Documento técnico contendo proposta de estratégia a ser adotada pela SDH/PR com o objetivo de fomentar a criação de Conselhos de Direitos de LGBT nos estados e municípios.		25/05/2012	7.000,00		
8. Documento técnico contendo avaliação de procedimentos internos de funcionamento,do CNCD/LGBT e de seu Regimento, contendo medidas para seu aperfeiçoamento.		05/07/2012	6.500,00		
9. Avaliação técnica das reuniões do CNCD/LGBT no período de vigência da consultoria, contendo estatísticas de decisões tomadas, número de pessoas que fizeram intervenções, quantidade de propostas por entidade representada, classificação dos temas (homofobia, educação, políticas públicas, promoção de direitos, etc.).		14/08/2012	6.500,00		
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FERNANDA CALDERARO				CPF: 278.889.968-84	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 2011/000509	
Objetivo da Consultoria: Elaboração e a implementação de um Plano de Comunicação para a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e para a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/11/2011	31/01/2012	21.000,00	7.000,00	12.000,00	21.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1 - Documento técnico contendo o Plano de Comunicação sobre a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.				28/12/2011	4.500,00
2 - Documento técnico contendo o Plano de Comunicação sobre a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.				05/12/2011	4.500,00
3 - Documento contendo cópia de todo o material elaborado para promover a divulgação das respectivas Conferências Nacionais nos diversos meio de comunicação.				30/12/2011	5.000,00
4 - Documento Final contendo o balanço geral dos eventos, suas deliberações, fotos e imagens produzidas e as matérias veiculadas.				15/01/2012	7.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUCIANA WACLAWOVSKY				CPF: 928.431.070-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000326					
Objetivo da Consultoria: Compilação e consolidação das propostas das conferências estaduais LGBT - Região Centro-Oeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/09/2011	29/02/2012	10.000,00	0	8.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Levantamento das propostas das conferências estaduais LGBT da região centro-oeste.			30/09/2011	2.000,00	
2. Compilação e consolidação das propostas e elaboração de relatório referente à região sob sua responsabilidade.			31/10/2011	2.000,00	
3. Elaboração de texto resumo das conferências estaduais, no que diz respeito à região sob sua responsabilidade.			30/11/2011	2.000,00	
4. Relatório detalhado de sistematização das discussões da II Conferência, no que se refere ao eixo temático III.			20/12/2011	2.000,00	
5. Texto-resumo preparado a partir da sistematização das discussões da II Conferência, no que diz respeito ao eixo temático III, que servirá de subsídio para a produção dos anais do encontro.			15/02/2011	2.000,00	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: MÁRCIA NOGUEIRA RIBAS	CPF: 373.044.961-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000388					
Objetivo da Consultoria: Compilação e sistematização dos dados produzidos pelo serviço Disque Direitos Humanos (Disque 100) com relação à população LGBT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/03/2012	30/04/2012	34.000,00	12.000,00	27.000,00	34.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1.1 Relatório de pesquisa sobre as fontes de dados governamentais sobre violência homofóbica, observando o método dedutivo e seguindo as seguintes etapas: a) tema; b) revisão da literatura; c) justificativa; d) formulação do problema; e) determinação de objetivos; f) metodologia; g) coleta de dados; h) tabulação de dados; i) análise e discussão dos resultados; j) conclusão da análise dos dados; l) redação das conclusões da pesquisa. 1.2 Documento contendo o levantamento dos dados produzidos pelas fontes externas e dos dados produzidos pelo Disque Direitos Humanos.	15/10/2011	7.000,00
2. Documento contendo o levantamento e análise de crimes homofóbicos denunciados para a SDH/PR via e-mail ou ofício e o levantamento dos crimes homofóbicos divulgados pela mídia (jornais, revistas, telejornais, Internet).	20/11/2011	8.000,00
3. Documento contendo a comparação entre os dados levantados junto às fontes externas, junto ao Disque Direitos Humanos e na mídia, eliminando os dados coincidentes.	15/12/2011	7.000,00
4. Relatório, com base nos dados coletados, sobre os tipos de violação e violência aos LGBT, o perfil da vítima, o perfil do agressor e o número de assassinatos.	25/01/2012	7.000,00
5. Produzir um relatório com a análise dos dados desagregados por região, estado e município.	29/02/2012	5.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: PRISCILA PINTO CALAF	CPF: 726.281.971-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000346					
Objetivo da Consultoria: Compilação e consolidação das propostas das conferências estaduais LGBT - Região Sul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/11/2011	31/01/2012	10.000,00	2.000,00	8.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1.Levantamento das propostas das conferências estaduais LGBT da Região Sul.				30/09/2011	2.000,00
2.Compilação e consolidação das propostas e elaboração de relatório referente à região sob sua responsabilidade.				31/10/2011	2.000,00
3.Elaboração de texto resumo das conferências estaduais, no que diz respeito à região sob sua responsabilidade.				30/11/2011	2.000,00
4.Relatório detalhado de sistematização das discussões da II Conferência, no que se refere ao eixo temático I.				20/12/2011	2.000,00
5.Texto-resumo preparado a partir da sistematização das discussões da II Conferência, no que diz respeito ao eixo temático I, que servirá de subsídio para a produção dos anais do encontro.				15/02/2012	2.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SIMONE FLORINDO COSTA				CPF: 693.556.901-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000315					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para desenvolver atividades com vistas à produção de conteúdos para a 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e da Adolescente, a ser realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/09/2011	31/08/2012	60.000,00	40.000,00	40.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Plano de Trabalho contendo proposta conceitual e metodológica com ações, metas, prazos e estratégias para o desenvolvimento dos produtos.			30/09/2011	8.000,00	
2. Relatório para o CONANDA com diagnóstico sobre as estratégias de comunicação e divulgação adotadas nas anteriores Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente.			03/12/2011	12.000,00	

3. Relatório para o CONANDA propondo nova metodologia e estratégias de comunicação e divulgação das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente realizadas pelo CONANDA e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tendo em vista a intersectorialização das Conferências em relação ao tema Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.	20/02/2012	12.000,00
4. Relatório para o CONANDA propondo instrumento de avaliação dos novos mecanismos de comunicação e divulgação da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.	07/05/2012	13.000,00
5. Relatório final para o CONANDA contendo levantamento e avaliação dos resultados e impactos da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na mídia, movimentos sociais e governo, bem como estratégias de aperfeiçoamento para a comunicação e divulgação das próximas Conferências Nacionais.	20/08/2012	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: THAÍS OLIVEIRA CHITA		CPF: 832.029.191-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000306					
Objetivo da Consultoria: Compilação e consolidação das propostas das conferências estaduais LGBT - Região Sudeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/09/2011	29/02/2012	10.000,00	2.000,00	8.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Levantamento das propostas das conferências estaduais LGBT da Região Sudeste.			30/09/2011	2.000,00	
2.Compilação e consolidação das propostas e elaboração de relatório referente à região sob sua responsabilidade.			31/10/2011	2.000,00	
3.Elaboração de texto resumo das conferências estaduais, no que diz respeito à região sob sua responsabilidade.			30/11/2011	2.000,00	
4.Relatório detalhado de sistematização das discussões da II Conferência, no que se refere ao eixo temático II.			20/12/2011	2.000,00	
5.Texto-resumo preparado a partir da sistematização das discussões da II Conferência, no que diz respeito ao eixo temático II, que servirá de subsídio para a produção dos anais do encontro.			15/02/2012	2.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: DANIELLE COENGA OLIVEIRA				CPF: 052.384.024-14	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000210					
Objetivo da Consultoria: Análise dos processos internos à Ouvidoria, desenvolver um mapeamento e uma proposta de racionamento das atividades inerentes ao registro dos atendimentos realizados, bem como uma proposta de otimização da gestão no controle e monitoramento dos encaminhamentos realizados com a utilização do sistema de Gestão do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que se configura como uma ferramenta de gestão única, incluindo o Disque Direitos Humanos - Disque 100.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/03/2012	30/04/2012	70.000,00	25.000,00	25.000,00	70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Produto relacionado à gestão do projeto, contendo impressos e CD-ROM com o cronograma das atividades a serem desenvolvidas na consultoria, e a proposição de um modelo de relatório de acompanhamento do projeto.			05/08/2011	10.000,00	
2. Produto contendo impressos e CD-ROM com o mapeamento dos processos do modelo atual de atendimento utilizado dentro do Disque 100 e da Ouvidoria, bem como um manual dos processos detalhando os procedimentos de trabalho realizados - produto diretamente ligado ao procedimento de recebimento de denúncias, que é uma metodologia específica.			16/09/2011	10.000,00	
3. Produto contendo impresso e CD-ROM com a proposta de otimização dos processos do atual modelo de atendimento, utilizados dentro do Disque 100 e Ouvidoria, bem como um manual dos processos detalhando novos procedimentos de trabalho a serem realizados.			21/10/2011	15.000,00	
4. Produto contendo impressos e CD-ROM, relacionado ao mapeamento dos processos do modelo atual de gestão dos atendimentos e encaminhamentos, utilizados dentro do Disque 100 e Ouvidoria, bem como o manual dos processos que detalha os procedimentos de trabalho realizados - produto relacionado aos procedimentos de encaminhamento, que a partir do mapeamento identificado e analisado no Produto 2, será complementado para a própria avaliação e o fechamento do manual dos processos.			30/11/2011	10.000,00	
5. Produto contendo impressos e CD-ROM com a proposta de otimização dos processos do atual modelo de gestão dos atendimentos e encaminhamentos utilizados dentro do Disque 100 e Ouvidoria, bem como o manual dos processos detalhando os novos procedimentos de trabalho a serem realizados.			20/01/2012	15.000,00	
6. Produto contendo impressos e em CD-ROM consolidando a revisão dos processos de atendimento e gestão dos atendimentos e encaminhamentos utilizados dentro do disque 100 e Ouvidoria, bem como um documento consolidando a revisão do manual dos processos			09/03/2012	10.000,00	

que detalha os procedimentos de trabalho no atendimento e na gestão do atendimento e encaminhamento.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: DAVISON DA SILVA FERREIRA	CPF: 915.303.851-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000298					
Objetivo da Consultoria: Compilação e consolidação das propostas das conferências estaduais LGBT das 5 Regiões.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/02/2012	20/03/2012	14.000,00	2.000,00	6.000,00	14.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Elaborar relatório da implementação do Plano Nacional LGBT e do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.			30/09/2011	2.000,00	
2. Compilação e consolidação das propostas e elaboração de relatório das 5 regiões.			31/10/2011	4.000,00	
3. Elaboração de texto resumo das conferências estaduais.			30/11/2011	2.000,00	
4. Relatório detalhado de sistematização das discussões da II Conferência, no que se refere a todos os eixos e aos relatórios das plenárias.			20/12/2011	4.000,00	
5. Texto-resumo preparado a partir da sistematização das discussões da II Conferência, que servirá de subsídio para a produção dos anais do encontro.			15/02/2012	2.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARCELO REGES PEREIRA				CPF: 826.854.361-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000102					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de subsídios informativos acerca da área internacional de defesa dos Direitos Humanos das pessoas idosas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/03/2012	20/07/2012	22.000,00	22.000,00	12.000,00	12.000,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório do Brasil para a revisão do Plano Internacional de Madri que será discutido na Comissão de Desenvolvimento e Econômico e Social da ONU em fevereiro de 2012.	20/04/2012	10.000,00
2. Documento síntese, com todas as informações sobre as discussões na área do envelhecimento que estão ocorrendo na Organização das Nações Unidas em 2011, notadamente, a 49ª Comissão de Desenvolvimento Social, os dois grupos de trabalho que estão discutindo a possibilidade de uma convenção internacional dos direitos das pessoas idosas e os preparativos para a revisão do Plano Internacional de Madri em 2012 (Madri +10).	15/05/2012	8.000,00
3. Documento técnico contendo relatório de realização e resultados do workshop sobre as políticas internacionais .	25/06/2012	4.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CARLOS CASTRO LUZ		CPF: 050.195.586-05
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido. Produto 1 não foi apresentado por ter perdido o seu objeto. O contrato foi firmado posteriormente à reunião da Comissão de Desenvolvimento e Econômico e Social da ONU, realizada em fevereiro de 2012.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000473					
Objetivo da Consultoria: Auxiliar tecnicamente na formação de um processo de instrução e acompanhamento das ações da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e em propostas de trabalho que contemplem a formação da Ouvidorias Estaduais de Direitos Humanos através de estudos de melhores práticas, publicação de manuais, articulação local e desenho de estruturas operacionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/12/2012	11/03/2013	51.000,00	51.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório técnico analisando as experiências internacionais, nacional, estaduais e municipais de Ouvidorias Sociais, especialmente, Ouvidorias de Direitos Humanos e temas correlatos.			20/06/2012	13.000,00	
2. Manual em linguagem acessível para a população em geral sobre o funcionamento da Ouvidoria Nacional.			31/07/2012	16.000,00	
3. Matriz metodológica para os órgãos e entidades interessados em instalar Ouvidorias estaduais/municipais de direitos humanos, como presença de recorte regional.			05/10/2012	8.000,00	
4. Relatório técnico descritivo do fluxo dos Disque Direitos Humanos (Disque 100) e com proposta de revisão dos formatos de Ofícios, formulários e demais documentos			15/11/2012	14.000,00	

como forma de adequá-los a realidade das demandas.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARIA CRISTINA LIMA	CPF: 064.264.308-38	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 3 e 4. Previsão de término: 28/03/2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000512					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado para coletar dados in loco da situação da mobilização nacional para o registro civil de nascimento, dos compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela cidadania e das experiências exitosas identificadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/06/2012	31/12/2012	69.000,00	69.000,00	34.000,00	34.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento com o levantamento da situação da política de RCN e DB nos 26 estados e DF (incluir os estados não comprometidos até o momento nesta análise para identificar os motivos e possibilidades de adesão futura).			02/07/2012	8.000,00	
2. Relatório de coleta de informações sobre o funcionamento dos comitês gestores estaduais e a real funcionabilidade das ações pactuadas, ao longo do último ano (grupo 1- Amazônia Legal).			18/07/2012	9.000,00	
3. Relatório de coleta de informações sobre o funcionamento dos comitês gestores estaduais e a real funcionabilidade das ações pactuadas, ao longo do último ano (grupo 2- Nordeste).			07/08/2012	8.000,00	
4. Relatório de coleta de informações sobre o funcionamento dos comitês gestores estaduais e a real funcionabilidade das ações pactuadas, ao longo do último ano (grupo 3- ES,MG,MS,RJ,RS).			21/08/2012	9.000,00	
5. Documento com o levantamento da situação da implantação das UIs e apontar possíveis estratégias de aceleração (grupo 1- Amazônia Legal).			04/09/2012	9.000,00	
6. Documento com o levantamento da situação da implantação das UIs e apontar possíveis estratégias de aceleração (grupo 2- Nordeste).			25/09/2012	9.000,00	
7. Documento com o levantamento da situação da implantação das UIs e apontar possíveis estratégias de aceleração (grupo 3- ES,MG,MS,RJ,RS).			16/10/2012	8.000,00	
8. Documento com o levantamento das experiências exitosas de promoção do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica nos 22 Estados pactuados.			13/11/2012	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ENEIDA VIANNA SÁ BRITO				CPF: 470.301.606-06	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 5, 6, 7 e 8. Previsão de término: 31/07/2013

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000464					
Objetivo da Consultoria: Realizar diagnóstico da situação da mobilização nacional para o registro civil de nascimento, avaliar os resultados dos compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela cidadania, propor medidas de aceleração para o alcance das metas compromissadas, sistematizar e disseminar experiências exitosas identificadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/05/2012	31/12/2012	108.000,00	108.000,00	11.000,00	11.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento propositivo para a realização do levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN nos estados. Coordenação e acompanhamento de entrevistas estruturadas com coordenadores de comitês gestores estaduais e Órgãos da rede de promoção do RCN, e o cronograma anual para a realização periódica de entrevistas. 10. Documento diagnóstico da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em 22 estados, com relato de experiências exitosas.			11/06/2012	11.000,00	
2. Documento com análise da situação da política de RCN e DB nos 26 estados e DF (incluir os estados não comprometidos até o momento nesta análise para identificar os motivos e possibilidades de adesão futura).			03/07/2012	12.000,00	
3. Documento com o levantamento histórico da política nacional de RCN e DB no Brasil para proposta de publicação. Incluir na proposta de publicação sugestão de Capítulo sobre Boas Práticas a serem coletadas.			17/07/2012	11.000,00	
4. Documento propositivo contendo sistemática para a interiorização da ação RCN e DB em municípios de maior incidência de pessoas sem o RCN.			31/07/2012	11.000,00	
5. Relatório com a análise dos resultados parciais do primeiro levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em oito estados (grupo 1 - Amazônia Legal).			07/08/2012	10.000,00	
6. Relatório com a análise dos resultados parciais do primeiro levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em sete estados (grupo 2 - Nordeste).			21/08/2012	10.000,00	
7. Relatório com a análise dos resultados parciais do primeiro levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em cinco estados (grupo 3 - ES, MG, MS, RJ, RS).			04/09/2012	10.000,0	
8. Documento diagnóstico preliminar indicando os entraves identificados para a plena execução das metas compromissadas pelos estados, indicando as medidas cabí-			25/09/2012	11.000,00	

veis para alavancar a superação das dificuldades detectadas.		
9. Documento propositivo indicando estratégias para acelerar a implantação das UI.	30/10/2012	10.000,00
10. Documento diagnóstico da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em 22 estados, com relato de experiências exitosas.	20/11/2012	12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARY CELIA GUIRADO		CPF: 135.484.528-50
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 2 a 10. Previsão de término: 31/07/2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000530					
Objetivo da Consultoria: Auxiliar tecnicamente na formação de um método para o fluxo de processamento de denúncias recebidas por via eletrônica (e-mail), por via postal (cartas, telegramas...) e/ou protocoladas diretamente na sede da SDH, divididas por temas que possibilitem uma proposta calcada nas redes que serão acessadas: Consultoria 02: f)indígenas e quilombolas; g) conflitos de terra; h) tortura e i) outros grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/07/2012	30/11/2012	17.000,00	17.000,00	5.500,00	5.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório sistematizando as denúncias recebidas por via postal, por e-mail ou entregues diretamente no protocolo da Secretaria de Direitos Humanos referentes aos grupos em situação de vulnerabilidade citados.			31/07/2012	4.000,00	
2. Matriz de trabalho para recebimento e registro de denúncia, otimizando o processamento de informações relacionadas aos grupos em situação de vulnerabilidade citados.			10/09/2012	5.500,00	
3. Matriz metodológica com fluxo de recebimento e registro de denúncia que torne mais célere e eficaz o procedimento de encaminhamento das denúncias relativas aos grupos em situação de vulnerabilidade citados.			15/10/2012	2.500,00	
4. Relatório sistematizador das denúncias recebidas durante o período da consultoria a partir do novo fluxo estabelecido.			20/11/2012	5.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: BRUNA SILVA ANSELMO				CPF: 737.584.001-63	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido da consultora. Apenas os dois primeiros produtos foram pagos. A área técnica ainda não se manifestou sobre a recontração dos produtos pendentes.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000298					
Objetivo da Consultoria: Identificação dos órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades para atuar em rede quando do recebimento de denúncias provenientes do Disque Direitos Humanos. Regiões Sul e Sudeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/09/2012	15/02/2013	35.000,00	35.000,00	7.000,00	7.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento técnico descritivo dos órgãos e instituições públicas em cada uma das unidades da federação das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis pela defesa e promoção dos direitos da população LGBT, capazes de compor um Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT e serem parte de um Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos.			15/10/2012	7.000,00	
2. Elaborar relatório com diagnóstico e alternativas para a integração dos órgãos estaduais das regiões sul, sudeste e centro-oeste de defesa e promoção dos direitos da população LGBT para que atuem como o Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT quando do recebimento de denúncias do disque 100 através da formação de uma rede entre eles.			15/11/2012	11.500,00	
3. Produzir relatório sobre a capacitação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT das regiões sul, sudeste e centro-oeste.			15/12/2012	7.500,00	
4. Elaborar relatório sobre o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos, Disque Direitos Humanos e Disque Cidadania (estaduais e nacional) e mobilizar os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Produzir um levantamento com microdados de a violência praticada contra a população LGBT nas regiões sul, sudeste e centro-oeste.			30/01/2013	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: PAULO ROBERTO GIACOMINI				CPF: 040.676.93893	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido do consultor. Apenas o primeiro produto foi pago. A área técnica ainda não se manifestou sobre a reconstratação dos produtos pendentes.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2012/000744	
Objetivo da Consultoria: Identificação dos órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades para atuar em rede quando do recebimento de denúncias provenientes do Disque Direitos Humanos. Regiões Norte e Nordeste.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/12/2012	28/02/2013	35.000,00	35.000,00	14.500,00	14.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento técnico descritivo dos órgãos e instituições públicas em cada uma das unidades da federação das regiões Norte e Nordeste, responsáveis pela defesa e promoção dos direitos da população LGBT, capazes de compor um Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT e serem parte de um Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos.				15/09/2012	7.000,00
2. Elaborar relatório com diagnóstico e alternativas para a integração dos órgãos estaduais das regiões norte e nordeste de defesa e promoção dos direitos da população LGBT para que atuem como o Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT quando do recebimento de denúncias do disque 100 através da formação de uma rede entre eles.				15/10/2012	11.500,00
3. Produzir relatório sobre a capacitação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT das regiões Norte e Nordeste.				30/11/2012	7.500,00
4. Elaborar relatório sobre o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos, Disque Direitos Humanos e Disque Cidadania (estaduais e nacional) e mobilizar os estados das regiões norte e nordeste. Produzir um levantamento com microdados de a violência praticada contra a população LGBT nas regiões norte e nordeste.				20/12/2012	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LIORCINO MENDES PEREIRA FILHO				CPF: 370.333.441-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 2 e 4. Previsão de término: 12/04/2013.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000802					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR na elaboração de um documento em formato de livro contendo a organização das publicações, textos e diretrizes resultantes dos dez anos de atividades do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Subsidiar a SDH nas ações de elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2012	31/07/2013	88.000,00	33.440,00	48.400,00	48.400,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Documento em formato de livro impresso contendo a organização das publicações, textos e diretrizes resultantes dos dez anos de atividades do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.	12/10/2012	10.560,00
2: Documento contendo proposta gráfica do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (versão impressa).	17/11/2012	13.200,00
3. Documento contendo proposta (modelo) de interface gráfica digital do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com recursos de acessibilidade.	20/12/2012	9.680,00
4. Documento contendo versão preliminar do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa contendo antecedentes, Marco Conceitual, Desafios, Princípios, Objetivos Gerais, Diretrizes, Objetivos estratégicos.	01/02/2013	14.960,00
5. Documento multimeios com interface de acesso às apresentações e documentos institucionais utilizados para a elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	25/03/2013	12.320,00
6. Documento contendo versão final do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (versão impressa) contendo antecedentes, Marco Conceitual, Desafios, Princípios, Objetivos Gerais, Diretrizes, Objetivos estratégicos.	15/05/2013	14.080,00
7. Documento digital contendo versão final do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, (versão digital) com recursos de acessibilidade.	01/07/2013	13.200,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ADRIANA PARADA		CPF: 565.499.461-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000510					
Objetivo da Consultoria: Formatação do desenho (layouts) dos Conselhos Tutelares, adequando sua arquitetura institucional para a melhor realização de seu desempenho na função de porta de entrada primordial do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes acessada pela Rede de Ouvidorias de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/06/2012	31/12/2012	90.000,00	90.000,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório analítico da experiência de Ouvidorias no âmbito nacional e internacional, assim, como análise do fluxo interno da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e do Disque Direitos Humanos (Disque 100).			13/07/2012	20.000,00	
2. Relatório Técnico com levantamento das características essenciais para a formação de um desenho arquitetônico dos Conselhos Tutelares que permita-os funcionar como local de acolhimento primordial da Rede de Direitos Humanos			03/09/2012	30.000,00	

para Crianças e Adolescentes conectada a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.		
3. Manual de Orientação de gestão sustentável e desenvolvimento de projeto de programação visual do CT, contendo, dentre outras informações. A maquete eletrônica de um projeto ideal.	05/11/2012	25.000,00
4. Manual de Orientação para desenvolvimento de projeto de layout de Conselhos Tutelares, compra de mobiliário e equipamento do Conselho Tutelar.	20/12/2012	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ANA BEATRIZ GOULART DE FARIAS		CPF: 061.967.248-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 2, 3 e 4. Previsão de término: 10/12/2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000873					
Objetivo da Consultoria: Elaboração conteúdo de material para formação de gestores e agentes públicos de mobilização na promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/10/2012	28/03/2013	40.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento técnico contendo o levantamento da situação atual da política de RCN e DB, do público alvo e estratégias de capacitação para priorização da temática de forma descentralizada nos 26 estados e DF.			20/11/2012	10.000,00	
2. Proposta curricular do curso contendo objetivos de aprendizagem, público-alvo, estrutura curricular, metodologia e carga horária.			14/12/2012	10.000,00	
3. Proposta de disseminação do conteúdo, tanto presencial quanto à distância, e de forma acessível.			29/01/2013	8.000,00	
4. Relatório final contendo a avaliação e sistematização das oficinas ministradas e seus resultados para validação da proposta e do conteúdo apresentado.			19/02/2013	12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LEILÁ LEONARDOS				CPF: 267.123.347-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2011/000784	

Objetivo da Consultoria: Construção de indicadores sociais referentes às violências homofóbicas, à legislação relacionada à população LGBT e ao acesso e acolhimento desta população em instituições e serviços públicos tanto nacionalmente quanto em cada uma das 27 Unidades da Federação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/09/2012	15/04/2013	45.000,00	37.000,00	18.000,00	18.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório contendo : 1. Levantamento de literatura e experiências internacionais na construção de indicadores sociais relacionados a violências, legislação, jurisprudência e acesso a serviços, especialmente aqueles relacionados à população LGBT; 2. Levantamento e análise de dados governamentais existentes acerca das temáticas da violência homofóbica, legislação (nacional, estadual e municipal) e jurisprudência relacionadas à população LGBT e acesso desta população a instituições e serviços			10/10/2012	11.000,00	
Produto 2: Documento contendo metodologia de construção de indicadores sociais relacionados a tais temáticas, de acordo com a seguinte estrutura: a) tema; b) revisão da literatura; c) justificativa; d) formulação do problema; e) determinação de objetivos; f) metodologia; g) coleta de dados ou identificação de fontes de dados existentes; h) construção de indicadores; i) análise e discussão dos resultados			10/11/2012	7.000,00	
Produto 3: Relatório contendo: 1. indicadores sociais na esfera nacional e de cada Unidade da Federação acerca de violências homofóbicas.			20/12/2012	9.000,00	
Produto 4: Documento conjunto de indicadores de respeito à população LGBT nacionais e para cada Unidade da Federação, bem como a metodologia utilizada para sua construção.			10/02/2013	10.000,00	
Produto 5: Relatório contendo análise dos indicadores construídos, bem como a identificação – a partir deles – de experiências estaduais bem-sucedidas no que se refere à promoção e à defesa dos direitos da população LGBT.			30/03/2013	8.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ROGÉRIO SCHMIDT CAMPOS				CPF: 829.003.451-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000562					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SDH/PR em ações estratégicas nacionais de planejamento, mobilização e acompanhamento da implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, versão Conselho Tutelar (SIPIA CT Web).					

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/12/2011	31/10/2012	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Base de dados e relatório com informações qualificadas de todos os conselhos tutelares das capitais e municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes para implantação do SIPIA CT Web, acerca da capacidade de acesso e uso do sistema.			20/01/2012	8.000,00	
02: Matriz de referência sobre composição, perfil, qualificação, atribuição e atuação de pontos focais e equipes locais para implantação e monitoramento descentralizado do uso do SIPIA CT Web nas UF e conselhos tutelares.			10/03/2012	4.000,00	
03: Matriz de parâmetros e indicadores para avaliação periódica de resultados do SIPIA CT Web junto aos conselhos tutelares			10/03/2012	4.000,00	
Produto 04: Caderno com metodologia e referências de apoio multimídia para mobilização local e implantação do SIPIA CT Web nos conselhos tutelares dos municípios brasileiros.			10/04/2012	12.000,00	
05: Relatório de avaliação dos resultados das atividades nacionais e estaduais de expansão do uso do SIPIA CT Web realizadas nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2012, contendo informações sobre funcionamento do sistema em todas as UF.			05/06/201	6.000,00	
Produto 06: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de realização de 02 oficinas de capacitação para implantação do SIPIA CT Web, aplicadas aos Administradores Estaduais, consultores descentralizados e equipe nacional do projeto.			10/07/2012	16.000,00	
Produto 07: Relatório de avaliação dos resultados das atividades nacionais e estaduais de expansão do uso do SIPIA CT Web realizadas nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2012, contendo informações sobre funcionamento do sistema em todas as UF.			05/10/2012	6.000,00	
Produto 08: Relatório qualificado de análise dos resultados das atividades de expansão do uso do SIPIA CT Web aplicadas pelos consultores descentralizados no ano de 2012, contendo base de dados comparativa em relação às informações apresentadas no Produto 01 do presente Termo de Referência, disponibilizadas para acompanhamento no Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.			22/10/2012	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUSIENE DE JESUS RIBEIRO				CPF: 290.294.708-95	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado. Todos os produtos entregues.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA	BRA/10/007

SINASE Web.					
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000356					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SDH/PR em ações de planejamento estratégico e fomento a redes junto ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência e o Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/04/2012	15/03/2013	70.000,00	70.000,00	42.000,00	42.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório de análise situacional da implantação do SIPIA CT e SIPIA SINASE Web no Brasil referente aos meses de agosto de 2011 a Março de 2012.				20/04/2012	12.000,00
Produto 02: Metodologia para gestão de relacionamento e sincronização de agendas com Equipes de Administração do SIPIA das UF, contendo mapa de fluxos, descrição tutorial, modelos de instrumentos de pactuação e monitoramento de agendas de implantação e gestão técnica do SIPIA compartilhadas.				04/06/2012	15.000,00
Produto 03: Relatório de sistematização de levantamento das redes com incidência no SIPIA CT e SIPIA SINASE Web identificadas no país.				10/08/2012	6.000,00
Produto 04: Relatório de análise situacional da implantação do SIPIA CT e SIPIA SINASE Web no Brasil referente aos meses de Abril a Setembro de 2012.				05/10/2012	12.000,00
Produto 05: Relatório de sistematização de boas práticas de capacitação do SIPIA CT Web e SIPIA SINASE Web realizadas pelas UF, contendo descrição da metodologia de mapeamento, os instrumentos de captação de dados.				15/10/2012	16.000,00
Produto 06: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 02 oficinas de capacitação sobre monitoramento de acesso e uso do SIPIA, aplicadas aos Administradores Estaduais, consultores descentralizados e equipe nacional do projeto.				25/02/2012	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: EMANUEL BARBIERO ANTONIO				CPF: 060.639.959-35	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação do produto 5. Previsão de término: 25/03/2013.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.	BRA/10/007
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2012/000358	
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR no desenvolvimento de estratégias de produção disseminação de informações qualificadas em redes junto ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência no Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/04/2012	28/02/2013	65.000,00	50.500,00	26.500,00	26.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo proposta de ação para subsidiar a produção e disseminação de conteúdos no portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com foco no fortalecimento das ações em redes junto ao SIPIA.				20/04/2012	6.500,00
Produto 02: Relatório de avaliação de consistência do banco de dados das redes de destinatários dos instrumentos de disseminação de informações do SIPIA por meio do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recomendações para revisão de fluxos e mecanismos de coleta e sistematização de informações.				06/06/2012	5.500,00
Produto 03: Base de dados com conteúdos de referência para gestores de políticas públicas, universidades e da sociedade no âmbito dos direitos humanos de crianças e adolescentes, publicados em áreas temáticas no portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, baseados na agenda temática do SIPIA.				22/06/2012	14.000,00
Produto 04: Produção de 06 boletins técnicos de disseminação de informações sobre direitos humanos de crianças e adolescentes junto às redes alcançadas pelo SIPIA e pelo Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a serem distribuídos em formato eletrônico nos meses de abril, maio e junho, julho e agosto de 2012, com temas específicos de acordo com agenda de mobilização nos respectivos meses.				31/08/2012	14.500,00
Produto 05: 02 relatórios sobre o cenário de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil referente aos dois semestres de 2012 (um por semestre), organizados a partir da sistematização de dados do SIPIA e publicado eletronicamente no portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.				10/12/2012	10.000,00
Produto 06: Produção de 06 boletins de disseminação de informações sobre direitos humanos de crianças e adolescentes junto às redes alcançadas pelo SIPIA e pelo Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a serem distribuídos em formato eletrônico nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012, bem como janeiro de 2013 com temas específicos de acordo com agenda de mobilização do respectivo mês.				08/02/2013	14.5000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: HERBERT GONÇALVES BARBOSA				CPF: 866.029.851-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido da área finalística. Não foram apresentados os produtos 3, 5 e 6. A área técnica ainda não apresentou interesse quanto à recontração dos produtos pendentes.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.					BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”						
Código do Contrato: 2012/000396						
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR no desenvolvimento de estratégias de suporte aos usuários do Sistema de Informação para Infância e Adolescência.						
Período de Vigência		Remuneração				
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício	
28/02/2013	28/03/2013	65.000,00	65.000,00	25.000,00	25.000,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Relatório de avaliação de consistência entre perfis de acesso e usuários registrados no SIPIA CT Web com recomendações para a revisão dos níveis de privilégio de acesso e uso do sistema.				07/05/2012	4.500,00	
Produto 02: Relatório de avaliação de consistência entre perfis de acesso e usuários registrados no SIPIA SINASE Web com recomendações para a revisão dos níveis de privilégio de acesso e uso do sistema.				07/05/2012	4.500,00	
Produto 03: Documento técnico contendo proposta para estruturação do processo de suporte técnico aos usuários do SIPIA CT Web de forma descentralizada e sincronizada entre a gestão nacional e as 27 UF, contendo matrizes de composição de equipes, fluxos de atendimento, indicadores de monitoramento e análise de projeção.				21/05/2012	7.000,00	
Produto 04: Documento técnico contendo proposta para estruturação do processo de suporte técnico aos usuários SIPIA SINASE Web de forma descentralizada e sincronizada entre a gestão nacional e as 27 UF, contendo matrizes de composição de equipes, fluxos de atendimento, indicadores de monitoramento e análise de projeção.				31/05/2012	9.000,00	
Produto 05: Desenvolvimento de conteúdo de caderno didático para orientar a execução das ações de suporte aos usuários do SIPIA CT Web.				15/06/2012	6.000,00	
. Produto 06: Desenvolvimento de conteúdo de caderno didático para orientar a execução das ações de suporte aos usuários do SIPIA SINASE Web.				29/06/2012	6.000,00	
Produto 07: 02 relatórios de análise de desempenho das ações de suporte aos usuários, sendo 01 condizente ao SIPIA CT Web e 01 ao SIPIA SINASE Web, referente aos meses de junho, julho e agosto de 2012.				10/09/2012	7.000,00	
. Produto 08: Relatório de capacitação de equipes nacional e estaduais de suporte aos usuários do SIPIA CT Web e SIPIA SINASE Web.				19/11/2012	14.000,00	
Produto 09: 02 relatórios de análise de desempenho das ações de suporte aos usuários, sendo 01 condizente ao SIPIA CT Web e 01 ao SIPIA SINASE Web, referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013.				04/02/2012	7.000,00	
Consultor Contratado						
Nome do Consultor: RODRIGO JOSÉ MANENTE				CPF: 706.853.981-53		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 7, 8 e 9. Previsão de término: 28/03/2013.						

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000356					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SDH/PR em ações estratégicas nacionais de planejamento, mobilização e acompanhamento da implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, versão SINASE (SIPIA Sinase Web).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/02/2012	15/02/2013	65.000,00	56.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Base de dados e relatório com informações qualificadas de todas as Unidades de Atendimento Socioeducativo das 26 UF e do DF para implantação do SIPIA Sinase Web, acerca da capacidade de acesso e uso do sistema.			20/03/2012	8.000,00	
Produto 02: Matriz de referência sobre composição, perfil, qualificação, atribuição e atuação de pontos focais e equipes locais para implantação e monitoramento descentralizado do uso do SIPIA Sinase Web nas UF e Unidades de Atendimento Socioeducativo.			10/05/2012	4.000,00	
Produto 03: Matriz de parâmetros e indicadores para avaliação periódica de resultados do SIPIA Sinase Web junto às Unidades de Atendimento Socioeducativo nas UF.			10/05/2012	4.000,00	
Produto 04: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de realização de 01 oficina de formação de rede com gestores estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo das 26 UF e do DF e a equipe nacional do projeto, com foco na migração e integração de dados junto ao SIPIA Sinase Web.			10/05/2012	6.000,00	
Produto 05: Caderno com metodologia e referências de apoio multimídia para mobilização local e implantação do SIPIA Sinase Web junto às Unidades de Atendimento Socioeducativo nas UF.			11/06/2012	12.000,00	
Produto 06: Relatório de avaliação dos resultados das atividades nacionais e estaduais de expansão do uso do SIPIA Sinase Web realizadas nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2012, contendo informações sobre funcionamento do sistema nas 26 UF e no DF.			11/06/2012	5.000,00	
Produto 07: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de realização de 02 oficinas de capacitação para implantação do SIPIA Sinase Web, aplicadas aos Administradores Estaduais, consultores descentralizados e equipe nacional do projeto.			10/08/2012	12.000,00	
Produto 08: Relatório de avaliação dos resultados das atividades nacionais e estaduais de expansão do uso do SIPIA Sinase Web realizadas nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2012, contendo informações sobre			05/11/2012	5.000,00	

funcionamento do sistema nas 26 UF e no DF.		
Produto 09: Relatório qualificado de análise dos resultados das atividades de expansão do uso do SIPIA Sinase Web aplicadas pelos consultores descentralizados no ano de 2012, contendo base de dados comparativa em relação às informações apresentadas no Produto 01 do presente Termo de Referência, disponibilizadas para acompanhamento no Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.	22/01/2013	9.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CÁSSIO SILVEIRA FRANCO		CPF: 822.302.349-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido da área finalística. Não foram apresentados os produtos 2 a 9. A área técnica ainda não se manifestou sobre a recontração dos produtos pendentes.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000397					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SDH/PR em ações de diagnóstico, análise especializada e planejamento para qualificação da capacidade de atendimento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, versão Conselho Tutelar (SIPIA CT Web).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/04/2012	28/02/2013	91.000,00	83.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Estudo de impacto e viabilidade para subsidiar a padronização do banco de dados do SIPIA CT Web às características dos sistemas de informação definidas pela			07/05/2012	12.000,00	
Produto 02: Mapa de processos de registro, validação, processamento e consolidação de dados no SIPIA CT Web contendo ilustração e descrição qualificada dos fluxos, bem como recomendações para seu aperfeiçoamento.			15/06/2012	8.000,00	
Produto 03: Relatório de identificação de trilha de auditoria no SIPIA CT Web, com diagnóstico da capacidade de geração de relatórios gerenciais do sistema e proposta de aperfeiçoamento de sua capacidade de manutenção de rotinas de auditoria de acesso e uso.			15/06/2012	14.000,00	
Produto 04: Matriz de referência para qualificação e ampliação da capacidade dos instrumentos de geração de relatórios descentralizados no SIPIA CT Web com foco na gestão de políticas públicas e no controle social.			03/08/2012	8.000,00	
Produto 05: Documento técnico contendo proposta de revisão de perfis de acesso e uso do SIPIA CT Web, bem como melhoria da metodologia de registro de usuários e instituições no sistema.			24/08/2012	7.000,00	

Produto 06: Matriz de parâmetros para proteção de dados registrados no SIPIA CT Web de acordo com o perfil de acesso e uso do sistema.	24/08/2012	9.000,00
Produto 07: Relatório de estudo de caso sobre a capacidade do SIPIA CT Web acomodar e processar dados de monitoramento de denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes registrados no sistema.	05/10/2012	12.000,00
Produto 08: Estudo com diagnóstico, análise de impacto e projeto de viabilidade para migração de dados do módulo SIPIA I (versão local) para o banco de dados do SIPIA CT Web.	19/12/2012	13.000,00
SDH Produto 09: Metodologia para agrupamento de dados e integração automática de resultados do SIPIA CT Web junto ao Painel de Monitoramento da SDH.	08/02/2013	8.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: HENRIQUE XAVIER COUTO		CPF: 701.830.401-63
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para apresentação dos produtos 6 a 9. Previsão de término: 31/05/2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000431					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SDH/PR em ações de diagnóstico, análise especializada e planejamento para qualificação da capacidade de atendimento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, versão SINASE (SIPIA SINASE Web).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/05/2012	28/02/2013	92.000,00	84.000,00	22.000,00	22.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Estudo de impacto e viabilidade para subsidiar a padronização do banco de dados do SIPIA SINASE Web às características dos sistemas de informação definidas pela SDH. Produto 06: Relatório de identificação de trilha de auditoria no SIPIA SINASE Web, com diagnóstico da capacidade de geração de relatórios gerenciais do sistema e proposta de aperfeiçoamento de sua capacidade de manutenção de rotinas de auditoria de acesso e uso.			21/05/2012	12.000,00	
Produto 02: Mapa de processos de registro, validação, processamento e consolidação de dados no SIPIA SINASE Web contendo ilustração e descrição qualificada dos fluxos, bem como recomendações para seu aperfeiçoamento.			15/06/2012	10.000,00	
Produto 03: Estudo detalhado com diagnóstico, análise de impacto e projeto de viabilidade para migração de dados dos sistemas de informação das UF para o banco de dados do SIPIA SINASE Web.			15/06/2012	16.000,00	
Produto 04: Documento técnico contendo proposta de revisão de perfis de acesso e uso do SIPIA SINASE Web,			24/08/2012	9.000,00	

bem como melhoria da metodologia de registro de usuários e instituições no sistema.		
Produto 05: Matriz de parâmetros para proteção de dados registrados no SIPIA SINASE Web de acordo com o perfil de acesso e uso do sistema.	24/08/2012	7.000,00
Produto 06: Relatório de identificação de trilha de auditoria no SIPIA SINASE Web, com diagnóstico da capacidade de geração de relatórios gerenciais do sistema e proposta de aperfeiçoamento de sua capacidade de manutenção de rotinas de auditoria de acesso e uso.	05/10/2012	16.000,00
Produto 07: Marco referencial para qualificação e ampliação da capacidade dos instrumentos de geração de relatórios descentralizados no SIPIA SINASE Web com foco na gestão de políticas públicas e no controle social.	19/12/2012 ¹	14.000,00
Produto 08: Metodologia para agrupamento de dados e integração automática de resultados do SIPIA SINASE Web junto ao Painel de Monitoramento da SDH.	08/02/2013	8.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: LUIZ FERNANDO CARVALHO MENDONÇA		CPF: 563.519.411-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato aditivado para a apresentação dos produtos 6 a 8. Previsão de término: 31/05/2013.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.					BRA/10/007
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000858					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de planejamento estratégico para capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente no contexto do Sistema de Informação para Infância e Adolescência e suas interfaces com as Escolas de Conselhos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/10/2012	30/09/2013	80.000,00	23.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório de sistematização sobre as características, ações, boas práticas e contextos de atuação das Escolas de Conselhos da região centro-oeste do Brasil.				30/10/2012	8.000,00
Produto 02: Relatório de 01 (um) workshop com as equipes da SDH e Conanda para análise de cenário das expectativas e tendências metodológicas para capacitação de atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), contendo subsídios preliminares da composição do projeto metodológico nacional de capacitação das Escolas de Conselhos.				29/11/2012	7.000,00
Produto 03: Documento de referência contendo proposta de fluxo, instrumentos de apoio e modelo de gestão para ingresso, participação, desligamento e acompanhamento egresso de alunos nas ações nacionais de capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do				22/12/2012	8.000,00

adolescente das Escolas de Conselhos.		
Produto 04: Documento técnico contendo proposta metodológica de ensino/aprendizagem presencial e à distância para capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente no âmbito da agenda nacional de formação integrada das Escolas de Conselhos.	15/02/2013	10.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo proposta para gestão do conhecimento produzido no âmbito das Escolas de Conselhos em interface com o SIPIA e com a rede de universidades parceiras da SDH.	30/04/2013	8.500,00
Produto 06: Diretório de propostas de novas práticas e recomendações de incorporação dos marcos de referência e da agenda de garantia de direitos da infância e adolescência nas ações e currículos de educação superior.	20/05/2013	6.500,00
Produto 07: Relatório situacional de aprovação e monitoramento da incidência da proposta metodológica das Escolas de Conselhos no Conanda.	01/07/2013	4.000,00
Produto 08: Relatório de 02 (duas) oficinas de capacitação de pontos focais dos núcleos estaduais das Escolas de Conselhos nas UF das regiões sudeste e sul, sobre a metodologia do projeto.	15/08/2013	12.000,00
Produto 09: Relatório de 02 (duas) oficinas de capacitação de pontos focais dos núcleos estaduais das Escolas de Conselhos nas UF da região centro-oeste, sobre a metodologia do projeto.	25/09/2013	16.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ERICA DE SOUZA		CPF: 014.183.016-63
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000856					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de planejamento estratégico para capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente no contexto do Sistema de Informação para Infância e Adolescência e suas interfaces com as Escolas de Conselhos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/10/2012	30/09/2013	80.000,00	21.500,00	0	0
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Relatório de sistematização sobre as características, ações, boas práticas e contextos de atuação das Escolas de Conselhos da região centro-oeste do Brasil.			30/10/2012	8.000,00	
Produto 02: Relatório de 01 (um) workshop com as equipes da SDH e Conanda para análise de cenário das expectativas e tendências metodológicas para capacitação de atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), contendo subsídios preliminares da composição do projeto metodológico			29/11/2012	6.000,00	

nacional de capacitação das Escolas de Conselhos.		
Produto 03: Documento de referência contendo proposta de fluxo, instrumentos de apoio e modelo de gestão para ingresso, participação, desligamento e acompanhamento egresso de alunos nas ações nacionais de capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente das Escolas de Conselhos.	22/12/2012	7.500,00
Produto 04: Documento técnico contendo proposta metodológica de ensino/aprendizagem presencial e à distância para capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente no âmbito da agenda nacional de formação integrada das Escolas de Conselhos.	15/02/2013	15.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo proposta para gestão do conhecimento produzido no âmbito das Escolas de Conselhos em interface com o SIPIA e com a rede de universidades parceiras da SDH.	30/04/2013	6.500,00
Produto 06: Diretório de propostas de novas práticas e recomendações de incorporação dos marcos de referência e da agenda de garantia de direitos da infância e adolescência nas ações e currículos de educação superior.	20/05/2013	7.000,00
Produto 07: Relatório situacional de aprovação e monitoramento da incidência da proposta metodológica das Escolas de Conselhos no Conanda.	15/07/2013	13.000,00
Produto 08: Relatório de 02 (duas) oficinas de capacitação de pontos focais dos núcleos estaduais das Escolas de Conselhos nas UF das regiões sudeste e sul, sobre a metodologia do projeto.	15/09/2013	17.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: THIAGO DE HOLANDA ALTAMIRANO		CPF: 693.910.091-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em andamento.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000552					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/05/2012	28/02/2013	68.000,00	68.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1 - Análise da Metodologia das Nações Unidas e Resenhas de Artigos sobre sistema de indicadores em DH, com fichas anexas e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.			15/01/2012	6.000,00	
2 - Resenhas sobre sistema de indicadores sociais, com foco em DH - artigos/textos internacionais, com fichas anexas e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência..			14/02/2012	6.000,00	

3 - Resenhas sobre sistema de indicadores sociais, com foco em DH - artigos/textos nacionais, com fichas anexas e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência..	15/03/2012	6.000,00
4 - Relatório sobre sistema de indicadores sociais, com foco em DH a partir das resenhas.	04/05/2012	12.000,00
5 - Documento analítico dos relatórios sobre indicadores temáticos.	23/06/2012	6.500,00
6 - Documento analítico das propostas de sistemas de indicadores temáticos.	02/08/2012	6.5000,00
7 - Proposta de sistema de indicadores em DH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo sugestões para coleta e mensuração dos inexistentes.	01/09/2012	25.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARCELO CAETANO SIMAS		CPF: 029.707.427-05
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado. O produto 7 não foi apresentado pelo consultor, pois foi incorporado como atividade do CTA (Comitê Técnico de Acompanhamento).		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000538					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em Educação, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/12/2011	30/07/2012	50.000,00	50.000,00	18.000,00	18.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1 - Análise da Metodologia das Nações Unidas e Resenhas de Artigos sobre indicadores em Educação, com foco em DH e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.			15/01/2012	6.000,00	
2 - Resenhas sobre indicadores em Educação, com foco em DH - artigos/textos internacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.			14/02/2012	6.000,00	
3 - Resenhas sobre indicadores em Educação, com foco em DH - artigos/textos nacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.			15/03/2012	6.000,00	
4 - Relatório sobre indicadores em Educação, com foco em DH a partir das resenhas incluindo fichas de metadados dos indicadores.			09/05/2012	12.000,00	
5 - Proposta de sistema de indicadores em Educação, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos			13/07/2012	20.000,00	

inexistentes.			
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: SERGIO STOCO		CPF: 192.889.936-66	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado. Todos os produtos entregues.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000518					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para elaboração de sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados para desenvolvimento de sistema de indicadores no Mercosul e de proposta de indicadores em Direitos Humanos no âmbito da RAADH, com indicação de metodologia e indicadores, assim como proposta de formação para o fórum virtual de apoio às discussões pertinentes à RAADH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/12/2011	31/08/2012	50.000,00	50.000,00	13.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1) Análise da Metodologia das Nações Unidas para indicadores em direitos humanos (HRI/MC/2008/3) e documentos do MERCOSUL e da OEA relativos a em Direitos Humanos, que estejam relacionados a indicadores.			04/01/2012	6.000,00	
2) Revisão da produção do GT-DESC (documentos, atas, memórias, etc), sistematização e análise dos mesmos, frente à temática de indicadores em Direitos Humanos; Documento analítico da proposta de indicadores de direitos humanos produzida pelo GT-DES, incluindo proposta de adequação à metodologia do HRI/MC/2008/3.			03/02/2012	7.000,00	
3) Documento analítico da proposta da OEA para indicadores em Direitos Humanos referentes à Educação, Saúde e Trabalho e previdência, incluindo proposta de adequação da mesma à metodologia do HRI/MC/2008/3.			28/02/2012	5.000,00	
4) Proposta de módulo de indicadores dos Direitos Humanos à educação, saúde, trabalho e previdência para ser apresentada à RAADH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos dados inexistentes;			03/05/2012	12.000,00	
5) Documento técnico sobre treinamentos técnico-operacionais para as áreas, incluindo programa e material formativo, nos padrões presencial e a Distância.			07/06/2012	12.000,00	
6) Documento técnico de análise dos países que compõem a RAADH, a partir dos indicadores propostos para o módulo de indicadores em Direitos Humanos (educação, saúde, trabalho e previdência).			21/08/2012	8.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: DULCINÉIA DUARTE MEDEIROS	CPF: 100.199.087-09
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado. Não foram apresentados os produtos 3 a 6 por causa de perda de objeto (encerramento do grupo de trabalho da RAADH).	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000559					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em trabalho e geração de renda, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/12/2011	15/08/2012	50.000,00	50.000,00	30.000,00	30.000,00

Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
1 - Análise da Metodologia das Nações Unidas e Resenhas de Artigos sobre indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.		23/01/2012		6.000,00	
2 - Resenhas sobre indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH - artigos/textos internacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.		29/02/2012		6.000,00	
3 - Resenhas sobre indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH - artigos/textos nacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.		30/03/2012		6.000,00	
4 - Relatório sobre indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH a partir das resenhas, incluindo fichas de metadados dos Indicadores.		24/05/2012		12.000,00	
5 - Proposta de sistema de indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos inexistentes.		31/07/2012		20.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: FRANCO DE MATOS	CPF: 162.405.958-96
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado. Todos os produtos entregues.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”	BRA/11/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 2012/00008					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em Direitos Cíveis e Políticos, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/01/2012	31/08/2012	50.000,00	50.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1 - Análise da Metodologia das Nações Unidas e Resenhas de Artigos sobre indicadores em Direitos Cíveis e Políticos e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.				22/02/2012	6.000,00
2 - Resenhas sobre indicadores em Direitos Cíveis e Políticos - artigos/textos internacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.				23/03/2012	6.000,00
3 - Resenhas sobre indicadores em Direitos Cíveis e Políticos - artigos/textos nacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.				22/04/2012	6.000,00
4 - Relatório sobre indicadores em Direitos Cíveis e Políticos a partir das resenhas, incluindo fichas de metadados dos indicadores.				16/06/2012	12.000,00
5 - Proposta de sistema de indicadores em Direitos Cíveis e Políticos, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos inexistentes.				20/08/2012	20.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ISABEL DE ASSIS RIBEIRO DE OLIVEIRA				CPF: 343.633.867-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado. Produto 5 não foi apresentado por causa de perda de objeto.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000558					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em Seguridade Social (Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/12/2011	15/08/2012	50.000,00	50.000,00	6.000,00	6.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor

1 - Análise da Metodologia das Nações Unidas e Resenhas de Artigos sobre indicadores em Seguridade Social (Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.	23/01/2012	6.000,00			
2 - Resenhas sobre indicadores em Seguridade Social (Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH - artigos/textos internacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência..	29/02/2012	6.000,00			
3 - Resenhas sobre indicadores em Seguridade Social (Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH - artigos/textos nacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência..	30/03/2012	6.000,00			
4 - Relatório sobre indicadores em Seguridade Social (Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH a partir das resenhas, incluindo fichas de metadados dos indicadores.	24/05/2012	12.000,00			
5 - Proposta de sistema de indicadores em Seguridade Social (Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos inexistentes.	31/07/2012	20.000,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: RODRIGO LEANDRO DE MOURA	CPF: 187.124.978-35				
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido do consultor. Não foram apresentados os produtos 2 a 5. A área técnica ainda não se manifestou sobre a recontração dos produtos pendentes.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização	Sigla				
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD				
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto	Código				
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”	BRA/11/003				
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000645					
Objetivo da Consultoria: Sistematização das discussões e resultados referentes à construção participativa do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos segundo Metodologia das Nações Unidas em cada uma das áreas/direito: Educação, Saúde, Trabalho e Renda. Previdência e Assistência Social, Direito à Vida e à Participação em Assuntos Públicos, Acesso à Justiça, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Segurança Pública, Liberdade de Expressão e Cultura.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/08/2012	27/05/2013	26.000,00	26.000,00	7.000,00	7.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1- Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas 1ª e 2ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, incluindo transcrição de áudio.				16/09/2012	3.000,00
2 - Resenhas sobre indicadores em Seguridade Social				06/10/2012	4.000,00

(Previdência e Assistência Sociais), com foco em DH - artigos/textos internacionais e base de dados catalogada em software de gerenciamento de referência.		
Produto 3 - Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas 3ª e 4ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, incluindo transcrição de áudio.	05/12/2012	3.000,00
Produto 4 - Relatório detalhado de sistematização das discussões ocorridas nas 3ª e 4ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, contendo as posições e argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos.	05/12/2012	4.000,00
Produto 5 - Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas 5ª e 6ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, incluindo transcrição de áudio;	03/02/2013	3.000,00
Produto 6 - Relatório detalhado de sistematização das discussões ocorridas nas 5ª e 6ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, contendo as posições e argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos	03/02/2013	4.000,00
Produto 7 – Relatório sintético de sistematização de todas as discussões ocorridas em todas as oficinas técnicas e demais encontros para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas contendo as posições e argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos.	05/03/2013	5.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: JÚLIA CAMPOS CLIMACO		CPF: 000.746.151-81
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido da consultora. Não foram entregues os produtos 3 a 7. A área técnica ainda não se manifestou sobre a recontração dos produtos pendentes.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”	BRA/11/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2012/000551	
Objetivo da Consultoria: Sistematização das discussões e resultados referentes à construção participativa do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos segundo Metodologia das Nações Unidas em cada uma das áreas/direito: Educação, Saúde, Trabalho e Renda. Previdência e Assistência Social, Direito à Vida e à Participação em Assuntos Públicos, Acesso à Justiça, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Segurança Pública, Liberdade de Expressão e Cultura.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/07/2012	11/02/2013	26.000,00	26.000,00	6.000,00	6.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1- Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas 1ª e 2ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, incluindo transcrição de áudio				08/09/2012	3.000,00
Produto 2 - Relatório detalhado de sistematização das discussões ocorridas nas 1ª e 2ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, contendo as posições e argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos.				08/09/2012	4.000,00
Produto 3 - Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas 3ª e 4ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, incluindo transcrição de áudio.				07/11/2012	3.000,00
Produto 4 - Relatório detalhado de sistematização das discussões ocorridas nas 3ª e 4ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, contendo as posições e argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos.				07/11/2012	4.000,00
Produto 5 - Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas 5ª e 6ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, incluindo transcrição de áudio.				06/01/2012	3.000,00
Produto 6 - Relatório detalhado de sistematização das discussões ocorridas nas 5ª e 6ª oficinas técnicas e encontros preparatórios para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas, contendo as posições e argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos.				06/01/2012	4.000,00
Produto 7 - Relatório sintético de sistematização de todas as discussões ocorridas em todas as oficinas técnicas e demais encontros para detalhamento de atributos e construção dos indicadores dos Direitos Humanos relacionados à respectiva área/direito sob responsabilidade do consultor segundo Metodologia das Nações Unidas contendo as posições e				05/02/2012	5.000,00

argumentações estabelecidas, as discussões efetuadas e os encaminhamentos definitivos.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARLA IVETE SARTORI	CPF: 481.168.745-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido a pedido da consultora. Não foram apresentados os produtos 3 a 7. A área técnica ainda não se manifestou sobre a recontração dos produtos pendentes.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
“Informações em Direitos Humanos: Identificando Potenciais e Construindo Identificadores”				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000148					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para realizar o levantamento de requisitos, especificação das funcionalidades e planejamento da implantação da metodologia do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - Simec na SDH/PR.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2011	30/12/2011	85.000,00	0	38.250,00	38.250,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento técnico de análise das funcionalidades do projeto Simec, suas potenciais aplicações e aperfeiçoamentos para a SDH/PR, contendo cronograma do projeto; Estrutura Analítica de Trabalho; Definição de Escopo.				02/06/2011	12.750,00
2. Documento técnico contendo levantamento de informações das áreas técnicas da SDH/PR.				04/08/2011	12.750,00
3. Documento técnico contendo mapeamento das necessidades de informações de áreas da SDH/PR.				22/09/2011	21.250,00
4. Proposta preliminar de plano de adaptação e implantação do Simec.				10/11/2011	17.000,00
5. Plano de implantação do Simec, contendo os aperfeiçoamentos necessários e Lista de Requisitos (Funcionais / Não-Funcionais).				28/12/2011	21.250,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ADONIAS ROSADA MALOSSO				CPF: 923.784.471-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato encerrado. Todos os produtos entregues.					

14.2 ANÁLISE CRÍTICA

Ao longo de 2012 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República obteve um melhor desempenho na execução de seus projetos de cooperação com organismos internacionais, conseguindo executar atividades de vários projetos que estavam com sua implementação atrasada.

Contribuiu para tanto a constituição de um Comitê de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Internacional, presidido pela Secretária Executiva e composto por representantes de todas as unidades da SDH. O comitê foi constituído com a atribuição de monitorar a execução de todo o portfólio de projetos de cooperação internacional, cobrando as áreas técnicas responsáveis nos casos em que seus respectivos projetos estivessem com baixa execução. Essa medida decorreu de algumas reuniões tripartites e outras reuniões em que a Agência Brasileira de Cooperação demandou maior celeridade na execução de alguns projetos da SDH.

Outra importante medida foi a continuidade das capacitações oferecidas para todas as Coordenações-Gerais, em que coordenadores e suas equipes receberam instruções quanto aos fluxos estabelecidos para a implementação dos projetos de cooperação, os documentos exigidos em cada ato administrativo, a responsabilidade de coordenação e cobrança dos trabalhos realizados pelos consultores na modalidade produto, etc. Ao fim de 2012 já se podia contar com uma implementação mais qualificada dos projetos, em que os processos administrativos eram realizados de modo eficiente e com clareza sobre os procedimentos necessários.

15. INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA

15.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA SDH/PR

QUADRO LXII – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Informações da entidade parceira	CNPJ	1541189000192	
	Nome	IPAS BRASIL	
	Âmbito de atuação (art 3º da Lei nº 9.790/99)	Serviços Sociais de Apoio à Saúde	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	750578	
	Data Celebração	10/12/2010	
	Registrado no SICONV?	750578	
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamada Pública – Edital nº 01/2010, de 09/02/2010.	
	Objeto	Disseminação da metodologia de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes através da qualificação dos profissionais da Rede Atendimento e da capacitação de docentes de universidades brasileiras sobre os Direitos Humanos.	
	UJ Parceira	Nome	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
		UG SIAFI	110244
	Período Vigência	Início	09/12/2010
		Fim	09/06/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	600.000,00
		Da Entidade	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ.

Informações da entidade parceira	CNPJ	4863094000183	
	Nome	INSTITUTO ALIANCA COM O ADOLESCENTE	
	Âmbito de atuação (art 3º da Lei nº 9.790/99)	Amparo a Crianças e Adolescentes / Aplicação Educacional de Tecnologia / Capacitação para o Trabalho / Ensino Fundamental / Ensino Médio / Ensino Superior.	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Não houve	
Informações do Termo de Parceria	Número	750584	
	Data Celebração	15/12/2010	
	Registrado no SICONV?	750584	
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamada Pública – Edital nº 01/2010, de 09/02/2010.	
	Objeto	Disseminação da metodologia do PAIR em escala, para públicos diferenciados em municípios de pequeno, médio e grande porte, utilizando plataformas de ensino semipresencial e à distância.	
	UJ Parceira	Nome	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
		UG SIAFI	110244
	Período Vigência	Início	15/12/2010
		Fim	15/06/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	996.000,00
		Da Entidade	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ.

Informações da entidade parceira	CNPJ	4816878000150	
	Nome	SOCIEDADE DE ESTUDOS MULTIPLOS, ECOLOGICA E DE ARTES - SOCIEDADE SEMEAR	
	Âmbito de atuação (art 3º da Lei nº 9.790/99)	Assistência ao Idoso / Assistência ao Portador de Deficiência / Assistência à Criança e ao Adolescente / Assistência Comunitária / Proteção e Benefícios ao Trabalhador / Relações de Trabalho / Empregabilidade / Fomento ao Trabalho / Ensino Fundamental / Ensino Médio / Ensino Profissional / Ensino Superior / Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico / Difusão Cultural / Custódia e Reintegração Social / Direitos Individuais, Coletivos e Difusos / Assistência aos Povos Indígenas / Habitação Rural / Habitação Urbana / Preservação e Conservação Ambiental / Controle Ambiental / Recuperação de Áreas Degradadas / Recursos Hídricos / Meteorologia / Desporto de Rendimento / Desporto Comunitário / Lazer	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços, publicado no DOE de Sergipe, em 17/11/2009.	
Informações do Termo de Parceria	Número	750508	
	Data Celebração	17/12/2010	
	Registrado no SICONV?	750508	
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamada Pública – Edital nº 01/2010, de 09/02/2010.	
	Objeto	Implantação do Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e de Conselheiros Tutelares do Estado de Sergipe.	
	UJ Parceira	Nome	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
		UG SIAFI	110244
	Período Vigência	Início	17/12/2010

		Fim	17/06/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	245.000,00
		Da Entidade	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ.

Informações da entidade parceira	CNPJ	3947908000103	
	Nome	INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE - IETS	
	Âmbito de atuação (art 3º da Lei nº 9.790/99)	Pesquisa em Ciências Sociais, Políticas e Humanas / Pesquisas Sociais	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	Termo de Referência, publicado no site institucional e inserido no SICONV, em 24/11/2010.	
Informações do Termo de Parceria	Número	750585	
	Data Celebração	27/12/2010	
	Registrado no SICONV?	750585	
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamada Pública – Edital nº 01/2010, de 26/03/2010.	
	Objeto	Desenvolvimento de um modelo único de classificação de deficiências, e os instrumentos adequados à sua aplicação em políticas públicas, que inclua os parâmetros atuais e aqueles que permitam definir graus de funcionalidade levando em conta parâmetros sociais.	
	UJ Parceira	Nome	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR
		UG SIAFI	200016
	Período Vigência	Início	27/12/2010
		Fim	30/04/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	852.693,00
		Da Entidade	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ.

Informações da entidade parceira	CNPJ	73405532000182	
	Nome	ASSOCIACAO NACIONAL DOS RONDONISTAS	
	Âmbito de atuação (art 3º da Lei nº 9.790/99)	Assistência ao Idoso / Assistência ao Portador de Deficiência / Assistência à Criança e ao Adolescente / Assistência Comunitária / Assistência Hospitalar e Ambulatorial / Proteção e Benefícios ao Trabalhador / Relações de Trabalho / Empregabilidade / Fomento ao Trabalho / Ensino Profissional / Ensino Superior / Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico / Difusão Cultural / Custódia e Reintegração Social / Direitos Individuais, Coletivos e Difusos / Assistência aos Povos Indígenas / Preservação e Conservação Ambiental / Controle Ambiental / Recuperação de Áreas Degradadas / Recursos Hídricos / Meteorologia / Desporto de Rendimento / Desporto Comunitário / Lazer	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	750595	
	Data Celebração	31/12/2010	
	Registrado no SICONV?	750595	
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamada Pública – Edital nº 01/2010, de 03/2010.	

	Objeto	Desenvolvimento de um conjunto de ações para assegurar condições documentais, priorizando o acesso ao registro civil de nascimento à população em situação de rua da Praça da Sé e entorno, em São Paulo, e às pessoas internas em instituições de longa permanência.	
	UJ Parceira	Nome	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR
		UG SIAFI	200016
	Período Vigência	Início	31/12/2010
		Fim	31/01/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	518.877,00
		Da Entidade	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ.

Informações da entidade parceira	CNPJ	05493004000172	
	Nome	IAJ - INSTITUTO DE ACESSO A JUSTICA	
	Âmbito de atuação (art 3º da Lei nº 9.790/99)	Custódia e Reintegração Social / Direitos Individuais, Coletivos e Difusos / Assistência aos Povos Indígenas.	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	654259	
	Data Celebração	10/12/2009	
	Registrado no SICONV?	"Não registrado"	
	Forma de escolha da entidade parceira	Chamada Pública – Edital nº 01/2010, de 09/02/2010.	
	Objeto	Programa de Proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte do Estado do Rio Grande do Sul.	
	UJ Parceira	Nome	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR
		UG SIAFI	200016
	Período Vigência	Início	10/12/2009
		Fim	10/12/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	2.605.109,92
		Da Entidade	36.000,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL, PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV e Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNES/MJ.

15.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS

QUADRO LXIII – DEMOSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA

Identificação da Entidade Parceira			
Nome		SOCIEDADE DE ESTUDOS MULTIPLOS, ECOLOGICA E DE ARTES - SOCIEDADE SEMEAR	
CNPJ		4816878000150	
Número		750508	
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	0,00	Julho	0,00
Fevereiro	0,00	Agosto	0,00
Março	0,00	Setembro	61.250,00
Abril	0,00	Outubro	0,00
Maio	0,00	Novembro	0,00
Junho	0,00	Dezembro	0,00
Total	0,00	Total	61.250,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

Identificação da Entidade Parceira			
Nome		INSTITUTO ALIANCA COM O ADOLESCENTE	
CNPJ		4863094000183	
Número		750584	
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	0,00	Julho	350.000,00
Fevereiro	0,00	Agosto	0,00
Março	0,00	Setembro	0,00
Abril	0,00	Outubro	0,00
Maio	0,00	Novembro	0,00
Junho	0,00	Dezembro	0,00
Total	0,00	Total	350.000,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

**QUADRO LXIV – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE
EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA**

UG: 200016

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2011	2	852.693,00
2010	11	1.761.628,44

Fonte: **SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV**

UG:110244

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2011	3	1.841.000,00
2010	6	1.564.362,00

Fonte: **SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV**

15.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS

QUADRO LXV – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA

Membros da Comissão				Ato de designação
Número	Nome	CPF	Órgão que representa	
750578/2010	Leila Regina Paiva Souza	393.407.673-49	SDH/PR	Portaria/SDH/PR/ nº 1.429, de 13 de julho de 2011
	Deysiane Farias Pontes	001.577.193-83	SDH/PR	
	Leila Adesse	337.709.487-34	OSCIP	
	Glícia Thaís Salmeron de Miranda	171.220.075-53	CONANDA	
750584/2010	Leila Regina Paiva de Souza	393.407.673-49	SDH/PR	Portaria/SDH/PR/ nº 1.428, de 13 de julho de 2011
	Deysiane Farias Pontes	001.577.193-83	SDH/PR	
	Ilma Maria Costa da Silva Oliveira	358.468.875-20	OSCIP	
	Raimunda Núbia Lopes da Silva	273.986.173-72	CONANDA	
750508/2010	Marcelo Nascimento	164.209.228-28	SNPDCA	Portaria/SDH/PR/ nº 1.374, de 11 de julho de 2011
	Maria Bernadete Olivo	594.183.628-72	SNPDCA	
	Glícia Thaís Salmeron de Miranda	171.220.075-53	CONANDA	
	Danielle Rodrigues Dutra	016.337.769-30	Sociedade Semear	
750585/2010	Niusarete Margarida de Lima	239.677.651-72	SDH/PR	Portaria/SDH/PR/ nº 534, de 29 de março de 2011
	Ana Paula Crosara de Resende	888.744.786-15	SDH/PR	
	Mirela de Carvalho	044.449.397-51	OSCIP	
	Rosângela da Silva Santos	966.390.247-72	Conselho de Política Pública	
654259 - (005/2009)	Jaílson Tenório dos Reis	915.399.193-15	SDH/PR	Portaria/SDH/PR/ nº 1.486, de 26 de julho de 2011
	Higor Cataldo Antônio	079.803.007-00	SDH/PR	
	Flora Luciana T. de Oliveira	606.995.660-53	OSCIP	
	Iralda Cassol Pereira	505.040.100-34	CONANDA	

**QUADRO LXVI – DEMOSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS
NO EXERCÍCIO**

Número	CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise	Decisão
			Data Início	Data Fim		
750863/2010	4999034000192	01/10/2012	20/12/2010	20/12/2011	Em Andamento Parecer Técnico	
708840 (654344)	69270486000184	24/02/2012	12/01/2009	30/09/2011	Em Andamento Parecer Técnico	
708025 (654428)	04863094000183	05/01/2012	01/12/2009	31/10/2011	Em Andamento Parecer Técnico	
714364 (655092)	04999034000192	05/08/2011	28/12/2009	07/06/2011	Em Andamento Parecer Técnico	
749670/2010	7234526000185	29/03/2012	01/12/2010	30/12/2011	Em Andamento Parecer Técnico	
750088/2010	4816878000150	09/07/2012	30/12/2010	30/12/2011	Em Andamento Parecer Técnico	
750585/2010	3947908000103	29/06/2012	27/12/2010	30/04/2012	Em Andamento Parecer Técnico	
750595/2010	73405532000182	30/03/2012	31/12/2010	31/01/2012	Em Andamento Parecer Técnico	
*Situação da Análise:				**Decisão:		
▪ Concluída				▪ Aprovada		
▪ Em andamento				▪ Reprovada		
▪ Não iniciada				▪ Em exigência		

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

15.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA

QUADRO LXVII - DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

Identificação da Entidade Parceira				
Nome	INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE - IETS		CNPJ	39.479.908/0001-03
Termo de Parceria nº: 750585/2010				
Caracterização do Indicador 1				
Nome	Desenvolvimento de um modelo único de classificação e de valoração da deficiência, e os instrumentos adequados à sua aplicação em políticas públicas, que inclua os parâmetros atuais e aqueles que permitam definir graus de funcionalidade levando em conta parâmetros sociais, gerando uma certificação única que dará acesso mais equitativo às diversas ações afirmativas e benefícios.			
Fórmula de Cálculo	Não consta			
Unidade de Medida	Estudo e construção do instrumento de classificação e de valoração da deficiência realizado.			
Periodicidade de Medição	Durante a vigência do Termo de Parceria foi apresentado relatórios de fiscalização e participação de membros da comissão <i>in loco</i> .			
Aferição dos Resultados do Indicador 1				
Meta do Exercício	Pactuada	Mapeamento sobre deficiência: diagnostico socioeconômico e mapeamento de políticas públicas; Nova classificação de deficiências; Instrumento para identificação de níveis de gravidade de deficiência e proposta de validação do instrumento; Formação de rede de avaliação Nacional		
	Realizada	Propor uma metodologia detalhada para testar e validar o instrumento que indica o índice de funcionalidade brasileiro.		
	% Realização	100%		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	100%	
		2010	0%	
Análise do Indicador 1	O Brasil, de acordo com o censo IBGE 2000, tem 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de limitação funcional, o que corresponde a 14,5% da população, dos quais 70% vivem abaixo da linha da pobreza. Há um arcabouço legal abrangente, de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, que tem origem na Constituição Federal. A “Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência” e as políticas setoriais se efetivam por intermédio de ações afirmativas e benefícios de equiparação, na tentativa de atenuar os problemas sociais existentes, em razão de todo um processo histórico, e promover a inclusão. Atualmente, o país utiliza vários instrumentos para categorização das deficiências, com base nas definições expressas no Decreto 3298/1999 e alterações efetuadas pelo Decreto 5296/2004. Como estão centradas em doenças e alterações na estrutura corporal, refletem um modelo médico, passível de codificação pela Classificação Internacional de Doenças – CID 10, não contemplando a funcionalidade da pessoa e tampouco um sistema de valoração. Reconhecer quem são as pessoas com deficiência e as que necessitam das diversas políticas de proteção social é uma das obrigações do Estado para promover a equiparação de oportunidades e garantir os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Desenvolver um instrumento único, de aplicação simples, e que permita a um só tempo, incluir as categorias já estabelecidas e identificar necessidades de difícil diagnóstico atualmente e considerar a funcionalidade do ponto de vista social – o que inclui necessariamente os sistemas de valor – é um desafio que precisa ser urgentemente enfrentado.			

Fonte: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SDH/PR

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	SOCIEDADE DE ESTUDOS MULTIPLOS, ECOLOGICA E DE ARTES – SOCIEDADE SEMEAR		CNPJ 48.168.780/0001-50
Termo de Parceria nº: 750508/2010			
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Informamos que apesar do estabelecido em Cláusula Contratual do Termo de Parceria 750508/2010 – FNCA, a Secretaria de Direitos Humanos / Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Criança e do Adolescente não possuem indicadores de gestão institucionalizados. A SDH/PR e a SNPDCA têm envidado esforços para a construção dos mesmos. Enquanto isto a Secretaria Nacional tem se utilizado de outros dados e informações que permitem avaliar o desempenho da gestão para a tomada de decisões, como por exemplo, os indicadores dos programas e da avaliação das metas físicas das ações que permitem aferir o desempenho setorizado por programa e ação da pasta. Quanto à análise da prestação de contas do referido Termo de Parceria a mesma ainda não foi analisada tendo em vista o seu encerramento ter ocorrido em 17 / 12 / 2012. Não obstante, no acompanhamento da execução do Projeto feito por meio de relatórios parciais sobre Implantação do Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares do Estado de Sergipe – Escola de Conselhos há dados e informações que permitem avaliar o cumprimento das metas / etapas / fases, no tocante ao programado e executado bem como os recursos financeiros aplicados. A meta pactuada no Termo de Parceria para a implantação do Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares no Estado de Sergipe foi de capacitação de 1.038 conselheiros, sendo 608 conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e 430 e trinta conselheiros tutelares no período 18 meses, ou seja, de 17 /12/2010 a 17/06/2012. Para este período foi previsto a realização de 14 turmas com 36 horas cada, além da realização de palestras formativas, 01 seminário de 20 horas e 01 fórum de debate para a apresentação dos resultados da Escola de Conselhos. Foram realizados até o período 11 turmas de 36 horas/aula. Além das 11 turmas dos cursos foram realizadas 20 palestras formativas com a participação de 1.746 pessoas, 01 seminário com a participação de 178 pessoas e capacitação dos participantes da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente com a participação de 404 integrantes da rede. Tendo em vista o atraso no inicio dos trabalhos de implantação da Escola a Oscip solicitou a prorrogação do prazo de vigência por mais 06 meses para conclusão das turmas tendo sido prorrogada a parceria até 17/12/2012 para atendimento das 04 turmas faltantes.		
	Fórmula de Cálculo	Não apurada	
	Unidade de Medida	Não apurada	
	Periodicidade de Medição	Não apurada	
	Aferição dos Resultados do Indicador 1		
Meta do Exercício	Pactuada	Não apurada	
	Realizada	Não apurada	
	% Realização	Não apurada	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	Não apurada
		2010	Não apurada
Análise do Indicador 1			

Fonte: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SDH/PR

Identificação da Entidade Parceira				
Nome	INSTITUTO DE ACESSO À JUSTIÇA		CNPJ	05.493.004/0001-72
Número	005/2009 – Processo: 00004.001771/2009-21			
Caracterização do Indicador 1				
Nome	Atendimento a 30 crianças e adolescentes.			
Fórmula de Cálculo	Numero de atendimentos previstos versus numero de atendimentos efetuados.			
Unidade de Medida	Atendimentos			
Periodicidade de Medição	Relatório de acompanhamento do numero de proteção mensal.			
Aferição dos Resultados do Indicador 1				
Meta do Exercício	Pactuada	Atendimento a 30 crianças e adolescentes.		
	Realizada	Atendimento a 30 crianças e adolescentes.		
	% Realização	100%		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	100%	
		2010		
Análise do Indicador 1	A implantação do PPCAAM no estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 2009 por meio deste termo de parceria 005/2009, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos - SDH e a OSCIP IAJ.			
	Entre 2010 e 2011 o programa vivia um período de atividades intensas, registrando desde o início da execução 86 pessoas atendidas entre crianças e adolescentes.			
	O presente Termo de Parceria teve por objeto, conforme cláusula primeira, “Preservar a vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte no Estado do Rio Grande do Sul, procurando por todos os meios possíveis garantir os vínculos familiares e afetivos, tendo como objetivo precípua e final a reinserção social segura e sadia, com base no tripé principiológico da proteção e promoção da vida: PROTEÇÃO, INSERÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA”.			
	A meta estabelecida no Plano de Trabalho, 30 atendimentos, foi alcançada em fevereiro de 2011. Das ações programadas no cronograma de execução, todas constam como realizadas no período com exceção da “Instalação do Conselho Gestor” e “Elaboração do Regimento do Conselho Gestor” (Conselho Gestor já estava em processo de implantação à época). Ademais, no período correspondente de 2010/2011 os principais resultados alcançados foram:			
	- Formação de equipe interdisciplinar; - Articulação com a academia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); - Sensibilização de diversos atores sociais em relação a necessidade de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente - SGDHCA, levantando discussões a respeito dos Direitos Humanos, situação de vulnerabilidade e ameaça de morte sobre a questão da violência letal; - Articulação efetiva com a rede local para execução do programa, com adequada inserção dos protegidos nos serviços públicos; - Elaboração do protocolo de intenções a ser assinado pelo estado do Rio Grande do Sul, SDH e IAJ.			

ANEXOS

QUADRO XV – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa 319011	12.340.306	17.602.037	12.340.306	17.602.037	0	0	12.337.068	0
2º elemento de despesa 319113	2.116.388	13.756.627	2.116.388	13.756.627	0	0	1.948.583	0
3º elemento de despesa 319096	670.948	0,00	670.948	0,00	0	0	670.948	0
Demais elementos grupo	293.301	1.368.926	293.301	1.368.926	0	0	293.301	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes								
339039 - Pessoa Jurídica	50.968.707	45.135.936	34.044.587	28.298.696	16.924.119	17.435.986	33.079.950	17.616.860
33(30-40-50)41- Contribuições	74.063.255	67.640.696	22.326.291	26.161.248	51.736.963	30.810.344	22.326.291	26.161.248
339033 – Passagens	4.066.389		3.555.130		511.259		3.555.097	
Demais elementos grupo	26.894.434	30.474.451	24.532.660	18.956.606	2.361.773	13.497.404	24.349.423	18.956.616
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
3. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
449052 - Material Permanente	32.298.867	4.817.922	841.695	1.819.916	31.457.171	2.374.456	757.606	1.819.916
44(30-40-50)41-Contribuições	5.796.022	13.288.744	303.467	259.497	5.492.555	13.029.247	303.467	259.497
Demais elementos grupo	22.513	1.219.049	22.513	327.377	0	1.118.912	0	327.377
4. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Análise Crítica:

Em 2012, a Secretaria de Direitos Humanos – SDH celebrou 41 Contratos, na modalidade Pregão, compreendendo os 19 certamos licitatórios oriundos da própria Secretaria, bem como as 8 adesões as Atas de Registros de Preços efetuadas com diversos parceiros no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Governo Federal. Foram realizadas 15 dispensas de licitações visando a contratações de serviços de pequeno porte para atender a demanda da SDH e 07 inexigibilidades de licitação.

Os números demonstrados acima, contemplam também 8 Contratos Administrativos sub-rogados do Ministério da Justiça, visando a desvinculação administrativa daquele órgão, passando a esta Secretaria a responsabilidade pela execução das atividades de administração de serviços gerais e de orçamento e finanças, em virtude de sua estruturação para exercer as atividades da manutenção de sua Pasta, o que demonstra a evolução desta Secretaria no quesito relativo às despesas por modalidade de Contratação dos créditos originárias da SDH/PR em comparação com o ano de 2011.

QUADRO XX – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011 (*)	6.449,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.752,31	0,00	0,00	22.201,36
	2010 (**)	32.245,29	96.735,87	10.748,43	3.582,81	3.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.960,40
	2009	0,00	128.981,16	10.748,43	3.582,43	1.943,88	0,00	296,58	0,00	0,00	145.552,48
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	747.776,13	179.851,60	723.386,27	46.218,48	119.814,00	52.980,43	28.509,07	0,00	0,00	1.898.535,98
	2010	484.410,47	149.858,64	499.956,22	20.043,43	90.734,09	32.228,26	32.095,67	0,00	0,00	1.309.326,78
	2009	176.396,24	154.030,99	144.979,13	11.681,62	18.718,95	14.842,25	17.278,74	0,00	0,00	537.927,92
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	36.780,00	0,00	3.575,83	2.724,44	971,94	0,00	2.043,33	0,00	0,00	46.095,54
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial (***)											

Exercícios	2011	0,00	75.450,40	13.146,66	26.699,75	2.128,00	0,00	17.940,51	0,00	0,00	135.365,32
	2010	0,00	57.125,72	5.694,89	0,00	1.782,54	0,00	134,15	0,00	0,00	64.737,30
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	157.996,04	8.265.066,30	791.397,07	212.001,52	1.092.113,36	77.738,00	380.160,10	0,00	0,00	10.976.472,39
	2010	131.985,05	8.167.977,85	764.671,61	195.907,23	543.634,24	39.121,02	100.444,46	2.909,60	0,00	9.946.651,06
	2009	126.391,22	5.517.462,42	559.637,83	158.888,12	145.821,95	7.644,57	95.029,40	2.470,04	0,00	6.613.345,55

Servidores ocupantes de Funções gratificadas (****)											
Exercícios	2011	246.939,97	447.333,52	213.801,88	21.451,45	39.464,71	18.110,74	18.954,91	0,00	0,00	1.006.057,18
	2010	240.618,37	329.753,99	191.028,96	20.045,82	36.245,09	14.621,93	16.257,54	0,00	0,00	848.571,70
	2009	236.597,48	289.687,50	185.445,98	19.355,25	20.572,73	8.341,11	22.659,20	0,00	0,00	782.659,25

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) A partir de fevereiro de 2010, a Excelentíssima Ministra de Estado passou a perceber a remuneração (mediante opção) do cargo eletivo de Deputado Federal.

(**) A partir de outubro de 2010, a remuneração (na forma de subsídio), paga ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos/PR, passou a ser processada como “vencimentos”.

(***) O cargo de Secretário Executivo - Natureza Especial - só foi criado na SDH/PR/PR em 2010, pelo Decreto nº 7.256/2010.

(****) Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

A respeito do quadro anterior, ressalte-se que o aumento considerável das parcelas “Vencimentos e Vantagens Fixas”, “Retribuições”, “Gratificações” e “Adicionais”, referente à tipologia “Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”, no ano de 2010, em relação ao ano anterior, deve-se à entrada de novos servidores concursados na Secretaria.

Já com relação à parcela “indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.

Quanto à parcela “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de abono de permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade) e de per capita patronal para custeio da saúde suplementar (processada na folha de pagamento, a partir de fevereiro de 2010).

No que se refere à parcela “Demais despesas variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: pagamentos da vantagem administrativa 3,17% aos servidores efetivos (efetuado até o mês de agosto de 2009) e de férias indenizadas, dentre outras.

QUADRO XIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2012

Unidade Concedente ou Contrante									
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS									
CNPJ: 05.478.625/0001-87				UG/GESTÃO: 200016/00001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	593066	14504377000192	124.010,27	10.000,00	0,00	114.010,27	15/08/2007	15/02/2012	4
1	626734	05735244000136	165.000,00	15.000,00	0,00	150.000,00	23/06/2009	30/06/2012	1
1	626736	05735244000136	165.000,00	15.000,00	0,00	150.000,00	19/06/2009	30/06/2012	1
1	633498	34639526000138	1.268.044,97	126.859,81	0,00	1.141.185,16	29/08/2008	01/11/2012	1
1	633919	06055395000106	2.489.722,12	120.240,00	800.000,00	2.288.732,12	01/10/2008	31/12/2012	1
1	635905	11722741000100	2.045.454,00	545.454,00	0,00	1.500.000,00	04/12/2008	04/04/2013	1
1	636665	06064264000195	1.701.073,13	161.335,55	0,00	1.539.737,58	11/12/2008	30/04/2012	1
1	636908	09186982000122	7.551.052,00	2.151.052,00	0,00	5.400.000,00	17/11/2008	20/06/2013	1
1	637513	42498659000160	7.229.580,00	1.649.580,00	0,00	5.580.000,00	22/12/2008	30/09/2013	1
1	638246	05054895000160	2.346.303,15	240.630,35	0,00	2.105.672,80	01/12/2008	30/11/2013	1
1	638544	05553216000106	1.488.679,37	188.627,38	0,00	1.300.051,99	29/12/2008	30/06/2013	1
1	638806	08642138000104	2.954.303,75	650.142,50	0,00	2.304.161,25	29/12/2008	29/02/2012	1
1	638819	00989587000103	8.295.739,30	2.895.739,30	0,00	5.400.000,00	17/12/2008	17/12/2013	1
1	638867	60990751000124	737.499,99	87.500,00	0,00	649.999,99	29/12/2008	30/12/2012	1
1	639033	45358249000101	1.820.829,81	520.829,81	0,00	1.000.000,00	30/12/2008	30/03/2012	1
1	639971	05465167000141	1.424.796,72	629.712,30	0,00	795.084,42	30/12/2008	16/05/2012	1
1	653153	03612569000104	682.364,00	33.600,00	179.844,00	648.764,00	25/08/2009	31/03/2013	1
1	653381	46395000000139	3.891.889,04	1.076.091,78	440.000,00	2.840.498,29	15/10/2009	30/10/2012	1
1	654257	03612569000104	4.215.578,27	128.743,68	1.851.218,01	4.086.834,59	10/12/2009	10/04/2013	1
1	655078	02932524000146	624.902,77	124.980,55	0,00	311.285,38	29/12/2009	28/12/2012	1

1	657384	05465167000141	1.683.326,82	410.062,62	414.368,59	1.170.536,63	28/12/2009	30/04/2013	1
1	662785	02932524000146	3.900.510,41	398.624,40	367.541,12	1.568.484,12	01/10/2010	30/10/2013	1
1	662856	08642138000104	3.900.150,00	390.150,00	585.000,00	2.925.000,00	22/10/2010	22/10/2013	1
1	664724	00910785000130	2.791.085,34	591.400,00	0,00	2.199.685,34	29/11/2010	15/12/2012	1
1	664866	05465167000141	3.262.358,99	692.154,63	0,00	2.570.204,36	24/12/2010	24/12/2012	1
1	666148	07954530000118	657.337,14	66.939,21	0,00	590.397,93	31/12/2010	31/12/2013	1
1	667326	05054895000160	2.796.466,73	830.638,51	832.914,11	1.965.828,22	29/04/2011	29/04/2013	1
1	667405	05054895000160	3.668.555,00	1.650.000,00	1.026.555,00	2.018.555,00	28/06/2011	30/03/2013	1
1	667668	04153748000185	2.431.155,46	931.155,46	850.000,00	1.500.000,00	09/08/2011	30/06/2013	1
1	667669	08642138000104	3.771.394,25	2.000.000,00	193.394,25	921.394,25	30/06/2011	31/07/2013	1
1	667675	09055291000190	1.660.000,00	330.000,00	750.000,00	1.330.000,00	29/07/2011	31/05/2013	1
1	667713	06304873000174	3.000.047,40	274.440,00	684.217,60	2.047.929,80	23/08/2011	23/08/2013	1
1	667762	04150335000147	1.268.285,11	218.285,11	570.000,00	1.050.000,00	22/08/2011	19/09/2013	1
1	667785	40245920000194	2.108.725,11	835.198,24	713.526,87	1.273.526,87	05/08/2011	31/07/2013	1
1	667786	05465167000141	3.359.049,86	1.800.000,00	959.049,86	1.559.049,86	09/09/2011	27/07/2013	1
1	667808	07954530000118	3.776.762,93	2.900.000,00	391.762,93	876.762,93	06/09/2011	06/09/2013	1
1	667817	14504377000192	2.603.591,80	364.652,00	550.009,34	1.688.931,80	12/09/2011	12/09/2013	1
1	667880	14504377000192	3.144.657,24	1.095.000,00	1.149.657,24	2.049.657,24	30/09/2011	24/10/2013	1
1	667918	06064264000195	1.310.000,00	230.000,00	600.000,00	1.080.000,00	18/10/2011	30/06/2013	1
1	667933	82951294000100	1.927.869,21	926.272,68	430.000,00	868.000,00	21/10/2011	31/07/2013	1
1	667944	03252312000180	3.673.350,00	2.300.000,00	436.675,00	936.675,00	03/10/2011	31/10/2013	1
1	668053	05761069000151	5.173.820,48	125.088,48	847.612,67	3.056.612,67	31/10/2011	30/09/2013	1
1	668062	40799652000152	558.000,00	100.000,00	0,00	458.000,00	09/11/2011	09/11/2012	1
1	668153	40245920000194	1.647.934,30	245.586,86	351.173,72	1.051.173,72	28/11/2011	28/11/2013	1
1	668476	03612569000104	1.647.115,01	47.829,36	1.599.285,65	1.599.285,65	13/12/2011	30/03/2013	1
1	668488	46381000000180	2.255.605,99	400.000,00	1.107.605,99	1.855.605,99	30/11/2011	31/10/2013	1
1	669566	58151580000106	550.254,00	50.254,00	500.000,00	500.000,00	13/12/2011	13/12/2012	1
1	670568	14504377000192	1.659.807,72	152.196,74	707.610,98	707.610,98	23/12/2011	23/12/2013	1
1	670601	09556140000115	2.468.691,47	1.560.441,47	908.250,00	908.250,00	30/12/2011	31/07/2013	1

1	670604	08685528000153	1.329.166,00	420.000,00	909.166,00	909.166,00	30/12/2011	31/07/2013	1
1	670605	13095667000167	631.173,82	128.000,00	503.173,82	503.173,82	09/12/2011	09/12/2013	1
1	670608	03252312000180	1.935.532,16	784.648,85	397.794,98	397.794,98	30/12/2011	30/12/2013	1
1	670618	87958583000146	756.000,00	126.000,00	240.000,00	240.000,00	30/12/2011	23/12/2013	1
1	670619	02932524000146	1.177.500,00	600.000,00	577.500,00	577.500,00	30/12/2011	31/12/2012	1
1	670620	10404184000109	157.876,00	29.876,00	128.000,00	128.000,00	30/12/2011	30/11/2012	1
1	670637	08642138000104	859.515,74	255.345,74	604.170,00	604.170,00	30/12/2011	30/12/2012	1
1	671361	04312401000138	609.200,00	109.200,00	500.000,00	500.000,00	13/12/2011	13/12/2013	1
1	672392	06064264000195	990.000,00	90.000,00	900.000,00	900.000,00	30/04/2012	30/04/2013	1
3	672949	114702 FUNDAC	249.027,20	0,00	0,00	0,00	17/10/2012	17/07/2013	1
3	673080	154040 FUNDAC	199.970,00	0,00	0,00	0,00	16/11/2012	16/11/2013	1
1	673109	03252312000180	2.169.275,19	1.199.275,19	485.000,00	485.000,00	05/11/2012	05/11/2013	1
1	673935	13095667000167	1.299.997,38	200.000,08	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	673937	08778276000107	750.000,00	100.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	673940	07954530000118	1.212.125,98	609.778,54	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	673947	02932524000146	902.253,14	119.940,49	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	673953	03612569000104	1.703.264,71	51.200,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	704207	3583043000135	625.520,00	74.200,00	0,00	551.320,00	06/10/2009	28/02/2013	1
1	705056	13128798002228	173.005,55	17.300,56	0,00	155.704,99	16/11/2009	16/12/2012	1
1	705057	40799652000152	962.839,00	120.400,00	0,00	842.439,00	15/10/2009	16/10/2012	1
1	705935	8675169000153	971.411,08	97.383,01	0,00	874.028,07	28/12/2009	30/12/2012	1
1	705937	8778276000107	627.371,50	62.090,00	0,00	565.281,50	18/12/2009	30/06/2013	1
1	706824	9556140000115	1.390.243,00	389.545,00	0,00	1.000.698,00	19/11/2009	19/11/2013	1
1	707437	44480283000191	268.530,00	56.870,00	0,00	211.660,00	30/11/2009	30/04/2012	1
1	708568	37261450000148	6.698.102,80	698.102,80	0,00	6.000.000,00	30/11/2009	30/07/2014	1
1	708854	8675169000153	6.980.440,40	980.440,40	0,00	6.000.000,00	28/12/2009	30/11/2012	1
1	708926	11722741000100	504.606,34	50.461,00	0,00	454.145,34	01/12/2009	01/06/2012	1
1	708965	3507415002007	417.939,00	41.880,00	0,00	376.059,00	01/12/2009	01/05/2012	1
1	708970	13128798001337	390.000,00	39.000,00	0,00	351.000,00	28/12/2009	28/08/2012	4

1	709121	11722741000100	964.078,19	96.407,82	0,00	867.670,37	28/12/2009	28/06/2012	1
1	709403	18431312000115	166.670,00	16.670,00	0,00	150.000,00	28/12/2009	30/06/2013	1
1	710489	61580080000196	389.735,16	12.260,00	0,00	377.475,16	30/11/2009	28/02/2012	1
1	712694	8491557000184	2.743.832,50	1.243.832,50	0,00	1.500.000,00	28/12/2009	30/10/2012	1
1	713290	9088839000106	11.510.652,06	5.510.652,06	0,00	6.000.000,00	30/11/2009	31/12/2012	1
1	713320	1742414000159	11.613.578,95	5.613.578,95	0,00	6.000.000,00	28/12/2009	26/06/2014	1
1	715335	14504377000192	1.684.553,00	189.510,00	0,00	1.495.043,00	28/12/2009	28/09/2013	1
1	715342	1742414000159	2.340.580,21	278.148,32	0,00	2.062.431,89	28/12/2009	30/12/2012	1
1	717245	7954605000160	143.600,00	13.600,00	0,00	130.000,00	29/12/2009	30/09/2012	1
1	717506	3129195000162	181.290,97	5.442,52	0,00	175.848,45	15/12/2009	15/05/2012	2
1	717512	9186982000122	1.857.075,00	185.707,50	0,00	1.671.367,50	28/12/2009	28/02/2014	1
1	717913	92956077000158	1.250.000,00	250.000,00	0,00	1.000.000,00	28/12/2009	28/09/2014	1
1	718286	6554869000164	108.055,50	8.055,50	0,00	100.000,00	28/12/2009	31/12/2012	1
1	718357	3015475000140	7.203.912,18	1.203.912,18	0,00	6.000.000,00	29/12/2009	29/06/2014	1
1	718376	92956077000158	2.500.000,00	500.000,00	0,00	2.000.000,00	28/12/2009	28/09/2014	1
1	719970	42498659000160	3.868.953,03	1.868.953,03	0,00	2.000.000,00	28/12/2009	28/02/2013	1
1	719971	84012012000126	6.849.389,00	849.389,00	0,00	6.000.000,00	31/12/2009	31/12/2013	1
1	719977	9186982000122	920.733,00	92.100,50	0,00	828.632,50	28/12/2009	31/03/2012	1
1	720041	5632559000158	450.802,56	45.080,50	0,00	405.722,06	28/12/2009	15/06/2012	4
1	720251	3284108000141	832.000,00	34.560,00	0,00	797.440,00	29/12/2009	29/02/2012	4
1	726898	5857379000174	348.070,00	65.220,00	132.850,00	282.850,00	30/12/2009	31/08/2012	1
1	735711	11722741000100	6.666.666,67	666.666,67	0,00	3.000.000,00	29/06/2010	29/01/2014	1
1	736098	2932524000146	125.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00	30/06/2010	30/06/2013	1
1	736731	7172665000121	8.574.536,68	2.574.536,68	3.000.000,00	6.000.000,00	29/06/2010	29/06/2013	1
1	737041	8675169000153	6.680.437,29	1.280.437,29	0,00	2.700.000,00	29/06/2010	29/12/2013	1
1	737074	10358190000177	110.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00	30/06/2010	30/06/2012	1
1	737111	9579079000121	179.980,00	19.980,00	0,00	160.000,00	29/06/2010	29/12/2012	1
1	737115	394577000125	445.000,00	45.000,00	0,00	400.000,00	29/06/2010	29/12/2012	1
1	737188	9556140000115	376.860,00	37.960,00	0,00	338.900,00	29/06/2010	29/12/2012	1
1	737298	8491557000184	8.397.788,14	2.997.788,14	0,00	3.000.000,00	29/06/2010	29/12/2013	1

1	737458	9579079000121	8.430.754,83	3.030.754,83	0,00	2.700.000,00	29/06/2010	29/12/2013	1
1	737537	1112580000171	125.729,20	13.334,20	0,00	112.395,00	29/06/2010	29/06/2012	1
1	737665	5465167000141	312.000,00	62.400,00	0,00	249.600,00	29/06/2010	29/06/2012	4
1	737975	4312401000138	112.732,00	12.732,00	0,00	100.000,00	29/06/2010	29/06/2012	1
1	738396	8778276000107	113.600,00	13.600,00	0,00	100.000,00	29/06/2010	29/06/2012	1
1	738400	14485841000140	220.000,00	22.000,00	0,00	198.000,00	29/06/2010	29/06/2012	1
1	738422	1637536000185	339.734,00	33.974,00	0,00	305.760,00	29/06/2010	30/10/2012	1
1	738441	83169623000110	152.185,00	12.185,00	0,00	140.000,00	30/06/2010	30/08/2013	1
1	739180	14485841000140	112.000,00	11.200,00	0,00	100.800,00	29/06/2010	29/04/2012	1
1	739184	8675169000153	118.863,14	10.805,71	0,00	108.057,43	29/06/2010	29/06/2012	1
1	739231	73662520000133	1.857.174,00	0,00	0,00	1.857.174,00	01/07/2010	01/07/2012	1
1	744026	9055291000190	891.000,00	91.000,00	0,00	800.000,00	30/06/2010	30/06/2012	1
1	747876	3906058000197	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	28/07/2010	28/01/2013	1
1	748916	97324271000134	376.200,00	0,00	75.240,00	376.200,00	22/10/2010	22/12/2012	1
1	749158	7187987000144	824.000,00	0,00	0,00	824.000,00	25/09/2010	27/07/2012	1
1	749442	8961997000158	684.377,44	0,00	319.955,52	684.377,44	03/11/2010	03/12/2012	1
1	750080	1633663000106	154.112,37	0,00	0,00	154.112,37	20/12/2010	20/02/2012	1
1	750325	89881726000194	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	15/12/2010	13/09/2012	1
1	750364	89270656000138	14.193.004,86	0,00	10.286.841,10	14.193.004,86	15/12/2010	30/04/2013	1
1	750557	312051000159	216.367,98	0,00	45.012,00	216.367,98	23/12/2010	23/06/2012	1
1	750576	6099789000166	670.000,00	0,00	0,00	670.000,00	13/12/2010	13/12/2012	1
1	750580	57752206000195	153.847,34	0,00	0,00	153.847,34	20/12/2010	31/01/2012	1
1	750586	84626662000161	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	22/12/2010	11/01/2012	1
1	750588	21296249000166	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	28/12/2010	31/05/2013	1
1	750589	8593430000176	239.000,00	24.000,00	75.000,00	75.000,00	27/12/2010	26/12/2012	1
1	750590	73660409000108	117.723,00	0,00	0,00	117.723,00	10/12/2010	30/05/2012	1
1	750592	20971057000145	412.000,00	12.000,00	0,00	400.000,00	20/12/2010	20/06/2013	1
1	750594	5510620000194	297.441,60	0,00	0,00	297.441,60	28/12/2010	28/06/2012	1
1	750598	394577000125	120.000,00	20.000,00	0,00	100.000,00	20/12/2010	20/06/2012	4
1	750642	6993556000102	1.017.450,00	13.500,00	436.500,00	1.003.950,00	31/12/2010	30/06/2013	1

1	750674	33685686000827	3.200.642,69	0,00	460.190,19	1.260.089,39	20/12/2010	31/12/2014	1
1	750919	60260957000107	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20/12/2010	30/06/2012	1
1	751065	5888543000100	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	15/12/2010	12/01/2012	1
1	751068	11050982000142	8.327.119,51	2.327.119,51	0,00	2.000.000,00	30/12/2010	20/06/2014	1
1	751089	30139950000162	156.269,00	0,00	0,00	156.269,00	27/12/2010	31/12/2012	1
1	751129	816416000182	575.385,07	0,00	110.385,07	575.385,07	30/12/2010	29/04/2013	1
1	752231	5632559000158	6.698.000,00	698.000,00	0,00	2.000.000,00	30/12/2010	30/12/2014	1
1	752421	82951294000100	12.329.453,98	6.329.453,98	0,00	2.000.000,00	22/12/2010	22/02/2014	1
1	753273	33685686000150	168.332,00	8.332,00	0,00	160.000,00	30/12/2010	31/07/2013	1
1	753520	3761604000149	890.000,00	90.000,00	0,00	800.000,00	31/12/2010	31/12/2012	1
1	753572	4038171000160	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	31/12/2010	26/12/2012	1
1	753635	820295000142	182.879,40	16.625,40	0,00	166.254,00	31/12/2010	30/06/2012	1
1	756227	7526912000140	242.080,00	22.080,00	220.000,00	220.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	756228	13927819000140	104.166,67	4.166,67	0,00	100.000,00	09/11/2011	09/05/2013	1
1	756249	3472413000248	108.000,00	8.000,00	100.000,00	100.000,00	26/12/2011	26/10/2013	1
1	756253	7344191000158	200.000,00	4.000,00	66.520,40	66.520,40	26/12/2011	26/12/2012	1
1	756264	3507415002007	210.265,76	21.034,00	131.439,80	189.231,76	10/11/2011	10/04/2013	1
1	756267	7526912000140	220.160,00	20.160,00	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	756268	7248660000135	222.223,00	22.223,00	0,00	200.000,00	29/11/2011	29/11/2013	1
1	756269	7432674000104	465.077,16	24.310,00	197.931,96	197.931,96	26/12/2011	26/12/2013	1
1	756271	9317468000189	415.800,00	41.580,00	374.220,00	374.220,00	29/12/2011	29/12/2013	1
1	756400	5145844000144	199.555,64	9.669,56	189.886,08	189.886,08	26/12/2011	26/03/2013	1
1	756402	7423378000147	889.081,00	70.000,00	819.081,00	819.081,00	26/12/2011	27/12/2013	1
1	756403	7533656000119	110.085,00	10.085,00	100.000,00	100.000,00	22/12/2011	22/12/2012	1
1	756408	13106211000155	154.420,00	30.884,00	0,00	84.900,00	14/12/2011	14/12/2013	1
1	756411	29131075000193	163.500,00	25.200,00	0,00	49.910,00	13/12/2011	13/09/2012	1
1	756417	36446029000149	215.656,42	25.567,68	190.088,74	190.088,74	26/12/2011	26/12/2012	1
1	756468	13095667000167	375.000,00	75.000,00	300.000,00	300.000,00	14/12/2011	14/12/2012	1
1	756470	6064264000195	441.520,00	54.520,00	387.000,00	387.000,00	29/12/2011	29/12/2012	1
1	756471	87958583000146	183.416,00	36.683,20	0,00	146.732,80	14/12/2011	14/06/2013	1

1	756475	88577416000118	120.000,00	20.000,00	0,00	100.000,00	21/11/2011	21/08/2013	1
1	756476	52802295000113	100.290,00	2.620,00	90.000,00	90.000,00	30/12/2011	30/04/2013	1
1	756490	8675169000153	180.000,00	30.000,00	150.000,00	150.000,00	20/12/2011	30/07/2013	1
1	756491	8539710000104	166.664,85	16.666,49	0,00	149.998,36	09/11/2011	09/11/2013	1
1	756492	45358249000101	120.000,00	20.000,00	0,00	100.000,00	15/12/2011	15/12/2013	1
1	756493	8778276000107	171.541,00	21.541,00	150.000,00	150.000,00	09/12/2011	09/12/2013	1
1	756496	13507127000143	111.111,11	11.111,11	0,00	100.000,00	09/12/2011	09/12/2013	1
1	756497	13507127000143	166.666,67	16.666,67	0,00	150.000,00	22/11/2011	22/11/2013	1
1	756499	13069489000108	456.503,50	47.766,00	0,00	408.737,50	14/12/2011	14/12/2013	1
1	756500	4150335000147	412.305,01	42.365,60	0,00	369.939,41	06/12/2011	06/06/2013	1
1	756549	83169623000110	108.712,00	8.712,00	100.000,00	100.000,00	23/12/2011	23/03/2013	1
1	756561	6554869000164	299.327,00	12.500,00	0,00	286.827,00	18/11/2011	15/11/2013	1
1	756562	7299551000147	749.882,00	15.000,00	734.882,00	734.882,00	26/12/2011	26/08/2013	1
1	756563	57752206000195	199.850,00	4.200,00	195.650,00	195.650,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	756564	5930053000125	210.349,89	10.830,00	199.519,89	199.519,89	26/12/2011	26/06/2013	1
1	756580	10565000000192	309.000,00	12.360,00	0,00	296.640,00	18/11/2011	18/11/2013	1
1	756582	5452570000136	172.800,00	12.800,00	160.000,00	160.000,00	26/12/2011	26/12/2013	1
1	756583	7651302000179	482.629,72	56.279,27	383.746,45	383.746,45	30/12/2011	30/12/2013	1
1	756584	92100155000118	250.000,00	50.000,00	0,00	200.000,00	14/12/2011	30/08/2013	1
1	756586	97763593000180	927.720,00	68.720,00	859.000,00	859.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	756588	45774064000188	140.400,00	11.232,00	0,00	129.168,00	09/11/2011	09/11/2013	1
1	756619	27219757000127	464.400,00	34.400,00	430.000,00	430.000,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	756660	14504377000192	122.500,00	22.500,00	0,00	100.000,00	14/12/2011	14/12/2013	1
1	756661	37754000116	104.167,00	4.167,00	100.000,00	100.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	756669	5487631000109	100.000,00	20.000,00	0,00	80.000,00	14/12/2011	14/04/2013	1
1	756682	18338178000102	109.254,74	9.254,74	0,00	100.000,00	06/12/2011	06/12/2012	1
1	756683	6307102000130	104.167,20	4.167,20	0,00	100.000,00	25/11/2011	31/07/2013	1
1	756685	37261450000148	333.350,00	33.350,00	300.000,00	300.000,00	21/12/2011	22/12/2013	1
1	756726	37261450000148	112.270,00	12.270,00	100.000,00	100.000,00	21/12/2011	20/12/2013	1
1	756733	18431312000115	130.715,00	10.715,00	0,00	120.000,00	06/12/2011	05/12/2013	1

1	756734	13095667000167	890.714,91	178.142,99	712.571,92	712.571,92	14/12/2011	14/06/2013	1
1	756736	5493004000172	204.100,08	4.100,08	200.000,00	200.000,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	756785	9579079000121	372.729,00	38.920,00	333.809,00	333.809,00	30/12/2011	30/06/2013	1
1	756860	5465167000141	739.156,25	147.831,25	591.325,00	591.325,00	30/12/2011	30/06/2013	1
1	757171	73316457000183	199.600,00	6.000,00	193.600,00	193.600,00	26/12/2011	26/05/2013	1
1	757173	73662520000133	1.012.244,90	20.244,90	992.000,00	992.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	757603	47284948000180	110.000,00	10.000,00	0,00	100.000,00	14/12/2011	14/06/2013	1
1	757656	89881726000194	207.592,25	8.000,00	199.592,25	199.592,25	26/12/2011	26/06/2013	1
1	758150	8941567000174	103.898,75	3.900,00	99.998,75	99.998,75	26/12/2011	26/06/2013	1
1	758319	63887558000150	200.000,00	4.000,00	196.000,00	196.000,00	26/12/2011	26/05/2013	1
1	758341	34716746000118	200.000,00	7.200,00	66.492,44	66.492,44	26/12/2011	26/06/2013	1
1	758443	3761604000149	278.000,00	28.000,00	250.000,00	250.000,00	13/12/2011	13/12/2013	1
1	758731	3507415002007	474.363,00	49.320,00	425.043,00	425.043,00	20/12/2011	20/12/2012	1
1	759054	10565000000192	187.500,00	7.500,00	180.000,00	180.000,00	30/12/2011	30/12/2013	1
1	759055	5735244000136	111.111,11	11.111,11	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	30/12/2013	1
1	759254	63606479000124	827.322,79	83.628,54	363.694,25	743.694,25	16/12/2011	28/02/2014	1
1	759255	6258062000184	204.081,63	4.081,63	73.900,00	200.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	759259	2932524000146	713.349,37	142.669,87	570.679,50	570.679,50	30/12/2011	30/06/2013	1
1	759289	134362000175	243.000,00	43.000,00	84.134,00	200.000,00	26/12/2011	26/03/2013	1
1	759290	2346978000135	157.385,50	6.300,00	70.675,50	70.675,50	26/12/2011	26/06/2013	1
1	759419	68630623000181	199.932,00	16.080,00	127.916,00	127.916,00	26/12/2011	26/08/2013	1
1	759422	3449392000169	175.960,00	3.519,20	172.440,80	172.440,80	26/12/2011	26/12/2012	1
1	759423	7724783000103	155.390,00	5.860,00	149.530,00	149.530,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	759432	18715383000140	162.000,00	12.960,00	0,00	72.500,88	19/12/2011	19/12/2012	1
1	759490	2755157000152	871.042,40	20.000,40	365.200,00	365.200,00	26/12/2011	26/12/2013	1
1	759491	8142432000149	183.000,00	7.320,00	175.680,00	175.680,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	759492	3694193000116	131.863,22	10.932,00	52.037,74	52.037,74	26/12/2011	26/12/2012	1
1	759721	13586538000171	430.000,00	89.000,00	341.000,00	341.000,00	30/12/2011	30/12/2012	1
1	759836	7651302000179	201.626,90	21.000,00	96.966,90	96.966,90	30/12/2011	30/12/2013	1
1	759919	89522064000166	296.642,34	59.680,00	236.962,34	236.962,34	15/12/2011	15/12/2013	1

1	760216	5054895000160	380.000,00	38.000,00	304.000,00	304.000,00	28/12/2011	28/07/2013	1
1	760477	4732975000165	125.000,00	25.000,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2011	28/12/2013	1
1	760480	3507415002007	6.499.452,71	1.996.202,71	1.125.812,50	1.125.812,50	23/12/2011	23/02/2014	1
1	760720	8642138000104	532.593,96	120.000,00	412.593,96	412.593,96	23/12/2011	23/12/2013	1
1	761359	88254875000160	332.374,88	27.671,59	304.703,29	304.703,29	19/12/2011	19/07/2013	1
1	761373	7837984000109	671.445,10	92.280,00	292.000,00	292.000,00	26/12/2011	26/12/2013	1
1	761374	5761069000151	200.000,00	8.000,00	192.000,00	192.000,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	761602	13439069000168	12.057.565,13	5.057.565,13	1.750.000,00	1.750.000,00	20/12/2011	20/12/2013	1
1	764505	7651302000179	156.000,00	16.000,00	140.000,00	140.000,00	30/12/2011	30/12/2013	1
1	768039	8778326000156	157.500,00	7.500,00	150.000,00	150.000,00	30/12/2011	30/12/2012	1
1	769671	3761604000149	105.300,00	5.300,00	100.000,00	100.000,00	19/11/2012	19/11/2013	1
1	773763	95423000000100	315.628,76	30.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	773901	1949095000157	153.125,00	6.125,00	147.000,00	147.000,00	07/11/2012	07/11/2013	1
1	774197	73660391000144	137.830,20	5.513,20	0,00	132.317,00	28/12/2012	28/06/2013	1
1	774213	13128798003895	350.000,00	35.000,00	0,00	315.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	774373	5857379000174	389.600,00	39.600,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	774595	6554968000146	149.154,11	3.281,98	145.872,13	145.872,13	29/11/2012	29/11/2013	1
1	774634	4034450000156	169.491,00	16.949,10	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	774635	88185020000125	550.000,00	50.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775104	312051000159	531.913,88	82.274,20	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	775106	6040910000184	165.000,00	14.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775110	4150335000147	1.112.500,00	112.500,00	0,00	0,00	20/12/2012	20/12/2013	1
1	775112	34639526000138	703.890,00	70.389,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/03/2014	1
1	775113	6303357000125	171.360,40	13.726,00	0,00	157.634,40	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775114	9579079000121	218.900,00	27.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775143	9055291000190	503.413,71	51.248,08	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775297	8761124000100	149.182,90	15.200,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775425	24507865000107	106.000,00	6.000,00	0,00	100.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775541	5735244000136	555.560,00	55.560,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1

1	775545	88577416000118	217.391,30	17.391,30	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775550	37261450000148	499.674,00	50.880,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/03/2014	1
1	775966	3252312000180	420.000,00	84.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775969	3225652000112	159.840,00	12.840,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775970	8685528000153	230.524,49	23.616,80	0,00	206.907,69	28/12/2012	28/03/2014	1
1	775972	68314830000127	177.360,00	27.360,00	0,00	150.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	775973	73662520000133	368.000,00	18.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776105	3155926000144	136.192,78	5.447,71	0,00	130.745,07	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776447	1367770000130	350.000,00	35.000,00	0,00	315.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776505	8778276000107	539.798,60	99.422,60	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	776683	3507415002007	337.579,70	37.579,70	0,00	300.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777044	7778585000114	180.615,00	18.061,50	0,00	162.553,50	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777183	83169623000110	217.440,00	17.440,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777186	1752227000156	104.166,67	4.166,67	0,00	100.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777196	8642138000104	238.843,48	24.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777585	7258970000130	777.778,00	77.778,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777869	94235330000100	1.200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	778382	7258970000130	104.168,00	4.168,00	0,00	100.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	778469	13329579000182	378.500,00	78.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	778677	89270656000138	20.303.100,01	203.031,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2014	1
1	778710	990956000188	272.050,00	22.050,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	778780	5077102000129	235.328,00	35.328,00	0,00	0,00	28/12/2012	30/08/2013	1
1	779435	5857379000174	127.000,00	27.000,00	0,00	100.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	779780	46381000000180	1.111.111,11	111.111,11	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	780343	13095667000167	312.500,00	62.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/11/2013	1
1	780599	13763132000117	632.000,00	32.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2014	1
1	780914	63606479000124	139.347,21	15.350,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	781206	1633663000106	364.559,34	14.582,44	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	781238	63606479000124	206.094,68	22.824,00	0,00	183.270,68	28/12/2012	28/12/2013	1

1	781290	40245920000194	125.000,00	25.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
3	001/2012	10763998000806	486.043,32	0,00	0,00	486.043,32	25/05/2012	25/05/2013	1
3	002/2012	10635424000429	1.214.750,91	0,00	0,00	493.574,97	15/06/2012	15/12/2013	1
3	003/2012	38174000143	216.783,80	0,00	0,00	216.783,80	27/09/2012	27/03/2014	1
3	004/2012	627612000109	249.027,20	0,00	0,00	23.400,00	17/10/2012	17/07/2013	1
3	005/2012	38174000143	199.970,00	0,00	0,00	70.205,73	16/11/2012	28/12/2013	1
3	007/2012	10817343000105	146.489,19	0,00	0,00	18.818,62	28/12/2012	28/04/2014	1
3	008/2012	24365710000183	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
3	003/2011	24365710000183	430.000,00	0,00	183.709,00	430.000,00	24/11/2012	20/03/2013	1
3	005/2011	15461510000133	120.846,70	0,00	100.347,70	120.846,70	28/10/2011	28/04/2013	1
3	010/2011	34621748000123	20.499,00	0,00	0,00	20.499,00	31/10/2011	30/04/2013	1
3	006/2011	5478625000180	0,00	0,00	0,00	0,00	30/11/2011	31/05/2013	1
3	008/2011	5055128000176	430.000,00	0,00	379.254,00	430.000,00	07/12/2011	07/12/2012	1
3	023/2011	24134488000108	100.000,00	0,00	44.346,30	100.000,00	28/12/2011	28/12/2013	1
3	025/2011	10870883000144	0,00	0,00	0,00	0,00	30/12/2011	30/12/2013	1
3	009/2011	38174000143	422.580,00	0,00	211.290,00	422.580,00	19/12/2011	19/11/2012	1
3	011/2010	33663683000116	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	30/06/2010	30/04/2012	1

Unidade Concedente ou Contrante									
Nome: FUNDO NACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE									
CNPJ: 05.478.625/0002-68				UG/GESTÃO: 110244/00001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	601147	11722741000100	639.582,64	61.390,29	0,00	578.192,35	26/08/2009	26/06/2012	1
1	601249	82951229000176	8.177.989,35	3.377.989,35	0,00	4.800.000,00	24/12/2009	27/12/2012	1
1	601545	84154186000123	1.651.105,80	155.326,11	0,00	1.495.779,69	24/12/2009	31/12/2012	1
1	601620	92956077000158	917.311,10	183.486,22	0,00	733.824,88	28/12/2007	30/05/2012	1
1	605615	11722741000100	6.443.733,41	960.000,00	0,00	5.483.733,41	28/12/2007	28/12/2013	1
1	636803	08675169000153	6.910.174,86	910.174,86	0,00	6.000.000,00	01/12/2008	17/12/2013	1
1	704879	07297923000104	521.042,90	17.394,00	0,00	503.648,90	11/12/2009	11/07/2012	1
1	707086	00129413000170	103.568,00	3.568,00	0,00	100.000,00	11/11/2009	15/08/2012	1
1	707598	09579079000121	346.082,20	35.002,00	0,00	311.080,20	28/12/2009	30/04/2012	1
1	713340	03218102000176	103.120,00	3.120,00	0,00	100.000,00	15/12/2009	14/04/2012	1
1	715448	05465167000141	362.500,00	72.500,00	0,00	290.000,00	15/12/2009	15/12/2012	1
1	717244	46319000000150	168.500,00	13.500,00	0,00	155.000,00	15/12/2009	15/06/2012	1
1	717478	51885242000140	132.000,00	12.000,00	0,00	120.000,00	28/12/2009	28/06/2012	4
1	717619	4038171000160	1.680.103,09	20.103,09	500.000,00	1.660.000,00	28/12/2009	15/09/2013	1
1	717718	3125976000189	105.000,00	5.000,00	0,00	100.000,00	28/12/2009	28/12/2012	1
1	717741	5054895000160	170.000,00	17.000,00	0,00	153.000,00	28/12/2009	27/06/2012	1
1	717874	15257025000142	143.200,00	43.200,00	0,00	100.000,00	28/12/2009	28/02/2012	4
1	718535	2932524000146	313.378,00	63.378,00	0,00	250.000,00	28/12/2009	15/08/2012	1
1	718536	3218102000176	187.786,25	8.250,00	0,00	179.536,25	28/12/2009	28/06/2012	1
1	718537	0703697000167	125.818,00	11.438,00	0,00	114.380,00	24/12/2009	24/03/2012	1
1	737889	47284948000180	125.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00	30/06/2010	30/06/2012	1

1	739188	13128798001337	390.000,00	39.000,00	0,00	351.000,00	29/06/2010	29/09/2013	1
1	739192	44480283000191	128.000,00	25.600,00	0,00	102.400,00	01/07/2010	01/01/2012	4
1	749236	1705989000100	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20/10/2010	20/10/2012	1
1	749254	8923241000114	203.207,00	3.207,00	0,00	200.000,00	20/10/2010	20/01/2012	1
1	749258	06139753000169	256.322,40	0,00	0,00	256.322,40	20/10/2010	20/01/2012	1
1	749267	89814198000150	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20/10/2010	20/10/2012	1
1	749662	00977419000106	351.567,76	0,00	0,00	351.567,76	14/11/2010	12/12/2012	1
1	750291	04150335000147	222.240,00	22.240,00	0,00	200.000,00	31/12/2010	28/02/2013	1
1	750292	36751345000124	666.070,00	0,00	0,00	666.070,00	01/12/2010	01/06/2012	1
1	750573	05465167000141	500.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00	30/12/2010	30/12/2013	1
1	750575	03633268000159	470.000,00	0,00	0,00	470.000,00	09/12/2010	09/10/2012	1
1	750577	3510184000128	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	10/12/2010	10/12/2012	1
1	750583	63606479000124	294.444,50	29.444,50	0,00	265.000,00	30/12/2010	30/08/2013	1
1	750597	74175381000186	461.601,80	31.601,80	200.000,00	430.000,00	31/12/2010	30/06/2013	1
1	750641	7837984000109	170.001,10	0,00	0,00	170.001,10	30/12/2010	30/07/2012	1
1	750644	3510184000128	192.131,33	0,00	0,00	192.131,33	20/12/2010	20/12/2012	1
1	750647	83340638000107	397.480,64	0,00	0,00	397.480,64	15/12/2010	15/04/2012	1
1	750673	3435809000134	493.925,47	0,00	250.987,05	493.925,47	30/12/2010	30/06/2012	1
1	750856	44315919000140	1.342.259,73	0,00	0,00	1.342.259,73	30/12/2010	26/07/2012	1
1	750859	28991321000114	395.507,00	0,00	0,00	395.507,00	28/12/2010	28/06/2012	1
1	750864	3435809000134	487.904,00	0,00	150.000,00	487.904,00	30/12/2010	30/06/2012	1
1	750959	15513690000150	239.732,12	0,00	0,00	239.732,12	31/12/2010	30/12/2012	1
1	756784	42498659000160	750.000,00	152.000,00	598.000,00	598.000,00	26/12/2011	26/08/2013	1
1	757399	2477269000199	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	01/12/2011	01/12/2013	1
1	757572	30967111000132	548.192,93	109.638,59	438.554,34	438.554,34	23/12/2011	23/06/2013	1
1	757573	9579079000121	206.210,00	20.910,00	185.300,00	185.300,00	30/12/2011	30/04/2014	1
1	757604	37261450000148	111.400,00	11.400,00	100.000,00	100.000,00	21/12/2011	21/12/2013	1
1	757749	84154186000123	654.540,00	65.454,00	589.086,00	589.086,00	28/12/2011	28/06/2013	1
1	757755	1705989000100	102.643,43	2.643,43	100.000,00	100.000,00	26/12/2011	26/12/2013	1
1	757763	13095667000167	353.806,05	70.761,21	283.044,84	283.044,84	14/12/2011	14/06/2013	1

1	758079	97837363001009	408.499,96	8.499,96	400.000,00	400.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	758116	5487631000109	500.000,00	100.000,00	0,00	400.000,00	14/12/2011	28/02/2014	1
1	758141	41263856000137	122.900,00	22.900,00	0,00	100.000,00	02/12/2011	02/06/2013	1
1	758142	4034450000156	111.200,00	11.200,00	0,00	100.000,00	02/12/2011	02/12/2013	1
1	758144	1705989000100	334.091,64	34.091,64	274.560,00	274.560,00	26/12/2011	26/12/2012	1
1	758145	1705989000100	434.530,96	135.092,93	299.438,03	299.438,03	26/12/2011	26/06/2013	1
1	758146	5110425000177	240.000,00	48.000,00	192.000,00	192.000,00	14/12/2011	14/04/2014	1
1	758153	5465167000141	1.500.000,00	300.000,00	0,00	1.200.000,00	02/12/2011	02/12/2013	1
1	758177	61580080000196	278.310,01	18.353,50	259.956,51	259.956,51	26/12/2011	26/06/2013	1
1	758641	13095667000167	128.404,00	28.404,00	100.000,00	100.000,00	20/12/2011	20/12/2012	1
1	758735	1587609000171	416.640,00	16.640,00	400.000,00	400.000,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	759066	33645482000196	1.159.010,60	23.252,00	1.135.758,60	1.135.758,60	26/12/2011	26/06/2013	1
1	759074	24132060000126	450.162,44	17.979,32	432.183,12	432.183,12	26/12/2011	26/03/2013	1
1	759288	40818627000179	257.532,00	7.532,00	250.000,00	250.000,00	26/12/2011	26/04/2013	1
1	759443	36751345000124	548.198,20	50.400,00	497.798,20	497.798,20	26/12/2011	24/06/2013	1
1	759984	3371984000105	301.072,00	12.800,00	288.272,00	288.272,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	760683	8941567000174	1.235.778,20	112.658,00	1.123.120,20	1.123.120,20	26/12/2011	26/06/2013	1
1	760956	35506989000194	102.800,00	2.800,00	100.000,00	100.000,00	26/12/2011	26/12/2013	1
1	761149	2477269000199	688.210,88	0,00	688.210,88	688.210,88	26/12/2011	26/06/2013	1
1	761365	7651302000179	350.936,05	45.936,05	305.000,00	305.000,00	30/12/2011	30/06/2013	1
1	761376	40199606000112	1.019.758,26	79.381,80	940.376,46	940.376,46	26/12/2011	26/12/2013	1
1	761394	5417782000182	550.212,00	50.880,00	499.332,00	499.332,00	26/12/2011	27/12/2013	1
1	761520	13128798003895	278.000,00	28.000,00	250.000,00	250.000,00	19/12/2011	19/06/2013	1
1	766039	87297982000103	109.000,00	9.000,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2011	30/12/2013	1
1	775188	3507415002007	323.520,97	32.352,10	0,00	0,00	28/12/2012	28/11/2014	1
1	775971	11722741000100	330.000,00	30.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	776494	83340638000107	570.916,34	57.600,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776529	820295000142	176.052,01	16.004,73	0,00	160.047,28	28/12/2012	28/06/2014	1
1	776791	13439069000168	2.106.242,72	106.242,72	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	776795	13439069000168	335.708,60	35.183,60	0,00	300.525,00	28/12/2012	28/06/2014	1

1	776992	7245272000109	217.893,00	18.000,00	0,00	199.893,00	28/12/2012	28/04/2014	1
1	776999	5257717000137	208.000,00	8.320,00	0,00	199.680,00	28/12/2012	28/04/2014	1
1	777000	371537000168	399.879,00	0,00	0,00	399.879,00	28/12/2012	28/04/2014	1
1	777097	13128798002902	205.818,33	21.250,00	0,00	184.568,33	28/12/2012	28/04/2014	1
1	777098	3236066000173	125.349,86	12.743,33	0,00	0,00	28/12/2012	28/03/2014	1
1	777104	7172665000121	276.758,80	27.675,88	0,00	249.082,92	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777105	63606479000124	405.296,73	43.491,93	0,00	361.804,80	28/12/2012	28/03/2014	1
1	777108	2014521000123	198.297,00	19.829,70	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777124	5599094000180	221.572,00	22.272,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777181	4836678000160	875.655,60	174.055,60	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777187	3906058000197	199.506,04	0,00	0,00	199.506,04	28/12/2012	28/04/2014	1
1	777194	2433278000188	268.814,08	44.000,00	0,00	224.814,08	28/12/2012	28/04/2014	1
1	777205	84012012000126	283.270,00	33.270,00	0,00	250.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777206	1742414000159	464.000,00	44.000,00	0,00	0,00	28/12/2012	30/06/2014	1
1	777209	73662520000133	220.834,01	20.200,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777220	4581375000143	222.500,00	22.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/05/2014	1
1	777843	5509770000188	605.333,00	61.792,00	0,00	543.541,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777854	3816478000182	473.198,54	63.345,41	0,00	409.853,13	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777866	8923241000114	505.263,00	25.263,00	0,00	480.000,00	28/12/2012	28/04/2014	1
1	777890	1705989000100	570.780,20	80.527,11	0,00	490.253,09	28/12/2012	28/06/2014	1
1	778487	1293263000107	598.990,00	28.500,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	778529	3252312000180	280.634,98	56.127,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	778750	39845862000150	636.000,00	60.000,00	0,00	576.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	778772	04863094000183	321.000,00	16.200,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
3	006/2012	15461510000133	83.242,00	0,00	0,00	10.811,68	28/12/2012	28/11/2014	1
3	020/2011	04378626000197	82.334,00	0,00	0,00	91.360,00	16/12/2011	16/06/2013	1
3	014/2011	0437626000197	82.346,00	0,00	0,00	-	22/12/2011	22/06/2013	1
3	015/2011	15180714000104	82.348,00	0,00	0,00	-	23/12/2011	23/06/2013	1
3	011/2011	1567601000143	82.362,00	0,00	0,00	-	30/12/2011	30/06/2013	1
3	012/2011	0038174000143	82.412,00	0,00	0,00	255.300,00	24/11/2011	24/09/2013	1

3	013/2011	0038174000143	82.473,00	0,00	0,00	1.937.280,00	24/11/2011	24/11/2013	1
3	012/2010	24365710000183	82.261,00	0,00	0,00	-	21/09/2011	29/06/2013	1
3	016/2010	34621748000123	81.690,00	0,00	0,00	458.132,34	13/09/2010	13/12/2012	1
3	015/2010	24365710000183	81.608,00	0,00	0,00	334.516,70	06/10/2010	30/08/2012	1

Unidade Concedente ou Contrante									
Nome: FUNDO NACIONAL PARA O IDOSO									
CNPJ: 05.478.625/0003-49				UG/GESTÃO: 207001/00001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	776639	3507415002007	145.561,02	25.561,02	0,00	120.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776984	5509770000188	236.324,00	24.900,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777100	5553216000106	142.380,00	14.238,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777715	394601000126	136.192,00	36.192,00	0,00	0,00	28/12/2012	28/12/2013	1

QUADRO XLIV – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	6.449,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.752,31	0,00	0,00	22.201,36
	2010	32.245,29	96.735,87	10.748,43	3.582,81	3.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146.960,40
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	511.773,31	191.947,88	445.311,59	24.041,04	91.671,93	44.211,92	828,76	30.181,93	0,00	1.339.968,36
	2011	747.776,13	179.851,60	723.386,27	46.218,48	119.814,00	52.980,43	28.509,07	0,00	0,00	1.898.535,98
	2010	484.410,47	149.858,64	499.956,22	20.043,43	90.734,09	32.228,26	32.095,67	0,00	0,00	1.309.326,78
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	149.410,69	14.289,85	7.621,24	12.343,88	0,00	10.669,76	0,00	0,00	194.335,42
	2011	0,00	75.450,40	13.146,66	26.699,75	2.128,00	0,00	17.940,51	0,00	0,00	135.365,32
	2010	0,00	57.125,72	5.694,89	0,00	1.782,54	0,00	134,15	0,00	0,00	64.737,30
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	184.525,34	8.504.168,16	837.096,15	209.123,55	776.272,14	78.136,00	253.369,21	25.772,56	0,00	10.868.463,11
	2011	157.996,04	8.265.066,30	791.397,07	212.001,52	1.092.113,36	77.738,00	380.160,10	0,00	0,00	10.976.472,39
	2010	131.985,05	8.167.977,85	764.671,61	195.907,23	543.634,24	39.121,02	100.444,46	2.909,60	0,00	9.946.651,06
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	244.963,60	505.750,18	285.183,17	23.225,21	62.832,47	14.263,00	13.796,73	26.786,33	0,00	1.176.800,69
	2011	246.939,97	447.333,52	213.801,88	21.451,45	39.464,71	18.110,74	18.954,91	0,00	0,00	1.006.057,18
	2010	240.618,37	329.753,99	191.028,96	20.045,82	36.245,09	14621,93	16.257,54	0,00	0,00	848.571,70

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A respeito do quadro anterior, ressalte-se que no caso da parcela “Gratificações” os valores sofreram aumentos devido a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 20 de outubro de 2006, que reajustou os pontos da GDPGPE (Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) em julho/2012, conforme disposto no Anexo V-A da citada Lei.

Com relação à parcela “indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.

Quanto à parcela “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de abono de permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade) e de per capita patronal para custeio da saúde suplementar (processada na folha de pagamento, a partir de fevereiro de 2010).

No que se refere à parcela “Demais despesas variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: férias indenizadas, dentre outras.

E sobre a parcela “Despesas Exercícios Anteriores” registre-se que os valores computados aumentaram devido ao pagamento da GDPGPE.